

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM UM CONTEXTO DE
ABUNDÂNCIA DE RECURSOS: O CASO DE MACAÉ - RJ.**

LEONARDO GAMA ALVITOS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF**

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

JUNHO - 2014

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM UM CONTEXTO DE
ABUNDÂNCIA DE RECURSOS: O CASO DE MACAÉ - RJ.**

LEONARDO GAMA ALVITOS

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.”

Orientador: Prof. Dr. Hugo Borsani

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

JUNHO - 2014

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM UM CONTEXTO DE ABUNDÂNCIA DE
RECURSOS: O CASO DE MACAÉ - RJ.

LEONARDO GAMA ALVITOS

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.”

Aprovado em 30 de junho de 2014.

Comissão Examinadora:

Prof. Hugo Borsani - UENF (Presidente)

Prof. Mauro Macedo Campos - UENF

Prof. Nilo Lima Azevedo - UENF

Prof. Renato Barreto - IFF/Campos

DESTINADO À FICHA CATALOGRÁFICA

AGRADECIMENTOS

Seria impossível realizar estes agradecimentos de forma individualizada, citando nome por nome das pessoas que acreditaram neste projeto e que me deram forças para seguir em frente, quando tudo parecia desmoronar. Agradeço a todos com igual carinho que fui recebido e apoiado nesta caminhada.

Destaco um agradecimento especial às pessoas que eu amo e à minha família pela compreensão do esforço e do tempo dedicado à conclusão deste estudo.

Agradeço de forma não menos especial ao meu orientador, Prof. Dr. Hugo Borsani, pela crença no meu projeto, por todos os direcionamentos e redirecionamentos tão necessários para a construção deste estudo, o que evidencia seu conhecimento, experiência e competência inefável.

Agradeço a todos os professores do curso de Sociologia Política do Centro de Ciências Humanas que sempre estiveram à disposição para entregar sem reservas seus conhecimentos, em destaque ao Prof. Dr. Sérgio de Azevedo que além de desempenhar a função de coordenador do curso, integrou a banca de defesa do Projeto desta dissertação juntamente com o Prof. Dr. Mauro Macedo, cujas observações contribuíram de sobremaneira para o deslinde este estudo.

Por derradeiro, sem que a ordem represente graus diferenciados de importância, agradeço à Secretaria Municipal de Planejamento de Macaé, na pessoa do seu Secretário Municipal, Sr. José Manuel A. Garcia, e à sua equipe pelo apoio incondicional recebido, aos integrantes do programa Macaé Cidadão e à Coordenadoria do Orçamento Participativo em Macaé.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Democracia e Participação	3
I.I Democracia – Uma difícil conceituação	3
I.II A participação política, o indivíduo e o grupo	12
CAPÍTULO II - FORMAS DE EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA	24
II.I Formas gerais de exercício da democracia: democracia direta, representativa e plebiscitária.....	24
II.II Formas de exercício da Democracia no Brasil: Uma análise normativa.....	27
CAPÍTULO III – O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	32
III.I Experiências iniciais	32
III.II O Orçamento Participativo de Macaé	40
III.III - Exposição dos dados demográficos da pesquisa	53
III.IV - Exposição e análise dos dados orçamentários da pesquisa.....	66
III.V – Dados complementares da observação.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	96

RESUMO

Esta dissertação analisa instrumentos de participação popular na democracia existentes no Brasil e suas formas de execução. Estuda as experiências iniciais do Orçamento Participativo nos municípios de Porto Alegre/RS e Belo Horizonte/MG em busca dos elementos essenciais que possibilitaram o êxito da experiência, para ao final analisar o funcionamento do Orçamento Participativo no município de Macaé/RJ, avaliando as condições de seu funcionamento, sua normatização, a inclusão das propostas do programa nas leis orçamentárias anuais de 2011, 2012 e 2013, e seus resultados no que se refere à efetiva execução financeira das ações e ao volume de investimentos públicos destinados ao programa.

Palavras-chave: Democracia. Novas práticas. Instrumentos legais. Participação popular. Orçamento Participativo. Investimento Público.

ABSTRACT

This research analyzes the Brazilian law instruments of popular participation and the forms of its implementation. Studies the initial experiences of the program named “Orçamento Participativo” in the cities of Porto Alegre/RS and Belo Horizonte/MG in search of the essential elements that enabled the successful experience, and finally analyze the functioning of the “Orçamento Participativo” program in Macaé/RJ, evaluating the addition of propositions in the annual laws of 2011, 2012 and 2013, to measure the program implementation results, its effectiveness, and the amount of public investment.

Keywords: Democracy. New practices. Law instruments. Popular participation. Orçamento Participativo. Public investment.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho analisaremos o programa denominado Orçamento Participativo, defendido pelos seus adeptos como sendo um instrumento capaz de promover a reaproximação da população dos assuntos do Estado, na medida em que se propõe a permitir ao povo a definição das prioridades de investimento para cada uma das localidades da cidade, divisões ou setores administrativos. O estudo que se segue, elegeu como seu objeto de investigação o Orçamento Participativo do município de Macaé/RJ tendo em vista ser este referido município, dotado de capacidade econômica e disponibilidade financeira abundante em decorrência do recebimento dos Royalties do petróleo, e assim sendo, potencialmente capaz de manobrar grandes somas para atender as demandas sociais.

Os objetivos deste trabalho são compreender o orçamento participativo proposto enquanto instrumento de aprofundamento democrático, analisar a dinâmica do seu funcionamento, identificar seus participantes e compreender seus papéis nos processos democráticos e nas tomadas de decisões públicas. Objetivamos ainda verificar se em um cenário de abundância de recursos financeiros como se apresenta o do município de Macaé/RJ que recebe a compensação mensal dos Royalties do petróleo, o programa do orçamento participativo obteve êxito ou não em direcionar um volume significativo de investimentos nas prioridades nele definidas.

Assim sendo, após fixadas as bases teóricas deste estudo, vamos analisar as normas de criação e regulamentação do orçamento participativo do município de Macaé para compreender sua estrutura e desenho institucional; analisar a legislação orçamentária, os quadros de detalhamento de despesas do município e os balanços de execução orçamentária para verificar as receitas públicas anuais e o montante de investimento destinado aos projetos selecionados pelo orçamento participativo em busca de indicadores de eficiência do mesmo.

Trata-se o Orçamento Participativo de um programa que já foi objeto de diversos estudos anteriores, mormente na região Sul do país, onde teve suas experiências iniciais e maior difusão. Na bibliografia acerca do tema, encontra-se com grande frequência o reconhecimento da capacidade distributiva como sendo um dos pilares para o sucesso do programa, ou seja, para que o mesmo seja exitoso, é necessário, além de outros fatores a serem estudados, que o ente federativo tenha o componente financeiro suficiente para atender as demandas sugeridas, tendo sido este o motivador para a delimitação do campo deste estudo.

Analisar o Orçamento Participativo em uma realidade de abundância de recursos financeiros é ter de antemão um indicativo favorável ao programa, na medida em que o estado, teoricamente, não possuirá dificuldades para o atendimento das prioridades indicadas, ressalvadas aquelas resultantes de problemas administrativo-gerenciais e de ordem política.

CAPÍTULO I – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Iniciaremos este capítulo nos dedicando a traçar um esboço acerca dos diferentes enfoques sobre a democracia, em busca de uma concepção que possa embasar o aprofundamento do tema proposto neste estudo. Após esta fase, ingressaremos no estudo das formas de exercício da democracia, e ao final, nos debruçaremos sobre a discussão acerca da participação do cidadão nas decisões políticas do Estado individualmente considerado, e de sua influência no processo decisório enquanto integrante dos grupos sociais.

I.1 Democracia – Uma difícil conceituação

A breve análise que se segue não possui, obviamente, o condão de esgotar uma discussão teórica sobre a democracia, mas tem por objetivo, tentar esclarecer e informar o sentido e a amplitude que tomaremos como suficientes quando da utilização do termo democracia neste trabalho.

A origem etimológica da palavra democracia nos remonta à Grécia antiga e indica a fusão de duas palavras, quais sejam “*demos*”, que possui o significado de pessoas ou povo, e a expressão “*kratos*”, que significa poder ou autoridade. Unindo as duas expressões, teremos a ideia de um regime político no qual o poder pertence, ou encontra-se nas mãos do povo, ou seja, o povo é o detentor dos poderes decisórios daquela sociedade. A experiência democrática embrionária exercida em Atenas, a partir do século quinto A.C., tratava-se de uma forma direta de participação política, na qual os indivíduos considerados cidadãos (homens atenienses livres e maiores excluídos os escravos, estrangeiros, e mulheres) reuniam-se na Eclésia para tomar as decisões políticas da *polis*. Tal modelo político, porém, estava limitado a sociedades simples e com reduzido número de participantes no trato da coisa pública.

Ao tratar acerca da doutrina clássica da democracia, Joseph Schumpeter (1961) afirma que a filosofia do século XVIII entendia o método democrático como sendo: “o arranjo institucional para se chegar a certas

decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”¹. Em seus estudos, Schumpeter tece fundamentada e robusta crítica a este entendimento filosófico do sentido da democracia, ponto de vista este que tentaremos expor de forma sucinta nos próximos parágrafos. Iniciando sua discussão acerca do conceito clássico de democracia, Schumpeter afirma que tal conceito fixa sua bases em uma presunção equivocada de que existe um conhecimento definido do que representa o chamado “bem comum”. Ele afirma que tal expressão, em nenhuma hipótese pode ser considerada fácil de ser definida, ou sequer compreendida por meio de uma explicação racional.

Schumpeter alega que a definição do bem comum teria como pressuposto inevitável uma solução definitiva e conhecida para todas as questões, como se fosse possível que as soluções pudessem ser racionalmente divididas em boas ou más. Seguindo-se em sua argumentação, o autor ainda menciona que para se alcançar uma definição do bem comum, seria necessária a identificação da chamada “vontade comum”, que teria que corresponder, necessariamente à exata medida do “interesse, bem-estar ou felicidade comuns”. Para ele, porém,

“Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. Não se deve isso primariamente ao fato de que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas.”²

Schumpeter defende que para se alcançar uma definição do que seria a vontade do povo, seria necessária a identificação da vontade dos integrantes daquele povo, e para isso, estes indivíduos deveriam saber com precisão o que realmente querem, e ainda teriam que ter uma visão límpida e cristalina acerca

¹ SCHUMPETER, Joseph A., *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.p.300.

² *Idem* item 2, p.301.

da realidade e dos fatos políticos que os rodeiam. Sendo para ele impossível de se exigir, ou se alcançar este tipo de precisão de desígnios dos indivíduos de uma sociedade, impossível também será a aglutinação destas vontades para que se chegue a um conceito do que seria a vontade geral ou vontade comum.

Além disso, o autor afirma que quanto mais distantes estão os problemas políticos da realidade do cidadão, a exemplo de políticas internacionais, ou ciências econômicas, ou ainda quanto mais técnicos os problemas sejam, mais imprecisa e não confiável será a vontade do indivíduo, pois encontrar-se-á lastreada em impressões vagas da realidade e muitas das vezes equivocadas:

“mesmo se as opiniões e desejos do cidadão isolado fossem uma condição perfeitamente independente e definida que pudesse ser usada pelo processo democrático, e se todos agissem nela baseados com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo, baseado na matéria-prima dessas vontades individuais, representariam coisa alguma que, convincentemente, pudesse ser chamada de *vontade do povo*”³.

O autor, então conclui que, ao contrário da doutrina clássica que considerava a vontade do povo como mola propulsora das decisões políticas, esta em verdade representa muito mais o resultado destas decisões, como uma espécie produto do processo político e da forma como se faz sua propaganda, ou seja, Schumpeter propõe uma visão diametralmente oposta àquela que o mesmo trata como clássica. Ele chega a afirmar que uma decisão unilateral imposta por um órgão de forma não democrática pode ter até mesmo mais aceitação por parte do povo do que uma decisão lastreada em parâmetros tidos como democráticos, e exemplifica tal pensamento com políticas adotadas durante o regime ditatorial napoleônico. Schumpeter prefere limitar a conceituação de democracia, tomando-a como um método para se chegar às decisões. Ele afirma que

³ *Ibidem*, p.305.

“A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado”⁴.

Ressaltamos que tal entendimento restritivo do conceito de democracia, em que pese fundamentado em sólidas bases, não é imune a críticas, como veremos durante o curso deste estudo.

Assim como Schumpeter e questionando o elemento da soberania popular, Norberto Bobbio, ao construir o que chama de “uma definição mínima de democracia”⁵, afirma que a única maneira de se ter um consenso acerca do significado de democracia é considerá-la como sendo “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. O autor aduz que os grupos sociais, com os fins de manter assegurada a própria sobrevivência são obrigados a tomar decisões que serão vinculatórias a todos. Porém, mesmo que tais decisões tenham partido de um determinado grupo, não é o grupo em si que a toma, mas sim os indivíduos que o compõem:

“para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos”⁶.

E em se tratando de um regime democrático, este poder de tomar decisões, estará consignado na lei fundamental daquela sociedade e será conferido a um grande número de membros do grupo. O próprio autor admite que a expressão “número muito elevado” que usa é demasiadamente imprecisa, porém pondera que seria “impossível dizer ‘todos’ porque mesmo no

⁴ *Ibidem*, p.339.

⁵ BOBBIO, Norberto, O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo ; tradução de Marco Aurélio Nogueira — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 18.

⁶ *Idem* item 6.

mais perfeito regime democrático não votam os indivíduos que não atingiram uma certa idade”⁷, por exemplo.

Definir numericamente quantos devem ser os indivíduos com poder decisório para que um regime possa ser considerado democrático ou não, segundo Norberto Bobbio, é uma tarefa impossível, tendo em vista as inúmeras variações históricas existentes. Para o autor, somente será viável um juízo de comparação podendo ser considerado mais democrático, a título de exemplificação, um sistema que atribui, poder de voto a todos os homens e mulheres maiores de idade e menos democrático um regime no qual votam somente indivíduos maiores de idade do sexo masculino.

Quando trata do critério de validade das decisões enquanto vinculatórias para todos, Bobbio afirma que na democracia vigora a “regra da maioria”, ou seja, para que uma decisão tenha força para prevalecer sobre todos os integrantes do grupo, é necessário que ela tenha sido tomada pela maioria dos participantes com poder decisório.

Ainda em sua busca pela construção de um conceito mínimo de democracia, Bobbio afirma:

“mesmo para uma definição mínima de democracia, como é a que aceito, não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. — os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte, isto é, do estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo”⁸.

⁷ *Ibidem*, p.19.

⁸ *Ibidem*, p.20.

Desta forma, Bobbio identifica o que para ele são os três requisitos mínimos para que um sistema político possa ser considerado democrático, quais sejam: a possibilidade de um grande número de integrantes do grupo social ter participação na tomada de decisões coletivas, ou seja, vinculativas do todo; a existência de normas procedimentais estabelecendo procedimentos para a tomada de decisões tais como o quantitativo mínimo da maioria para que a opção feita possa prevalecer sobre os demais; e por último, é necessário que se garantam condições de liberdade para o exercício desimpedido do poder de escolha.

Adam Przeworski⁹ ao tratar dos processos democráticos, citando Dahl, afirma que para que o sistema seja considerado democrático um aspecto é essencial, que é a “contestação aberta à participação” ainda que se leve em consideração as diferentes instituições de cada sociedade. Segundo o autor, para que este sistema seja reputado como democrático, não basta que existam as instituições formais de participação e voto, mas estas devem ter a força de provocar mudanças na estrutura do poder em exercício.

Dahl, em seus estudos, partindo de uma premissa de tipo ideal, afirma que democracia seria um “sistema político que tenha como uma de suas características a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos”¹⁰

Para que o sistema seja de tal forma responsivo para um grande número de pessoas, e por consequência democrático, Dahl defende a existência de três condições: que todos os cidadãos devem ter oportunidades plenas de formular suas preferências; de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva; e por fim de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja,

⁹ PRZEWORSKI, Adam. Democracia e Mercado. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Tradução – Vera Pereira. Editora Relume Dumará, 1994. p.25.

¹⁰ DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.p.25/26.

consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. Para Dahl, estas três condições necessárias à democracia se desdobram na necessidade de o Estado prover oito garantias¹¹, quais sejam:

- 1- Liberdade de formar e aderir a instituições;
- 2- Liberdade de expressão;
- 3- Direito de voto;
- 4- Direito de líderes políticos disputarem apoio;
- 5- Fontes alternativas de informação;
- 6- Elegibilidade para cargos políticos;
- 7- Eleições livres e idôneas;
- 8- Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Dahl afirma que através da análise das garantias apontadas por parte do Estado é possível diferenciar os diversos sistemas políticos existentes. O autor, estabelece em sua teoria um modelo de gradação, podendo os Estados aproximarem-se ou afastarem-se do que ele denomina “Poliarquia”, que é um sistema baseado em um modelo de tipo ideal, que permitiria a máxima contestação pública e a máxima participação.

Przeworski aponta que além da contestação aberta, os processos democráticos devem possuir necessariamente duas características essenciais: resultados incertos e determinação dos resultados desses processos pelo povo, ou seja, pelas forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores. Para ele, caso não haja esta incerteza nos resultados dos processos políticos, não haverá democracia. A ausência desta incerteza apontada por Przeworski não se refere, a título de exemplificação, a um processo eleitoral no qual se tenha alguma previsibilidade do resultado por conta de pesquisas realizadas, mas sim a um processo eleitoral no qual o arranjo institucional e político, já tenham determinado o resultado, antes

¹¹ Idem item 11. p.27.

mesmo da ocorrência do pleito, como no caso do período ditatorial do General Alfredo Stroessner no Paraguai e das eleições na antiga União Soviética.

O conceito de democracia apontado por Przeworski parece-nos um pouco mais rígido que o apresentado por Dahl, uma vez que, além das condições descritas por este, mais duas características são apontadas como imprescindíveis para que um regime possa ser considerado democrático, quais sejam os já referidos resultados incertos dos processos democráticos e a necessidade de que tais resultados sejam determinados pelo povo.

Desde uma perspectiva crítica a visão minimalista dos autores citados, Moisés (2010), identifica que o significado acadêmico mais comumente utilizado para a democracia é aquele que se refere somente “aos procedimentos e aos mecanismos competitivos de escolha de governos através de eleições”¹², como os defendidos por Schumpeter e Bobbio, atentando para o fato de que tal conceito minimalista não é suficiente para a correta compreensão do que é democracia, restando uma carência no tocante aos “conteúdos da democracia, como também os seus resultados práticos esperados no terreno da economia e da sociedade”¹³. Argumentando contrariamente ao que nomina de “ênfase minimalista de Schumpeter”, Moisés afirma que:

“ao definir a democracia essencialmente como um método de escolha de governos dentre as elites que competem pela posição, essa perspectiva desconsidera o fato de que mesmo nações que adotam o mecanismo eleitoral podem conviver com eleições não inteiramente livres, tornando discutíveis os seus resultados. Além disso, a vertente minimalista dá pouca importância ao que acontece com as demais instituições durante a democratização. Instituições como o parlamento, os partidos, o judiciário ou a polícia podem funcionar de forma deficitária ou incompatível com a doutrina da separação de poderes, mesmo convivendo com um regime de regras eleitorais”¹⁴.

¹² MOISÉS, José Alvaro. Os Significados da Democracia Segundo os Brasileiros. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf> p.277. Acessado em 12/02/14

¹³ *Idem item 13.*

¹⁴ *Ibidem.*

O autor, para fins de compreensão do que é democracia ressalta a necessidade de complementação da abordagem acadêmica corrente schumpeteriana, atentando para a importância de se levar em conta perspectivas outras que considerem, assim como nos leciona Robert Dahl, condições efetivas de participação e associativismo, responsividade dos governantes perante os cidadãos, e outras relacionadas a uma visão qualitativa da democracia.

Moisés propõe uma definição de democracia baseada na qualidade, e para tanto, defende uma analogia com o funcionamento do mercado, traçando um paralelismo com a qualidade do produto ou serviço produzido segundo procedimentos, conteúdos e resultados singulares¹⁵.

“No caso da democracia, espera-se que esse regime seja capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade políticas necessárias para que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de *checks and balances*, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos)”¹⁶.

O autor identifica como válidas oito dimensões de variação da qualidade da democracia, quais sejam: 1 - o primado da lei; 2 - a participação e a competição políticas; 3 - a modalidade de *accountability* vertical; 4 - a modalidade de *accountability* vertical social; 5 - a modalidade de *accountability* vertical horizontal; 6 - o respeito por liberdades civis e os direitos políticos; 7 - a progressiva implementação da igualdade política e seus correlatos, como a igualdade social e econômica; 8 - a responsividade de governos e governantes¹⁷. Para Moisés, embora esta definição tenha como foco os

¹⁵ *Ibidem*, p.278.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p.279.

princípios e conteúdos mais importantes da democracia, encontram-se também abrangidos os procedimentos institucionais, bem como os resultados práticos do regime democrático, na medida em que pressupõe que “a igualdade social e econômica pode ser alcançada se e *quando* a igualdade política seja efetiva”¹⁸.

Vê-se que o autor defende que o conceito de democracia é rico em nuances e que não deve ser analisado apenas sob o enfoque procedimental, devendo ser complementado a partir de diferentes pontos de vista, tais como o da qualidade da democracia, ou mesmo o da dimensão social que demanda o acréscimo das noções que fazem referência aos direitos civis e políticos. Concordamos com este ponto de vista, e é sob este enfoque que nos propomos a estudar o Orçamento Participativo, uma vez defendido enquanto sendo um instrumento ou ferramenta capaz de promover o aprimoramento e o aprofundamento da qualidade da participação democrática.

I.II A participação política, o indivíduo e o grupo

Segundo Dias (2002), a participação política pode ser conceituada como sendo “o mecanismo que permite ao cidadão comum, incorporar-se aos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas” e que na democracia representativa moderna “a participação traduz-se pela capacidade dos indivíduos de influenciar as decisões políticas que são tomadas por seus representantes no âmbito do Estado”¹⁹.

Ao tratarmos sobre as formas de exercício da democracia apresentadas, mais precisamente no tocante ao exercício direto da vontade popular, vimos que este modelo, no qual todos os cidadãos reúnem-se para em comum acordo chegarem ao que poderia ser definido como “vontade geral”, e a

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ DIAS, Márcia Ribeiro, Sob o signo da vontade popular: O Orçamento Participativo e o Dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Editora UFMG, Belo Horizonte. 2002. pp. 80/81

partir de então definir suas leis seria inviável e utópico se pensado para aplicação em uma sociedade altamente complexa como a nossa na atualidade.

A se destacar como fatores que impedem a aplicação de tal modelo de democracia na atualidade, estão o gigantesco número de indivíduos que integram o corpo social, a amplitude e a complexidade dos direitos de cidadania, e o desinteresse da população no trato da coisa pública, além da pouca ou parcial informação dos cidadãos acerca dos assuntos que embasam as decisões públicas e suas consequências, o que acabaria por interferir na qualidade da participação.

Ao refletirmos acerca dos fatores supracitados, podemos perceber que somente o elemento densidade populacional isoladamente considerado já tornaria quase impossível a deliberação comum de todos os integrantes da sociedade, e ainda que operacionalizada uma consulta geral, esta não seria capaz de abranger todos os temas que demandam decisões políticas no atual cenário social. Tendo em vista tal inviabilidade de deliberação ampla, mesmo as vozes que defendem a ampliação da aplicação dos mecanismos de participação direta não deixam de considerar a necessidade da utilização do sistema representativo²⁰.

Assim, tomando como premissa tal impossibilidade de uma participação direta dos cidadãos em todas as decisões e rumos da sociedade, devemos voltar as atenções para a chamada democracia representativa, e por consequência, para as relações entre os cidadãos ditos comuns e os escolhidos para os representarem que tomarão a maioria das decisões políticas para atender às demandas sociais.

Assim como na busca por uma conceituação de democracia, o estudo das relações entre representante e representado também traz sua carga de discussões e controvérsias. Para organizar os argumentos e iniciar o estudo

²⁰ *Idem. p.83.*

das mencionadas relações, nos utilizaremos das palavras de Dias quando afirma que

“devemos separar considerações subjetivas e objetivas acerca do papel definidor das escolhas públicas. Subjetivamente, a teoria democrática reserva a fonte do poder político ao povo, e por ele ou em seu nome deverão ser tomadas as decisões que atingem a coletividade como um todo. Objetivamente, tal como definido por prerrogativa institucional em governos representativos, os representantes são os responsáveis pela definição e implementação das políticas que promoverão o bem-estar geral da sociedade”²¹.

A autora defende que, em se adotando o modelo institucional representativo como estabelecido, o ponto crucial da questão não está em se definir quem toma as decisões, mas sim em quais são os critérios para se tome tais decisões. Segundo a mesma, haverá menos dificuldade na definição dos critérios para as tomadas de decisão se o povo, restringindo seu poder, limitá-lo a um processo de escolha dos seus representantes que tomarão as decisões políticas a serem acatadas pelos representados. Se, porém, o povo não estiver satisfeito com o atendimento das demandas e com resultado apresentado pelas escolhas dos representantes, e mobilizar-se para fazer-se ouvir, estaremos diante de uma crise de competências²². Haverá uma concorrência pela definição da agenda pública, estando de um lado o povo detentor subjetivo do poder, e de outro, os escolhidos pelo próprio povo para proceder à tomada de decisões em seu nome.

Ressalte-se que esta mobilização popular apontada pela autora não é a manifestação ordinária da vontade ou das preferências do povo. A manifestação ordinária encontra-se alcançada pelo próprio conceito de democracia semi-direta, e o direito à livre expressão da vontade é requisito para a democracia, assim apontado por Dahl e Przeworski. Tal movimento popular mencionado por Dias é aquele que caracteriza uma crise de representação e do sistema partidário, refletida por manifestações de

²¹ *Ibidem*

²² *Ibidem*. p. 84.

insatisfação de grande magnitude, e baixa participação nos processos eleitorais.

Uma vez instaurado o conflito de competências e presente a situação de crise representativa, esta carece de uma solução, e assim há que se refletir se os critérios utilizados para se definir as decisões serão provenientes do povo, ou se serão oriundos da capacidade especial de que são dotados os representantes, capacidade diferenciada esta que supostamente foi a motivadora da eleição dos mesmos.

No Brasil, bem como na maioria das democracias modernas, conforme visto no item anterior, a solução para a reflexão proposta encontra-se institucionalmente normatizada. Os critérios de formação da decisão política encontram-se concentrados nas mãos dos representantes eleitos, e assim sendo, conforme assevera Dias, “a chave para a compreensão da dinâmica que integra representantes e representados na busca pelo bem coletivo repousará na capacidade destes últimos em influenciar os primeiros”²³.

Com o desenho institucional das competências decisórias nas mãos dos representantes, parece-nos que a tônica da discussão deve deixar de recair sobre “*quem*” será o tomador de decisões, passando a concentrar-se em “*qual o grau de influência*” que os representados possuem sobre os representantes eleitos, e se é possível mensurar tal gradação.

Antes, porém, de tratar do grau de influência dos representados sobre os representantes, faremos algumas considerações acerca de quem teria tal capacidade de exercer a influência, se são somente os grupos sociais, como pensam alguns autores, ou se o cidadão individualmente considerado pode possuir esta aptidão e força no cenário democrático. Para tanto, retornando às bases teóricas acerca do tema, podemos perceber uma diferença no

²³ *Ibidem.*

pensamento Przeworski e Dahl acerca de quem seriam os atores sociais com mais capacidade para exercer influência no processo democrático.

Para Przeworski, (1994) na democracia “há uma competição organizada segundo as regras estabelecidas e, periodicamente, alguns são perdedores e outros vencedores”²⁴. Esse movimento interativo de alternância de poder é capitaneado, segundo o autor, por grupos organizados (os partidos políticos) dentro da estrutura institucional que escolhem líderes para que representem seus interesses. O autor assevera, ainda, seguindo nisso a perspectiva de Olson ao analisar os problemas de ação coletiva de grandes grupos, que a adesão dos membros do grupo, em sua maioria, não se dá por livre interesse individual, mas sim por mecanismos de coerção que se encerram em sanções aos não adeptos: “as sociedades democráticas são habitadas não por indivíduos que agem livremente, mas por organizações coletivas que coagem aqueles cujos interesses representam”²⁵.

Estas organizações coletivas, para o autor, que obtém adesão coercitiva dos participantes, agem em seu nome, e são elas as responsáveis pela constante negociação no sentido de influenciar os resultados dos processos democráticos, fazendo com que o voto perca seu caráter decisório passando somente a ser um instrumento chancelatório do poder do grupo que concorreu para esses resultados. Para o autor, os cidadãos, considerados de forma autônoma não possuem força política, e suas vontades individuais são secundárias nos processos democráticos. Przeworski (1994) chega a defender que o voto, no governo da maioria “é apenas o resultado final numa democracia” e que o próprio Estado é uma dessas instituições coercitivas, na medida em que é “um agente integrante, ainda que imperfeito, de coligações constituídas para garantir adesão”²⁶.

²⁴ Idem item 10. p.27.

²⁵ *Ibidem.* p.28.

²⁶ *Ibidem.* p.42.

Sobre este ponto, parece-nos que a teoria de Dahl oferece um leque um pouco mais amplo de atores sociais com força política, na medida em que confere aos cidadãos uma importância e representação mais efetiva na sociedade enquanto agentes dotados de preferências que devem ser consideradas e respeitadas pelo Estado. Retomando as primeiras garantias apontadas por Dahl para que haja a democracia, quais sejam a liberdade para formar e aderir a instituições; liberdade de expressão; e o direito ao voto, devemos ponderar que apesar do autor conferir maior relevância ao indivíduo enquanto ator social capaz de influenciar a tomada de decisões, ele reconhece que esta manifestação se dará, assim como em Przeworski, através das instituições, porém pautada na liberdade de escolha e associação individual.

Dahl compreende o cidadão como peça chave para o processo democrático uma vez que é este cidadão que deve ter o poder de formular e exprimir suas preferências e ter do Estado uma resposta competente. Como visto nos itens anteriores deste estudo, Dahl defende que o voto, para que seja um efetivo instrumento de escolha no processo democrático, deve vir acompanhado da liberdade de expressão individual ou coletiva, a elegibilidade para cargos políticos, o direito de participar de eleições livres, o direito de se associar a instituições, dentre outros e é um dos instrumentos cruciais que permite que os Estados se aproximem do também já citado conceito de Poliarquia²⁷.

Acreditamos que ao nos aproximarmos desta visão de que o cidadão individualmente considerado possui força própria no processo democrático, ainda que sua manifestação seja mais expressiva quando instrumentalizada pela associação livre a uma instituição, minimizamos o risco de reduzir a importância do mesmo, renegando-o a uma condição de mero componente de um grupo cooptado pela força.

²⁷ DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

Esclarecemos que tal posicionamento teórico trata-se de uma escolha feita para este estudo. O fato de considerarmos o cidadão isoladamente como capaz de apresentar ao Estado seus interesses, como dito, não exclui o fato de que suas preferências adquirem mais força quando o mesmo encontra-se em associação organizada a outros indivíduos que compartilham os mesmos interesses. De forma isolada, levamos em consideração, ainda, as possíveis limitações destas preferências, que podem afetar seu atendimento ou sua exequibilidade por parte do Estado, conforme já destacado no pensamento de Schumpeter.

Retomando a discussão do grau de influência dos representados sobre os representantes, Dias leciona que para que se possa mensurar o nível de interferência, é necessário que se responda a duas indagações: a primeira delas refere-se a “até que ponto demandas populares são transformadas em políticas públicas” e a segunda refere-se a “como os representantes encaram e lidam com a interferência externa sobre seus mandatos”²⁸.

Para que se possa responder à primeira indagação a autora em comento identifica a necessidade de observação da mesma sob dois enfoques diferenciados, quando afirma que:

“Por um lado, quando demandas populares defendidas por canais de participação transformam-se em políticas públicas, este é o sinal mais claro de que a pressão dos participantes tem conseguido interferir na decisão dos representantes na esfera pública, ou seja, tem atingido seu objetivo original. Por outro lado, a eficácia da participação tende a produzir um efeito *feedback*, pois estimula e reforça a participação dos indivíduos. Aumentada e fortalecida, a participação política tende a produzir efeitos ainda mais significativos sobre as decisões dos representantes, em função do aumento da pressão que é exercida sobre os mesmos”²⁹.

Tal posicionamento utiliza como parâmetro de mensuração da eficácia da influência, a resposta dada pelos representantes sob a forma de

²⁸ *Idem* item 20. p.85.

²⁹ *Ibidem*.

implementação das políticas públicas, que não somente se destinam a atender as demandas imediatas, mas também a criar uma expectativa de atendimento futuro.

A segunda indagação reflete o ponto de vista dos representantes, de como estes lidam com a interferência popular em suas ações políticas. Importante observação deve ser feita, no sentido de frisar que inexistente no desenho institucional brasileiro mecanismo normativo que obrigue ou condicione a atuação dos representantes aos interesses específicos dos eleitores representados. Assim, não havendo vinculação expressa, a adesão aos interesses dos representados deve ser voluntária, e para isso ocorra, é necessária a existência de dois fatores, quais sejam a *crença* e o *constrangimento*³⁰.

A crença por parte dos representantes e dos partidos políticos (principalmente os de esquerda), recai, segundo Dias, sobre o ideal de participação e fortalecimento das comunidades, e está diretamente ligada “aos valores políticos associados à participação”. Já o constrangimento guarda referência com o fato de que a oportunidade de ser representante foi dada pelo povo, e em tese, pela vontade dele pode ser igualmente retirada. Assim, apesar de não haver, como dito anteriormente, um constrangimento legal e normativo para inclusão das demandas dos representados, não alcançá-las com as decisões políticas seria desrespeitar a vontade dos legítimos detentores do poder, o que colocaria em risco os resultados de futuros pleitos eleitorais, vontade esta, porém, considerada com as ressalvas já discutidas nos parágrafos e tópicos anteriores.

Assim estamos diante de uma relação de pressão política dos representados sobre os representantes que, apesar de legalmente desvinculados da obrigação de atender as demandas de seus eleitores, se veem de compelidos a fazerem, sob o risco de não serem eleitos em pleitos

³⁰ *Ibidem.* p. 86/88.

futuros ou de perderem força política ao conquistar a antipatia e a desaprovação dos cidadãos. Destaque-se que não faltam vozes no sentido de que a participação política do cidadão, não só é desnecessária como representa uma ameaça ao sistema democrático. Tal ponto de vista encontra-se lastreado no argumento já citado de que o povo não sabe escolher, é ignorante ou indiferente e não tem o conhecimento e o discernimento suficientes para tomar decisões políticas, e que assim sendo, somente demandariam dos representantes particularismos imediatistas, já que não possuem uma visão ampla do processo político impedindo a solução de problemas complexos ou daqueles que demandam soluções em longo prazo.

Além deste argumento da ignorância ou mesmo indiferença para com os assuntos políticos, verificamos posicionamentos que defendem que a amplificação da participação somente representará uma maior dificuldade na formação do consenso majoritário a que se atribui o contestado título de vontade geral.

Outro ponto de vista, contrário ao apresentado anteriormente defende entendimento de que o critério a ser utilizado para a tomada de decisões não pode ser o da soberania popular, mas sim o da soberania nacional. Este enfoque acadêmico apresenta-se como sendo mais que uma simples inversão do “sentido do fluxo das decisões, mas essencialmente da fonte que emana o poder político”. Na soberania popular, a fonte de poder é o povo, enquanto na soberania nacional, a fonte de poder é a nação. O enfoque que adota a soberania popular defende a crença em uma vontade geral que já existe, bastando para o representante traduzi-la e executá-la. No caso da soberania nacional, “o eleitor irá escolher o representante que ele julga mais capaz de discernir a vontade da nação para que ele, então, determine a vontade do Estado”³¹.

³¹ *Ibidem*, p.100

O entendimento acerca da soberania nacional, porém, não escapa de críticas que contestam a interpretação das eleições como processos de transferência e delegação da soberania. Se o papel do povo se esgota em comparecer às urnas para proceder à delegação de seus poderes a representantes detentores da capacidade de criar a vontade da nação, então o processo eleitoral perde a força, e até mesmo o sentido.

Inegável, porém, é a importância do contínuo e periódico processo de avaliação dos governantes, uma vez que obriga os representantes a prestarem contas de suas ações e apresentarem seus resultados. Esta prestação de contas permite o controle social da atividade administrativa e o julgamento por parte dos administrados a cada pleito eleitoral, servindo, em tese, como medida corretiva da atividade governamental.

Cabe aqui ponderar, que apesar de tal julgamento periódico poder de fato se apresentar como um fator balizador da conduta dos representantes eleitos, nem sempre a atuação dos mesmos refletirá uma intenção genuína de perseguição do interesse público, como visto nas políticas ditas 'populistas' ou 'clientelistas'. Nestes casos, a pressão popular exercida através da possibilidade de alteração no quadro representativo, a bem da verdade, pode não representar em sua essência uma medida corretiva das políticas públicas para melhoria das condições sociais, mas somente desencadear a adoção de medidas paliativas com a finalidade de perpetuação no poder. Ainda que as políticas populistas ou clientelistas venham a representar certo grau de melhoria nas condições da vida em sociedade, não se pode reconhecer nelas o condão de resolver problemas estruturais e com efeitos de longo prazo, servindo as mesmas, em grande parte para a influência imediata no pleito eleitoral, e para a manutenção do grupo político no comando das decisões e da máquina pública.

Borsani (2003)³², numa análise da inter-relação entre as condições econômicas e o voto, e partindo do suposto de que os níveis de renda dos cidadãos e suas oportunidades de trabalho influenciam as decisões eleitorais, explica que, segundo os modelos teóricos de ciclos econômicos-políticos, “os governantes, preocupados em obter a maioria da preferência do eleitorado, procuram implementar, antes das eleições, políticas com resultados satisfatórios visíveis a curto prazo”³³, mas que não se demonstram eficientes quando consideradas a médio ou longo prazo. As razões para tal ineficiência econômica seriam:

“a) a preocupação em conseguir a maioria dos votos e manter-se no poder leva à implementação de políticas com benefícios a curto prazo e custos a longo prazo; b) os benefícios podem ser atribuídos ao governo, mas os custos são difíceis de vincular a uma única causa (justamente por serem de médio ou longo prazo)”³⁴

Observe-se que ao fazer uso de tais políticas, o governante, em troca da reeleição, assume o risco colateral negativo provocado na economia, como por exemplo uma alta da inflação, que deverá ser por ele mesmo enfrentada e gerenciada no ano seguinte, caso seja reeleito. Tal desestabilização econômica, porém, não parece representar um fator de desencorajamento do uso de tal artifício, ainda que presente o risco de que a impossibilidade da retomada do equilíbrio custe para o governante uma derrota nas eleições seguintes³⁵.

³² BORSANI, Hugo. Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.p.29.

³³ Idem, item anterior.p.37.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Citando como exemplos de interferência eleitoral desta política nominada populismo econômico, o autor analisa o Plano Cruzado no Brasil em 1986 e o Plano Austral na Argentina em 1985. Verificando os efeitos políticos da adoção de tais medidas, aponta que em 1985, a aprovação do governo argentino passou de 35% para 57%, enquanto no Brasil, os índices passaram de 40% em 1985 para 72% em 1986. Tais resultados interferiram de forma direta nos pleitos eleitorais seguintes, restando vencedores os partidos dos presidentes Alfonsín (UCR – Unión Cívica Radical) e Sarney (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Confirmando a premissa teórica, o autor constata que poucos meses após as eleições, as consequências negativas de tais políticas ressurgiram em ambos os casos, com a inflação mensal na Argentina passando de menos de 3% para 9% no primeiro semestre de 1986, e com o significativo aumento das tarifas dos serviços públicos no Brasil.

Conforme menciona Borsani (2003),

“a possibilidade de um futuro fracasso eleitoral não é um antídoto efetivo contra todo tipo de medida econômica oportunista, antes das eleições; talvez o seja apenas contra a introdução de políticas claramente desestabilizadoras. Comprometer as possibilidades futuras do partido pode ser menos importante para os governantes, pelo menos para o presidente e seus aliados mais próximos, do que o posterior triunfo eleitoral: ‘...(os) governantes sabem a diferença entre o que é bom para eles e o que é bom para o partido. Ao optar por estratégias maximizadoras de curto prazo, um presidente pode melhorar suas chances de reeleição em prejuízo dos futuros candidatos de seu partido’.”³⁶

Ante o exposto, reconhecemos como indissociável do conceito de democracia a presença do processo eleitoral enquanto um mecanismo de controle social periódico, porém, como vimos, por vezes ele pode ser manipulado através de manobras políticas e econômicas que interferem diretamente nos resultados dos pleitos.

Assim sendo, chegamos à conclusão de que um único mecanismo de controle da atividade política do governo, ainda que tenha a importância do processo eleitoral, não é suficiente para garantir os melhores investimentos e a melhor atuação dos agentes políticos. Neste tocante, o surgimento de ferramentas como o Orçamento Participativo, objeto de estudo deste trabalho, se apresenta como um potencial meio de interferência e controle social da atividade governamental, atuando não de forma isolada, mas como sendo mais uma forma de balizar a conduta dos agentes públicos no tocante ao planejamento e execução das políticas públicas.

³⁶ Idem item 32, p. 39.

CAPÍTULO II – FORMAS DE EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA

Neste capítulo, trataremos sobre as formas gerais de exercício da democracia, passando em uma segunda análise a descrever e analisar os diferentes institutos que instituem e regulam o exercício da democracia no Brasil.

II.1 Formas Gerais de Exercício da Democracia: Democracia Direta, Representativa e Plebiscitária

Ordinariamente, a classificação adotada pelos autores divide as formas de exercício da democracia em: democracia direta, democracia representativa, democracia semidireta ou mista que também pode ser encontrada sob a nomenclatura de plebiscitária.

A primeira forma de exercício da democracia relacionada é a democracia direta. Nesta modalidade, não existem intermediários entre o povo e as decisões políticas, e a própria população reunida em assembleia toma diretamente as decisões políticas e as executa. Neste modelo, não se verifica a existência da relação de entrega de parte da competência para exercício do poder a nenhum parlamentar, governante ou partido político, o poder é exercido diretamente pelo povo. Um exemplo clássico já referenciado neste estudo é o da chamada “democracia ateniense”.

A segunda forma de exercício da democracia é denominada usualmente como democracia representativa. Diferente do modelo anterior, neste, o povo escolherá ou elegerá seus representantes, que exercerão em seu nome a atividade governamental em sentido amplo. Nesta forma de exercício, o poder de tomada das decisões políticas e públicas se concentra nas mãos dos representantes eleitos, que farão as escolhas com base em conceitos próprios do que entendem ser o interesse público. Tal forma de exercício é sem dúvida indispensável às modernas sociedades com seus

milhões de indivíduos e complexas decisões a serem tomadas, situação na qual seria impensável utilizar o sistema das deliberações conjuntas, incluindo todos os cidadãos, como na democracia direta.

A terceira modalidade se apresenta sob a forma de uma união ou mistura dos dois modelos já referenciados. A chamada democracia semidireta, mista ou plebiscitária é aquela em que se encontram presentes as duas formas de exercício do poder. Em regra, nesta forma de exercício da democracia temos a predominância do modelo representativo sobre o direto, ou seja, os representantes eleitos tomarão a maior parte das decisões políticas, permanecendo um poder residual de participação direta, materializado através de alguns instrumentos ou institutos tais como o *referendum*, o plebiscito, a iniciativa, o veto, o direito de revogação e etc.

No *referendum*, quanto à produção normativa, o processo legislativo se desenvolve da mesma maneira que no sistema representativo, porém, a norma só estará apta a surtir efeitos após a aprovação da população por meio do voto. Bonavides (2000)³⁷ aponta que o *referendum* apresenta diversas modalidades e que a classificação mais usual utilizada apresenta as seguintes formas:

a) Com relação à matéria ou ao objeto, pode o referendum ser: constituinte ou legislativo; b) Quanto aos efeitos, distingue-se o referendum constitutivo do referendum ab-rogativo; c) tocante à natureza jurídica, temos o referendum obrigatório e o referendum facultativo; d) Com respeito ao tempo, distingue-se o referendum ante legem do referendum post legem.³⁸

³⁷ BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, 10ª Ed. 9ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores. 2000. p.365.

³⁸ *Idem* item anterior p.365/366. O referendum constituinte ocorre quando se trata de leis constitucionais e o referendum legislativo quando se aplica a leis ordinárias. (...) Com o referendum constitutivo, a norma jurídica entra a existir; com o referendum ab-rogativo, a norma vigente expira. (...) É obrigatório o referendum quando a Constituição dispõe que a norma elaborada pelo Parlamento seja submetida à aprovação da vontade popular. É facultativo quando se confere a determinado órgão ou a uma parcela do corpo eleitoral competência para fazer ou requerer consulta aos eleitores, consulta que não representa por conseguinte obrigação constitucional. (...) O referendum ante legem, também conhecido pelas denominações de referendum anterior, consultivo, preventivo ou programático, é aquele em que a manifestação da vontade popular antecede a lei, em que se busca conhecer de antemão o parecer ou pensamento da massa eleitoral acerca de ato legislativo ordinário ou de determinada reforma constitucional que se proponha. O referendum post legem, igualmente conhecido por referendum sucessivo ou pós-legislativo, é (...) o referendum em que a lei votada já pelo poder

Destaque-se que esta classificação não é unânime, restando algumas divergências no tocante à divisão apresentada e a alguns conceitos, sendo que deixaremos de ingressar em tal discussão por não ser este o objeto do presente estudo.

Igualmente divergente se apresenta a literatura no tocante à existência ou não de diferenciação entre o plebiscito e o referendium. Não raras são as vezes em que os termos são utilizados no mesmo sentido, tal qual ocorre na Suíça, salienta Bonavides (2000)³⁹, não havendo autonomia conceitual entre ambos. O autor afirma, porém, que para aqueles que entendem haver diferença entre os dois institutos, esta recai sobre as seguintes características:

a) O plebiscito, ao contrário do referendium — circunscrito sempre a leis — seria um “ato extraordinário e excepcional, tanto na ordem interna como externa”. Teria por objeto medidas políticas, matéria constitucional, tudo quanto se referisse “à estrutura essencial do Estado ou de seu governo”, à modificação ou conservação das formas políticas (...) b) Determinados publicistas opinam porém que o plebiscito se caracteriza como um “pronunciamento popular válido por si mesmo”, inteiramente unilateral, que independe do concurso de qualquer outro órgão do Estado. (...) Nessa acepção lata, o plebiscito, ao contrário do que se dá na doutrina antecedente, se estende à esfera das decisões legislativas, compreendendo todas as leis que não resultem da “obra comum do Parlamento e do povo”⁴⁰.

Diferente dos anteriores, a iniciativa parece ser a ferramenta que mais de aproxima do ideal de participação popular plena, na medida em que não fica adstrita a embargar determinada legislação que não lhe agrade, mas sim confere ao povo a capacidade de formular suas pretensões sob a forma de um ato legislativo impositivo.

Em regra, aponta-se a existência de duas formas de iniciativa, quais sejam a chamada iniciativa não formulada e a iniciativa formulada ou

legislativo, ordinário ou constituinte, vai ser sujeita à vontade popular, que então se manifesta de modo favorável ou desfavorável à mesma.

³⁹ *Ibidem*, p.372.

⁴⁰ *Ibidem*, p.372/373.

articulada. Benevides (2000) afirma que a iniciativa não formulada, que também pode ser chamada de simples ou pura, é aquela em que aqueles que formulam a iniciativa apenas definem “os traços gerais, a inspiração de propósitos, o princípio da lei, cabendo ao órgão representativo deliberante dar forma e curso ao projeto(...)”, enquanto a iniciativa formulada ou articulada “a iniciativa leva o projeto popular à assembléia num texto em forma de lei, não raro redigido já em artigos, aparelhado para ser discutido e votado”⁴¹.

Por fim, temos o instituto do direito de revogação que consiste na possibilidade de o povo revogar o mandato eletivo de determinado funcionário ou parlamentar antes do fim do prazo ordinário do mandato, quando não satisfeito com sua atuação, e o veto, que é a possibilidade de manifestação popular negativa quanto a determinado ato normativo elaborado pelos órgãos governamentais ou legislativos. Trata-se da possibilidade de, em prazo determinado, os eleitores rejeitarem lei publicada impedindo-a de surtir efeitos, retirando-a por completo do ordenamento jurídico.

Ressalte-se, por oportuno, que para que uma democracia seja considerada semidireta, não é necessária a presença de todos os instrumentos mencionados, bastando que somente alguns deles estejam presentes para que assim possa ser classificada. No item seguinte, ao realizarmos a análise da normatização aplicável ao objeto do presente estudo, teceremos comentários acerca dos instrumentos de participação direta existentes na legislação brasileira e de sua utilização.

II.II Formas de exercício da Democracia no Brasil: Uma análise normativa.

Passamos neste item a tratar do arcabouço normativo brasileiro, no que diz respeito às formas de exercício da democracia.

⁴¹ *Ibidem*, p. 375/376.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra em seu artigo 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Eis o primeiro marco normativo na Carta de 1988 que traz a previsão da possibilidade do exercício da soberania pelo povo de forma indireta (relação de representação) e direta, respectivamente. Em sua previsão seguinte acerca do tema, o artigo 14 da Carta Federal detalha tais formas de participação quando dispõe que: A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I- plebiscito; II- referendo; III- iniciativa popular.

Vê-se que a Constituição Federal, desde seus artigos iniciais prevê a possibilidade de o povo exercer o poder de duas formas: ou de forma direta, ou por meio da eleição de representantes. O direito fundamental previsto e defendido em tal previsão constitucional ainda vai além do direito ao sufrágio, que se limita ao direito de votar e de ser votado, também prevendo a possibilidade do exercício do poder diretamente por meio da participação em plebiscitos, referendos e iniciativas populares.

Na forma de exercício representativa, o povo se faz representar por meio de cidadãos escolhidos através do processo eleitoral. Neste processo, indivíduos candidatam-se a representantes do povo, e são votados por ele. O alistamento e o voto, conforme determina o artigo 14 da Constituição Federal são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, e facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, não podendo alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. Temos em vigência em nosso país o sufrágio universal, que é a possibilidade de reconhecimento dos direitos políticos a todos os nacionais, não havendo restrições no tocante a pertencimento a determinado grupo, classe social ou qualificação.

Ressalte-se que a obrigatoriedade do voto se restringe ao dever de comparecer às urnas durante o pleito eleitoral, sendo absolutamente livre a escolha dos candidatos, podendo os eleitores inclusive votar em branco ou anular seu voto. O voto direto previsto no artigo 14 impõe que o voto dado pelo eleitor seja atribuído diretamente ao candidato ou ao partido político nos casos de voto em legenda partidária. Desta forma, veda-se qualquer interferência de instância intermediária, ou grupo de pessoas incumbidas de escolher os representantes. Trata-se, pois, do princípio da imediatividade dos votos.

Já na forma de exercício direta, temos como ferramenta o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Conforme disposto no artigo 49 da Constituição de 1988, em seu inciso XV, é da competência exclusiva do Congresso Nacional, dentre outras, autorizar referendo e convocar plebiscito, exceto nos casos previstos no próprio texto constitucional, tais como aqueles atinentes à alteração territorial, artigo 18, ou nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, artigo 2º, que versa sobre a alteração da forma e sistema de governo.

No Brasil, os institutos do plebiscito e do referendo receberam sua regulamentação em 1998, através da Lei nº 9.709. Ressaltamos que o artigo 3º da referida norma, dispõe que em questões de relevância nacional, e nos casos de alteração de organização político-administrativas constantes no parágrafo terceiro do artigo 18 da Constituição, o plebiscito e o referendo serão convocados por meio de decreto legislativo, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Perceba-se que não existe previsão para convocação de plebiscito ou referendo por iniciativa popular, restringindo-se tal convocação à esfera estatal. Parece-nos difícil de entender tal restrição como uma colocação inadvertida ou não intencional. Ao contrário, enxergamos na impossibilidade de convocação de plebiscitos e referendos por iniciativa popular, verdadeira e intencional limitação à democracia direta por parte do então Poder Constituinte Originário.

Desde a promulgação da Constituição Federal, 1998, até os dias atuais, foram realizados somente um plebiscito e um referendo. O plebiscito, previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴², foi realizado em 1993 para a escolha da forma e do sistema de governo, e o referendo, realizado em 2005, tratou acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no país.

A iniciativa popular encontra assento constitucional no artigo 61, parágrafo 2º da Carta Constitucional, e dispõe que a mesma poderá ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. Conforme disposto na lei 9.709/98, o projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto e não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, quatro leis foram promulgadas a partir da iniciativa popular, sendo elas: Lei 8.930/94 (Lei de crimes hediondos), Lei 9.840/99 (Lei de combate à compra de votos), Lei 11.124/05 (Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da ficha limpa).

Assim, em apertada síntese e considerando os dispositivos constitucionais e legais mencionados, pode-se concluir que o Brasil adota como forma de exercício da democracia o sistema semidireto ou misto, já que o ordenamento jurídico em vigor define a forma representativa quando determina o exercício do poder por meio da escolha de representantes do povo através

⁴² Art. 2º. No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País.

de eleições majoritárias ou proporcionais, e a forma direta quando autoriza o exercício do poder através da utilização dos institutos do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular.

Como vimos até este momento, somente as formas de participação democrática textualmente previstas na Constituição Federal não tem se mostrado suficientes para motivar o cidadão a participar da atividade política ou mesmo para manejar as ferramentas democráticas já regulamentadas. Na tentativa de alterar este panorama de baixa participação popular surgem ou fortalecem-se diferentes práticas democráticas a exemplo dos conselhos municipais, e do próprio orçamento participativo, objeto de considerações mais aprofundadas no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III – O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

III.I Experiências iniciais

Boaventura de Sousa Santos⁴³ afirma que os processos hegemônicos de globalização tem provocado a intensificação da marginalização e da exclusão social de grande parcela da população, e que este movimento fomentou inovações comunitárias e iniciativas populares que tentam promover a inclusão social abrindo espaço para a participação democrática em meio às “formas dominantes de desenvolvimento e conhecimento”⁴⁴.

Ponderando acerca do panorama brasileiro do fim da década de 70, Santos afirma que o debate político que culminou na elaboração da constituição de 1988 colocou em discussão novamente os direitos de cidadania, o fortalecimento do poder local e a descentralização política. Tal contexto político permitiu que as forças políticas de esquerda e as resistências organizadas remanescentes do regime militar iniciassem um quadro de inovação democrática por meio de experiências de participação popular em nível local, nos governos municipais. Dentre as forças políticas mencionadas, Santos destaca a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), que no final da década de 1980, “em coligação com outras forças políticas de esquerda, ganhou as eleições locais em várias cidades importantes – como São Paulo, Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Campinas, Vitória, Goiânia” e nelas introduziu inovações institucionais que “encorajaram a participação popular no governo municipal”.

Não restam dúvidas de que a inovação de maior sucesso foi o modelo de gestão pública chamado de “Administração Popular”, que tem por sua principal ferramenta o Orçamento Participativo. Esta ferramenta foi implantada

⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Org. Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002. p. 457.

⁴⁴ *Idem* item 43, p. 458.

pela primeira vez em 1989, no município de Porto Alegre, pela coligação Frente Popular, composta pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Comunista Brasileiro⁴⁵ e com seu êxito e multiplicação, passou a ser considerada, assim com os conselhos municipais uma das experiências de inovação participativa na democracia mais difundida no Brasil, sendo aplicada, entre outros, nos municípios de Belém no Pará (Gestão 1993-2004), Santo André em São Paulo (Gestão 1989-1992), Aracaju no estado de Sergipe (Gestão 1997-2000), Londrina no Paraná (Gestão 1993-2004) e Belo Horizonte em Minas Gerais (Gestão 1993-2004)⁴⁶. Além da experiência nacional o orçamento participativo adquiriu evidência internacional sendo aplicado nos municípios de Saint-Denis na França, Rosário na Argentina, Barcelona na Espanha, Toronto no Canadá e Bruxelas na Bélgica⁴⁷.

Conforme estudo realizado por Marquetti, citado por Fedozzi, o número de municípios no Brasil que implantaram o programa cresceu de forma expressiva. Entre 1989 e 1992 eram 12 municípios; entre 1993 e 1996 passaram a ser 36 municípios; entre 1997 e 2000 foram 103 municípios, e de lá para cá esse número tem continuado a aumentar. O programa em questão é defendido como sendo uma forma de ampliar e aprofundar a democracia, permitindo a intervenção direta da população nas políticas públicas, reequilibrando a relação entre a democracia participativa e a representativa. Ressalte-se que após as experiências iniciais o programa foi implantado não somente por governos petistas, mas também por outros partidos políticos.⁴⁸

⁴⁵ FEDOZZI, Luciano. Inovações democráticas na gestão pública: A experiência do orçamento participativo de Porto Alegre (Brasil). 1998. p.2. - Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/118.pdf>. Último acesso em 28/01/2014

⁴⁶ COSTA, Danielle Martins Duarte. Vinte anos de Orçamento Participativo: Análise das experiências em municípios brasileiros. 2010. p.9 - Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewArticle/3190> Último acesso em 28/01/2014

⁴⁷ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1 Último acesso em 27/02/2013

⁴⁸ Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100003> Último acesso em 18/07/2013

O Orçamento Participativo, segundo Santos, representou uma efetiva “inovação institucional que visava garantir a participação popular na preparação e na execução do orçamento municipal e, portanto, na distribuição dos recursos e na definição das prioridades de investimento”⁴⁹.

Esta inovação institucional citada por Santos, experimentada de forma embrionária em Porto Alegre teve seu ciclo de funcionamento, em linhas gerais configurado da seguinte forma: o ciclo inicia-se com as reuniões preparatórias, após, realiza-se a rodada única de Assembleias Regionais e Temáticas e por fim ocorre a Assembleia Municipal.

As reuniões preparatórias ocorrem após a prestação de contas do poder executivo e a apresentação do Plano de Investimentos e Serviços para o ano seguinte. Tais reuniões que tem por finalidade prestar contas, apresentar o Plano de Investimentos municipal, apresentar o Regimento Interno do Orçamento Participativo, discutir as Prioridades Temáticas, estabelecer os critérios para Chapa de Conselheiros⁵⁰, dentre outras, são acompanhadas por representantes das secretarias e autarquias municipais que prestam informações e discutem a possibilidade da execução dos programas para atendimento das demandas.

Nas Assembleias Regionais e Temáticas, a população participante escolhe quais serão as prioridades orçamentárias circunscritas a cada uma das regiões administrativas, elege seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas⁵¹.

⁴⁹ *Idem* item 43, p. 461.

⁵⁰ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=18

⁵¹ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1

O último ato do ciclo é a realização da Assembleia Municipal, que se destina a dar posse aos novos conselheiros do Orçamento Participativo e encaminhar ao Governo a listagem que, seguindo um critério de prioridades, contém as obras e os serviços demandados para todo o município.

Para que os ciclos do Orçamento Participativo se completem e as demandas sejam satisfeitas, Fedozzi⁵² afirma que o programa deve ser guiado por três princípios básicos: primeiramente devem existir regras universais de participação em instâncias institucionais e regulares de funcionamento; em segundo lugar, é necessário que haja um método objetivo de definição dos recursos para investimentos, referentes a um ciclo anual de orçamentação do município; e por último, um processo decisório descentralizado tendo por base a divisão da cidade em regiões orçamentárias, nas quais podem fazer parte um ou mais bairros ou distrito, utilizando-se como parâmetro para a divisão, elementos como densidade populacional, localização geográfica, semelhanças ou particularismos regionais, etc. Avritzer⁵³ afirma que:

“o OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a participativa baseada em quatro elementos: a primeira característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detêm enquanto resultado de um processo representativo a nível local. A soberania é cedida a um conjunto de assembleias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de universalidade participativa. Todos os cidadãos são tomados, automaticamente, membros das assembleias regionais e temáticas com igual poder de deliberação; em segundo lugar, o OP implica na reintrodução de elementos de participação a nível local, tais como as assembleias regionais e de elementos de delegação, tais como os conselhos, a nível municipal representando portanto uma combinação dos métodos da tradição de democracia participativa; em terceiro lugar, o OP baseia-se no princípio da auto-regulação soberana, isso é, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o OP a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa, na qual as regras de deliberação são determinadas pelos próprios participantes (...); em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de

⁵² *Idem* item 45. p.3.

⁵³ AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. Disponível em:

http://www.democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/orcameto_participativo_e_teori_a_democratica_-_leardo_avritzer.pdf p.5. Último acesso em 27/02/2013

reversão das prioridades de distribuição de recursos a nível local através de uma fórmula técnica (que varia de cidade para cidade) de determinação de prioridades orçamentárias que privilegia os setores mais carentes da população”⁵⁴.

O autor alega que para a existência do orçamento participativo são necessárias quatro características, quais sejam: vontade política; densidade associativa; elementos do desenho institucional; e capacidade administrativa e financeira para implantar a proposta.

Após analisar tais elementos no caso de Porto Alegre, Avritzer atribui o sucesso da experiência à “capacidade de crescimento da participação no OP” e à “consolidação político-eleitoral da administração”, sendo estes componentes do pilar democrático; à “presença constante das associações de moradores no OP e a capacidade do OP de ter se tornado a forma dominante de distribuição de recursos públicos da cidade”, sendo este o pilar associativo-deliberativo; à “capacidade de introduzir as assembleias regionais conciliando-as com a forma de conselho” e “a capacidade de redesenhar as regiões da cidade de modo a adequá-las ao processo deliberativo e a capacidade de criar novas instituições” sendo este o pilar referente ao desenho institucional; e por fim, “à capacidade distributiva do OP abordada acima e sua vinculação com o processo de reforma do Estado”⁵⁵.

Assim como assinalado por Avritzer, além da vontade política e da presença dos demais elementos citados, vislumbramos especial importância à existência de recursos financeiros e tributários e à capacidade da administração de gerar fundos para implementar as políticas participativas. Entendemos que a existência de recursos financeiros para a execução das prioridades orçamentárias representa um fator determinante para o desenvolvimento do programa, e que sua ausência, por si só pode ser decisiva para o insucesso da proposta.

⁵⁴ *Idem* item anterior. pp.3/4.

⁵⁵ *Ibidem*, p.18

Adalmir Marquetti⁵⁶ ressalta a capacidade de organização e saúde financeira como um dos fatores determinantes para o sucesso do Orçamento Participativo de Porto Alegre:

A relevância de encontrar uma solução para os problemas financeiros existentes e a reforma tributária então implementada não podem ser subestimadas. Estes fatores são um dos pilares que garantiram o aparecimento do OP na cidade. A saúde financeira do governo municipal foi mantida ao longo do período e os investimentos passaram a ser financiados, em boa medida, com recursos próprios. As receitas de capital que representaram 5% em média do total da receita arrecadada pela administração centralizada no período 1982-1988 caíram para 2% no período 1989-2000

Ele aduz que quando o programa do OP foi implantado em Porto Alegre, o município estava com uma baixíssima capacidade de investimento, e que se tal situação econômica fosse mantida, existia uma grande probabilidade de a iniciativa não prosperar.

Marquetti defende que “Um nível mínimo de recursos que depende das particularidades locais precisa ser oferecido para que os cidadãos possam participar da decisão de como empregar este dinheiro”. Ao concluir seu estudo acerca da capacidade redistributiva do Orçamento Participativo de Porto Alegre, o autor assevera:

O fato de o OP possuir um caráter redistributivo possui grande relevância na medida em que o número de cidades brasileiras com práticas similares aumenta. Se nestas cidades a experiência de Porto Alegre for reproduzida em parte, a população de baixa renda passará a contar com um instrumento poderoso para reduzir os elevados níveis de desigualdade que caracterizam a sociedade brasileira. (...) A adaptação do OP em outras cidades deveria privilegiar as ações que objetivam aumentar o efeito redistributivo dos gastos públicos. (...), a atratividade do OP está no fato de que a própria população pode propor e decidir, não somente sobre os programas de combate à pobreza, como também sobre o futuro de suas cidades⁵⁷.

⁵⁶ MARQUETTI, Adalmir. Participação e Redistribuição: o Orçamento Participativo de Porto Alegre. p.9 Disponível em http://www.libertadesciudadanas.cl/documentos/docs/participacao_redistribuiacao.pdf, último acesso em 07/01/2014.

⁵⁷ *Idem*.

Outra experiência que merece destaque por seu histórico e consolidação foi a realizada no município de Belo Horizonte/MG, a partir de 1993. Azevedo⁵⁸, ao tratar das condições existentes para a implantação do orçamento participativo no referido município, afirma que:

“No caso de Belo Horizonte, o Orçamento Participativo tem início em 1994, contando com algumas condições prévias favoráveis à sua implementação. Ainda que de maneira tímida, a articulação com as instâncias organizadas da sociedade já estava presente em vários dos setores da máquina pública municipal, manifestando-se desde o final dos anos 70 através da criação de administrações regionais dotadas, num segundo momento, de Conselhos Comunitários representativos, além da instituição de programas tais como o PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades e o PROPAR - Programa Participativo de Obras Comunitárias.”

Aliadas às condições citadas, o autor destaca como ponto que contribuiu para o bom desempenho do programa em Belo Horizonte, a existência de condições internas favoráveis na administração pública, tais como a existência de pessoal qualificado, a força política da Secretaria de Planejamento e de seu “controle de importantes "recursos críticos" de natureza orçamentária” e ainda um bom sincronismo de trabalho estabelecido entre o referido órgão e a Secretaria Municipal de Fazenda.

Azevedo ressalta a importância do arranjo institucional para o sucesso do programa quando aduz que (...) “antes de abrir a discussão com os setores organizados da sociedade, logrou-se pactuar, internamente à Prefeitura, uma proposta consensual de Orçamento Participativo”⁵⁹. Após a concretização deste acordo, a Administração Pública dividiu o município em 9 Regiões Administrativas e passou então à realização das assembleias em cada uma delas, nas quais os moradores receberam as informações sobre os recursos destinados àquela localidade. Além dessas assembleias iniciais, à época, mais duas foram realizadas, com fins de escolha das demandas das sub-regiões e

⁵⁸ AZEVEDO, Sérgio de; Guia, Virgínia Rennó dos Mares. Reflexões sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte : potencialidades e desafios. Publicado na Revista Cadernos CRH, vol. 35, UFBA, julho / dezembro de 2001. p.7.

⁵⁹ *Idem.* p.8.

eleições dos primeiros delegados responsáveis pela defesa das mesmas no Fórum Regional.

Antes da apresentação das demandas das sub-regiões no Fórum Regional, os delegados eleitos possuem a atribuição de ir às localidades para verificação das condições dos locais onde os investimentos serão feitos, para a partir de então, organizar a lista prioritária contendo as demandas a serem levadas para apresentação no Fórum Regional. Neste Fórum, além da apresentação das prioridades, são escolhidos os membros que representarão as regiões junto à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento. Realizada esta etapa e concluída a peça orçamentária, esta deve ser apresentada em um Fórum Municipal, e posteriormente encaminhada à Câmara de Vereadores para votação, fechando o ciclo do Orçamento Participativo.

Fazendo uma análise do OP Azevedo, afirma:

A própria dinâmica do Orçamento Participativo é dotada de grande potencial educativo, significando ganhos em várias dimensões da cidadania. Tal como concebido, o processo através do qual é elaborado permite que, a partir de demandas particularistas e através de um processo de filtragem e de negociações sucessivas, sejam discutidas questões mais amplas da cidade. Permite, ainda, a implementação de políticas redistributivas e compensatórias de solidariedade frente aos mais necessitados que se diferenciam das tradicionais⁶⁰.

Parece-nos assim que, com base nas discussões apresentadas, os estudiosos do tema, de modo geral, reconhecem que o Orçamento Participativo é um instrumento dotado da capacidade de promover mudanças positivas no tocante à redistribuição de renda e inversão de prioridades orçamentárias, mas que para tanto, depende de inúmeras variáveis, que vão desde a densidade ou tradição associativa da localidade, passando pela capacitação dos servidores públicos envolvidos no projeto, pela disponibilidade financeira do ente federativo, até chegar na vontade política dos governantes, e que se algum

⁶⁰ Idem.

destes fatores interferir negativamente, existe um grande risco de o projeto como um todo perder sua funcionalidade e eficácia.

A partir deste momento, passaremos a analisar o orçamento participativo implantado no município de Macaé, avaliando e apontando suas peculiaridades e resultados em busca de indicadores de eficiência do programa.

III.II O Orçamento Participativo de Macaé

Iniciamos este tópico ressaltando que a característica da capacidade distributiva supracitada foi determinante no momento em que fizemos a escolha do município de Macaé como campo de nosso estudo, tendo em vista seu panorama de abundância de recursos financeiros, vez que o município encontra-se incluído no rol dos municípios que recebe os *royalties* da produção de petróleo, detendo, desta forma, uma grande capacidade de investimento⁶¹.

Passaremos a partir deste momento, a traçar, em linhas gerais, as características e as ações tomadas pela Administração Pública para que em 2010 pudesse ocorrer implantação do Orçamento Participativo do município de Macaé.

Em 2008, foi aprovada na Câmara Municipal de Macaé, a Emenda Revisional de número 55, que, dentre outras disposições, incluiu na Lei Orgânica Municipal o artigo 122-A que passou a ter a seguinte redação: “O orçamento participativo será consubstanciado pela manifestação direta dos cidadãos, na forma da lei”.

⁶¹ Os royalties são uma compensação financeira devida aos Estados pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro e são distribuídos aos estados e municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Fundo Social e ao Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa os valores mensalmente, de acordo com os critérios definidos em legislação específica. Os royalties incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional, até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A Secretaria, então, promove os referidos repasses dos royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela Agência Nacional do Petróleo. Fonte: www.camara.gov.br/sileg/integras/634110.pdf

No ano de 2010, foram realizadas 39 reuniões preliminares para implantação do programa entre os meses de julho e agosto, em todas as localidades do município⁶². Em tais reuniões prévias, o programa do Orçamento Participativo foi apresentado e as informações gerais sobre o mesmo foram passadas para a população.

Em 16 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei Municipal nº 3.432 que criou o Orçamento Participativo no município. Após a aprovação da Lei, iniciou-se um novo ciclo de reuniões com os representantes de todos os setores administrativos que teve seu término em 9 de setembro de 2010. Neste segundo ciclo, os delegados foram eleitos e foram definidas, por meio de indicações as prioridades de cada localidade que foram encaminhadas as Secretarias para que fosse realizado um estudo da viabilidade técnica das demandas. Após a conclusão do estudo técnico, as obras definidas foram encaminhadas para a Secretaria Municipal de Planejamento para a inserção na Lei Orçamentária Anual de 2011, que foi esta aprovada pela Câmara dos Vereadores no dia 15 de dezembro de 2010.

Em seguida à aprovação da Lei Orçamentária Anual, dia 16 de dezembro de 2010, foi realizado o Fórum de Delegados no auditório do Paço Municipal, e neste Fórum deu-se a apresentação das indicações e a aprovação do o regimento interno do Orçamento Participativo.

Em apertada síntese, esta foi a dinâmica das ações tomadas que culminaram com a aprovação da LOA de 2011, contendo, pela primeira vez no município, indicações orçamentárias provenientes de debates abertos com a população. Para que possamos, porém, entender de forma mais apropriada o funcionamento do programa, devemos, além de conhecer os fatos e a dinâmica externa, nos debruçar sobre a normatização trazida pela Lei Municipal nº 3.432/2010 e pelo Regimento Interno aprovado.

⁶² Fonte: Portal na internet do Município de Macaé. <http://www.macaee.rj.gov.br/> último acesso em 06/03/2014

O artigo 1º da lei citada dispõe sobre a criação do programa do Orçamento Participativo e define sua finalidade como sendo a promoção de uma gestão compartilhada e o exercício da cidadania com vistas à concepção, ao planejamento e à implantação das políticas públicas orçamentárias. Em seu parágrafo único, o programa é definido como sendo um processo que envolve análise, proposição, debates e deliberação acerca das prioridades orçamentárias, com vias a promover o resgate da cidadania e à melhoria da qualidade do planejamento público, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar e contribuir na elaboração do Orçamento Municipal.

A previsão legal referida, ao nosso sentir, se coaduna com o posicionamento teórico adotado para este estudo acerca da participação do cidadão individualmente considerado, como agente capaz de interferir no processo de tomada das decisões públicas, apesar das já noticiadas críticas existentes. Como já justificado, este posicionamento parece-nos ser o que melhor permite a análise dos instrumentos e especificamente a forma de participação popular adotada no Orçamento Participativo.

A Lei em comento trouxe sob a forma de “propósitos”⁶³ do Orçamento Participativo: o incentivo às pessoas a tornarem-se cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas municipais; o aumento o interesse da sociedade em relação à gestão pública, para que haja o efetivo exercício da cidadania; a criação de uma sinergia de ajuda política e movimentação de massas para resolver questões principais e urgentes, estabelecendo uma escala de prioridades; a instituição de mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos públicos; a promoção de centros de discussão, palestras e similares, envolvendo todos os participantes de forma a levantar demandas pontuais e a prever suas soluções; a gestão dos recursos públicos, de forma compartilhada entre governo e população; o estímulo à participação

⁶³ Artigo 2º, *caput*, da Lei Municipal 3.432/2010

popular de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública trabalhe de forma integrada para a satisfação dos interesses da população.

Perceba-se que, ainda que existente grande lapso temporal entre a primeira prática em Porto Alegre em 1989 e a implantação do programa em Macaé no ano de 2010, parece-nos que os objetivos gerais e metas se apresentam ainda muito próximos aos originalmente defendidos pela chamada “Administração Popular”, ainda que o programa não tenha sido implementado em Macaé/RJ pelo Partido dos Trabalhadores⁶⁴.

No que tange ao funcionamento do programa no município de Macaé, destacamos o teor da redação do artigo 4º da Lei Municipal nº 3.432/10, alterada pela Lei 4.026/2014 que prevê que a metodologia aplicada deverá ser elaborada juntamente com a população, trazendo, porém uma recomendação que sinaliza o que poderíamos considerar como sendo ações indispensáveis e mínimas para a implementação do OP:

Art. 4º A metodologia a ser seguida deverá ser elaborada com a participação popular, recomendando-se o seguinte:

I – divisão do Município em Setores Administrativos – base geográfica de acordo com a Lei Complementar Municipal nº214/2012 que dispõe sobre o Reordenamento Territorial do Município de Macaé, levando em conta os critérios de afinidade política e cultural entre as populações locais;

II – definição dos eixos temáticos:

- a) saúde e assistência social;
- b) desenvolvimento econômico, tributação e turismo;
- c) educação, cultura e lazer;
- d) esporte;
- e) mobilidade urbana e transporte;
- f) organização da cidade e desenvolvimento urbano;
- g) habitação;
- h) saneamento e iluminação pública;

III – estabelecimento de prioridades temáticas por região;

IV – cronograma das atividades;

V – Regimento Interno;

VI – construção de um modelo a ser adotado.

Parágrafo único. As necessidades serão diagnosticadas nas bases geográficas, cuja população selecionará suas prioridades temáticas, hierarquizando as obras e serviços em cada tema.

⁶⁴ O Prefeito em exercício, Sr. Riverton Mussi Ramos, em 2010 encontrava-se filiado ao Partido do Movimento Democrático do Brasil – PMDB.

A Lei sob análise, em seu artigo 6º cria o Conselho do Orçamento Participativo no Município – COP, determinando a participação popular nos processos de elaboração das peças orçamentárias e a fiscalização de sua execução e conferindo ao Conselho a atribuição de coordenar o Orçamento Participativo, com especial atenção para que prevaleça o interesse coletivo. O Conselho do Orçamento Participativo que terá sua composição detalhada nos próximos parágrafos, teve a título de composição original a obrigatoriedade da presença de representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos núcleos geopolíticos.

Os Conselheiros eleitos, para fins de exercício de suas funções eram legalmente obrigados, no exercício de suas funções, a acatar na elaboração do Orçamento Participativo o Plano Plurianual e o Plano Diretor do Município, bem como os limites estabelecidos pela Lei Orgânica do Município e na Lei de Responsabilidade Fiscal⁶⁵.

Os Conselheiros do Orçamento Participativo tiveram como atribuição legal, ainda, o dever de socializar o conhecimento sobre o processo orçamentário em seus aspectos técnicos e políticos; discutir a compatibilidade entre o plano de governo e a participação popular; discutir textos sobre Orçamento Participativo; explicitar os motivos da adoção da metodologia a partir de discussões em que participe toda a equipe de governo, delineando as linhas de sua aplicação; avaliar a conjuntura nacional, estadual e local sob a qual o processo transcorrerá; discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento e no acompanhamento da execução orçamentária; socializar e explicitar a metodologia entre a equipe de governo e os servidores públicos envolvidos; preparar a equipe para as inovações necessárias; definir estratégias para relacionamentos com os setores políticos da cidade; assegurar qualidade na coordenação e articulação do processo, constituindo equipe com disponibilidade e capacidade para a ação necessária; estabelecer critérios para composição do grupo; elaborar regimento interno do

⁶⁵ Artigo 8º, parágrafo único, da Lei Municipal 3.432/2010

grupo; definir a dinâmica de trabalho; assegurar reuniões e atividade regulares; definir local apropriado como central de trabalho do grupo; solicitar, se necessário, a contratação de assessoria experiente para dar apoio conceitual e metodológico ao grupo; verificar e pressionar pelo cumprimento das decisões populares; monitorar o comportamento das receitas; acompanhar as despesas decididas em assembleia; observar o processo de alteração do orçamento através de suplementação e remanejamentos; garantir a continuidade do processo; e definir uma forma de acompanhamento e prazo para avaliação. Destaque-se que não são poucas as atribuições do referido órgão, o que evidencia sua importância para o funcionamento do orçamento participativo.

O Conselho do Orçamento Participativo recebeu, ainda, a atribuição legal de encaminhar os projetos aprovados a cada órgão da administração atendendo-se a pertinência de cada pasta, e uma vez incluídos nas propostas orçamentárias das Secretarias, encaminhá-las para a Secretaria Municipal de Planejamento para que sejam incluídas no projeto de Lei Orçamentária Anual a ser remetido para a Câmara Municipal.

Destaque deve ser feito ainda para a alteração realizada no artigo 7º da Lei Municipal nº 3.432/10, pela Lei 4.026/2014, na qual foi suprimida da composição do Conselho do Orçamento Participativo a participação de integrantes das entidades profissionais, entidades sindicais, entidades de empresários, incluindo-se no referido artigo o parágrafo único que prevê que o mandato do Conselheiro será de dois anos, podendo o mesmo ser reeleito por mais dois anos. Acreditamos que a referida alteração é deveras prejudicial no que se refere à heterogeneidade da composição do Conselho, que ficará, com a alteração de 2014, praticamente composto por integrantes dos órgãos oficiais, ou seja, mais distante dos setores da sociedade, uma vez que suprimida sua participação.

Uma questão que merece o devido relevo é o fato de que desde a data da aprovação e publicação da Lei 3.432 em 2010 até junho de 2014, não havia sido feita a edição do Decreto necessário para regulamentar as atividades do

Conselho do Orçamento Participativo, não tendo o mesmo o regramento necessário para que seus atos tivessem valor jurídico e em decorrência de tal omissão, o referido órgão permaneceu esvaziado.

Assim sendo, em que pese o Conselho do Orçamento Participativo ter sido formalmente criado em 2010, a ausência de sua regulamentação durante os anos de execução do programa, inviabilizaram seu funcionamento, e suas atribuições ou foram pulverizadas entre os demais participantes de maneira informal, ou simplesmente não foram exercidas. A inércia do Poder Executivo em regulamentar o funcionamento do Conselho decerto impediu o controle e a fiscalização do programa de forma eficaz, já que o órgão de controle do programa não gozava de legitimidade para atuar perante a Administração Pública. Tal estado de anomia, ou falta de regulamentação, nos remete aos já citados ensinamentos de Avritzer quando trata a vontade política como sendo um pilar essencial para o funcionamento do programa, pilar este, que uma vez inexistente ou viciado, se demonstra capaz de retirar do programa sua eficiência ou comprometer seu funcionamento.

Retornando à análise da estrutura do programa, temos que os Delegados, eleitos nas reuniões realizadas nos Setores Administrativos, terão a função primordial de representar suas comunidades nas atuações e decisões do Conselho do Orçamento Participativo. Serão eleitos um delegado titular e um suplente por bairro/localidade, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e os escolhidos terão as atribuições de: participar das reuniões periódicas organizadas pelos Conselheiros e das reuniões temáticas; apoiar na divulgação dos assuntos tratados em âmbito do Conselho; participar das comissões temáticas, colaborando na construção das diretrizes políticas, bem como no acompanhamento e na fiscalização das ações definidas nas reuniões do Conselho; sugerir, quando for o caso, como membro do Conselho, sobre qualquer impasse ou dúvida que acaso surja no processo de elaboração do Orçamento; propor e discutir os critérios para seleção de demandas e/ou de temas.

Por fim, mas não menos importante, destacamos a redação do artigo 12 da Lei 3.432/2010, também alterada pela Lei 4.026/2014 que determina que a dotação orçamentária destinada ao Orçamento Participativo abrangerá inicialmente o importe de 5% (cinco por cento) das despesas de investimentos⁶⁶.

A normatização adotada pelo município de Macaé estabelece uma dotação percentual específica, sem que, porém trate dos casos de interesse em utilização de um percentual maior do que o estabelecido, ou tenha previsão de qualquer sanção para o caso da não destinação do percentual fixado. A alteração normativa mencionada tratou somente de substituir a expressão “receitas de investimentos” que constava no texto original por “despesas de investimentos” corrigindo assim o erro material constante da redação anterior. Entendemos que a ausência de previsão sancionatória específica para os casos da execução de um percentual menor que o fixado na lei representa um problema grave no que tange ao compromisso de cumprimento das ações propostas pelo programa, na medida em que as prioridades apontadas e autorizadas nas leis orçamentárias caso não sejam executadas, não terão qualquer consequência jurídica para o administrador.

Passando à análise do Regimento Interno aprovado em 16 de dezembro de 2010, iniciamos destacando o artigo 5º que trata dos Núcleos Geopolíticos Orçamentários ou Setores Administrativos. O dispositivo determina que o Município será dividido em Núcleos Geopolíticos, que constituem a base geográfica da participação popular para efeitos do Orçamento Participativo, e tal divisão levará em conta critérios de afinidade política, econômica, social e cultural entre as populações locais. Tais Núcleos Geopolíticos foram divididos inicialmente da seguinte forma:

⁶⁶ A Lei Federal 4.320/1964, em seu artigo 12, parágrafo 4º, determina que classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

I – Setor Administrativo Azul – 01:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
IMBOASSICA	Guanabara, Vila Imboassica, Parque de Tubos, Área da UENF.
LAGOA	Mirante da Lagoa, Jardim Guanabara, Recanto da Lagoa, Vista da Lagoa, São Marcos (parte), Áreas da ETF.
VALE ENCANTADO	Condomínio Lagoa Azul, Bosque dos Cavaleiros, Novo Cavaleiro (parte), Granja dos Cavaleiros (parte)
GRANJA DOS CAVALEIROS	Granja dos Cavaleiros (parte), São Marcos (parte), Jardim dos Cavaleiros, Parque Aurora, Novo Cavaleiros (parte), Condomínio Alameda da Lagoa.
GLÓRIA	Loteamento da Glória (prolongamento), Leda, Luamar, Sulmar, Francisco Chagas, San Carlos, Sossego da Praia dos Cavaleiros, Condomínio Bosque dos Passarinhos, Condomínio Graziela, Mirante dos Cavaleiros, Duque de Caxias, Novo Cavaleiros (parte), Granjinha, Cancela Preta, <i>Sun House</i> , Filotonia
CAVALEIROS	Loteamento da Glória (praia), Jardim Balneário dos Cavaleiros (praia), Morada das Garças, Vivendas da Lagoa, Parque Caxias;

II – Setor Administrativo Amarelo – 02:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
RIVIERA FLUMINENSE	Novo Horizonte, Vila Cohapet, Sol y Mar, Maenduará, São Fidélis, Riviera Fluminense, Village Residencial, Riviera, Maringá (parte), Campo D'Oeste (parte), Vilas na Alameda Etelvino Gomes, Parque Francisco Alves Machado;
PRAIA CAMPISTA	Loteamento Costa do Sol, Praia Campista e áreas entre as linhas férreas;

VISCONDE DE ARAÚJO	Novo Visconde, Sossego do Visconde, Campo Grande, Visconde de Araújo, Bela Vista, Floriano Neves, Granja Campo Grande, Granja Maria Luiza, Vila Samaria, Ponta do Triângulo, Renée Ville, Lafe, Vila São Jorge, Village dos Cavaleiros, Vila Muriá (lado esquerdo), Maringá (parte), Campo D'Oeste (parte até a Rua Jonas Mussi)
MIRAMAR	Granja Miramar, Jardim Pinheiro, Sant'Anna, Miramar, Pinheiro, Monte Castelo, Vila Muriá (lado do Castelo);

III – Setor Administrativo Verde – 03:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
AROEIRA	Nova Aroeira, Morro de Sant'Anna, Morro de São Jorge, Aroeira, Monte Elízio, Linda Vista, Paraíso, Jardim Santo Antonio, Santa Mônica, Nova Macaé;
BOTAFOGO	Proletariado, Loteamento Botafogo, Vila Virgem Santa, Malvinas, Romão;
VIRGEM SANTA	Gleba Virgem Santa, Virgem Santa, Botafogo (parte).

IV – Setor Administrativo Vermelho – 04:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
CENTRO	São Luiz, Queiroz Mattoso, Centro, Pio XII
CAJUEIROS	Destilaria (parte), Santa Izabel, Cajueiros, Abílio Moreira de Miranda, Morro do Carvão, Vila Léon Denis, Proletário.
IMBETIBA	Parque Valentina Miranda, Parque Siqueira, Imbetiba, Bosque Imbetiba, Beira-Mar, Condomínio Hilson Fernandes, Vila dos Atletas, Moreira Taboada, Jardim Viaduto, Áreas do Exército a da Petrobrás,

V – Setor Administrativo Vinho – 05:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
BARRA DE MACAÉ	Brasília, Nova Holanda, Servidores, Barra de Macaé, Village Park, Fronteira, Área do INCRA, Gleba Mato Escuro (parte), Gleba Nossa Senhora da Ajuda (parte), Ilha da Caieira.
AJUDA	Chácara Itaparica e São José, Nossa Senhora da Ajuda, Gleba Mato Escuro (parte), Gleba Nossa Senhora da Ajuda (parte).

VI – Setor Administrativo Marrom – 06:

BAIRROS	LOCALIDADES / LOTEAMENTOS COMPREENDIDOS
PARQUE AEROPORTO	Recanto da Paz, Recanto do Lazer, Parque Aeroporto (ou CEHAB), Vila Badejo, Las Palmas, Maria Cristina, Jardins do Aeroporto, Gleba Mato Escuro (parte), Parque Atlântico (parte), São José do Barreto (parte).
SÃO JOSÉ DO BARRETO	Parque Atlântico (parte), São José do Barreto (parte).
LAGOMAR	Parque Lagomar (Engenho da Praia), Balneário Lagomar, Praia da Cigana, Santa Rosa, São José do Barreto (parte).
CABIÚNAS	CODIN, Cidade Nova, Área da Petrobrás (Estação Cabiúnas).

VII - Setor Administrativo Bege - 07: Sana.

Sana Urbano, Sana Rural (Barra do Sana e Cabeceira do Sana), Areia Branca, Bicuda Grande/Duas Barras, Bicuda Pequena e Serro Frio.
--

VIII - Setor Administrativo Laranja - 08: Glicério (sede).

Glicério, Ciriaca, Óleo, Serra da Cruz, Trapiche, Frade Urbano e Frade Rural.

IX - Setor Administrativo Cinza - 09: Córrego do Ouro.

Córrego do Ouro Urbano e Córrego do Ouro Rural.

No Anexo IX deste estudo encontram-se os mapas das regiões administrativas, denominadas Setores Administrativos que como visto, são identificados por cores e números.

O Município de Macaé, para fins administrativos, é dividido em 06 (seis) distritos: A) – 1º Distrito - Macaé sede, compreendendo: 1º Subdistrito – Barra de Macaé; 2º Subdistrito – Aeroporto, abrangendo os bairros de Ajuda e Parque Aeroporto, áreas para expansão urbana e parte da área rural; 3º Subdistrito – Cabiúnas, abrangendo os bairros de São José do Barreto, Lagomar e Cabiúnas, área para expansão urbana e parte da área rural; 4º Subdistrito – Imboassica, abrangendo os bairros de Imboassica, Lagoa, Vale Encantado, Granja dos Cavaleiros, Glória e Cavaleiros e área de expansão urbana; 5º Subdistrito – Centro, abrangendo os bairros Praia Campista, Riviera Fluminense, Visconde de Araújo, Miramar, Aroeira, Virgem Santa, Botafogo, Centro, Imbetiba e Cajueiros; 6º Subdistrito – Nova Cidade, abrangendo a área para expansão urbana localizada ao longo da RJ-168, em direção à BR-101; B) – 2º Distrito – Córrego do Ouro; C) – 3º Distrito – Cachoeiros de Macaé; D) – 4º Distrito – Glicério; E) – 5º Distrito – Frade; F) – 6º Distrito – Sana. Posteriormente foram criados os setores administrativos X e X, Azul Escuro e Branco, respectivamente, desmembramentos de outros setores.

Seguindo-se na análise do Regimento Interno, merece destaque o artigo 6º que define as instâncias do OP, sendo estas: **I** - as Plenárias dos Núcleos Geopolíticos; **II** - os Fóruns de Delegados; **III** - o Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

As Plenárias dos Núcleos Geopolíticos representam a instância inicial do processo de levantamento e discussão das demandas comunitárias, e se

destinam a definir as matérias orçamentárias. Tais reuniões são abertas à comunidade em geral, e são realizadas em dois momentos distintos: Num primeiro momento, são denominadas Plenárias Informativas e se destinam a prestar contas do exercício anterior, com exceção da primeira reunião; levantar as demandas comunitárias; discutir as propostas iniciais sob o ponto de vista do Orçamento Participativo; apresentar o regimento interno; explicar o processo do Orçamento Participativo.

Em um segundo momento, ocorrem as Plenárias Deliberativas, que se destinam a selecionar e hierarquizar as demandas priorizadas nas Plenárias Informativas para compor o Plano de Investimento do ano seguinte, as quais serão apresentadas para apreciação no Fórum de Delegados; eleger delegados por núcleo geopolítico para constituição de Fóruns, para mandato de dois anos, permitida a recondução; eleger o Conselho do Municipal Orçamento Participativo (COP); e aprovar alterações no regimento interno. Nestas reuniões, os moradores dos bairros que compõem o Núcleo, com mais de 16 anos e com residência comprovada terão direito à voz e voto.

O Fórum de Delegados representa a instância de deliberação máxima destes enquanto legítimos representantes das comunidades, eleitos nas Plenárias de Núcleos Geopolíticos, e terão sob sua responsabilidade as obrigações de estabelecer e aplicar os critérios a serem utilizados para a escolha das prioridades orçamentárias; sistematizar as discussões iniciadas nas Plenárias de Núcleos Geopolíticos, elegendo as metas e prioridades referentes ao Orçamento Participativo; deliberar sobre a destinação de recursos para a concretização das metas e prioridades orçamentárias aprovadas nas Plenárias de Núcleos; eleger delegados, um titular e um suplente, por bairro que integre o Núcleo Geopolítico, para a constituição do Conselho do Orçamento Participativo - COP; e destituir os Delegados que não atendam às expectativas de seu bairro, omitindo-se e não procurando defender suas atribuições. Encontram-se definidas no artigo 15 do Regimento Interno as atribuições dos Delegados.

A última instância do OP definida em Lei é o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que conforme já afirmado permaneceu sem regulamentação até o ano de 2014. Por determinação do Regimento Interno⁶⁷, o Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COP ficará vinculado administrativamente à Câmara Permanente de Gestão - CPG, que providenciará o apoio logístico para seu funcionamento.

A título de organização e classificação das propostas, o Orçamento Participativo terá os seguintes eixos temáticos: saúde e assistência social; desenvolvimento econômico, tributação e turismo; educação, cultura e lazer; esporte; mobilidade urbana e transporte; organização da cidade e desenvolvimento urbano; habitação; saneamento e iluminação pública; e outros de interesse da comunidade.

As prioridades definidas pelos Núcleos Geopolíticos devem respeitar os seguintes critérios: I – o atendimento ao maior número de moradores do Núcleo Geopolítico; II – a escolha das demandas que estejam dentro dos limites destinados ao Núcleo Geopolítico; III – a viabilidade técnica do empreendimento, respeitando-se à legislação ambiental e às orientações do Plano Diretor.

III.III – Exposição dos dados demográficos da pesquisa.

Antes de adentrarmos na exposição dos dados orçamentários da pesquisa, traremos informações estatísticas populacionais por setor administrativo, realizadas e fornecidas à esta pesquisa pelo Programa Macaé Cidadão com bairros em destaque.

⁶⁷ Artigo 18 do Regimento Interno.

POPULAÇÃO RECENSEADA SEGUNDO OS BAIRROS E LOCALIDADES/LOTEAMENTOS.

Setor Administrativo 01 S.A - AZUL	15 096
Bairro da Glória	4 633
Bairro da Glória	3 070
Cancela Preta	584
Duque de Caxias	979
Cavaleiros	2 440
Cavaleiros	1 372
Morada das Garças	509
Vivenda da Lagoa	559
Granja dos Cavaleiros	4 861
Balneário dos Cavaleiros	947
Granja dos Cavaleiros	506
Novo Cavaleiros	1 619
Recanto da Lagoa	722
São Marcos	1 067
Imboassica	490
Imboassica	490
Lagoa	2 525
Guanabara/ Jardim Guanabara	680
Mirante da Lagoa	1 845
Vale Encantado	147
Vale Encantado	147

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades.	Total de Domicílios
Setor Administrativo 01	7 278
Bairro da Glória	2 392
Bairro da Glória	1 569
Cancela Preta	244
Duque de Caxias	579
Cavaleiros	1 600
Cavaleiros	1 043
Morada das Garças	267
Vivenda da Lagoa	290
Granja dos Cavaleiros	1 585
Balneário dos Cavaleiros	390
Granja dos Cavaleiros	734
Novo Cavaleiros	620
Recanto da Lagoa	365
São Marcos	472
Imboassica	252
Imboassica	252
Lagoa	1 361
Guanabara/ Jardim Guanabara	622
Mirante da Lagoa	739
Vale Encantado	88
Vale Encantado	88

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Setor Administrativo 02 S.A - AMARELO	30 419
Miramar	5 335
Jardim Pinheiro	568
Miramar	3 412
Morro Santa Mônica	1 355
Praia Campista	4 204
Costa do Sol	805
Praia Campista	2 749
Recanto dos Bairros	650
Riviera Fluminense	9 642
Francisco Alves Machado	916
Jardim Sol y Mar	2 841
Novo Horizonte	3 082
Riviera Fluminense	2 803
Visconde de Araújo	11 238
Bela Vista	1 074
Campo D'Oeste	340
Campo Grande	1 202
Granja Maringá	2 646
Village dos Cavaleiros	953
Visconde de Araújo	5 023

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 02	11 460
Miramar	2 054
Jardim Pinheiro	232

Miramar	1 351
Morro Santa Mônica	471
Praia Campista	1 769
Costa do Sol	378
Praia Campista	1 169
Recanto dos Bairros	222
Riviera Fluminense	3 333
Francisco Alves Machado	440
Jardim Sol y Mar	1 299
Novo Horizonte	1 269
Riviera Fluminense	1 284
Visconde de Araújo	4 304
Bela Vista	420
Campo D'Oeste	143
Campo Grande	479
Granja Maringá	1 069
Village dos Cavaleiros	316
Visconde de Araújo	1 877

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Setor Administrativo 03 S.A - VERDE	25 333
Aroeira	13 643
Aroeira	3 613
Jardim Santo Antônio	1 227
Jardim Vitória	33
Morro de Santana	1 194

Morro de São Jorge	2 617
Nova Aroeira	3 740
Nova Macaé	1 219
Botafogo	10 882
Botafogo	3 135
Ilha Malvinas	6 689
Novo Botafogo	1 058
Virgem Santa	808
Virgem Santa	808

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 03	9 348
Aroeira	5 028
Aroeira	1 334
Jardim Santo Antônio	362
Jardim Vitória	53
Morro de Santana	412
Morro de São Jorge	977
Nova Aroeira	1 464
Nova Macaé	426
Botafogo	3 930
Botafogo	1 055
Ilha Malvinas	2 462
Novo Botafogo	413
Virgem Santa	390
Virgem Santa	390

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Nota técnica: Para efeito de área de apuração, o Programa Macaé Cidadão segue rigorosamente o que determina a Lei 045/2004, que dispõe sobre a Divisão Administrativa Municipal.

Vale ressaltar que as localidades/loteamentos não constantes ou surgidos após a referida data, terão seus dados inseridos nas localidades/loteamentos, que originalmente fazem parte da referida legislação. Morro do Lazaredo faz parte do Bairro Botafogo.

Nota técnica: As Localidades do Horto e do Morro Grande fazem parte da Zona Rural do 1º Distrito (Lei 045/2004) mas estão inseridas no núcleo Geo Político do Orçamento Participativo do S.A-03

Setor Administrativo 04 S.A - VERMELHO	18 981
Cajueiros	3 991
Cajueiros	1 680
Morro do Carvão	1 181
Santa Izabel	1 130
Centro	9 525
Centro	9 525
Imbetiba	5 465
Imbetiba	3 457
Parque Siqueira	1 155
Parque Valentina Miranda	853

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 04	7 738
Cajueiros	1 473
Cajueiros	677
Morro do Carvão	339
Santa Izabel	457
Centro	3 818

Centro	3 818
Imbetiba	2 447
Imbetiba	1 416
Parque Siqueira	497
Parque Valentina Miranda	534

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Setor Administrativo 05 S.A - VINHO	35 171
Ajuda	7 778
Ajuda de Baixo	4 415
Ajuda de Cima	1 135
Bosque Azul	325
Parque São José	1 903
Barra de Macaé	27 393
Barra de Macaé	9 556
Fronteira	2 870
Ilha da Caieira	493
Nova Brasília	587
Nova Esperança	6 031
Nova Holanda	6 717
Village	1 139

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 5	13 774
Ajuda	3 145

Ajuda de Baixo	1 602
Ajuda de Cima	396
Bosque Azul	307
Parque São José	840
Barra de Macaé	10 629
Barra de Macaé	3 776
Fronteira	986
Ilha da Caieira	181
Nova Brasília	228
Nova Esperança	2 458
Nova Holanda	2 536
Village	464

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Nota técnica: Para efeito de área de apuração, o Programa Macaé Cidadão segue rigorosamente o que determina a Lei 045/2004, que dispõe sobre a Divisão Administrativa Municipal.

Vale ressaltar que as localidades/loteamentos não constantes ou surgidos após a referida data, terão seus dados inseridos nas localidades/loteamentos, que originalmente fazem parte da referida legislação.

Jardim Esperança e Colônia Leocádia fazem parte do Bairro Barra de Macaé. Loteamento Jardim Franco e Verdes Mares fazem parte do Bairro Ajuda.

Nota técnica: As Localidades do Aterrado do Imbuuro e do Imbuuro fazem parte da Zona Rural do 1º Distrito (Lei 045/2004) mas estão inseridas no núcleo Geo Político do Orçamento Participativo do S.A-05

Setor Administrativo 06 S.A – MARROM	36 806
Cabiúnas	26
Cabiúnas	26
Lagomar	14 264
Engenho da Praia	2 307

Lagomar	11 957
Parque Aeroporto	20 823
Jardim Aeroporto	1 373
Jardim Carioca	970
Novo Eldorado/Barreto	1 283
Parque Aeroporto	13 225
Recanto da Paz	1 288
Vila Badejo	2 684
São José do Barreto	1 693
Parque Atlântico	1 078
São José do Barreto	615

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades.	Total de Domicílios
Setor Administrativo 6	14 269
Cabiúnas	7
Cabiúnas	7
Lagomar	5 061
Engenho da Praia	852
Lagomar	4 209
Parque Aeroporto	8 377
Jardim Aeroporto	681
Jardim Carioca	395
Novo Eldorado/Barreto	625
Parque Aeroporto	5 070
Recanto da Paz	541
Vila Badejo	1 065

São José do Barreto	824
Parque Atlântico	476
São José do Barreto	348

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Nota técnica: Para efeito de área de apuração, o Programa Macaé Cidadão segue rigorosamente o que determina a Lei 045/2004, que dispõe sobre a Divisão Administrativa Municipal.

Vale ressaltar que as localidades/loteamentos não constantes ou surgidos após a referida data, terão seus dados inseridos nas localidades/loteamentos, que originalmente fazem parte da referida legislação. Loteamento Barra Mares faz parte do Bairro São José do Barreto

Setor Administrativo 07 S.A - BEGE	3 436
Distrito Cachoeiros de Macaé	1 663
Areia Branca	759
Bicuda Grande/Duas Barras	405
Bicuda Pequena	328
Serro Frio	171
Distrito Sana	1 773
Sana (Rural) Barra do Sana	602
Sana (Rural) Cabeceira do Sana	643
Sana (Urbano)	528

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades.	Total de Domicílios
Setor Administrativo 7	2 468
Distrito Cachoeiros de Macaé	1 236
Areia Branca	602
Bicuda Grande/Duas Barras	288

Bicuda Pequena	219
Serro Frio	127
Distrito Sana	1 232
Sana (Rural) Barra do Sana	425
Sana (Rural) Cabeceira do Sana	526
Sana (Urbano)	281

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades. Nota técnica: Para efeito de área de apuração, o Programa Macaé Cidadão segue rigorosamente o que determina a Lei 045/2004, que dispõe sobre a Divisão Administrativa Municipal.

Vale ressaltar que as localidades/loteamentos não constantes ou surgidos após a referida data, terão seus dados inseridos nas localidades/loteamentos, que originalmente fazem parte da referida legislação. Serra Escura e Duas Barras fazem parte da Localidade Bicuda Grande

Setor Administrativo 08 S.A - LARANJA	4 076
Distrito Frade	1 800
Frade (Rural)	697
Frade (Urbano)	1 103
Distrito Glicério	2 276
Glicério - Sede	822
Ciriaca	116
Óleo	327
Serra da Cruz (Rural)	125
Trapiche (Rural)	886

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 8	2 273
Distrito Frade	1 016
Frade (Rural)	490

Frade (Urbano)	526
Distrito Glicério	1 257
Glicério – Sede	473
Ciriaca	85
Óleo	216
Serra da Cruz (Rural)	105
Trapiche (Rural)	378

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades. Nota técnica: Para efeito de área de apuração, o Programa Macaé Cidadão segue rigorosamente o que determina a Lei 045/2004, que dispõe sobre a Divisão Administrativa Municipal.

Vale ressaltar que as localidades/loteamentos não constantes ou surgidos após a referida data, terão seus dados inseridos nas localidades/loteamentos, que originalmente fazem parte da referida legislação. Trapóleio faz parte do Óleo.

Setor Administrativo 09 S.A – CINZA	3 628
Distrito Córrego do Ouro	3 628
Córrego do Ouro (Rural)	933
Córrego do Ouro (Urbano)	2 695

Setores Administrativos, Bairros e/ou Distritos e Localidades	Total de Domicílios
Setor Administrativo 9	1 574
Distrito Córrego do Ouro	1 574
Córrego do Ouro (Rural)	487
Córrego do Ouro (Urbano)	1 087

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão 2006-2007

Nota técnica: Efetuado tratamento estatístico sobre os domicílios fechados e recusas, levando-se em consideração a média de moradores apurada nos domicílios ocupados, a nível de bairros e localidades.

Ao longo da observação, e comparando os dados demográficos apresentados nos quadros acima, pudemos perceber que a frequência ou quórum das reuniões se demonstrou ínfimo frente ao quantitativo populacional existente nos setores administrativos. Acreditamos que a baixa adesão nas reuniões observada não pode ser atribuída a uma única causa específica, sendo ela motivada por um conjunto de fatores, dentre os quais podemos destacar a deficiência dos recursos de propaganda e convocação para as reuniões, falta de capacidade de coesão e organização da sociedade civil, baixa densidade associativa, desinteresse para com os assuntos públicos etc.

III.IV - Exposição e análise dos dados orçamentários da pesquisa

Após a apresentação do funcionamento do programa, de sua normatização, e dos dados demográficos, passamos, por fim a analisar de forma específica o Orçamento Participativo em termos orçamentários e financeiros com o intuito de verificar se a implementação do programa representou alguma mudança significativa no tocante à inclusão das demandas indicadas nas leis orçamentárias, e se tais demandas foram executadas e liquidadas pela Administração Pública. Iniciaremos com a apresentação das **Prioridades I, II e III** identificadas durante as reuniões realizadas no exercício financeiro de 2010, divididas por Setores Administrativos⁶⁸ e classificadas segundo o número de indicações recebidas⁶⁹:

QUADRO INDICATIVO DE PRIORIDADES POR SETOR

Setores Administrativos	Prioridades
Setor Administrativo Azul – 01	Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS Prioridade II - MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA

⁶⁸ No ano de 2010 eram somente 9 setores administrativos. Em 2012 foram incluídos os setores administrativos Azul Escuro e Branco, porém, estes são desmembramentos dos nove setores originais, e assim sendo, suas demandas já estão incluídas nesta divisão.

⁶⁹ Dados das indicações completas ANEXO V.

Setor Administrativo Amarelo – 02	<p>Prioridade I - MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS</p> <p>Prioridade II - CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE</p> <p>Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p>
Setor Administrativo Verde – 03	<p>Prioridade I – CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE</p> <p>Prioridade II - IMPLANTAR PSF</p> <p>Prioridade III - DESOBSTRUIR O CANAL EXTRAVASOR E CANALIZAR ÁGUAS PLUVIAIS</p>
Setor Administrativo Vermelho – 04	<p>Prioridade I - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Prioridade II - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p>
Setor Administrativo Vinho – 05	<p>Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS</p> <p>Prioridade II - MELHORAR O TRANSPORTE URBANO</p> <p>Prioridade III - MELHORAR O TRANSPORTE URBANO</p>
Setor Administrativo Marrom – 06	<p>Prioridade I - MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</p> <p>Prioridade II - CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE</p> <p>Prioridade III - CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE</p>
Setor Administrativo Bege – 07	<p>Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS</p> <p>Prioridade II - PAVIMENTAR AS RUAS</p> <p>Prioridade III - PAVIMENTAR AS RUAS</p>
Setor Administrativo Laranja – 08	<p>Prioridade I - CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR</p> <p>Prioridade II - MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</p> <p>Prioridade III - PAVIMENTAR AS RUAS</p>
Setor Administrativo Cinza – 09	<p>Prioridade I - IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO</p> <p>Prioridade II - IMPLANTAR PSF</p> <p>Prioridade III - AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER / MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA (Indicações em empate numérico)</p>

Seguindo-se em nosso estudo, mas antes de ingressarmos na análise dos valores gastos com as indicações propostas, é de suma importância faremos um quadro comparativo entre as prioridades apontadas por cada Setor Administrativo em 2010 e as ações que foram efetivamente incluídas na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2011.

QUADRO COMPARATIVO DE PRIORIDADES E AÇÕES – LOA 2011

Indicações por Setor Administrativo 2010	Ações incluídas na Lei Orçamentária Anual – 2011
<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Azul – 01</p> <p>Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS Prioridade II - MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p>	<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Azul – 01</p> <p>CONST. ESCOLA INFANTIL RECANTO DA LAGOA</p>
<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Amarelo – 02</p> <p>Prioridade I - MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS Prioridade II - CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p>	<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Amarelo – 02</p> <p>CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - NOVO HORIZONTE</p>
<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Verde – 03</p> <p>Prioridade I – CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE Prioridade II - IMPLANTAR PSF Prioridade III - DESOBSTRUIR O CANAL EXTRAVASOR E CANALIZAR ÁGUAS PLUVIAIS</p>	<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Verde – 03</p> <p>AMPLIAÇÃO DA ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA - HORTO REFORMA DA PRAÇA ANTONIO BECHA FILHO - BOTAFOGO IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS PROFISS. ASS. MOR. DO MORRO DE S. JORGE</p>
<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Vermelho – 04</p> <p>Prioridade I - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA Prioridade II - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA Prioridade III - MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA</p>	<p style="text-align: center;">Setor Administrativo Vermelho – 04</p> <p>CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CAJUEIROS CONSTR. DO POSTO PARA GUARDA MUN. IMBETIBA</p>

<p align="center">Setor Administrativo Vinho – 05</p> <p>Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS Prioridade II - MELHORAR O TRANSPORTE URBANO Prioridade III - MELHORAR O TRANSPORTE URBANO</p>	<p align="center">Setor Administrativo Vinho – 05</p> <p>CONSTR. DO POSTO DE SAÚDE - IMBURO</p>
<p align="center">Setor Administrativo Marrom – 06</p> <p>Prioridade I - MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA Prioridade II - CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE Prioridade III - CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE</p>	<p align="center">Setor Administrativo Marrom – 06</p> <p>CONSTR. DA ESCOLA INF. EMEI - VILA BADEJO</p>
<p align="center">Setor Administrativo Bege – 07</p> <p>Prioridade I - PAVIMENTAR AS RUAS Prioridade II - PAVIMENTAR AS RUAS Prioridade III - PAVIMENTAR AS RUAS</p>	<p align="center">Setor Administrativo Bege – 07</p> <p>INFRA ESTR. DE TELECOM - BICUDA PEQ E CABECEIRA DO SANA</p>
<p align="center">Setor Administrativo Laranja – 08</p> <p>Prioridade I - CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR Prioridade II - MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA Prioridade III - PAVIMENTAR AS RUAS</p>	<p align="center">Setor Administrativo Laranja – 08</p> <p>CONSTR. DE QUADRA POLIESPORTIVA - OLEO</p>
<p align="center">Setor Administrativo Cinza – 09</p> <p>Prioridade I - IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO Prioridade II - IMPLANTAR PSF Prioridade III - AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER / MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA (Indicações em empate numérico)</p>	<p align="center">Setor Administrativo Cinza – 09</p> <p>CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CORREGO DO OURO</p>

Com a análise do quadro comparativo supra, percebe-se flagrante dissonância entre o que foi identificado pelos Setores Administrativos como sendo as prioridades I, II e III e o que foi efetivamente incluído na Lei Orçamentária de 2011 para ser executado pela Administração Pública. Após

esta breve comparação, fazendo um prematuro juízo de efetividade do Programa do Orçamento Participativo no tocante ao seu potencial para inverter as prioridades de investimento governamentais, parece-nos que a experiência, ao menos inicialmente, não condiz com o proposto na essência do programa.

Percebe-se que ressalvadas as previsões da implantação de um posto da Guarda Municipal no bairro Imbetiba (Setor Administrativo Vermelho - 04), da ampliação da Escola Fazenda Santa Maria no Horto (Setor Administrativo Verde – 03) e da construção de uma escola infantil no bairro Vila Badejo (Setor Administrativo Marrom – 06), não existe correlação entre as prioridades definidas nos setores administrativos e as ações incluídas na Lei Orçamentária Anual. Tais ações não tem a capacidade de atender as demandas prioritárias identificadas nos respectivos Setores Administrativos, o que decerto pode comprometer de forma irreparável a finalidade do programa.

Como já oportunamente destacado neste estudo, Fedozzi⁷⁰ aduz que além de regras universais de participação e de um método objetivo de definição de recursos, estamos diante de um programa que depende de um processo decisório descentralizado, de acordo com as prioridades assinaladas em cada região administrativa. Igual destaque confere Avritzer⁷¹ quando defende que o orçamento participativo representa verdadeira cessão de soberania, deslocando as decisões que inicialmente estariam a cargo do representante eleito, para as assembleias locais.

Ao retomarmos a análise do quadro comparativo supra, percebemos que no caso do orçamento participativo de Macaé esta cessão de soberania de fato não aconteceu, uma vez que uma parcela muito reduzida daquilo que foi identificado como prioridade pela população, recebeu uma ação correspondente que pudesse satisfazer ou atender a tal demanda. A descentralização do processo decisório se demonstra desde o início

⁷⁰ Vide item 45.

⁷¹ Vide item 53.

comprometida, já que as indicações das prioridades de investimento não foram respeitadas quando da escolha das ações que foram incluídas para a execução no exercício financeiro de 2011.

Este descompasso atinge de forma grave e contundente a proposta inicial do programa de promover o rebalanceamento da relação entre representação e participação. No momento em que as decisões e indicações resultantes das assembleias são desconsideradas em sua quase totalidade, percebe-se que a participação popular é tomada pelo poder público como algo meramente formal, já que a bem da verdade, não houve efetiva transferência ou cessão de qualquer parcela da soberania para a população, mas somente a apresentação de um simulacro, maquiando o fato do poder decisório se manter sob o quase absoluto domínio do governante.

Superada esta primeira análise das prioridades em cotejo com as ações propostas, passamos neste momento a apresentar os dados representativos da execução orçamentária de 2011.

Segue abaixo quadro demonstrativo das dotações orçamentárias da Lei Orçamentária Anual de 2011 e dos balancetes de despesa do mesmo ano, para que possamos identificar os valores orçados, e, com fins de averiguar os percentuais de execução de cada projeto, e de seu total (ANEXO VI):

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SETOR – LOA 2011

Projeto	Saldo Inicial em R\$	Suplementações em R\$	Reduções em R\$	Saldo Final em R\$
CONST. ESCOLA INFANTIL RECANTO DA LAGOA – SA AZUL – OP	1.687.404,71	-	488.506,25	1.198.898,46
CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - NOVO HORIZONTE - SA AMARELO – OP	1.687.404,71	-	456.983,55	1.230.421,16

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA - HORTO SA VERDE – OP	1.279.163,55	-	236.969,33	1.042.194,22
REFORMA DA PRAÇA ANTONIO BECHA FILHO - BOTAFOGO SA VERDE – OP	166.169,86	-	16.169,86	150.000,00
IMPLATAÇÃO DOS CURSOS PROFISS. ASS. MOR. DO MORRO DE S. JORGE SA VERDE – OP	123.274,58	-	73.274,58	50.000,00
CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CAJUEIROS - SA VERMELHO - OP	1.542.682,48	-	370.221,36	1.172.461,12
CONSTR. DO POSTO PARA GUARDA MUN. IMBETIBA SA VERMELHO – OP	144.722,22	-	144.722,22	-
CONSTR. DO POSTO DE SAÚDE - IMBURO - SAVINHO - OP	1.568.608,00	-	945.255,90	623.352,10
CONSTR. DA ESCOLA INF. EMEI - VILA BADEJO SA MARROM - OP	1.687.404,71	-	419.972,12	1.267.432,59
INFRA ESTR. DE TELECOM - BICUDA PEQ E CABECEIRA DO SANA SA BEGE – OP	1.318.608,00	-	118.680,99	1.199.927,01
CONTR. DE QUADRA POLIESPORTIVA - OLEO - SA LARANJA - OP	1.224.624,48	-	13.794,25	1.210.830,23
CONTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CORREGO DO OURO SA CINZA - OP	1.687.404,71	-	546.277,39	1.141.127,32
CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	30.847,82	42.500,00	73.347,82	-
	14.148.319,83	42.500,00	3.904.175,62	10.286.644,21

Em se considerando que o total da despesa de investimento orçado para o ano de 2011 foi de R\$302.598.281,90, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VI), e que o valor orçado como saldo orçamentário inicial para os projetos do Orçamento Participativo foi estabelecido em R\$14.148.319,83, estaríamos diante de um percentual previsto de gastos com as ações do OP na monta de 4,68% da despesa de

investimento, aproximando-se do percentual definido de 5% estabelecido no artigo 12 da Lei Nº 3.432 /2010, sem, porém, cumpri-lo integralmente.

Ocorre que conforme se vislumbra na tabela acima, baseada nos balancetes de despesa, houve uma suplementação para reforço orçamentário no valor de R\$42.500,00 e reduções na monta de R\$3.904.175,62, o que fez com que o total real orçado atinja o patamar de R\$10.286.644,21, reduzindo o percentual de 4,68% para 3,40%, o que já representa um distanciamento mais significativo em relação aos 5% legalmente estabelecidos.

Dando o passo seguinte na busca por um indicativo real de execução dos projetos, faremos um comparativo utilizando os valores reais efetivamente desembolsados pelo Poder Público para a realização das ações propostas. Segue abaixo o demonstrativo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS REALIZADOS POR SETOR – EXERCÍCIO FINANCEIRO 2011

Projeto	Total Pago em R\$
CONST. ESCOLA INFANTIL RECANTO DA LAGOA –SA AZUL – OP	-
CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - NOVO HORIZONTE - SA AMARELO – OP	147.944,23
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA - HORTO SA VERDE – OP	-
REFORMA DA PRAÇA ANTONIO BECHA FILHO - BOTAFOGO SA VERDE – OP	-
IMPLATAÇÃO DOS CURSOS PROFISS. ASS. MOR. DO MORRO DE S. JORGÉ SA VERDE – OP	-
CONSTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CAJUEIROS - SA VERMELHO – OP	114.026,25
CONSTR. DO POSTO PARA GUARDA MUN. IMBETIBA SA VERMELHO – OP	-
CONSTR. DO POSTO DE SAÚDE - IMBURO – SA VINHO - OP	-
CONSTR. DA ESCOLA INF. EMEI - VILA BADEJO SA MARROM – OP	-
INFRA ESTR. DE TELECOM - BICUDA PEQ E CABECEIRA DO SANA SA BEGE – OP	-

CONTR. DE QUADRA POLIESPORTIVA - OLEO - SA LARANJA - OP	-
CONTR. DE ESCOLA INF. EMEI - CORREGO DO OURO SA CINZA - OP	-
CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	-
	261.970,48

Conforme a tabela apresentada, e considerando que o montante total pago da despesa de investimento ano de 2011 foi de R\$213.878.701,55, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VI), o valor de R\$261.970,48 efetivamente desembolsado pelo Poder Público representa 0,12% da despesa de investimento, ou seja, muito aquém da determinação da destinação legal de 5% para a execução dos projetos do Orçamento Participativo.

Perceba-se, desde a análise dos dados apresentados, que além de não ter havido correspondência entre as prioridades definidas e ações propostas, o efetivo investimento público realizado com as ações propostas a título de indicações do Orçamento Participativo foi irrisório quando comparado ao montante total da despesa paga no ano de 2011.

Retomando a discussão supra, e rememorando as lições de Avritzer⁷², não podemos deixar de fazer uma breve reflexão acerca dos resultados apresentados, principalmente em se considerando a questão da capacidade distributiva do OP.

Não nos restam dúvidas que um dos sustentáculos do orçamento participativo é a sua aptidão para promover a redistribuição coerente das receitas públicas, aplicando-as em obras ou serviços identificados como sendo prioritários em cada localidade ou setor administrativo. Esta aptidão, porém,

⁷² Vide item 53.

esbarra na disponibilidade financeira para atender às demandas. Sem dúvidas não haverão grandes investimentos em realidades de escassez de recursos.

Um fator decisivo para a escolha do campo desta dissertação foi justamente avaliar o orçamento participativo em uma realidade de abundância de receitas, ou seja, em um cenário de grande potencial econômico. Trabalhamos inicialmente com uma perspectiva de que devido ao grande potencial de investimento de Macaé, o orçamento participativo teria também grande capacidade distributiva. Ocorre, porém, que ao avaliarmos o valor gasto com as ações propostas pelo OP em 2011, estabelecendo um comparativo com o montante total gasto com as demais despesas de investimento, percebemos, ao contrário do esperado para o programa, um quadro de verdadeira incapacidade distributiva, motivada, não pela escassez de recursos, mas por outros fatores tais como a incapacidade administrativa, ou falta de vontade política.

Visto o panorama da execução orçamentária de 2011 e analisados seus resultados, passemos agora para a apresentação dos dados referentes ao exercício financeiro de 2012.

Após realizarmos a análise da Lei Orçamentária, e dos balancetes de despesa de 2012 (ANEXO VII), verificamos que no citado exercício financeiro, os projetos não foram detalhados assim como apresentado em 2011. Para a execução orçamentária de 2012, foi criada uma única ação, de número 2.926, como se vê descrito abaixo, denominada “manutenção e operação das atividades da coordenadoria do OP” na qual constam de forma genérica as informações orçamentárias, sem qualquer espécie de detalhamento, o que, porém, não nos impediu de realizar a análise pretendida.

O detalhamento somente foi realizado quando do empenhamento da despesa, nos seus respectivos elementos, conforme Balancete de Despesa em anexo (ANEXO VII).

Este formato de escrituração orçamentária somente inviabilizará o detalhamento dos gastos feitos por programa de forma individualizada, mas a análise geral dos dados ainda é possível.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SETOR – LOA 2012

Projeto	Saldo Inicial em R\$	Suplementações em R\$	Reduções em R\$	Saldo Final em R\$
MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO OP	15.038.607,00		11.088.583,66	3.950.023,34
	15.038.607,00	-	11.088.583,66	3.950.023,34

Levando-se em conta que o total da despesa de investimento orçado para o ano de 2012 foi de R\$ 321.831.989,29, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VII), e que o valor orçado como saldo orçamentário inicial para gastos com o Orçamento Participativo foi estabelecido em R\$15.038.607,00, nos vemos diante de um percentual que perfaz 4,67% da despesa de investimento, e assim como no orçamento de 2011, aproxima-se do percentual legal estabelecido de 5% sem, porém, desde o início, cumpri-lo em sua integralidade.

Igualmente ao ocorrido em 2011 houveram reduções na monta de R\$11.088.583,66, o que faz com que o total real orçado passe a ser de R\$3.950.023,34, reduzindo o percentual de 4,67% para 1,23%, o que representa uma queda dramática em relação aos 5% estabelecidos em Lei.

Necessário se faz chamar a atenção para a massiva redução procedida na previsão orçamentária inicial deste exercício financeiro, o que fez com que o percentual de destinação específico das indicações do OP sofresse tamanha

alteração. Parece-nos inevitável neste momento refletir acerca do peso da vontade política no processo de implantação e execução do programa.

Em que pese conhecermos e entendermos o caráter autorizativo das previsões orçamentárias, inquestionável é o fato de que uma redução de tamanha monta representa inevitavelmente uma ingerência política plenamente capaz de frustrar a execução de qualquer dos programas propostos, ou de quase todos eles, como foi o caso. Parece-nos que a previsão inicial foi realizada considerando-se o percentual legal, mas a bem da verdade, as reduções representam total desinteresse político na execução das ações indicadas pelo programa do orçamento participativo.

Parar corroborar o panorama de desinteresse político mencionado, ingressaremos na avaliação dos indicadores reais de execução orçamentária e pagamento no ano de 2012. Vejamos o quadro abaixo:

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS - EXERCÍCIO
FINANCEIRO 2012**

Projeto	Total Pago em R\$
MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO OP – PROJETO 2.926	1.156.691,46
	1.156.691,46

Em se considerando que o montante total pago da despesa de investimento foi o de R\$ 197.356.862,02, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VII), verificamos que o valor de R\$1.156.691,46, pago pelo Poder Público ao programa 2.926 representa 0,59% da despesa de investimento, ficando, assim, em patamar ainda muito inferior aos 5% determinados na legislação municipal para a execução dos projetos do Orçamento Participativo.

Acreditamos que um fator que pode ter concorrido para tais resultados tenha sido a falta de regulamentação das atividades do Conselho do Orçamento Participativo, que é o órgão que detém dentre suas atribuições a função de acompanhar a execução orçamentária e fiscalizar a execução das obras, a prestação dos serviços e a aquisição dos produtos identificados como prioridade pelos setores administrativos.

Em que pese ter sido formalmente criado em 2010, somente em 03 de junho de 2014 foi regulamentado através do Decreto Municipal número 087/14.

Reconhecemos como de suma importância para que se estabeleça uma medida de eficiência do OP que o mesmo esteja sujeito a constante fiscalização e a mecanismos de controle de seus resultados, sob pena de apresentar, como de fato tem se verificado nos dados apresentados, um resultado aquém dos objetivos estabelecidos para o programa.

Após as análises feitas nos orçamentos dos anos de 2011 e 2012, passamos, neste momento, ao último exercício financeiro tratado por este trabalho, qual seja o do ano de 2013⁷³.

Para tanto, avaliaremos seus balancetes de despesa para, conforme feito anteriormente, identificar os valores orçados e os percentuais de execução orçamentária, fazendo um comparativo com as informações contidas nos balancetes de despesas do citado ano (ANEXO VIII):

⁷³ Mantiveram-se inalteradas as ações dos setores administrativos Azul – 01, Amarelo – 02, Vinho – 05, Marrom – 06 e Cinza – 09. No setor Vermelho – 04 foi mantida a construção da escola do bairro Cajueiros, porém suprimida a construção do posto para a guarda municipal para o bairro Imbetiba. Os setores Verde – 03 e Bege – 07 tiveram suas ações totalmente modificadas enquanto o setor Laranja – 08 não teve nenhuma ação incluída na Lei Orçamentária de 2013.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR
SETOR – LOA 2013**

Projeto	Saldo Inicial em R\$	Suplementações em R\$	Reduções em R\$	Saldo Final em R\$
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA RECANTO DA LAGOA –SA AZUL – OP	174.710,00	570.543,57	281.714,91	463.538,66
CONSTR. DE ESCOLA NO NOVO HORIZONTE - SA AMARELO – OP	163.140,00	298.757,03	-	461.897,03
CONTRUÇÃO DA QUADRA NA EST. MACAÉ GLICERIO – SA VERDE – OP	294.900,00	-	294.900,00	-
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MORRO GRANDE –SA VERDE – OP	273.630,00	642.412,93	772.907,65	143.135,28
CONSTR. DA ESCOLA CAJUEIROS – SA VERMELHO - OP	158.680,00	256.190,85	61.336,84	353.534,01
CONSTR. DO POSTO DE SAÚDE DO IMBURO - SA VINHO – OP	146.140,00	-	146.140,00	-
CONSTR. DA ESCOLA DA VILA BADEJO – SA MARROM – OP	176.900,00	987.312,93	806.960,49	357.252,44
URB. DE PRAÇA NA SERRA ESCURA – SA BEGE - OP	134.250,00	-	120.000,00	14.250,00
COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA– SA BEGE - OP	85.400,00	-	19.000,00	66.400,00
COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA– SA BEGE - OP	56.320,00	-	40.000,00	16.320,00
CONSTR. DA ESCOLA EM CORREGO DO OURO – SA CINZA – OP	209.830,00	754.843,05	329.451,41	635.221,64
MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO OP	2.404.310,00	117.000,00	2.393.840,47	127.469,53
	4.278.210,00	3.627.060,36	5.266.251,77	2.639.018,59

Considerando que o total da despesa de investimento orçado para o ano de 2013 foi de R\$ 319.960.766,93, conforme Demonstrativo de Despesa

de Investimento em anexo (ANEXO VIII), e que o valor orçado como saldo orçamentário inicial para os projetos do OP foi de R\$4.278.210,00, estamos diante de um percentual de 1,34% da despesa de investimento previsto para gastos com as ações referenciadas, previsão que, como nos exercícios financeiros anteriores permanece muito aquém do percentual legal de 5% definido no artigo 12 da Lei Nº 3.432 /2010.

Como feito anteriormente, considerando as suplementações no valor de R\$3.627.060,36 e as reduções no total de R\$5.266.251, temos que total real orçado alcança o montante de R\$2.639.018,59, o que provoca uma redução ainda maior no percentual inicial de 1,34% que passa a ser de 0,63%.

Despiciendo se faz ressaltar a discrepância entre os 5% previstos em lei como percentual a ser utilizado para realização das obras e programas do Orçamento Participativo e os 0,63% efetivamente orçados.

Assim como feito nas análises dos anos de 2011 e 2012, utilizaremos os valores reais efetivamente pagos pelo Poder Público para a realização dos projetos, com vias a trazer a análise para mais próximo de uma medida real de execução orçamentária. Abaixo segue o quadro:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS REALIZADOS POR SETOR – EXERCÍCIO FINANCEIRO 2013

Projeto	Total Pago em R\$
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA RECANTO DA LAGOA – OP	119.357,12
CONSTR. DE ESCOLA NO NOVO HORIZONTE – OP	292.223,31
CONTRUÇÃO DA QUADRA NA EST. MACAÉ GLICERIO – OP	-
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MORRO GRANDE – OP	143.135,28
CONSTR. DA ESCOLA CAJUEIROS – OP	353.534,01
CONSTR. DO POSTO DE SAÚDE DO IMBURO - OP	-
CONSTR. DA ESCOLA DA VILA BADEJO - OP	357.252,44

URB. DE PRAÇA NA SERRA ESCURA – OP	-
COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA – OP	65.903,49
COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA – OP	-
CONSTR. DA ESCOLA EM CORREGO DO OURO – OP	575.522,41
MANUTENÇÃO E OPERAC. DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO OP	123.689,53
	2.030.617,59

Consoante quadro supra, e considerando que o montante total pago da despesa de investimento ano de 2013 foi de R\$ 121.211.034,29, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VIII), o valor de R\$2.030.617,59 efetivamente desembolsado pelo Poder Público representa 1,68% da despesa de investimento, de igual forma dos exercício financeiros anteriores, demasiado abaixo dos 5% para a execução dos projetos do Orçamento Participativo estabelecidos em Lei.

Assim, com base nos dados analisados, fazendo um balanço geral dos três exercícios financeiros em questão, temos que o valor total orçado como despesa de investimento chegou próximo a um bilhão de reais, perfazendo o montante de R\$ 944.391.038,12. Deste valor orçado, foram gastos efetivamente com tais despesas R\$532.446.597,86, sendo que deste total, às ações/projetos indicados pelo Orçamento Participativo foram destinados R\$3.449.279,53.

Desta feita, concluímos que percentualmente, foram gastos com as ações indicadas pelo Orçamento Participativo de Macaé nos três anos de referência 0,6% das despesas de investimento, certamente um percentual bem distante do legalmente estabelecido, e decerto ínfimo perante a capacidade de investimentos do município, representada pela disponibilidade da receita pública apresentada.

Destaque-se ainda que o fato de as prioridades indicadas pela população, terem sido praticamente desconsideradas quando das escolhas das

ações, nos induz inevitavelmente a questionar se não estamos diante de um caso no qual nunca houve uma real vontade política de implementação do programa, mas somente uma simulação eleitoral e viciada desde o seu nascedouro. Como visto, a implantação do programa do orçamento participativo consiste em um processo de deslocamento do poder decisório para além do alcance direto do governante. Esta descentralização decisória pode ter sido encarada como uma perda de controle sobre os investimentos públicos, situação esta que, ao que tudo indica foi prontamente contornada com a escolha de ações que não correspondiam às prioridades indicadas pelos setores administrativos e que evidenciavam uma escolha já preordenada do administrador ou simplesmente com a não execução dos projetos e com o consequente esvaziamento orçamentário das ações propostas.

Aliando-se a ingerência política assinalada à ausência de regulamentação, por cerca de quatro anos dos órgãos de controle e fiscalização, temos como resultado um programa desvirtuado de suas propostas iniciais, desfigurado e que apresenta resultados que ao nosso sentir parecem falar por si próprios.

III.V – Dados complementares da observação

Como visto anteriormente, o lançamento do programa do Orçamento Participativo foi realizado no ano de 2010, pelo então Prefeito Municipal em exercício, Sr. Riverton Mussi Ramos. O ano em questão apresentava um cenário pré-eleitoral já constituído, no qual o Sr. André Braga (PMDB), à época exercendo o cargo de Secretário Municipal de Governo era cogitado, com apoio do Diretório Estadual do PMDB para ser o sucessor do Sr. Riverton Mussi nas eleições de 2012.

Motivado e alavancado por interesses político-partidários, o programa do Orçamento Participativo ganhou força e passou a contar com o apoio direto do Gabinete do Prefeito, da Secretaria de Governo e da Câmara Permanente de Gestão cujo Coordenador Geral era o Sr. Rômulo Campos. Os ocupantes

de tais cargos de chefia, demonstravam ímpar interesse em receber apoio dos delegados do programa, com fins de divulgação do nome do futuro candidato a prefeito.

Atraindo atenções, o programa passou também a ser apoiado por outros órgãos e entidades da Administração Pública. Foram envolvidos no projeto, além dos três órgãos já citados, os seguintes órgãos/entidades e representantes:

- 1- Secretaria Municipal de Administração – Carla Mussi
- 2- Gabinete do Vice-Prefeito – Marilena Garcia
- 3- Câmara de Vereadores – Danilo Funke (Observador)
- 4- Controladoria-Geral – (Sub) José Manuel A. Garcia
- 5- Programa Macaé-Cidadão – Amélia Guedes
- 6- Programa Macaé Renda-Mínima – Rosane de Paula
- 7- Secretaria de Planejamento – Sérgio Martins
- 8- Gabinete e Gestão Integrada – Edmilson Jório
- 9- Guarda Municipal – Jean Franco
- 10- Secretaria de Educação – Marilena Garcia

O pré-candidato André Braga encampou o projeto como uma grande oportunidade de autopromoção eleitoral junto às comunidades, bairros ou localidades de todos os setores administrativos do município de Macaé.

O cargo do Sr. Romulo Campos de Coordenador Geral da chamada Câmara Permanente de Gestão, equivale ao de Secretário Municipal, tendo a ele sido atribuído a função de coordenar/organizar os trabalhos a serem desenvolvidos.

Sob sua coordenação foram realizadas as reuniões com integrantes das equipes para a elaboração dos planos, estratégias, recursos audiovisuais, transporte, alimentação, estrutura do local das reuniões (colégios, creches, igrejas, associações, etc), propaganda, divulgação (rádio difusão, televisão,

jornal impresso, carro de som). Estas reuniões internas buscavam basicamente alinhar o discurso das duas equipes que faziam as reuniões nas localidades.

De forma concomitante, reuniões com coordenadores e participantes de programas de Orçamentos Participativos de outros municípios (Rio das Ostras e Casimiro de Abreu) foram realizadas com o objetivo de aumentar o conhecimento prático do funcionamento do programa e promover o compartilhamento de experiências. Ambas as equipes tiveram participação na elaboração do material audiovisual que foi posteriormente levado às comunidades.

Da observação dos procedimentos e do andamento das reuniões podemos destacar alguns pontos positivos e outros negativos, os quais faremos referência a partir deste momento. Podemos elencar como pontos positivos:

1- Aproximação entre o poder público e a população – Podia se perceber desde o início das reuniões que a experiência foi a oportunidade em que os cidadãos e os representantes do poder público estiveram mais próximos uns dos outros, e a disposição para discutir os problemas da cidade e apresentar propostas de solução provocou uma satisfação externada em algumas manifestações;

2- Envolvimento dos participantes com os problemas de sua comunidade – Além dos representantes do poder público, os participantes ouviram atentamente às manifestações uns dos outros e tiveram acesso a problemas e desafios enfrentados por moradores de outros bairros que integravam o mesmo Setor Administrativo;

3- Satisfação e entusiasmo dos participantes em conversar e buscar soluções para os problemas coletivos e a grande esperança de vê-los resolvidos – Os envolvidos em geral aceitaram e acreditaram na proposta do programa, que decerto criou uma expectativa positiva nos envolvidos;

4- Motivação das equipes com relação ao programa, acreditando no seu sucesso – A implementação do programa, além de provocar interesse na população, também contagiou as equipes de servidores, que se dedicaram com afinco para realizar as reuniões, ainda que fora do horário usual de trabalho;

5- Disputa acirrada pelo posto de delegado e suplente - Principalmente nas regiões administrativas menos favorecidas economicamente, houve grande interesse na candidatura para ocupar a posição de delegado e suplente.

6- Espaço para críticas – Os momentos em que os participantes tiveram voz, os mesmos manifestaram-se de forma livre acerca da ineficiência do governo no atendimento de suas necessidades básicas.

7- Aprendizado das equipes com relação às efetivas demandas das comunidades visitadas – Após a realização das reuniões e a apresentação das propostas, se tornou possível realizar a compilação dos dados e criar um mapa de demandas e problemas apontados em cada Setor Administrativo.

Como pontos negativos podemos destacar:

1- Pouca divulgação oficial - Muitas das vezes o único meio de informação local que a comunidade tinha acerca da realização das reuniões era o carro de som que passava somente no dia da reunião, o que prejudicava a frequência nas reuniões, reduzindo seu quórum, uma vez que não permitia um conhecimento prévio da população, tendo ocorrido reuniões com pouca adesão.

2- Falta de estrutura no local das reuniões para o conforto dos participantes – A falta de estrutura local para a realização dos encontros prejudicava a dinâmica do programa. Os participantes por vezes ficavam desconfortáveis em ambientes despreparados, sem climatização ou local adequado para o preenchimento dos formulários do programa.

3- Tentativas de infiltração político partidárias – Em algumas reuniões houveram tentativas por parte de integrantes do Partido dos Trabalhadores - PT, com fins de associar a ideia do programa em relação a este.

4- Associação implícita com campanha política para sucessão – Através de alguns expedientes, tais como mencionar o nome do Sr. André Braga por diversas vezes durante a apresentação do programa, houveram tentativas de promover o nome do mesmo, que conforme era cediço à época, seria candidato a prefeito no pleito de 2012.

5- Baixo nível de informação dos participantes – A população que comparecia às reuniões não possuía conhecimento necessário acerca dos aspectos do programa, de seu funcionamento, prazos e formas de execução, o que provocou muitas dúvidas durante as reuniões.

6- Descarga de reclamações pelo não atendimento de outras solicitações – Em boa parte das reuniões, a população aproveitava a presença dos representantes do poder público municipal para proferir a maior sorte de reclamações, sendo uma parte delas decorrente de promessas de campanha não cumpridas e as demais ligadas a problemas imediatos e de afetação particular de cada participante.

7- Participantes agressivos. Alguns participantes, motivados por forças partidárias de oposição ou não se puseram a praticar agressões verbais contra o governo e ameaças, com palavreado ofensivo e inadequado, prejudicando momentaneamente o andamento das reuniões.

8- Vereadores tentando distribuir panfletos nas reuniões. Nas primeiras reuniões, um Vereador do Partido dos Trabalhadores e seus assessores iniciaram a distribuição de panfletos partidários nas reuniões, o que demandou a intervenção do Apresentador em duas ocasiões para que a prática fosse cessada.

Em que pese a verificação dos pontos negativos apontados, os mesmos não foram suficientes para comprometer a coleta das indicações, que foi realizada e compilada pelos integrantes do programa Macaé Cidadão.

No que se refere ao item 7, o mesmo encontra-se estreitamente relacionado ao item 6, que trata acerca das reclamações e manifestações de insatisfação por parte de alguns dos participantes. Apesar das manifestações agressivas não terem acontecido em todas as reuniões, não podemos considerá-las como um fato isolado. Tais fatos ocorreram quase em sua totalidade nas regiões administrativas menos favorecidas economicamente, nas quais a presença do poder público é menos visível e as condições de vida são mais difíceis. Nas ocorrências, alguns participantes desviaram-se do objetivo de delimitação de prioridades e passaram a cobrar providências em relação a problemas sociais e estruturais da localidade diretamente dos representantes do poder público de forma, por vezes, desrespeitosa. As situações, porém, foram contornadas pelos agentes públicos, não sendo necessária a interrupção ou o cancelamento das reuniões.

Com relação aos itens 3 e 8, a intervenção de caráter político/partidário dos integrantes do Partido dos Trabalhadores – PT foi pontual em algumas reuniões iniciais. Além de falas de cunho partidário houveram investidas de distribuição de panfletos do PT que precisaram ser coibidas pelos apresentadores do Orçamento Participativo. Após as primeiras admoestações, a prática não voltou a ocorrer.

Afora os noticiados percalços, a maioria das reuniões se deu de forma pacífica e organizada e dentro das limitações de participação, atingiu os resultados a que se propôs, que era a coleta das indicações e demandas das localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no capítulo inaugural, iniciamos este estudo em busca de perspectivas teóricas acerca do conceito de democracia que reconhecessem a existência de regimes considerados democráticos com formas e graus diferenciados de participação ou interferência popular no processo decisório. Ao realizarmos a revisão bibliográfica encontramos diversos pontos de vista teóricos, cada um identificando diferentes condições e requisitos para que determinado regime possa ser considerado democrático. A reflexão nos levou ao entendimento de que para os fins a que se destina este trabalho, tais perspectivas não devem ser tomadas como contrárias ou divergentes, mas sim complementares na medida em que sua harmonização enriquece a análise das condições para a democracia, avançando para além da acepção clássica sobre a mesma, para alcançar também seus resultados práticos e sua dimensão qualitativa.

Acreditamos que a adoção de uma premissa teórica que admita a existência de regimes mais ou menos democráticos é imprescindível quando se pretende analisar um programa como o orçamento participativo, tomado enquanto instrumento hábil a promover, ainda que parcialmente, a inversão direta do protagonismo da tomada de decisões, levando a discussão da coisa pública para assembleias populares, sendo, desta forma, potencialmente capaz de provocar o aprofundamento da prática democrática.

Na sequência, ingressamos no estudo das relações entre representantes e representados, o que nos fez retomar a discussão acerca dos papéis dos atores políticos em nosso sistema representativo no processo decisório. Vimos que em decorrência da complexidade das sociedades modernas e de seu gigantesco número de integrantes, é inviável que tenhamos igualdade na distribuição das competências decisórias, concentrando-se as mesmas, inevitavelmente, nas mãos dos representantes eleitos, restando para os representados a utilização de instrumentos pontuais de participação direta.

Destaque-se, no entanto, que esta relação de representatividade vem apresentando sinais de desgaste bastante aparentes, como visto nas recentes manifestações de protesto nas ruas e mídias sociais que tem como alvo os constantes escândalos e evidências envolvendo a malversação do dinheiro público, os favorecimentos pessoais, os desvios de finalidade, e a corrupção de modo geral. Acreditamos que a análise não estaria bem fundamentada sem que tratássemos da sensível e complexa relação de forças entre administrador e administrado. Inegável nos parece ser a correlação entre os desvios no exercício das funções públicas e o aparente afastamento da população dos negócios públicos. As ingerências apontadas, as escolhas contraditórias e a pouca responsividade aos anseios sociais são marcas indeléveis das atuais administrações públicas.

Neste contexto, não é de se estranhar que ganhem expressão práticas que se propõem a potencializar a manifestação direta das preferências populares, mormente se representarem mecanismos eficazes de interferência nas prioridades de investimento das receitas públicas.

Esta reflexão nos levou a tratar da expressão política do cidadão individualmente considerado e de seu poder de influência enquanto integrante de grupos sociais ou instituições políticas nos processos decisórios do Estado. Em que pese reconhecermos que a manifestação da vontade do indivíduo enquanto integrante de um grupo social ou partido político goza de maior eficácia e maior poder de pressão junto aos representantes, não podemos desconsiderar totalmente a capacidade do mesmo de manifestar sua vontade individual perante o Estado e de ter tal vontade igualmente considerada frente às demais expressões de preferência. cremos que entendimento contrário não é compatível com o formato estrutural do programa do orçamento participativo, que em geral define as prioridades de cada setor administrativo com base na contagem das indicações individuais dos participantes nas assembleias populares.

Acreditamos, assim, que o fato de não termos verificado, *a priori*, um resultado positivo na execução do orçamento participativo do Macaé não significa que está permanentemente privado seu potencial no tocante à pretensão de estender o poder de influência individual para além da manifestação através do voto, na medida em que, uma vez implementado de forma séria e respeitados seus propósitos, aflora novamente para o indivíduo a força política para interferir de forma considerável na distribuição dos investimentos do Estado.

No tocante à opção por desenvolver a pesquisa no contexto de abundância e recursos do município de Macaé, trabalhamos a hipótese de que, ao menos uma das condições para o sucesso do programa estaria plenamente satisfeita, qual seja a capacidade de investimento, e tal hipótese foi confirmada pelos dados orçamentário e de investimento apresentados. Passamos, então, a avaliar seu desenho institucional, e identificamos desde a análise normativa e de seu funcionamento, que este possui uma estrutura básica muito próxima a das experiências bem sucedidas de Porto Alegre/RS e Belo Horizonte/MG, não havendo neste ponto, entrave à implementação do programa. Mantiveram-se idênticas as previsões dos ciclos anuais de deliberação, da forma de escolha pública dos delegados locais e do seu funcionamento em geral.

Ocorre porém que no caso de Macaé, na prática, as assembleias populares somente foram realizadas no ano de 2010, não se repetindo nos demais exercícios financeiros. Ao questionarmos os motivos de tal fato, recebemos informações de que as ditas assembleias não foram realizadas em 2011 uma vez que, conforme comprovam as análises feitas, a execução das propostas de 2010 foi tão pífia, que optou-se por realizar reuniões somente com os delegados eleitos e continuar a executar as ações propostas no ano inicial. Este procedimento foi repetido nos anos de 2012 e 2013. Percebe-se assim que sequer um ciclo completo do orçamento participativo foi realizado, o que conseqüentemente, impediu que a população cobrasse nas assembleias seguintes a não execução das propostas feitas em 2010.

Outro problema fundamental identificado, conforme mencionado no capítulo anterior, foi a ausência da edição do Decreto do Poder Executivo que regulamentaria e conferiria legitimidade para as ações do Conselho do Orçamento Participativo, órgão de vital importância para o programa, por suas atribuições. Apesar de tal ato normativo ser um provimento relativamente simples e unilateral da Chefia do Executivo, como vimos, esta medida levou quatro anos para ser adotada, o que decerto pode ter interferido de forma direta no controle e acompanhamento da execução das ações propostas pelo Orçamento Participativo. Estamos diante mais uma vez de um fato que remonta à discussão acerca da importância da vontade política na correta implantação e continuidade do programa. Ao reunirmos a não regulamentação do Conselho com a ausência do retorno aos setores administrativos para prestação de contas e renovação ou confirmação das prioridades, percebemos que estamos diante de um programa que teve seus mecanismos de controle e fiscalização descaracterizados ou descartados, o que parece refletir diretamente em seus resultados.

Passando para a análise propriamente dita da organização e execução do programa, percebemos que um trabalho de qualidade foi feito no tocante à realização das reuniões nos setores administrativos no ano inicial, bem como no que se refere à classificação e catalogação das indicações. Ocorre, porém, como dito, que as prioridades identificadas não foram respeitadas no momento da escolha das obras a serem executadas. Acreditamos que tal fato feriu fatalmente o objetivo original do programa, tomando como praticamente inútil todo o trabalho de pesquisa realizado no ano de 2010 junto à população.

Melhor não foi o resultado das análises realizadas nos balanços de despesas de 2011, 2012 e 2013. Percebemos que os gastos efetivos com as obras incluídas nas leis orçamentárias foram irrisórios, nem sequer se aproximando de cumprir o percentual mínimo de 5% das despesas de investimento estabelecido em lei.

Ressalte-se que este claro quadro de ineficiência não se deu em decorrência da ausência de recursos financeiros correspondentes, como se pôde observar da análise dos dados. O fato de o programa ter sido instituído em uma realidade de abundância de recursos financeiros representa um fator favorável, mas de forma alguma é suficiente para garantir sua eficiência, ou pelo menos para apresentar algum indicativo de redistribuição de investimentos, nem em termos quantitativos devido ao baixo comprometimento das verbas públicas com as obras indicadas pelo OP, e muito menos em termos qualitativos, uma vez que não foram sequer consideradas as prioridades indicadas pela população quando da definição das ações a serem tomadas.

Assim, após os estudos e análises realizadas, confirmamos a hipótese de que o município de Macaé tem um grande potencial redistributivo, e é de igual forma aparelhado suficientemente para implementar um programa como o orçamento participativo, cuja estrutura simples permite o alcance de significativos resultados no tocante ao incremento da participação direta da população no exercício do poder. Para tanto, porém, parece-nos necessário que se faça um esforço de resgate dos objetivos iniciais do projeto e que se promova uma política estatal responsiva, isonômica e comprometida com o atendimento das demandas sociais.

O programa do orçamento participativo já demonstrou nas experiências apresentadas seu potencial enquanto instrumento de aprimoramento das práticas democráticas. Entretanto, acreditamos que para que este potencial seja transformado em resultados práticos e para que o programa tenha efetividade em graus satisfatórios, é necessário que haja interesse político em descartar as já conhecidas práticas populistas e eleitoreiras, e promover um real envolvimento da sociedade nos assuntos do estado, com cumprimento de metas bem definidas e a implementação de políticas sérias de educação para a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Cristina W. e BARIANI, Edison (Organizadores) Administração pública no Brasil: breve história política. São Paulo. Editora Unifesp, 2010.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. Artigo Eletrônico.

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. Reflexões sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte : potencialidades e desafios. Publicado na Revista Cadernos CRH, vol. 35, UFBA, julho / dezembro de 2001.

BOBBIO, Norberto, O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo ; tradução de Marco Aurélio Nogueira — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, 10ª Ed. 9ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores. 2000.

BORSANI, Hugo. Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

COSTA, Danielle Martins Duarte. Vinte anos de Orçamento Participativo: Análise das experiências em municípios brasileiros. 2010. Artigo eletrônico.

DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DIAS, Márcia Ribeiro, Sob o signo da vontade popular: O Orçamento Participativo e o Dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Editora UFMG, Belo Horizonte. 2002.

FAORO, Raymundo Faoro. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001

FEDOZZI, Luciano. Inovações democráticas na gestão pública: A experiência do orçamento participativo de Porto Alegre (Brasil). 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição, Global Editora, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, 26ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.

MARQUETTI, Aldamir. Participação e Redistribuição: o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Artigo Eletrônico.

MOISÉS, J. A. Os Significados da Democracia Segundo os Brasileiros, texto disponível na internet. Endereço de hospedagem abaixo.

NUNES, Edison. Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. Democracia e Mercado. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Tradução – Vera Pereira. Editora Relume Dumará.

REIS, Cláudio Araújo. “Todo poder emana do povo” O exercício da soberania popular e a Constituição de 1988. Endereço de hospedagem abaixo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Org.* Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A., Capitalismo, Socialismo e Democracia, Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

WEBER, Max. Economia e sociedade; fundamentos de sociologia compreensiva. vol. 1. Brasília: UnB, 1999.

Sítios da internet consultados:

http://www.stanford.edu/group/dispersed_author/docs/OriginalMeaningDemocracy_Ober.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf.p.276/277>. Acessado em 27/12/13

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewArticle/3190>

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op>

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1

http://www.democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/orcameto_participativo_e_teorias_democraticas_-_leonaldo_avritzer.pdf

http://www.libertadesciudadanas.cl/documentos/docs/participacao_redistribuicao.pdf

<http://www.macaee.rj.gov.br/>

<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-todo-o-poder-emanado-do-povo-o-exercicio-da-soberania-popular-e-a-constituicao-de-1988>

<http://www.cidades.ibge.gov.br>

ANEXO I

LEI Nº 3.432 /2010¹.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.432 /2010.

Dispõe sobre o Orçamento Participativo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Art. 1º Fica instituído o Orçamento Participativo – OP, em âmbito municipal, com a finalidade de promover a gestão compartilhada e o exercício da cidadania com vistas à concepção, ao planejamento e à implantação das políticas públicas orçamentárias.

Parágrafo único. O Orçamento Participativo de que cuida o *caput* é um processo no qual a comunidade atua através da análise, proposição, debate e deliberação sobre matérias referentes às despesas públicas municipais, visando ao resgate da cidadania e à melhoria da qualidade do planejamento público, sendo um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar e contribuir na elaboração do Orçamento Municipal.

Art. 2º São propósitos do Orçamento Participativo:

- I - incentivar as pessoas a tornarem-se cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas municipais;
- II – aumentar o interesse da sociedade em relação à gestão pública, para que haja o efetivo exercício da cidadania;
- III - criar uma sinergia de ajuda política e movimentação de massas para resolver questões principais e urgentes, estabelecendo uma escala de prioridades;
- IV - instituir mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos públicos;
- V - promover centros de discussão, palestras e similares, envolvendo todos os participantes de forma a levantar demandas pontuais e a prever suas soluções;

¹ Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1311283745.pdf> último acesso em 11/06/2014.

VI - gerir, de forma compartilhada entre governo e população, os recursos públicos;

VII – estimular a participação popular de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública trabalhe de forma integrada para a satisfação dos interesses da população.

Art. 3º A Administração Pública Municipal deverá convocar toda a população para participar do processo de elaboração do OP, dando ampla divulgação às reuniões.

Art. 4º A metodologia a ser seguida deverá ser elaborada com a participação popular, recomendando-se o seguinte:

I – divisão do Município em Setores Administrativos – base geográfica, devendo cada Setor abranger os bairros já determinados

na divisão político-administrativa do Município de Macaé, levando em conta os critérios de afinidade política e cultural entre as populações locais;

II – definição dos eixos temáticos:

a) saúde e assistência social;

b) desenvolvimento econômico, tributação e turismo;

c) educação, cultura e lazer;

d) esporte;

e) mobilidade urbana e transporte;

f) organização da cidade e desenvolvimento urbano;

g) habitação;

h) saneamento e iluminação pública;

III – estabelecimento de prioridades temáticas por região;

IV – cronograma das atividades;

V – Regimento Interno;

VI – construção de um modelo a ser adotado.

Parágrafo único. As necessidades serão diagnosticadas nas bases geográficas, cuja população selecionará suas prioridades temáticas, hierarquizando as obras e serviços em cada tema.

Art. 5º A elaboração do Orçamento Participativo será sempre presencial, podendo-se gradativamente implantar também o Orçamento Participativo Digital como forma de ampliar a participação dos moradores e agregar os diferentes segmentos sociais.

Art. 6º Fica criado o Conselho do Orçamento Participativo no Município – COP para aplicação do disposto no art. 122- da Lei Orgânica Municipal, cominado com os arts.

104-A e 104-B da mesma Lei, instituindo a participação popular nos processos de elaboração das peças orçamentárias e a fiscalização de sua execução.

Parágrafo único. O COP tem, entre outras, a incumbência específica de coordenar o Orçamento Participativo, zelando para que prevaleça o interesse coletivo.

Art. 7º O COP terá em sua composição representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos núcleos geopolíticos”.

Parágrafo único. Enquanto não definidos os núcleos geopolíticos, serão considerados os Setores Administrativos conforme disposto na Lei Complementar nº 045/04. **(NR-NOVA REDAÇÃO)**

Art. 8º O COP, na medida do possível, deverá capacitar os participantes, explicando-lhes de forma clara, didática e sucinta sobre receitas, despesas, investimentos e especialmente sobre:

I – a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO a ser encaminhada à Câmara Legislativa até 30 de maio de cada ano;

II – a Lei Orçamentária Anual - LOA a ser encaminhada, anualmente, até 15 de outubro;

III – o Plano Plurianual – PPA, que é um plano de médio prazo, elaborado no primeiro ano de mandato para execução nos quatro anos seguintes, atingindo, pois, o primeiro ano do sucessor e contendo um anexo com metas plurianuais e riscos da política fiscal, levando em conta as despesas, receitas, resultados primários e montante das dívidas;

IV – o Plano Diretor do Município - PDM, atualizado no máximo a cada dez anos, elaborado com ampla participação popular.

Parágrafo único. Deverão ser acatados na elaboração do Orçamento Participativo o PPA e o PDM, bem como os limites mínimos estabelecidos pela Lei Orgânica do Município, respectivamente, arts. 171 e 208, sendo 15 % da receita na manutenção e desenvolvimento da saúde e 25 % na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal, observando-se, ainda, o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 9º São atribuições dos Conselheiros que integram o COP:

I - socializar o conhecimento sobre o processo orçamentário em seus aspectos técnicos e políticos;

II - discutir a compatibilidade entre o plano de governo e a participação popular;

III - discutir textos sobre Orçamento Participativo, a fim de conhecer o que é, para que serve e como se faz;

IV - explicitar os motivos da adoção da metodologia a partir de discussões em que participe toda a equipe de governo, delineando

as linhas de sua aplicação;

V - avaliar a conjuntura nacional, estadual e local sob a qual o processo transcorrerá;

VI - discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento e no acompanhamento da execução orçamentária;

VII - socializar e explicitar a metodologia entre a equipe de governo e os servidores públicos envolvidos;

VIII - preparar a equipe para as inovações necessárias;

IX - definir estratégias para relacionamentos com os setores políticos da cidade;

X - assegurar qualidade na coordenação e articulação do processo, constituindo equipe com disponibilidade e capacidade para a ação necessária;

XI - estabelecer critérios para composição do grupo;

XII - elaborar regimento interno do grupo;

XIII - definir dinâmica de trabalho;

XIV - assegurar reuniões e atividade regulares;

XV - definir local apropriado como central de trabalho do grupo;

XVI – solicitar, se necessário, a contratação de assessoria experiente para dar apoio conceitual e metodológico ao grupo;

XVII - verificar e pressionar pelo cumprimento das decisões populares;

XVIII - monitorar o comportamento das receitas;

XIX – acompanhar as despesas decididas em assembléia;

XX - observar o processo de alteração do orçamento através de suplementação e remanejamentos;

XXI – garantir a continuidade do processo;

XXII - definir uma forma de acompanhamento e prazo para avaliação.

Art. 10. Sairão das reuniões nos Setores Administrativos Delegados que representarão suas comunidades nas atuações e

decisões do COP.

Art. 11. São atribuições dos Delegados:

I - participar das reuniões periódicas organizadas pelos Conselheiros nas regiões e das reuniões temáticas;

II – apoiar na divulgação dos assuntos tratados em âmbito do Conselho;

III – participar das comissões temáticas, colaborando na construção da/s diretrizes políticas, bem como no acompanhamento e na

fiscalização das ações definidas nas reuniões do COP;

IV – sugerir, quando for o caso, como membro do Conselho, sobre qualquer impasse ou dúvida que acaso surja no processo de

elaboração do Orçamento;

V – propor e discutir os critérios para seleção de demandas e/ou de temas;

VI – representar sua comunidade (Setor Administrativo) junto ao Conselho.

Art. 12. O Orçamento Participativo abrangerá inicialmente o importe de 5% (cinco por cento) das receitas de investimentos.

Art. 13. O COP encaminhará os projetos aprovados a cada órgão da Administração, que os incluirá em suas respectivas propostas orçamentárias, que serão remetidas à Secretaria Municipal de Planejamento para que sejam contempladas no Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa.

Art. 14. O Chefe do Executivo Municipal publicará o Regimento Interno e o cronograma das atividades, elaborados pelo COP, bem como regulamentará por Decreto, no que couber, o disposto nesta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de agosto de 2010.

RIVERTON MUSSI RAMOS

PREFEITO

ANEXO II

LEI Nº 4.026 /2014.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

3124.

LEI Nº 4.026/2014

Dispõe sobre alterações na Lei Municipal nº 3.432/2010, que rege o Orçamento Participativo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o inciso I do art. 4º da Lei Municipal nº 3.432/2010, que passará a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 4º. (...)

"I - divisão do Município em Setores Administrativos - base geográfica de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 214/2012 que dispõe sobre o Reordenamento Territorial do Município de Macaé, levando em conta os critérios de afinidade política e cultural entre as populações locais".

Art. 2º O caput do art. 7º da Lei Municipal nº 3.432/2010 passará a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º O COP terá em sua composição representante do poder Executivo, do Poder Legislativo e de representantes dos Setores Administrativos - base geográfica de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 214/2012, que dispõe sobre o Reordenamento Territorial do Município de Macaé".

Art. 3º Fica inserido o parágrafo único ao art. 7º da Lei Municipal nº 3.432/2010, que passará a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 7º. (...)

"parágrafo único. O mandato terá validade de dois anos, podendo ser reeleito por mais dois anos."

Art. 3º Fica alterado o caput art. 12 da Lei Municipal nº 3.432/2010, que passará a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 12 O Orçamento Participativo abrangerá inicialmente o importe de 5% (cinco por cento) das despesas de investimentos."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a contar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 12 de fevereiro de 2014.

ALUIZIO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO¹

DO REGIMENTO INTERNO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS, DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Orçamento Participativo de Macaé constitui-se em um processo de participação direta da comunidade, que atua através da análise, proposição, debate e deliberação sobre matérias referentes às despesas públicas municipais, contribuindo no planejamento, na implantação das políticas públicas e na elaboração do orçamento municipal.

Art. 2º São princípios do Orçamento Participativo:

- I - a promoção do exercício de cidadania;
- II – a gestão participativa, democrática, compartilhada e solidária dos recursos públicos;
- III - a participação efetiva da comunidade na elaboração e controle das matérias do Orçamento Participativo;
- IV – a programação, o planejamento, a transparência e o controle social das ações governamentais referentes ao Orçamento Participativo.

Art. 3º O Orçamento Participativo opera com a finalidade de:

- I - discutir com a comunidade, em gestão compartilhada, a destinação dos recursos públicos para a concretização das metas e prioridades estabelecidas;
- II – promover a melhoria das condições de vida da população por meio da implantação de políticas públicas voltadas à inclusão social;
- III - compartilhar o norteamto de diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal no que concerne à execução de programas socioeconômicos adequados à realidade local;
- IV – propiciar o desenvolvimento sustentável em termos sociais, ambientais e econômicos em todo território municipal;

¹ Disponível em <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1311223788.pdf> último acesso em 11/06/2014.

V – promover transparência e oportunizar o controle social dos gastos públicos.

Art. 4º São objetivos do Orçamento Participativo:

I - incentivar as pessoas a tornarem-se cidadãos ativos pensantes e a se envolverem nas políticas públicas municipais;

II – aumentar o interesse da sociedade em relação à gestão pública, para que haja o efetivo exercício da cidadania;

III - instituir mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos públicos;

IV - promover centros de discussão, palestras e similares, envolvendo todos os participantes de forma a levantar demandas pontuais e a prever suas soluções;

V - gerir, de forma compartilhada entre governo e população, os recursos públicos;

VI – estimular a participação popular de forma inclusiva, propiciando que a Administração Pública trabalhe de forma integrada para a satisfação dos interesses da população.

CAPÍTULO II

DOS NÚCLEOS GEOPOLÍTICOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 5º Levando em conta os critérios de afinidade política, econômica, social e cultural entre as populações locais, o Município fica dividido em núcleos geopolíticos, que constituem a base geográfica da participação popular para efeitos do Orçamento Participativo.

§ 1º Os núcleos geopolíticos de que trata o *caput* serão definidos no próximo exercício (2011), nas reuniões plenárias, e serão objeto de Decreto do Chefe do Executivo.

§ 2º Enquanto não forem definidos os núcleos geopolíticos, será utilizada, para efeitos do Orçamento Participativo, a divisão contida nos Setores Administrativos estabelecidos na LCM 045/2004.

CAPÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º São instâncias do Orçamento Participativo:

I - as Plenárias dos Núcleos Geopolíticos;

- II - os Fóruns de Delegados;
- III - o Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

Seção I

Das Plenárias dos Núcleos Geopolíticos

Art. 7º A instância inicial do processo de levantamento e discussão das demandas comunitárias, para efeitos de se consubstanciarem em matérias orçamentárias, é constituída pelas plenárias dos núcleos geopolíticos, reuniões abertas à comunidade em geral, sendo realizadas em dois momentos distintos:

- I - Plenárias Informativas;
- II - Plenárias Deliberativas.

Art. 8º As Plenárias Informativas incumbem-se de:

- I - prestar contas do exercício anterior;
- II – levantar as demandas comunitárias;
- III – discutir as propostas iniciais sob o ponto de vista do Orçamento Participativo.
- IV- apresentação do regimento interno;
- V- explicação sobre o processo do OP

Art. 9º As Plenárias Deliberativas têm como atribuições:

- I - selecionar e hierarquizar as demandas priorizadas nas Plenárias Informativas para compor o Plano de Investimento do ano seguinte, as quais serão apresentadas para apreciação no Fórum de Delegados;
- II - eleger delegados por núcleo geopolítico para constituição de Fóruns, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- III – eleger o Conselho do Municipal Orçamento Participativo (COP).
- IV – aprovar alterações no regimento interno.

Art. 10. Poderão participar das Plenárias de Núcleos Geopolíticos, com direito à voz e a voto, comprovadamente, os moradores dos bairros/localidades que os integram, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos.

Art. 11. As Plenárias de Núcleos Geopolíticos serão coordenadas e terão apoio logístico de uma equipe intersetorial, composta por representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, passando a contar, a partir do segundo exercício, quando já

estarão constituídos, com a participação dos representantes do Conselho de Orçamento Participativo - COP e dos delegados de seus respectivos Núcleos.

Seção II

Dos Fóruns de Delegados

Art. 12. Os delegados são representantes dos Núcleos Geopolíticos onde moram e suas funções, consideradas de relevante interesse coletivo, serão exercidas sem remuneração.

Art. 13. O Fórum de Delegados é a instância de deliberação máxima dos delegados, como legítimos representantes das comunidades, eleitos nas Plenárias de Núcleos Geopolíticos.

Parágrafo único. O Fórum dos delegados será coordenado por uma equipe formada por um representante do Poder Executivo, um do Poder Legislativo e um membro do COP.

Art. 14. São competências do Fórum de Delegados:

- I** – estabelecer e aplicar os critérios a serem utilizados para a escolha das prioridades orçamentárias;
- II** - sistematizar as discussões iniciadas nas Plenárias de Núcleos Geopolíticos, elegendo as metas e prioridades referentes ao Orçamento Participativo;
- III** - deliberar sobre a destinação de recursos para a concretização das metas e prioridades orçamentárias aprovadas nas Plenárias de Núcleos;
- IV** - eleger delegados, um titular e um suplente, por bairro que integre o Núcleo Geopolítico, para a constituição do Conselho do Orçamento Participativo - COP;
- V** - destituir os Delegados que não atendam às expectativas de seu bairro, omitindo-se e não procurando defender suas atribuições.

Art. 15. São atribuições dos Delegados:

- I** - conhecer, aprovar e cumprir o presente Regimento;
- II** - representar o bairro que o elegeu, em cada Fórum de Delegados do Orçamento Participativo;
- III** - representar o seu bairro junto ao Conselho Municipal do Orçamento Participativo, ao Governo Municipal, à Câmara Municipal e em todas as instâncias de organização da sociedade;

IV - multiplicar as discussões relativas ao Orçamento Participativo no seu bairro, estimulando a participação popular e o surgimento de formas de organização e consulta popular;

V - participar de reuniões periódicas no seu Núcleo Geopolítico, quando convocados;

VI - mobilizar a comunidade para a realização de eventos temáticos que objetivem a qualificação do processo do Orçamento Participativo, contando para isto com o apoio logístico do COP;

VII - analisar e sistematizar as demandas hierarquizadas nos Núcleos Geopolíticos;

VIII - discutir e negociar as prioridades levantadas nas Plenárias Regionais, com a equipe de Governo;

IX - apoiar os conselheiros na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no COP;

X - acompanhar as votações referentes às matérias orçamentárias na Câmara de Vereadores;

XI – aprovar o Plano de Investimentos do Orçamento Participativo;

XII - apoiar o COP na fiscalização das obras em execução, indicadas no Orçamento Participativo.

Art. 16. Não poderá ser delegado do Orçamento Participativo:

I - aquele que tiver idade inferior a dezesseis anos;

II - aquele que não for residente do bairro;

III - aquele que esteja exercendo cargo em comissão ou de representação política em qualquer esfera de Poder Executivo Municipal ou Legislativo.

Art. 17. Será eleito um delegado titular e um suplente por bairro/localidade, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Seção III

Do Conselho de Orçamento Participativo

Art. 18. O Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COP é a instância de aconselhamento, proposição, análise e fiscalização do Orçamento Participativo do Município e de deliberação de suas próprias matérias.

§ 1º O Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COP ficará vinculado administrativamente à Câmara Permanente de Gestão, que providenciará o apoio logístico para seu funcionamento.

§ 2º O COP terá uma direção colegiada composta por 3 (três) conselheiros titulares, sendo um deles indicado pelo Chefe do Executivo e os outros dois escolhidos entre os Conselheiros por voto ou aclamação, oriundos de Núcleos Geopolíticos diferentes e com igual poder de deliberação.

§ 3º A coordenação da Direção Colegiada será exercida por um de seus membros escolhido entre os mesmos.

§ 4º O Conselho do Orçamento Participativo se reunirá ordinariamente uma vez a cada bimestre e extraordinariamente quantas vezes forem necessários.

Art. 19. São atribuições dos Conselheiros que integram o COP:

I - socializar o conhecimento sobre o processo orçamentário em seus aspectos técnicos e políticos;

II - discutir a compatibilidade entre o plano de governo e a participação popular;

III - discutir textos sobre Orçamento Participativo, a fim de conhecer o que é, para que serve e como se faz;

IV - explicitar os motivos da adoção da metodologia a partir de discussões em que participe a equipe de governo, delineando as linhas de sua aplicação;

V - avaliar a conjuntura nacional, estadual e local sob a qual o processo transcorrerá;

VI - discutir a metodologia adequada à participação popular na elaboração do orçamento participativo e no acompanhamento da execução orçamentária;

VII - socializar e explicitar a metodologia utilizada pelo Orçamento Participativo aos integrantes dos núcleos geopolíticos;

VIII - preparar a equipe para as inovações necessárias;

IX – exclusão;

X - assegurar qualidade na coordenação e articulação do processo, constituindo equipe com disponibilidade e capacidade para a ação necessária;

XI - estabelecer critérios para composição do grupo e sugestão das prioridades de investimentos necessários para a cidade;

XII - definir dinâmica de trabalho;

XIII - assegurar reuniões e atividade regulares;

XIV - definir local apropriado como central de trabalho do grupo;

XV - verificar e zelar pelo cumprimento das decisões populares;

XVI - monitorar o comportamento das receitas;

XVII – acompanhar as despesas decididas em assembléia;

XVIII - observar o processo de alteração do orçamento participativo através de suplementação e remanejamentos;

XIX – garantir a continuidade do processo;

XX - manter intercâmbio com os demais Conselhos Municipais de política setorial;

XXI - destituir os Conselheiros que não cumpram suas obrigações;

XXII - definir uma forma de acompanhamento e prazo para avaliação da execução do Orçamento Participativo.

Art 20. São atribuições da Direção Colegiada do Conselho do Orçamento Participativo – COP:

I - representar o Conselho ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - cumprir e fazer cumprir o disposto neste regimento e em outras disposições aprovadas pelo Conselho;

III - convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

IV - agendar o comparecimento dos órgãos do Poder Público, quando a matéria o exigir;

V - convocar os delegados para informar do processo de discussão do Conselho;

VI - coordenar e planejar todas as atividades administrativas do Conselho, providenciando as atas das reuniões, controle de frequência, arquivamento de documentos;

VII - Informar aos Conselheiros, antecipadamente, as datas em que as matérias orçamentárias serão discutidas na Câmara de Vereadores.

Art. 21. O Conselho do Orçamento Participativo será composto de 17 (dezesete) membros, a saber:

I – 09 (nove) conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes dos Núcleos Geopolíticos ou Setores Administrativos, que comprovadamente não tenham assento em outros conselhos públicos municipais;

II - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, do Poder Legislativo Municipal;

III – 07 (sete) representantes titulares dos órgãos do Poder Executivo e respectivos suplentes, a saber:

a) Câmara Permanente de Gestão;

b) Secretaria Municipal de Planejamento;

c) Secretaria Municipal de Governo;

d) Secretaria Municipal de Fazenda;

e) Controladoria Geral do Município;

f) Procuradoria Geral do Município;

g) Secretaria Municipal de Obras.

§1º O Poder Legislativo indicará um representante dentre os vereadores titulares, tendo direito à voz e voto.

§2º Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal, tendo direito à voz e voto.

§ 3º Os suplentes integram as plenárias do COP na ausência de seus titulares.

Seção IV

Da perda de mandato

Art 22. Os Delegados do fórum e os conselheiros titulares perderão seus mandatos sendo substituídos pelos suplentes, que passarão a ter titularidade, nos seguintes casos:

I - por renúncia que deverá ser comunicada por escrito ao fórum de delegados e ao COP, com data e assinatura;

II - por ausência em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa por escrito e sem envio de suplente;

III - por falecimento;

IV – por informações erradas quanto ao endereço por parte do delegado;

V – por comportamento incompatível às expectativas de seu bairro, omitindo-se e não procurando defender suas atribuições.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO

Art. 23. O processo do Orçamento Participativo dar-se-á em todas as fases do ciclo orçamentário, compreendendo a participação da comunidade na discussão de demandas, escolha dos seus representantes e no conhecimento da construção do orçamento público como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).

Art. 24. O Orçamento Participativo terá os seguintes eixos temáticos:

I - saúde e assistência social;

II - desenvolvimento econômico, tributação e turismo;

III - educação, cultura e lazer;

IV - esporte;

V - mobilidade urbana e transporte;

VI - organização da cidade e desenvolvimento urbano;

VII - habitação;

VIII - saneamento e iluminação pública; e

IX – outros de interesse da comunidade.

§ 1º Serão estabelecidas prioridades temáticas por Núcleo Geopolítico.

§ 2º Entre os critérios para seleção das prioridades deverão estar incluídos:

I – o atendimento ao maior número de moradores do Núcleo Geopolítico;

II – a escolha das demandas que estejam dentro dos limites destinados ao Núcleo Geopolítico;

III – a viabilidade técnica do empreendimento, respeitando-se à legislação ambiental e às orientações do Plano Diretor.

Art. 25. Até o mês de novembro de cada ano, o COP deverá elaborar e divulgar seu cronograma de atividades para o ano seguinte.

Parágrafo único. O calendário processual deverá observar os prazos estabelecidos para encaminhamento dos projetos de lei em matéria orçamentária ao Poder Legislativo.

Art. 26. Todos os anos, sempre no primeiro semestre, a comunidade, através das Plenárias de Núcleos Geopolíticos, além de refletir, discutir a sua realidade e participar ativamente da elaboração do Plano de Investimentos do Orçamento Participativo, ouvirá do Poder Executivo a prestação de contas referente à execução orçamentária do exercício financeiro anterior, momento em que será justificada a realização ou não das obras priorizadas nas Plenárias.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Este regimento poderá ser modificado no todo ou em parte, quando for necessário, em assembléia específica, convocada especialmente para este fim, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votantes em fórum de delegados.

Art. 28. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela plenária em regime de votação e aprovado por 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes.

Macaé, 16 de dezembro de 2010.

ANEXO IV



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 087 /2014.

Regulamenta o funcionamento do Conselho do Orçamento Participativo – COP no Município de Macaé e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho do Orçamento Participativo – COP tem caráter público e é organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como instância de representação da população de cada setor administrativo para exercer o direito dos cidadãos ao controle social, por meio da fiscalização de ações e gastos públicos, bem como da apresentação de demandas, necessidades e prioridades da sua área de representatividade.

§ 1º O Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP ficará vinculado administrativamente à Câmara Permanente de Gestão, que providenciará o apoio logístico para seu funcionamento.

§ 2º O COP terá uma direção executiva composta de 3 (três) conselheiros titulares, Presidente, Vice-Presidente e Secretário, escolhidos entre os Conselheiros por voto direto, por maioria simples.

§ 3º O Conselho do Orçamento Participativo se reunirá ordinariamente uma vez em cada mês e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias.

Art. 2º São princípios do Conselho do Orçamento Participativo:

I – a defesa da elevação do padrão de qualidade de vida e da sua justa distribuição para a população que vive no Município;

II – a defesa e a preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e dos valores históricos e culturais da população macaense;

III – a colaboração na promoção do desenvolvimento urbano, social e econômico da região e no acesso de todos, de modo justo e igualitário, sem qualquer forma de discriminação aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna;

IV – o desenvolvimento de suas atividades e decisões pautado pela prática democrática pela transparência e garantia de acesso público sem discriminação e ocultamento de informações à população;

V – o apoio às várias formas de organização e representação do interesse local em temas de defesa de direitos humanos e sociais, políticas urbanas, sociais, econômicas e de segurança;

VI – a não sobreposição à ação dos conselhos, fóruns e outras formas de organização e representação da sociedade civil, desenvolvendo ação integrada e complementar às áreas temáticas de cada colegiado;

VII – o zelo para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas e projetos públicos com qualidade, equidade, eficiência e eficácia;

VIII – a participação popular;

IX – o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais;

X – a programação e planejamento sistemáticos.

Art. 3º Compete ao Conselho do Orçamento Participativo:

I – promover a interação constante entre seus membros e a população dos setores administrativos representados;

II – identificar as prioridades de atendimento à população, classificando-as de acordo com as regiões representadas;

III – contribuir com a administração pública para a elaboração anual das peças orçamentárias;

IV – conhecer e acompanhar a produção de indicadores de qualidade na prestação dos serviços públicos;

V – interagir continuamente com os órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas, planejamento, gestão e controle interno do Município a fim de produzir uma comunicação fluida entre a execução de políticas públicas e seu controle social;

VI – acompanhar a execução orçamentária, tendo vistas a garantir a execução de obras, prestação de serviços ou aquisição de produtos identificados como prioritários para a população;

VII – propor diretrizes a serem consideradas pelo Chefe do Poder Executivo na composição do orçamento de investimentos do Município;

VIII – articular-se com as instâncias deliberativas do Município, garantindo a integração e colaboração com a proposição e execução das políticas setoriais;

IX – acompanhar as ações decorrentes de transferências voluntárias – recursos captados de outras esferas de governo;

X – pronunciar-se acerca das peças orçamentárias, garantindo a efetivação das diretrizes definidas;

XI – incentivar a capacitação de seus membros na área de gestão pública compartilhada;

XII – elaborar e deliberar sobre o seu regimento interno;

XIII – apresentar ao Poder Executivo propostas de relevância para a melhoria da qualidade de vida da população através da execução de políticas setoriais.

Art. 4º São atribuições da Direção Executiva do Conselho do Orçamento Participativo – COP:

I – representar o Conselho ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II – cumprir e fazer cumprir o disposto nos dispositivos legais e em outras disposições aprovadas pelo Conselho;

III – convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

IV – agendar o comparecimento dos órgãos dos representantes do Poder Público ou de outros entes, quando a matéria exigir;

V – convocar os delegados para informar do processo de discussão do Conselho;

VI – coordenar e planejar todas as atividades do Conselho, providenciando as atas das reuniões, controle de frequência e arquivamento de documentos;

VII – informar aos Conselheiros antecipadamente, as datas em que as matérias orçamentárias serão discutidas na Câmara dos Vereadores.

Art. 5º O Conselho do Orçamento Participativo será paritário, composto por 22 (vinte e dois) membros, a saber:

I – 11 (onze) conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes dos Setores Administrativos, que comprovadamente não tenham assento em outros conselhos públicos municipais;

II – 11 (onze) representantes titulares dos órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo e respectivos suplentes, a saber:

- a) Câmara de Vereadores de Macaé;
- b) Câmara Permanente de Gestão;

- c) Secretaria Municipal de Planejamento;
- d) Controladoria Geral do Município;
- e) Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;
- f) Secretaria Municipal de Habitação;
- g) Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;
- h) Secretaria Municipal de Educação;
- i) Secretaria Municipal de Saúde;
- j) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- k) Gabinete do Prefeito.

§ 1º Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito municipal, tendo direito à voz e voto.

§ 2º Os suplentes integram as plenárias do COP na ausência de seus titulares.

Art. 6º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil reger-se-á pela seguinte norma:

I – a eleição será realizada em foro próprio, especialmente convocado para esta finalidade;

II – somente poderão exercer o direito de voto e concorrerem ao pleito os delegados do Orçamento Participativo.

Art. 7º Os setores administrativos e o Governo poderão a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, através de comunicação formal, por escrito, encaminhada à diretoria executiva do COP.

Art. 8º O mandato dos membros do COP terá a duração de 2 (dois) anos.

Art. 9º O COP poderá estabelecer em seu Regimento Interno outras estruturas de funcionamento.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 03 de junho de 2014.

ALUÍZIO DOS SANTOS JUNIOR

Prefeito

ANEXO V

Indicações do Setor Administrativo Azul – 01 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 1 - Azul - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	383	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	30	7,8
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	28	7,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	25	6,5
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	22	5,7
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	19	5,0
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	19	5,0
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	16	4,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	14	3,7
COBRIR O VALÃO EXISTENTE NA ÁREA DE SERVIDÃO, PARALELO À RUA NELSON CARVALHAES	12	3,1
CONSTRUIR PISTA DE SKATE	12	3,1
DESPOLUIR A LAGOA DE IMBOASSICA	10	2,6
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	8	2,1
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	8	2,1
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	7	1,8
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	6	1,6
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	5	1,3
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	5	1,3
CONSTRUIR PRAÇA	5	1,3
IMPLANTAR PSF	5	1,3
MELHORAR ESTRUTURA EM TORNO DA LAGOA	5	1,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	4	1,0
IMPLANTAR MONITORAMENTO DE SEGURANÇA COM CÂMERAS	3	0,8
MELHORAR A PRAÇA	3	0,8
MONITORAR RUAS COM CÂMERAS DE SEGURANÇA	3	0,8
URBANIZAR O VALÃO	3	0,8
AMPLIAR O COLÉGIO	2	0,5
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE AO LADO DA ESCOLA DO MIRANTE	2	0,5
CONSTRUIR PRAÇA COM ACADEMIA E PARQUINHO	2	0,5
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	2	0,5
CONSTRUIR PSF NA PRAÇA	2	0,5
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA COBERTA	2	0,5
CONSTRUIR UNIDADE DE SAÚDE MIXTA (PSF E POSTO DE SAÚDE) 24H	2	0,5
DUPLICAR A RODOVIA AMARAL PEIXOTO	2	0,5
INSTALAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO PARA SEGURANÇA NO BAIRRO	2	0,5
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	2	0,5
ORGANIZAR O TRÂNSITO	2	0,5
SANEAMENTO BÁSICO	2	0,5
URBANIZAR A LAGOA	2	0,5
URBANIZAR A ORLA DA LAGOA	2	0,5
AMPLIAR A ESCOLA DOLORES GARCIA PARA ATENDER DEMANDA DE ALUNOS DO 1º GRAU	1	0,3
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	1	0,3
ASFALTAR A RUA TORRE DE CASTRO	1	0,3
ASFALTAR ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3

ASFALTAR ALAMEDA DO BOSQUE QUE SAI PARA RUA PROJETADA PARA O SÃO MARCOS	1	0,3
AUMENTAR A FREQUÊNCIA DAS LINHAS DE ÔNIBUS QUE PASSAM NO BAIRRO	1	0,3
COBRIR OS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA PARA ESGOTO SANITÁRIO ENTORNO DA LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
COLOCAR GUARITA NA ENTRADA DO SÃO MARCOS	1	0,3
CALÇAMENTO NO ENTORNO DA LAGOA	1	0,3
COLOCAR MONITORAMENTO POR CAMERAS	1	0,3
COLOCAR PONTO DE ÔNIBUS EM FRENTE A PETROBRAS NO PARQUE DE TUBOS EM DIREÇÃO A RIO DAS OSTRAS	1	0,3
COLOCAR QUEBRA MOLAS NA AVENIDA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	1	0,3
COLOCAR RONDA POLICIAL NOTURNA	1	0,3
COLOCAR SINAL NA LINHA VERDE	1	0,3
COMBATER O MOSQUITO DA DENGUE	1	0,3
CONCLUIR OBRAS DO PARQUE E DA QUADRA DO BAIRRO	1	0,3
CONCLUIR OBRAS PÚBLICAS	1	0,3
CONSTRUIR A PRAÇA NA PARTE BAIXA DO BAIRRO	1	0,3
CONSTRUIR BIBLIOTECA COM COMPUTADORES	1	0,3
CONSTRUIR CAIS COM PEDALINHOS	1	0,3
CONSTRUIR CALÇADA NA RUA IRENE MEIRELES	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO CULTURAL	1	0,3
CONSTRUIR CICLOVIA NO ENTORNO DA LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	1	0,3
CONSTRUIR FARMÁCIA POPULAR	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE COM CENTRO DE EMERGÊNCIA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO MÉDICO NO LUGAR DA PRAÇA DA RUA NAZARENO	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA DE ESPORTE COM QUADRA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PSF 24H	1	0,3
CONSTRUIR SALÃO COMUNITÁRIO	1	0,3
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR SEDE PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR UM PRONTO SOCORRO DA FAMÍLIA 24H	1	0,3
CONTROLAR O SOM NAS CASAS DE SHOW	1	0,3
DESASSOREAR LAGOA DE IMBOACICA	1	0,3
DESENVOLVER PROJETOS DE HORTA POPULAR PARA OS LOTES ABANDONADOS EVITANDO ASSIM A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	1	0,3
DESVIAR TRÂNSITO PESADO DESTA RUA E COLOCAR REDUTORES DE VELOCIDADE	1	0,3
DISPONIBILIZAR COLÉGIO ESTADUAL E MUNICIPAL	1	0,3
DISPONIBILIZAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS EM HORÁRIO DE PICO	1	0,3
FAZER A LIMPEZA E RECUPERAÇÃO DA BALNEABILIDADE DA LAGOA	1	0,3
FAZER EXPANSÃO DA LAGOA	1	0,3
FAZER LIMPEZA DA LAGOA	1	0,3
FAZER PAVIMENTAÇÃO DA ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3
FAZER SANEAMENTO DA LAGOA	1	0,3
FAZER URBANIZAÇÃO	1	0,3
FAZER URBANIZAÇÃO EM TORNO DA LAGOA	1	0,3
FAZER URBANIZAÇÃO NO ENTORNO DA LAGOA DE IMBOASSICA PARA PRESERVAR AS MATAS CILIARES	1	0,3
IMPLANTAR A FISCALIZAÇÃO NOS BARES E RESTAURANTES, BEM COMO NOS VEÍCULOS QUANTO AO SOM MUITO ALTO E TAMBÉM FISCALIZAR OS CARROS ESTACIONADOS DE FORMA IRREGULAR	1	0,3
IMPLANTAR ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	0,3
IMPLANTAR FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA POR CÂMERAS	1	0,3

IMPLANTAR FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA VISÍVEL	1	0,3
IMPLANTAR LAN HOUSE PÚBLICA COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1	0,3
IMPLANTAR NOVOS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
LIMPAR BUEIROS	1	0,3
MANILHAR O VALÃO	1	0,3
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	1	0,3
MELHORAR ILUMINAÇÃO NA BR - PARALELA A LAGOA	1	0,3
MELHORAR OS TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR O PSF	1	0,3
MELHORAR O TRÂNSITO	1	0,3
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA RUA SIDNEI VASCONCELOS AGUIAR	1	0,3
MONITORAR RUAS POR CÂMERAS	1	0,3
PAVIMENTAR A RUA ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3
PAVIMENTAR ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3
REGULARIZAR OS HORÁRIOS DOS ÔNIBUS	1	0,3
RESGATAR A BALNEABILIDADE DA LAGOA DE IMBOASSICA COM O EFETIVO FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUTUM	1	0,3
REVITALIZAR A LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
REVITALIZAR PRAÇA DE ESPORTES ADJACENTE A ESCOLA MUNICIPAL LIONS	1	0,3
SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ÁGUA PLUVIAL DA RUA TUPINAMBAS	1	0,3
TRANSFORMAR A RUA IRENE MEIRELES EM MÃO ÚNICA COM REDUTOR DE VELOCIDADE	1	0,3
TRANSFORMAR A RUA IRENE MEIRELES EM MÃO ÚNICA OU COLOCAR SINAL	1	0,3
TRANSFORMAR O ENTORNO DA LAGOA DE IMBOASSICA EM UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, COM UM PARQUE, CICLOVIA, QUADRAS POLIESPORTIVAS, GUARDAS DIA E NOITE, E MUITO VERDE PARA A FAMÍLIA	1	0,3
URBANIZAR ÁREA AO REDOR DA LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
URBANIZAR ÁREA SITUADA EM FRENTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MIRANTE DAS ÁGUAS COM PAVIEMNTAÇÃO PARA ESTACIONAMENTO E ILUMINAÇÃO	1	0,3
URBANIZAR AS PRAÇAS	1	0,3
URBANIZAR E MANILHAR O VALÃO NA SERVIDÃO	1	0,3

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 1 - Azul - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	375	100,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	34	9,1
PAVIMENTAR AS RUAS	22	5,9
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	20	5,3
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	20	5,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	16	4,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	13	3,5
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	11	2,9
ARBORIZAÇÃO	10	2,7
IMPLANTAR MONITORAMENTO DE SEGURANÇA COM CÂMERAS	10	2,7
MELHORAR A PRAÇA	10	2,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	10	2,7
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	10	2,7
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	7	1,9
CONSTRUIR SALA ADMINISTRATIVA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	6	1,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	10	2,7

COBRIR A QUADRA	5	1,3
COBRIR O VALÃO EXISTENTE NA ÁREA DE SERVIDÃO, PARALELO À RUA NELSON CARVALHAES	5	1,3
CONSTRUIR PRAÇA	5	1,3
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	5	1,3
LIMPAR/VARRER AS RUAS	5	1,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	5	1,3
URBANIZAR A ORLA DA LAGOA	5	1,3
MELHORAR A COLETA DE LIXO	4	1,1
FAZER COBERTURA DA QUADRA	3	0,8
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	0,8
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	3	0,8
MELHORAR ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA	3	0,8
SANEAMENTO BÁSICO	3	0,8
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	2	0,5
AMPLIAR FAIXA AUXILIAR PARA ACESSO AO BAIRRO	2	0,5
COLOCAR ILUMINAÇÃO NAS RUAS	2	0,5
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,5
COLOCAR TELA DE PROTEÇÃO NO TETO DA QUADRA	2	0,5
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER PARA TODAS AS IDADES	2	0,5
CONSTRUIR CALÇADA PARA PEDESTRES NA RUA PROFESSORA IRENE MEIRELES	2	0,5
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	2	0,5
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	2	0,5
CRIAR UM POSTO DE SAÚDE NA ÁREA DA PREFEITURA PRÓXIMO A W-30	2	0,5
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	2	0,5
MELHORAR ESTRUTURA ENTORNO DA LAGOA	2	0,5
MELHORAR URBANIZAÇÃO DAS MARGENS DA LAGOA DE IMBOASSICA (DECK DE MADEIRA, CICLOVIA, ETC)	2	0,5
URBANIZAR A ORLA DA LAGOA DE IMBOASSICA	2	0,5
URBANIZAR O ENTORNO DA LAGOA	2	0,5
URBANIZAR O VALÃO	2	0,5
ÁREA DE LAZER	1	0,3
ASFALTAR A RUA LUIZ CARLOS DE ALMEIDA	1	0,3
ASFALTAR A RUA SÃO JOSÉ	1	0,3
ASFALTAR ALAMEDA DAS ROSAS	1	0,3
AUTORIZAR AS VANS QUE FAZEM PONTO FINAL NA ZEN EM RIO DAS OSTRAS A FAZEREM A VOLTA NO RETORNO APÓS O TERMINAL PARQUE DE TUBOS.	1	0,3
CENTRO COMUNITÁRIO EM LOTE PÚBLICO EM FRENTE AO AALBORG, ONDE SE TENHA O NOSSO POSTO MÉDICO, HOJE FUNCIONA EM CASA ALUGADA E DE DIFÍCIL ACESSO	1	0,3
COLOCAR ÁGUA ENCANADA NO BAIRRO	1	0,3
COLOCAR GUARITA NA ENTRADA DO BAIRRO	1	0,3
COLOCAR LINHA DE ÔNIBUS CIRCULAR DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ PARA O BAIRRO DA GLÓRIA E SHOPPING	1	0,3
COLOCAR MAIS LINHAS DE ÔNIBUS	1	0,3
COLOCAR PARA FUNCIONAR A ETE DE IMBOASSICA	1	0,3
COLOCAR QUEBRA MOLAS NA AMARAL PEIXOTO, EM FRENTE AO AABB	1	0,3
COLOCAR QUEBRA MOLAS NA AVENIDA AMARAL PEIXOTO	1	0,3
COLOCAR UM SINAL DE TRÂNSITO NA ENTRADA DO BAIRRO OU SINAL NA CEFET	1	0,3
CONCLUIR LIGAÇÕES E DESTINAÇÃO DA REDE DE ESGOTO	1	0,3
CONCLUIR OBRA DO PSF ADJACENTE A ESCOLA MUNICIPAL LIONS	1	0,3
CONSERTAR A RUA C	1	0,3

CONSTRUIR ABRIGO DE ÔNIBUS (GUARITA)	1	0,3
CONSTRUIR CAMPO DE FUTEBOL	1	0,3
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,3
CONSTRUIR CICLOVIA ENTRE O MIRANTE DA LAGOA E O TERMINAL RODOVIÁRIO LAGOA	1	0,3
CONSTRUIR LINHA LILÁS	1	0,3
CONSTRUIR ORLA DA LAGOA DO MIRANTE ATÉ A VIVENDA DA LAGOA	1	0,3
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,3
CONSTRUIR PASSARELA NO TREVO DE ACESSO	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE NA ÁREA DA PREFEITURA (PRÓXIMO A RUA W-30)	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE NO BAIRRO NA ÁREA PERTENCENTE A PREFEITURA NA W 29	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA PROXIMO DO LAGO (PRÓXIMO AO CONDOMÍNIO MIRANTE DAS ÁGUAS) COM QUADRA POLIVALENTE PARA VÁRIOS ESPORTES	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR UMA CAPELA NA PRAÇA	1	0,3
CONTRUIR PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTES E PLAY GROUND.	1	0,3
CRIAR CAMINHO ALTERNATIVO PARA QUEM VEM DE RIO DAS OSTRAS PARA MACAÉ	1	0,3
CRIAR POSTO AVANÇADO MÉDICO	1	0,3
DUPLICAÇÃO DO TRECHO A PARTIR DO TREVO DA CANCELA EM DIREÇÃO Á PETROBRÁS (AV. AMARAL PEIXOTO)	1	0,3
DUPLICAR A ESTRADA DE IMBOASSICA	1	0,3
FAZER A AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO	1	0,3
FAZER A COBERTURA DA QUADRA	1	0,3
FAZER AMPLIAÇÃO DA ÁREA DA ESCOLA MUNICIPAL DOLORES GARCIA RODRIGUES	1	0,3
FAZER URBANIZAÇÃO DA ORLA DA LAGOA (DO MIRANTE ATÉ VIVENDAS) - OBS.: PROJETO BÁSICO COM ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO	1	0,3
ILUMINAÇÃO DAS RUAS TRANSVERSAIS DO BAIRRO	1	0,3
IMPLANTAR A FISCALIZAÇÃO NOS BARES NOTURNOS, PARA QUE O SOM ESTEJA DENTRO DO LIMITE ESTABELECIDO	1	0,3
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO DAS RUAS TRANSVERSAIS NO BAIRRO	1	0,3
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO TRECHO ENTRE O NOVO CAVALEIROS E MIRANTE DA LAGOA	1	0,3
IMPLANTAR MONITORAMENTO POR CÂMERAS PARA TODAS AS RUAS (APROVEITANDO A INTEGRAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL E POLICIA MILITAR)	1	0,3
IMPLANTAR PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
IMPLANTAR PSF	1	0,3
IMPLANTAR RADAR DE VELOCIDADE EM FRENTE A PADARIA	1	0,3
IMPLANTAR REDE DE INTERNET	1	0,3
IMPLANTAR RONDAS ALTERNADAS PARA REDUZIR ASSALTOS	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE ENTREGA DE ENCOMENDAS (CORREIOS)	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO COM CÂMERAS DE SEGURANÇA	1	0,3
INTERRUPÇÃO DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES, SANITÁRIO/INDUSTRIAL NA LAGOA DE IMBOASSICA COM APLICAÇÃO DE PESADAS MULTAS PARA QUEM DESCUMPRIR A DETERMINAÇÃO	1	0,3
LIMPAR A LAGOA	1	0,3
LIMPAR O CONDOMÍNIO	1	0,3
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	1	0,3
MANILHAR O VALÃO	1	0,3
MELHORAR O BOMBEAMENTO DAS ÁGUAS DO NOVO CAVALEIROS PARA A LAGOA	1	0,3

MELHORAR O CALÇAMENTO DA ORLA E RUAS DOS CAVALEIROS	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR O TRÂNSITO	1	0,3
MELHORAR SEGURANÇA NA PRAÇA DO BAIRRO	1	0,3
MELHORAR TRATAMENTO DE ESGOTO DESPEJADO NA LAGOA	1	0,3
MELHORAR ACESSO NA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,3
MELHORIAS PARA A ESCOLA (EXPANDIR)	1	0,3
MONITORAR COM CÂMERAS A SEGURANÇA, A LIMPEZA E O TRÂNSITO	1	0,3
MONITORAR POR CÂMERAS TRÂNSITO NA ORLA MARÍTIMA	1	0,3
PROIBIR O TRÁFEGO DE CAMINHÕES PESADOS NESTA RUA	1	0,3
REALIZAR PINTURA DO MEIO-FIO	1	0,3
REESTRUTURAR A ORLA DA LAGOA E DESPOLÚI-LA	1	0,3
REFORMAR AS CALÇADAS	1	0,3
REGULARIZAR OS HORÁRIOS DOS ÔNIBUS	1	0,3
REQUISITAR AMBULÂNCIA	1	0,3
REURBANIZAR O ACESSO DA AMARAL PEIXOTO AO BAIRRO DA GLÓRIA.	1	0,3
REVITALIZAR A LAGOA	1	0,3
URBANIZAR AS 2 PRAÇAS EXISTENTES NO MIRANTE DA LAGOA	1	0,3
URBANIZAR AS MARGENS DA LAGOA (DECK DE MADEIRA, CICLOVIA....)	1	0,3
URBANIZAR DA ORLA DA LAGOA DO CONDOMÍNIO MIRANTE ATE VIVENDAS DA LAGOA	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 8 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 1 - Azul - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	360	98,9
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	27	7,5
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	24	6,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	23	6,4
CONSTRUIR PRAÇA	19	5,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	17	4,7
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	14	3,9
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	14	3,9
PAVIMENTAR AS RUAS	14	3,9
FAZER MANUTENÇÃO DA QUADRA	10	2,8
LIMPAR/VARRER AS RUAS	9	2,5
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	9	2,5
IMPLANTAR PSF	8	2,2
MELHORAR A PRAÇA	8	2,2
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	6	1,7
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	6	1,7
FAZER A URBANIZAÇÃO DA ORLA AO REDOR DA LAGOA	5	1,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	1,4
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	1,1
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	4	1,1
COBRIR O VALÃO EXISTENTE NA ÁREA DE SERVIDÃO, PARALELO À RUA NELSON CARVALHAES	3	0,8
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	3	0,8

CONSTRUIR PRAÇA COM PISTA DE SKATE/PATINS E A OUTRA COM PARQUE INFANTIL	3	0,8
FAZER A URBANIZAÇÃO DA LAGOA	3	0,8
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	3	0,8
IMPLANTAR RONDA JUNTO A POLÍCIA MILITAR NO PERÍODO DE 18:00 ÀS 23:00H	3	0,8
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	0,8
AMPLIAR O COLÉGIO DO BAIRRO	2	0,6
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,6
CONSTRUIR CICLOVIA	2	0,6
CONSTRUIR PARQUE ECOLÓGICO	2	0,6
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	2	0,6
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	2	0,6
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2	0,6
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	2	0,6
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	2	0,6
IMPLANTAR A FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOS BARES E RESTAURANTES, BEM COMO DE VEÍCULOS COM SOM ALTO E ESTACIONADOS DE FORMA IRREGULAR	2	0,6
MELHORAR ESTRUTURA EM TORNO DA LAGOA	2	0,6
URBANIZAR AS PRAÇAS DO MIRANTE	2	0,6
ABERTURA DE VIAS ALTERNATIVAS QUE PERMITAM ACESSO AO PÓLO OFFSHORE	1	0,3
AGENTES MUNICIPAIS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO URBANA REGULARMENTE	1	0,3
ASFALTAMENTO E REURBANIZAÇÃO DE TODO O PARQUE DUQUE DE CAXIAS	1	0,3
ASFALTAR A ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3
ASFALTAR RUA DIAMANTINO DA SILVA PACHECO	1	0,3
COLOCAR SEMÁFORO EM FRENTE AO BAIRRO MIRANTE DA LAGOA PARA EVITAR ACIDENTES	1	0,3
CALÇADA E CICLOVIA ENTRE O TERMINAL LAGOA E O TERMINAL PARQUE DE TUBOS	1	0,3
COMPLEMENTAR CALÇAMENTO DA RUA SIDNEY VASCONCELOS AGUIAR DO TRECHO QUE VAI ATÉ A IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	1	0,3
CONCLUIR OBRA DO POSTO DA GUARDA MUNICIPAL ADJACENTE A ESCOLA MUNICIPAL LIONS	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM PARQUE	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,3
CONSTRUIR CALÇADAS	1	0,3
CONSTRUIR CALÇADAS NA RUA IRENE MEIRELES	1	0,3
CONSTRUIR CRECHE PARA CRIANÇAS DE 2 ANOS EM DIANTE	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,3
CONSTRUIR JARDINS COM BANCOS DE MADEIRA	1	0,3
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	1	0,3
CONSTRUIR PISTA DE SKATE	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTE COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA ECOLÓGICA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA ECOLÓGICA COM QUADRA DE ESPORTE	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA ECOLOGICAMENTE CORRETA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA EM TERRENO PRÓXIMO AO COMÉRCIO DO SÃO MARCOS	1	0,3
CONSTRUIR SALA ADMINISTRATIVA	1	0,3
CONSTRUIR TREVO DE ACESSO AO BAIRRO	1	0,3
CONSTRUIR UM SALÃO PARA REUNIÕES E FESTAS	1	0,3
CONSTRUIR UMA PONTE ENTRE RIO DAS OSTRAS E MACAÉ, NA ESTRADA DE CANTAGALO, DESAFOGANDO O TRÂNSITO NA AMARAL PEIXOTO E CONTRUÇÃO DE ACESSOS ATRÁS DA PETROBRAS NO PARQUE DE TUBOS ATÉ O SÃO MARCOS	1	0,3
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,3

CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,3
CONTROLAR A INFESTAÇÃO DE MOSQUITOS	1	0,3
CRIAR ÁREA DE LAZER PARA OS IDOSOS	1	0,3
CRIAR SAÍDA ALTERNATIVA DO BAIRRO LAGOA/SÃO MARCOS, PARA O CENTRO DA CIDADE	1	0,3
CRIAR UM POSTO DE SAÚDE NA ÁREA DA PREFEITURA, PRÓXIMO A W 30	1	0,3
DESPOLUIÇÃO, DRAGAGEM E LIMPEZA DA LAGOA DE IMBOASSICA COM URBANIZAÇÃO AO SEU ENTORNO	1	0,3
ESCOLHER PRESIDENTE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
FAZER A MANUTENÇÃO DOS CHUVEIROS DA ORLA, BEM COMO DOS POSTOS DO SALVAMAR	1	0,3
FAZER A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA DE IMBOASSICA PARA USO DE LAZER E PESCA	1	0,3
FAZER CICLOVIA AO REDOR DA LAGOA	1	0,3
FAZER COBERTURA DA QUADRA	1	0,3
FAZER CONTENÇÃO DO NÍVEL DO MAR COM BARREIRAS	1	0,3
FAZER EXPANSÃO DA LAGOA	1	0,3
FAZER MANUTENÇÃO NOS BRINQUEDOS DA PRAÇA, ESTÃO ENFERRUJADOS	1	0,3
FAZER MELHORIA NAS RODOVIAS MUNICIPAIS	1	0,3
FAZER MELHORIAS DE LAZER NAS 2 PRAÇAS DO BAIRRO	1	0,3
ILUMINAÇÃO DAS RUAS TRANSVERSAIS NO BAIRRO	1	0,3
ILUMINAR A CURVA DE ACESSO AO BAIRRO	1	0,3
ILUMINAR A ORLA DA PRAIA DO PECADO	1	0,3
IMPEDIR ACESSO DE ÔNIBUS NO BAIRRO	1	0,3
IMPLANTAR ATIVIDADES ESPORTIVAS NA PRAÇA DO BAIRRO DESTINADO AS CRIANÇAS	1	0,3
IMPLANTAR BANHEIRO PÚBLICO NAS PRAIAS	1	0,3
IMPLANTAR BUEIROS	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR FISCALIZAÇÃO SONORA	1	0,3
IMPLANTAR LINHA DE ÔNIBUS NA ALAMEDA DO BOSQUE	1	0,3
IMPLANTAR NAS PRAÇAS DO MIRANTE APARELHOS QUE CONTEMPLAM A JOVENS E A IDOSOS	1	0,3
IMPLANTAR REDUTOR DE VELOCIDADE NO INÍCIO DA NOSSA SENHORA APARECIDA, PRÓXIMO DA CRECHE MONTEIRO LOBATO	1	0,3
INCREMENTAR O TURISMO (EVENTOS)	1	0,3
INCREMENTAR O TURISMO NO BAIRRO	1	0,3
INSERIR TERMINAL PRÓXIMO À ESCOLA TÉCNICA	1	0,3
LIMPAR A LAGOA	1	0,3
MANILHAR O VALÃO	1	0,3
MANTER A QUADRA	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA E A MANUTENÇÃO DA PRAÇA CONTRATANDO CAMINHÃO PIPA PARA RÉGAR AS PLANTAS	1	0,3
MELHORAR A URBANIZAÇÃO DAS DUAS PRAÇAS DO BAIRRO	1	0,3
MELHORAR A VIABILIDADE DE ENTRADA E SAÍDA DO BAIRRO CONSTRUINDO ROTATÓRIA E COLOCANDO SINAL	1	0,3
MELHORAR AS ESCOLAS DO BAIRRO	1	0,3
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,3
MELHORAR ENERGIA ELÉTRICA	1	0,3
MELHORAR ILUMINAÇÃO NA ENTRADA DO BAIRRO	1	0,3
MELHORAR O HORÁRIO DA COLETA DO LIXO	1	0,3
MELHORAR O TRÂNSITO CONTROLANDO A VELOCIDADE PARA 40 KM NA AVENIDA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	1	0,3
PASSAR O CARRO DO FUMACÊ PERIODICAMENTE	1	0,3
PODAR E LIMPAR AS FOLHAS DAS AMENDOEIRAS	1	0,3

PROIBIR A COLOCAÇÃO DE PALCOS ENORMES COM SOM ESTRIDENTE NA ÁREA RESIDENCIAL DO BAIRRO	1	0,3
PROIBIR A PASSAGEM DE CAMINHÕES E CARRETAS DENTRO DO MUNICÍPIO	1	0,3
REVITALIZAR A ORLA COM MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO NA ÁREA DO QUIOSQUE	1	0,3
REVITALIZAR AS PRAÇAS DO BAIRRO	1	0,3
REVITALIZAR LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
REVITALIZAR PRAÇAS DO MIRANTE DA LAGOA	1	0,3
SALA ADMINISTRATIVA	1	0,3
SEGURANÇA - MONITORAMENTO COM CÂMERA	1	0,3
TAMPAR BUEIROS	1	0,3
URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA IMBOASSICA	1	0,3
URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DA ORLA DA LAGOA	1	0,3
URBANIZAR A ORLA E DESPOLUIR DA LAGOA DE IMBOASSICA	1	0,3
URBANIZAR A RUA OZEIAS RODRIGUES SANTA RITA	1	0,3
URBANIZAR LAGOA, COLOCANDO CICLOVIA	1	0,3
URBANIZAR O BAIRRO	1	0,3
VIADUTO SOBRE O TREVO DA CANCELA PRETA	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 15 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Amarelo – 02 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 2 - Amarelo - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	358	100,0
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	41	11,5
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	37	10,3
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	25	7,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	24	6,7
PAVIMENTAR AS RUAS	19	5,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	13	3,6
SUBSTITUIR REDE DE DRENAGEM DA ALAMEDA PREFEITO CLAUDIO MOACIR DE AZEVEDO NO TRECHO ENTRE OS NÚMEROS 520 E 550 POR MANILHAS DE MAIOR DIÂMETRO, AUMENTANDO A CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO	11	3,1
CONSTRUIR PRAÇA	10	2,8
LIMPAR BUEIROS	9	2,5
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	7	2,0
REFORMAR A PRAÇA GELSON DIAS DE CARVALHO	7	2,0
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	6	1,7
SANEAMENTO BÁSICO	5	1,4
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	1,1
FAZER A ABERTURA DO PARQUE DA CIDADE COM UMA VILA OLÍMPICA	4	1,1
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4	1,1
REFORMAR O PARQUE DA CIDADE	4	1,1
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	3	0,8
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	3	0,8
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	0,8
IMPLANTAR PSF	3	0,8
IMPLANTAR PSF COM AMBULÂNCIA	3	0,8
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	3	0,8

MELHORAR A PRAÇA	3	0,8
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	3	0,8
REFORMAR COLÉGIO COQUINHO	3	0,8
COLOCAR TRANSPORTE PARA PACIENTE ONCOLÓGICO EM TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO	2	0,6
CONSTRUIR CRECHE BERÇARIO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES	2	0,6
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	2	0,6
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	2	0,6
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	2	0,6
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2	0,6
IMPLANTAR POLICIAMENTO NOTURNO	2	0,6
LEVAR A FEIRA DE INTEGRAÇÃO PARA O VISCONDE	2	0,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS	2	0,6
RETIRAR O MORRO COM URGÊNCIA	2	0,6
ABRIR NOVAS RUAS ENTRE BAIRROS E PRINCIPAIS ACESSOS	1	0,3
COBRIR A PRAÇA CARLOS ALBERTO DE SOUZA	1	0,3
COBRIR O CANAL	1	0,3
COLOCAR A GUARDA MUNICIPAL PARA CUIDAR DA SEGURANÇA DAS CRIANÇAS NO HORÁRIO DE ENTRADA E SAÍDA DA ESCOLA	1	0,3
COLOCAR BOMBA DE SUÇÃO DENTRO DO BARRACÃO DA PREFEITURA PARA MINIMIZAR O ALAGAMENTO DA RUA	1	0,3
COLOCAR CÂMERAS DE SEGURANÇA	1	0,3
COLOCAR SINAL DE TRANSITO EM FRENTE AO PLANETA AGUA	1	0,3
COMBATER O MOSQUITO DA DENGUE	1	0,3
CONCLUIR A OBRA DO VALÃO ANTES DO PERÍODO DE CHUVAS	1	0,3
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,3
CONSTRUIR AEROPORTO INTERNACIONAL PARA PESSOAS E CARGAS	1	0,3
CONSTRUIR CAIXA DE ÁGUA PÚBLICA COM TORNEIRAS DISPONÍVEIS A POPULAÇÃO	1	0,3
CONSTRUIR CALÇADA NA ALAMENDA PREFEITO CLÁUDIO MOACYR DE AZEVEDO	1	0,3
CONSTRUIR CICLOVIA NA CONTINUAÇÃO DA ALAMEDA ETELVINO GOMES ATÉ O CAMPO DOESTE	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	1	0,3
CONSTRUIR GALERIAS CONDUTORAS DE ESGOTOS SUBTERRÂNEAS NO BAIRRO, E LIGÁ-LAS AO VALÃO DA AV. EVALDO COSTA	1	0,3
CONSTRUIR LAN HOUSE PÚBLICA	1	0,3
CONSTRUIR MURO DE CONTENÇÃO NA RUA	1	0,3
CONSTRUIR PISCINÃO NO PARQUE DA CIDADE	1	0,3
CONSTRUIR POSTO (UBS) COM ODONTOLOGIA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE COM DENTISTA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DOS CORREIOS	1	0,3
CONSTRUIR REPÚBLICA PARA UNIVERSITÁRIOS	1	0,3
CONSTRUIR SALÃO DE FESTAS PARA A POPULAÇÃO	1	0,3
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR UMA PRAÇA ONDE HÁ DESPEJO DE LIXO	1	0,3
CONSTRUIR UPA	1	0,3
CONSTRUIR VILA ESPORTIVA	1	0,3
CRIAR UNIDADE ODONTOLÓGICA	1	0,3
DERRUBAR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
DUPLICAR CANAL VALA NEGRA	1	0,3
DUPLICAR O PONTILHO DA LADEIRA DE SANTANA	1	0,3
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	1	0,3
FAZER A OBRA DE CONTENÇÃO DA BARREIRA DA RUA CHILE	1	0,3
FAZER CONTENÇÃO DA BARREIRA ENTRE CAMPO DOESTE E BELA VISTA	1	0,3

FAZER MANUTENÇÃO DA PRAÇA DA IGREJA SÃO ANTÔNIO	1	0,3
FAZER OBRAS PARA INTERLIGAR A ESTRADA DA CANCELA PRETA A LINHA VERDE	1	0,3
FISCALIZAR BARULHOS DE SOM DURANTE A NOITE	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET A RADIO	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET RÁDIO GRÁTIS NO BAIRRO MIRAMAR	1	0,3
IMPLANTAR MELHORIAS NO PARQUE DA CIDADE	1	0,3
IMPLANTAR QUIMIOTERAPIA E RADIOTERAPIA PARA PACIENTES COM CÂNCER (PELA REDE PÚBLICA)	1	0,3
IMPLANTAR ROTATÓRIA OU REATIVAR SEMÁFORO NA ENTRADA DO BAIRRO	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	1	0,3
IMPLANTAR SISTEMA DE DRENAGEM DE ESGOTO E LIMPEZA DE BUEIROS	1	0,3
INSTALAR TELEFONES PÚBLICOS	1	0,3
LIMPAR AS RUAS E-23, E-17 E E-18	1	0,3
LIMPAR DOIS BUEIROS DA RUA CLÁUDIO MOACYR DE AZEVEDO	1	0,3
LIMPEZA DO MATAGAL AO LADO DO SESI	1	0,3
MELHORAR A COLETA DE LIXO	1	0,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO NO PARQUE DA CIDADE	1	0,3
MELHORAR A MANUTENÇÃO DAS MANILHAS PARA CONTER O DESLIZAMENTO DE BARRO PROVENIENTE DO MORRO	1	0,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DA ALAMEDA JOSÉ CRISTIANO NETO	1	0,3
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	1	0,3
MELHORAR AS RUAS DO BAIRRO, PARA QUE O TRÂNSITO POSSA FLUIR MELHOR	1	0,3
MELHORAR GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS DA REGIÃO DOS FUNDOS DO SESI PARA EVITAR OS CONSTANTES ALAGAMENTOS DESTA REGIÃO NA ÉPOCA DAS CHUVAS	1	0,3
MELHORAR O COLÉGIO, AMPLIANDO-O E CONSTRUINDO UMA BIBLIOTECA	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR OS PONTOS DE ÔNIBUS - CALÇADA E ABRIGO	1	0,3
MUDAR O LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO DAS AUTO-ESCOLAS PARA A LINHA VERDE	1	0,3
PADRONIZAR CALÇADAS	1	0,3
PAVIMENTAR A RUA E19 ESQUINA COM A RUA NORUEGA	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS DE ACESSO DUQUE DE CAXIAS E ENTORNOS	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS E-18 E E-23	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS JUNTO À AVENIDA CARLOS AUGUSTO TINOCO GARCIA	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS LEOPOLDINA ARAÚJO E DUQUE DE CAXIAS	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS PRINCIPAIS DO JARDIM MARINGÁ E CAMPO DOESTE	1	0,3
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	1	0,3
REABRIR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
REATIVAR POSTO DE SAÚDE MARINGÁ, QUE FOI MOVIDO PARA O SOL E MAR	1	0,3
REFORMAR A PRAÇA PRINCIPAL NA IGREJA SANTO ANTÔNIO COM LAN HOUSE E TELHADO NO QUADRA	1	0,3
REFORMAR AS CALÇADAS	1	0,3
RETIRAR AS EMPRESAS DA PRAIA CAMPISTA	1	0,3
RETIRAR O TREINAMENTO DE AUTO ESCOLA DO BAIRRO	1	0,3
REVITALIZAR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
SANEAR O VALÃO SIATUADO AO LONGO DA AVENIDA CARLOS TINOCO GARCIA	1	0,3
TERMINAR A COBERTURA DA QUADRA DA PRAÇA DO CAMPO DOESTE	1	0,3
TERMINAR A QUADRA DE FUTEBOL	1	0,3

TERMINAR O ALAMBRADO E COBERTURA DA QUADRA DA PRAÇA DO CAMPO DOESTE COM URGÊNCIA	1	0,3
URBANIZAR A RUA E 11	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 2 - Amarelo - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	348	100,0
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	33	9,5
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	30	8,6
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	27	7,8
PAVIMENTAR AS RUAS	16	4,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	13	3,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	12	3,4
CONSTRUIR PRAÇA	11	3,2
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	10	2,9
FISCALIZAR MORADORES PARA QUE FAÇAM A MANUTENÇÃO DA CALÇADA	9	2,6
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	8	2,3
IMPLANTAR PSF	8	2,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	7	2,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	7	2,0
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	6	1,7
LIMPAR/VARRER AS RUAS	6	1,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	1,4
REFORMAR AS CALÇADAS	5	1,4
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	4	1,1
MELHORAR A PRAÇA	4	1,1
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	3	0,9
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	3	0,9
IMPLANTAR LAN HOUSE PÚBLICA	3	0,9
LIMPAR BUEIROS	3	0,9
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	3	0,9
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	3	0,9
REFORMAR O COLÉGIO COQUINHO	3	0,9
REFORMAR O PARQUE DA CIDADE	3	0,9
SANEAMENTO BÁSICO	3	0,9
COBRIR O VALÃO	2	0,6
CONSTRUIR CICLOVIA	2	0,6
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	2	0,6
CONSTRUIR ESCOLAS	2	0,6
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,6
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,6
PAVIMENTAR A RUA ALBERTO MONTEIRO, ÚNICA RUA SEM CALÇAMENTO NA LOCALIDADE	2	0,6
REFORMAR A PRAÇA	2	0,6
ABRIR NOVAMENTE A ENTRADA QUE FOI FECHADA NO BAIRRO PRAIA CAMPISTA. QUEREMOS ENTRAR E SAIR NO SINAL ELETRÔNICO	1	0,3
ACABAR COM O ALAGAMENTO NA RUA SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	1	0,3
AMPLIAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,3
ARBORIZAÇÃO	1	0,3
ASFALTAR AS RUAS ADJACENTES AO LONGO DA RUA EVALDO COSTA E DO BAIRRO SOL & MAR.	1	0,3

ASFALTAR AS RUAS E-18 E E-23 ONDE PASSAM OS ÔNIBUS	1	0,3
ASFALTAR AS RUAS PRINCIPAIS COMO DUQUE DE CAXIAS	1	0,3
ATIVAR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
AUMENTAR A FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO	1	0,3
CALÇAR A RUA SANTOS PORTO (ANTIGA RUA 18)	1	0,3
COBRAR DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DE TERRENO COM OS NÚMEROS ABAIXO DE 520 QUE CONSTRUAM SUAS RESPECTIVAS CALÇADAS	1	0,3
COBRIR O PARQUE INFANTIL DA PRAÇA CAMPO GRANDE	1	0,3
COLOCAR ABRIGO NOS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
COLOCAR EQUIPAMENTOS PARA PRÁTICA ESPORTIVA NA ORLA MARÍTIMA (BARRA PARALELA, PRANCHA, ETC)	1	0,3
COLOCAR FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA	1	0,3
COLOCAR ORELHÕES PÚBLICOS	1	0,3
COLOCAR SEGURANÇA NO CIEP MARINGÁ	1	0,3
COLOCAR TAMPA NOS RALOS	1	0,3
COLOCAR UM ORELHÃO NA RUA	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE UMA FARMACIA	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA SOBRE A RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,3
CONSTRUIR CEMEAES	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO CULTURAL	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO DE OPORTUNIDADE	1	0,3
CONSTRUIR CICLOVIA E PISTA DE COOPER NA AVENIDA AIRTON SENNA	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA COM CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLAS DE ENSINO MEDIO E FUNDAMENTAL	1	0,3
CONSTRUIR HOSPITAL	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE COM GINÁSIO POLIESPORTIVO COBERTO E COM ACADEMIA COMUNITÁRIA	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,3
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM COBERTURA	1	0,3
CONSTRUIR SEDE NO TERRENO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR UMA CRECHE NO NOVO HORIZONTE	1	0,3
CONSTRUIR UMA FARMÁCIA	1	0,3
CONSTRUIR UPA	1	0,3
CRIAR CRONOGRAMA PARA LIMPEZA PERIÓDICA E PREVENTIVA DOS BUEIROS	1	0,3
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	1	0,3
DESATIVAR SEMÁFORO DA UNED, NA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,3
DESENTUPIR BUEIROS EM FRENTE AO N°540 ATÉ O N°550	1	0,3
DUPLICAR A AMARAL PEIXORO ATÉ O PT	1	0,3
EXIGIR DOS PROPRIETÁRIOS QUE CUIDEM DE SEUS TERRENOS	1	0,3
FAZER A DRENAGEM DA RUA DESEMBARGADOR ANICETO CORREIA DE MEDEIROS	1	0,3
FAZER MANUNTEÇÃO DO CALÇAMENTO OU PAVIMENTAÇÃO DA ALAMEDA JOSÉ CRISTIANO NETO E DA RUA PREFEITO CLAUDIO MOACIR DE AZEVEDO	1	0,3
FAZER REFORMA NO CAMPO	1	0,3
FISCALIZAR CARROS VELHOS NAS RUAS	1	0,3
IMPLANTAR CURSO INFANTIL	1	0,3
IMPLANTAR NOVOS CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS	1	0,3
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,3

IMPLANTAR ORELHÕES PÚBLICOS	1	0,3
IMPLANTAR PROJETOS PARA CRIANÇAS COM ESCOLINHAS E CLUBES	1	0,3
IMPLANTAR QUIMIOTERAPIA E RADIOTERAPIA PELO SUS	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA E QUIMIOTERAPIA ATRAVÉS DO SUS	1	0,3
IMPLANTAR SINAIS OU REDUTORES DE VELOCIDADE NA AV. AMARAL PEIXOTO	1	0,3
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	1	0,3
MELHORAR A BARREIRA DA RUA CHILE	1	0,3
MELHORAR A ESCOLA CIEP MARINGÁ	1	0,3
MELHORAR A ESCOLA COQUINHO AMPLIANDO OPÇÕES DE LAZER E ESPORTE	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA EM TRANSPORTES URBANOS	1	0,3
MELHORAR AS GALERIAS DE AGUAS PLUVIAS NA RUA DESEMBARGADOR ANICETO MEDEIROS DE CORREIA	1	0,3
MELHORAR AS LINHAS DE ÔNIBUS PARA O HPM	1	0,3
MELHORAR ASSISTÊNCIA A SAÚDE	1	0,3
MELHORAR E AMPLIAR PORTO	1	0,3
MELHORAR O COLÉGIO COQUINHO	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR O SERVIÇO DE OBRAS	1	0,3
MELHORAR O SISTEMA DE DRENAGEM DO CÓRREGO JUNTO À AVENIDA CARLOS AUGUSTO TINOCO GARCIA	1	0,3
MELHORAR REDE DE ESGOTO, PRINCIPALMENTE PRÓXIMO A SUB-ESTAÇÃO DA AMPLA	1	0,3
NÃO CONSTRUIR PRAÇA NO LOCAL ONDE FUNCIONA O BARRACÃO DE OBRA	1	0,3
RECOLHER OS CACHORROS DAS RUAS	1	0,3
REFORMAR DA PRAÇA GELSON DIAS CARVALHO	1	0,3
REFORMAR PRAÇA GELSON DIAS CARVALHO	1	0,3
REVESTIR COM ASFALTO A AVENIDA JOSÉ CRISTIANO NEY (NETO) - RIVIERA FLUMINENSE	1	0,3
SOLICITAR QUE PROPRIETÁRIOS DE TERRENO CONSTRUAM SUAS CALÇADAS E EVITEM AGLOMERAR ENTULHOS	1	0,3
SOLUCIONAR OS PROBLEMAS DO PARQUE DA CIDADE	1	0,3
TERMINAR O ALAMBRADO	1	0,3
TERMINAR O ALAMBRADO DA PRAÇA	1	0,3
TERMINAR OBRA DE MACRODRENAGEM DA RUA PROFESSOR ANTÔNIO CURVELO BENJAMIM	1	0,3
TIRAR O DESVIO DA OBRA DA MINHA RUA	1	0,3
URBANIZAR RUA	1	0,3
VERIFICAR PROBLEMA DE ALAGAMENTO NA RUA E-4	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 10 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 2 - Amarelo - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	319	100,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	21	6,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	20	6,3
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	17	5,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	15	4,7
ESTENDER A PAVIMENTAÇÃO DA CANCELA PRETA À RIVIERA FLUMINENSE	11	3,4
LIMPAR/VARRER AS RUAS	11	3,4

MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	11	3,4
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	10	3,1
CONSTRUIR PRAÇA	10	3,1
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	2,8
PAVIMENTAR AS RUAS	9	2,8
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	8	2,5
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	7	2,2
IMPLANTAR PSF	5	1,6
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	5	1,6
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	1,6
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	4	1,3
LIMPAR BUEIROS	4	1,3
MELHORAR A PRAÇA	4	1,3
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	4	1,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	4	1,3
REFORMAR AS CALÇADAS	4	1,3
COMBATER O MOSQUITO DA DENGUE	3	0,9
CONSTRUIR CEMEAES	3	0,9
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	3	0,9
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	3	0,9
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	3	0,9
CONSTRUIR FARMÁCIA POPULAR	2	0,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	2	0,6
CONSTRUIR UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO)	2	0,6
LIMPAR VALÃO	2	0,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	2	0,6
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,6
PADRONIZAR AS CALÇADAS	2	0,6
REFORMAR O PARQUE DA CIDADE	2	0,6
SANEAMENTO BÁSICO	2	0,6
ABERTURA DE UMA RUA LIGANDO A RUA JOSÉ DE AGUIAR MOREIRA A AVENIDA CARLOS AUGUSTO TINOCO GARCIA	1	0,3
ABERTURA E PAVIMENTAÇÃO DO PROLOGAMENTO DA ESTRADA DA CANCELA PRETA	1	0,3
ACABAR COM OS MOSQUITOS DO BAIRRO	1	0,3
AJUDA PARTICULAR - MELHOR CONDIÇÃO DA MINHA CASA	1	0,3
AMPLIAR OFERTA DE CULTURA (TEATRO, SHOWS, ETC)	1	0,3
AMPLIAR POSTO DE SAÚDE MOACIR SANTOS (BARRACÃO)	1	0,3
ARBORIZAÇÃO	1	0,3
AUMENTAR O NÚMERO DE DE PROJETOS DE RECREAÇÃO EDUCATIVA NAS PRAÇAS DOS BAIRROS	1	0,3
AUMENTAR OS HORÁRIOS DOS ÔNIBUS	1	0,3
AUMENTAR OS PROJETOS DE RECREAÇÃO EDUCATIVA NAS PRAÇAS DO BAIRRO	1	0,3
CARRO FUMACÊ PARA COMBATE A DENGUE	1	0,3
COBRIR A QUADRA	1	0,3
COBRIR QUADRAS NAS ESCOLAS	1	0,3
COBRIR VALÃO DAS LINHAS FÉRREAS	1	0,3
COLOCAR AMBULÂNCIA NO POSTO DE SAÚDE	1	0,3
COLOCAR GRADE NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES NA PRAÇA CAMPO GRANDE	1	0,3
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	1	0,3
COLOCAR SEGURANÇA NA PRAÇA	1	0,3
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,3

CONSTRUIR CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE PARA DEFICIENTES FÍSICOS	1	0,3
CONSTRUIR CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO COMUNITÁRIO COM SALA DE INFORMÁTICA E CURSOS	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO COMUNITÁRIO NO TERRENO JÁ CEDIDO PELA PREFEITURA	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO DE OPORTUNIDADE	1	0,3
CONSTRUIR CRECHE BERÇARIO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLAS	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,3
CONSTRUIR PASSARELA PARA PEDESTRE NA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,3
CONSTRUIR POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,3
CONSTRUIR POSTO POLICIAL DENTRO DA MALVINA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM ACADEMIA E LAN HOUSE	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM MAIS AMPLITUDE PARA TODAS AS IDADES	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM SEGURANÇA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA POLIESPORTIVA	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO, COM CURSOS COMUNITÁRIOS	1	0,3
CONSTRUIR SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR SEDE PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR UM CAMPO DE FUTEBOL	1	0,3
CONTRUIR MAIS ESCOLAS MUNICIPAIS, UMA VEZ QUE ESTAS SÃO AS MAIS PROCURADAS PELA POPULAÇÃO COMO SENDO AS MELHORES OPÇÕES PARA SEUS FILHOS	1	0,3
CONTRUIR MAIS SALA DE AULA E CONTRATAR MAIS PROFESSORES	1	0,3
CRIAR HORTO NA PARTE ALTA (RESERVA AMBIENTAL) DO JARDIM MARINGÁ	1	0,3
ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE ESPORTES (PISTA PARA SKATE)	1	0,3
FARMÁCIA POPULAR	1	0,3
FAZER A MANUTENÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	1	0,3
FAZER LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE QUE FICA LOCALIZADA NOS FUNDOS DO SESI	1	0,3
FAZER MELHORIAS NA ESCOLA DO BAIRRO	1	0,3
FAZER MELHORIAS NO CIEP 455, COMO: PINTURA, CONCERTO DE BEBEDOURO, BANHEIROS, MURO E SEGURANÇA	1	0,3
FISCALIZAR CARROS VELHOS NA RUA	1	0,3
IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES	1	0,3
IMPLANTAR COBERTURA NOS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR LAN HOUSE JUNTO A ACADEMIA	1	0,3
IMPLANTAR O EJA (EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS)	1	0,3
IMPLANTAR ORELHÕES NO BAIRRO	1	0,3
IMPLANTAR P.S.F. COM AMBULÂNCIA	1	0,3
IMPLANTAR RESTAURANTE POPULAR	1	0,3
IMPLANTAR UM POSTO MÉDICO NO NOVO HORIZONTE	1	0,3
LIMPAR AS GALERIAS DE ESGOTO	1	0,3
MELHORAR A EDUCAÇÃO	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA NO CIEP MARINGÁ	1	0,3
MELHORAR O ACESSO DE DEFICIENTES FÍSICOS NOS DIVERSOS LOCAIS DA CIDADE	1	0,3

MELHORAR O ATENDIMENTO DO PODER PÚBLICO	1	0,3
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR O CIEP MARINGÁ QUE ACOLHE ALUNOS DE OUTROS BAIRROS E NO MOMENTO ENCONTRA-SE ALUNOS DE OUTROS BAIRROS E NO MOMENTO ENCONTRA-SE COM SALAS LOTADAS E FALTA DE VAGA PARA NOVOS ALUNOS	1	0,3
MELHORAR O CIEP QUE NÃO TEM NENHUMA SEGURANÇA PARA OS ALUNOS	1	0,3
MELHORAR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR OS BRINQUEDOS DAS PRAÇAS DOS BAIRROS	1	0,3
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA RUA CLÁUDIO MOACIR DE AZEVEDO	1	0,3
MELHORAR SINALIZAÇÃO DOS PONTOS DE ÔNIBUS DO BAIRRO	1	0,3
NIVELAR OS PARALELEPÍEDOS DA ALAMEDA JOSÉ CRISTIANO NETO	1	0,3
NOTIFICAR OS TERRENOS BALDIOS QUE ESTÃO SEM MURO E COM LIXO	1	0,3
OFERECER MAIS LINHAS DE ÔNIBUS	1	0,3
RECOLHER OS CACHORROS DE RUA POIS PODEM TRANSMITIR DOENÇAS E ATACAR AS PESSOAS	1	0,3
REFORMAR A PRAÇA	1	0,3
REFORMAR E REABRIR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
REFORMAR O COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE ARAÚJO	1	0,3
REFORMAR PRAÇAS	1	0,3
REUTILIZAR O PARQUE DA CIDADE	1	0,3
REVERTER FLUXO DE TRÁFEGO PESADO NA RUA DUQUE DE CAXIAS	1	0,3
REVESTIR COM ASFALTO A ALAMEDA ETELVINO GOMES - RIVIERA FLUMINENSE	1	0,3
TAPAR A VALA	1	0,3
TAPAR O VALÃO DO BAIRRO	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 29 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Verde – 03 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 3 - Verde - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	397	100,0
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	76	19,1
AMPLIAR A ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA PARA CONTEMPLAR A EDUCAÇÃO INFANTIL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 9º	61	15,4
PAVIMENTAR AS RUAS	34	8,6
CONSTRUIR PRAÇA	22	5,5
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	15	3,8
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	14	3,5
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	10	2,5
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	2,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	8	2,0
SANEAMENTO BÁSICO	8	2,0
AMPLIAR ESCOLA PARA ENSINO INFANTIL DE 1º E 2º SEGMENTO	6	1,5
FAZER A DRAGAGEM DO VALÃO	6	1,5
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	6	1,5
MELHORAR A PRAÇA	6	1,5
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	6	1,5

CONSTRUIR PRAÇA PÚBLICA COM ACADEMIA	5	1,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	1,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	4	1,0
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	4	1,0
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	4	1,0
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	4	1,0
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA ANTIGA MACAÉ - GLICÉRIO	4	1,0
IMPLANTAR PSF	3	0,8
CONSTRUIR CICLOVIA	2	0,5
FAZER CONTENÇÃO DA PEDREIRA	2	0,5
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,5
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	2	0,5
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	2	0,5
REFORMAR A PRAÇA NA RUA 9	2	0,5
REFORMAR ESCOLA ESTADUAL FAZENDA SANTA MARIA	2	0,5
REFORMAR O COLÉGIO M. BOTAFOGO	2	0,5
TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS QUE MORAM LONGE DO COLÉGIO	2	0,5
ABRIR PISTA ADJACENTE (NO LUGAR DA LINHA DO TREM), PARA QUE A RUA DR. TÉLIO BARRETO SE TORNE MÃO ÚNICA NO SENTIDO AROEIRA	1	0,3
AMPLIAR A ESCOLA	1	0,3
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	1	0,3
ASFALTAR A ESTRADA PRINCIPAL DA VIRGEM SANTA PRINCIPALMENTE EM FRENTE AO CONDOMÍNIO MORAR FELIZ	1	0,3
ASFALTAR A RUA PRINCIPAL DA VIRGEM SANTA	1	0,3
CALÇAR A ESTRADA VIRGEM SANTA	1	0,3
COBRIR VALÃO	1	0,3
COLOCAR COBERTURA NOS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,3
COLOCAR MAIS LINHAS DE ÔNIBUS E AUMENTAR A FREQUÊNCIA	1	0,3
COLOCAR PLACAS COM OS NOMES DAS RUAS	1	0,3
COLOCAR SINAL DE TRANSITO EM FRENTE AO CIEP	1	0,3
CONSTRUIR ABRIGO PARA MORADORES DE RUA	1	0,3
CONSTRUIR AGÊNCIA DE CORREIOS	1	0,3
CONSTRUIR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO PARA ATENDER OS TRÊS BAIRROS: JARDIM VITÓRIA, NOVA MACAÉ E JARDIM SANTO ANTÔNIO	1	0,3
CONSTRUIR ESTACIONAMENTO AO REDOR DA PRAÇA DO BRIZOLÃO	1	0,3
CONSTRUIR HOSPITAL	1	0,3
CONSTRUIR LAN HOUSE PARA A COMUNIDADE	1	0,3
CONSTRUIR MURO DE CONTENÇÃO PARA EVITAR QUE CARROS CAIAM SOBRE AS CASAS	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM BRINQUEDO	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA DO CIEP	1	0,3
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA DE FUTEBOL	1	0,3
CONSTRUIR UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO)	1	0,3
CONTRUIR PRAÇA PUBLICA COM BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA	1	0,3
CRIAR ESPAÇO PARA A TERCEIRA IDADE COM PISCINA HIDROGINÁSTICA	1	0,3
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	1	0,3
CRIAR PROJETOS PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	1	0,3
DRAGAR O CANAL DA RUA BEIRA RIO	1	0,3
EXECUTAR OBRA QUE PERMITA O ACESSO DE VEÍCULOS DA LINHA VERDE, ENTRANDO DIRETO PARA O JARDIM VITÓRIA, PASSANDO POR CIMA DO VALÃO DA LINHA VERDE	1	0,3
FAZER MACRODRENAGEM	1	0,3

FAZER MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	1	0,3
GUARDA MUNICIPAL DURANTE O DIA PARA MELHORAR O TRÂNSITO	1	0,3
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	1	0,3
IMPLANTAR AGÊNCIA BANCÁRIA	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS PÚBLICOS	1	0,3
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	1	0,3
IMPLANTAR SEGURANÇA NAS ESCOLAS COM GUARITA DE SETE DA MANHÃ AS DEZ DA NOITE	1	0,3
MELHORAR A ANTIGA EST.MACAÉ-GLICÉRIO (HORTO) POR TODA SUA EXTENSÃO, COM ALARGAMENTO DA MESMA, TROCA DA PONTE DE MADEIRA POR CONCRETO ARMADO E ASFALTAMENTO GERAL	1	0,3
MELHORAR A PRAÇA DO CIEP	1	0,3
MELHORAR A PRAÇA DO CIEP COLOCANDO ESTACIONAMENTO DIAGONAIS BEIRA RUA	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA COLOCANDO GUARDAS MUNICIPAIS DURANTE TODA NOITE	1	0,3
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA 11	1	0,3
MELHORAR AS VIAS DE ACESSO AO CENTRO DA CIDADE, COM A TRANSFERÊNCIA DA RODOVIARIA PARA A LINHA VERDE	1	0,3
MELHORAR ESTRADA COM DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAIS	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA RUA FRANCISCO ALVES MACHADO	1	0,3
PAVIMENTAR AS RUAS QUE LEVAM AOS CONDOMÍNIOS VILLAGE DO HORTO E VILLAGE DA SERRA	1	0,3
PAVIMENTAR COM REDUTORES DE VELOCIDADE	1	0,3
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	1	0,3
REALIZAR OBRAS DE DRENAGEM	1	0,3
REDE DE ESGOTO NA RUA 12	1	0,3
REESTRUTURAR A REDE PLUVIAL E DE REDE DE ESGOTO DA RUA 11	1	0,3
REFORMAR A ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA	1	0,3
REFORMAR A PONTE COM ACESSO AO NOVO BOTAFOGO	1	0,3
REFORMAR A PONTE DO NOVO BOTAFOGO	1	0,3
REFORMAR ANTIGA ESTRADA MACAÉ GLICÉRIO	1	0,3
REFORMAR O TERMINAL DE ÔNIBUS	1	0,3
TROCAR AS MANILHAS DE ESGOTO QUE NÃO SUPORTAM O CRESCIMENTO DO BAIRRO	1	0,3
URBANIZAÇÃO	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 3 - Verde - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	386	100,0
IMPLANTAR PSF	82	21,2
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	26	6,7
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	25	6,5
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22	5,7
SANEAMENTO BÁSICO	20	5,2
PAVIMENTAR AS RUAS	18	4,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	17	4,4
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	15	3,9
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	15	3,9

MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	10	2,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	10	2,6
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	9	2,3
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	6	1,6
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	6	1,6
REFORMAR A PONTE	5	1,3
ÁGUA NO PONTO FINAL	3	0,8
CONSTRUIR PRAÇA	3	0,8
COLOCAR ONIBUS DIRETO PARA O TERMINAL CENTRAL	2	0,5
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,5
CONSTRUIR NOVA PONTE NA LOCALIDADE NOVO BOTAFOGO	2	0,5
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	2	0,5
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	2	0,5
DRAGAGEM DO VALÃO	2	0,5
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,5
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	2	0,5
LIMPAR/VARRER AS RUAS	2	0,5
MELHORAR A PRAÇA	2	0,5
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,5
REFORMAR AS CALÇADAS	2	0,5
AMPLIAR A ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA	1	0,3
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	1	0,3
AMPLIAR O NUCLEO DE ATENDIMENTO A MULHER E A CRIANÇA - NUAMC, SITUADO NA RUA FRANCISCO ALVES MACHADO	1	0,3
ASFALTAR A RUA ONDE EU MORO	1	0,3
AUMENTAR A FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO	1	0,3
AUMENTAR O NÚMERO DE VAGAS NAS ESCOLAS	1	0,3
BANHEIROS QUÍMICOS	1	0,3
COBERTURA DA QUADRA	1	0,3
COBRIR A QUADRA DAS MALVINAS	1	0,3
COLOCAR SEMÁFORO EM FRENTE AO CIEP DA AROEIRA	1	0,3
CONSTRUIR ANEXO A ESCOLA FAZENDA SANTA MARIA UM POSTO DE SAÚDE AMBULATORIAL	1	0,3
CONSTRUIR CAMPO DE FUTEBOL	1	0,3
CONSTRUIR COBERTURA NA QUADRA	1	0,3
CONSTRUIR DUAS PONTES	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,3
CONSTRUIR PARQUINHO PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,3
CONSTRUIR PONTE NA NOVA MALVINA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS (COM DENTISTA E MÉDICOS PLANTONISTAS)	1	0,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS COM AMBULÂNCIA	1	0,3
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM ACADEMIA	1	0,3
CONSTRUIR PROJETOS PARA MENORES DE 18 ANOS COM CAFÉ DA MANHÃ	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA E COLOCAR BRINQUEDOS NA PRAÇA DO CIEP	1	0,3
CONSTRUIR UM RETORNO SEGURO NA RJ 168 PARA ACESSO A ESTRADA ANTIGA MACAÉ - GLICÉRIO	1	0,3
CONTINUAR COM O PROGRAMA DE MACRODENAGEM	1	0,3
CRIAR PROJETOS PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	1	0,3

CURSO PROFISSIONALIZANTE OU DE NÍVEL DE CONHECIMENTO, COMO ARTESANATO, AULAS DE MÚSICA E AUXÍLIO NOS ESTUDOS	1	0,3
DRENAGEM E MANILHAMENTO DO VALÃO	1	0,3
DUPLICAR A RUA PRINCIPAL (MARIA JOSÉ MAHON SANTOS)	1	0,3
FAZER LIMPEZA NA ENCOSTA COM O JARDIM SANTO ANTÔNIO	1	0,3
ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA CESAR PARADA CRESPO	1	0,3
IMPLANTAR ATIVIDADES PARA JOVENS	1	0,3
IMPLANTAR CAPELA MORTUÁRIA	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR LAN HOUSE PÚBLICA	1	0,3
IMPLANTAR LINHA DE ÔNIBUS DIRETO PARA O TERMINAL CENTRAL	1	0,3
IMPLANTAR MAIS ESPORTES	1	0,3
IMPLANTAR O LEVANTAMENTO DO DICK	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	1	0,3
IMPLANTAR TELEFONES PÚBLICOS	1	0,3
INSTITUIÇÕES DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO GRATUITOS	1	0,3
LIMPAR O VALÃO QUE CORTA A AROEIRA DESDE A LINHA VERDE E SEGUE EM SENTIDO AO BAIRRO BOTAFOGO E ILHA MALVINAS	1	0,3
LIMPEZA E CONCERTO DOS PARQUES	1	0,3
LIMPEZA NO VALÃO	1	0,3
MAIS ESPORTES (MENOS FUTEBOL) OUTROS ESPORTES	1	0,3
MELHORAR A ESCOLA COM A CONSTRUÇÃO DE SALAS	1	0,3
MELHORAR A INFRA ESTRUTURA DAS ESCOLAS E CRECHES ATUAIS	1	0,3
MELHORAR A PRAÇA DO CIEP	1	0,3
MELHORAR A PRAÇA EM FRENTE AO CIEP	1	0,3
MELHORAR A REDE DE ESGOTO DA RUA 11	1	0,3
MELHORAR ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA 12	1	0,3
MELHORAR ATENDIMENTO NO POSTO SAÚDE	1	0,3
MELHORAR ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS NAS RUAS	1	0,3
MELHORAR ESCOLA	1	0,3
MELHORAR ILUMINAÇÃO NO TRECHO DESDE DO HPM AO FINAL DA VIRGEM SANTA	1	0,3
MELHORAR O ATENDIMENTO DOS MOTORISTAS	1	0,3
MELHORAR O PODER PÚBLICO	1	0,3
MELHORAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE, AUMENTANDO O NÚMERO DE HORÁRIOS DE ÔNIBUS NOS PICOS E EXTENDENDO O ÚLTIMO HORÁRIO	1	0,3
MELHORAR QUADRA DE ESPORTE	1	0,3
MELHORAR SANEAMENTO BÁSICO	1	0,3
MELHORAR SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO PONTO FINAL	1	0,3
ORGANIZAR A PRAÇA DA AROEIRA COM UM CAMPINHO DE FUTEBOL E UNS QUIOSQUES	1	0,3
PASSAR CORREIO NAS RUAS	1	0,3
REFORMAR A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MORRO LAZAREDO	1	0,3
REFORMAR O PARQUE DAS CASAS POPULARES	1	0,3
REGULAMENTAR O ACESSO DO JARDIM VITÓRIA PARA O BAIRRO MIRAMAR, MORRO DE SÃO JORGE	1	0,3
URBANIZAÇÃO	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 11 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 3 - Verde - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	369	100,0
DESOBSTRUIR O CANAL EXTRAVASOR E CANALIZAR ÁGUAS PLUVIAIS	67	18,2
PAVIMENTAR AS RUAS	29	7,9
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	23	6,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	19	5,1
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	18	4,9
IMPLANTAR PSF	15	4,1
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	9	2,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	2,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	9	2,4
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	8	2,2
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	8	2,2
SANEAMENTO BÁSICO	8	2,2
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	7	1,9
CONSTRUIR PRAÇA	6	1,6
CONSTRUIR SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAZAREDO	6	1,6
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	1,1
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	4	1,1
ÁGUA NO PONTO FINAL DA MALVINA	3	0,8
CALÇAMENTO NO PONTO FINAL	3	0,8
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	3	0,8
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	3	0,8
SANEAMENTO BÁSICO	3	0,8
COBRIR A QUADRA DA MALVINA	2	0,5
CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA	2	0,5
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	2	0,5
FAZER OBRA DA PONTE	2	0,5
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	2	0,5
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,5
IMPLANTAR UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO)	2	0,5
MAIS OPÇÕES DE TRABALHO	2	0,5
MELHORAR A PRAÇA	2	0,5
MELHORAR A PRAÇA DO CIEP	2	0,5
AMPLIAR O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	1	0,3
AMPLIAR OFERTA DE CULTURA (TEATRO, SHOWS, ETC)	1	0,3
APOIAR O PROJETO SOCIAL DO NOVO BOTAFOGO	1	0,3
ÁREA DE LAZER PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
ATERRAR TODA RUA DO DIQUE DA VIRGEM SANTA P/EVITAR QUE NOVAS ENCHENTES ALAGUEM TODA CIDADE	1	0,3
CALÇAMENTO NA ILHA LEOCADIA	1	0,3
CALÇAR ATÉ O FINAL DA RUA PRINCIPAL, QUE FAZ LIGAÇÃO NA LINHA AZUL	1	0,3
COBERTURA NA QUADRA DAS MALVINAS	1	0,3
COBRIR O VALÃO	1	0,3
COLOCAR CALÇADA NA RUA PRINCIPAL	1	0,3
COLOCAR ILUMINAÇÃO NA ESTRADA DO HORTO QUE PASSA PELO ANTIGO PESAGRO	1	0,3
COLOCAR MAIS DENTISTAS NO POSTO DE SAÚDE E NO PSF	1	0,3
COLOCAR MÉDICO PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A TERCEIRA IDADE	1	0,3
COLOCAR PLACAS COM OS NOMES DAS RUAS	1	0,3
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	1	0,3

CONSTRUÇÃO DA PONTE	1	0,3
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,3
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER	1	0,3
CONSTRUIR ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR CRECHE 24 HORAS	1	0,3
CONSTRUIR DUAS PONTES PARA FACILITAR O ACESSO A COMUNIDADE	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS	1	0,3
CONSTRUIR FARMÁCIA POPULAR	1	0,3
CONSTRUIR HOSPITAL	1	0,3
CONSTRUIR LAN HOUSE	1	0,3
CONSTRUIR MURETA DE CONTENÇÃO NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,3
CONSTRUIR PONTE DE CONCRETO	1	0,3
CONSTRUIR PONTES	1	0,3
CONSTRUIR PONTO DE ÔNIBUS COBERTO	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA E PARQUE DE DIVERSÃO	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,3
CONSTRUIR UMA PONTE NO NOVO BOTAFOGO	1	0,3
CRIAR ACESSO AO CONDOMÍNIO TANTO PELA LINHA VERDE E PRINCIPALMENTE PELA RJ	1	0,3
CRIAR PROJETOS PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	1	0,3
CRIAR UM PARQUE PARA AS CRIANÇAS COM BRIQUEDOS	1	0,3
CRIAR UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA MUNICIPAL	1	0,3
CURSOS PARA GRÁVIDAS E ABUSO DE MOTOQUEIROS	1	0,3
DRENAGEM DO RIO MACAÉ	1	0,3
FAZER A DRAGAGEM DO RIO DAS MALVINAS	1	0,3
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	1	0,3
FAZER DESOBSTRUÇÃO DO CANAL EXTRAVASOR E CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,3
FAZER FUNCIONAR A LEI	1	0,3
FAZER MANUTENÇÃO NA REDE ELÉTRICA	1	0,3
FISCALIZAR AS CALÇADAS, DEIXANDO-AS LIVRE PARA PASSAGEM DOS PEDESTRES, SEM BURACOS E IRREGULARIDADES	1	0,3
IMPLANTAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ELETRONICA NAS PRINCIPAIS RODOVIAS	1	0,3
IMPLANTAR A LIMPEZA DO VALÃO	1	0,3
IMPLANTAR AGÊNCIA DOS CORREIOS	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR ESCOLA INTEGRAL	1	0,3
IMPLANTAR FARMÁCIA	1	0,3
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO ONDE EU MORO	1	0,3
IMPLANTAR LUZ NA RUA ONDE MORA	1	0,3
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24H	1	0,3
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE COM MÉDICAS PLANTONISTA	1	0,3
IMPLANTAR U.B.S. (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE)	1	0,3
IMPLANTAR UMA FARMÁCIA POPULAR MUNICIPAL EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO	1	0,3
INVESTIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO BAIRRO, AUMENTANDO O QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ASSIM COMO AS INSTALAÇÕES. ALÉM DE INVESTIR NOS EQUIPAMENTOS. SUGIRO INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA AROEIRA. SE POSSÍVEL A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE ODONTOLÓGICA	1	0,3
LIMPAR AS RUAS DO MORRO DO LAZARETO	1	0,3
LIMPAR O CANAL DO CAPOTE	1	0,3

LIMPAR/VARRER AS RUAS	1	0,3
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,3
MAIS OPÇÕES DE ESPORTES	1	0,3
MANILHAR O VALÃO	1	0,3
MELHORAR A COLETA DE LIXO	1	0,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PRINCIPAL QUE FAZ LIGAÇÃO COM A LINHA AZUL	1	0,3
MELHORAR A PONTE	1	0,3
MELHORAR A PRACINHA EM FRENTE AO CIEP	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA EM TRANSPORTES URBANOS	1	0,3
MELHORAR O TRÂNSITO (GUARDA DE TRÂNSITO)	1	0,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,3
OBRAS NO BAIRRO MALVINAS	1	0,3
ÔNIBUS COM INTERVALOS MENORES	1	0,3
REFAZER A PONTE	1	0,3
REFORMA DA ESCADA DE ACESSO DO PONTO FINAL	1	0,3
REFORMA DA PRAÇA NA RUA 9	1	0,3
REFORMAR A PRAÇA DO BOTAFOGO	1	0,3
REFORMAR A PRAÇA PRINCIPAL	1	0,3
REFORMAR ESCOLA FAZENDA SANTA RITA	1	0,3
REMODELAR E REFORMAR PRAÇA EXISTENTE NA NOVA MACAÉ, NO FINAL DA RUA 3	1	0,3
SEDE PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAZARETO	1	0,3
TER MAIS ATENÇÃO NO BAIRRO	1	0,3
TERMINAR A OBRA DA PRAÇA DO BAIRRO	1	0,3
UMA FILIAL DE ALGUM GRANDE BANCO	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 17 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Vermelho – 04 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 4 - Vermelho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	174	100,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	29	16,7
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	11	6,3
CONSTRUIR PRAÇA	6	3,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	6	3,4
CONTROLAR A PROLIFERAÇÃO DE RATOS	5	2,9
ELIMINAR OS RATOS	5	2,9
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	2,9
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	2,3
PAVIMENTAR AS RUAS	4	2,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	3	1,7
IMPLANTAR MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA	3	1,7
IMPLANTAR REDE DE ESGOTO NA BURACA (PRÓXIMO A PETROBRAS)	3	1,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3	1,7
MELHORAR PSF	3	1,7
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	2	1,1
IMPLANTAR MÃO ÚNICA NA TRAVESSA	2	1,1

IMPLANTAR PSF	2	1,1
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	2	1,1
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	2	1,1
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	2	1,1
MELHORAR O TRÂNSITO	2	1,1
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	2	1,1
SANEAMENTO BÁSICO	2	1,1
ACESSIBILIDADE PARA A FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	1	0,6
ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE ASFALTAMENTO PARA, NO LUGAR DE REALIZAR O RECAPEAMENTO, SUBSTITUIR A CAMADA DE ASFALTO DANIFICADA, COM NIVELAMENTO DAS TAMPAS DE BUEIRO	1	0,6
AMPLIAR OFERTA DE CULTURA (TEATRO, SHOWS, ETC)	1	0,6
COLOCAR BOX POLICIAL NO CALÇADÃO DA ORLA DA IMBETIBA	1	0,6
COLOCAR CABINE DE SEGURANÇA PARA PM NA ORLA / PRAÇA DA IMBETIBA	1	0,6
COLOCAR CABINE DE SEGURANÇA PARA PM NA ORLA DA PRAIA DA IMBETIBA	1	0,6
COLOCAR CABINE POLICIAL NO CALÇADÃO DA PRAIA DA IMBETIBA, COMO O DA PRAIA DOS CAVALEIROS	1	0,6
COLOCAR CABINES PARA PM NA ORLA	1	0,6
COLOCAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO	1	0,6
COLOCAR CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA MONITORAR RUAS	1	0,6
COLOCAR FAIXA DE PEDESTRE	1	0,6
COLOCAR ILUMINAÇÃO NO CALÇADÃO	1	0,6
COLOCAR POLICIAMENTO DIA E NOITE	1	0,6
COLOCAR UM TEMPORIZADOR PARA PEDESTRE NO CRUZAMENTO DAS RUAS RUI BARBOSA X ANTÔNIO COUTINHO	1	0,6
CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM QUADRA COBERTA E PARQUINHO	1	0,6
CONSTRUIR APOIO EDUCACIONAL (LOCAL QUE POSSAMOS OCUPAR O TEMPO DAS CRIANÇAS)	1	0,6
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER NO ESPAÇO DO ESTÁDIO EXPEDICIONÁRIO	1	0,6
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	1	0,6
CONSTRUIR MAIS LABORATÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES	1	0,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,6
CONSTRUIR UNIDADE ODONTOLÓGICA	1	0,6
CORTAR ÁRVORE COM CUPIM	1	0,6
FAZER MACRO DRENAGEM DA BACIA QUE CONTEMPLA A RUA VELHO CAMPOS	1	0,6
ILUMINAR A RUA EUZÉBIO DE QUEIROZ ATÉ TEIXEIRA DE GOUVEIA (ESTAÇÃO DE TREM)	1	0,6
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	1	0,6
IMPLANTAR CABINE DA PM NA ORLA	1	0,6
IMPLANTAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA NAS RUAS	1	0,6
IMPLANTAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO PELO BAIRRO	1	0,6
IMPLANTAR ELEVADOR EXTERNO NA FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	1	0,6
IMPLANTAR ELEVADOR NA FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	1	0,6
IMPLANTAR MAIOR NÚMERO DE ÔNIBUS PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA E MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DOS HORÁRIOS DE TODAS AS OUTRAS LINHAS	1	0,6
IMPLANTAR MÃO ÚNICA NA TRAVESSA DJALMA DA SILVA ALMEIDA	1	0,6
IMPLANTAR MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA NAS RUAS	1	0,6
IMPLANTAR MONITORAMENTO POR SISTEMA DE SEGURANÇA PRIVADA (CÂMERAS)	1	0,6
IMPLANTAR O METRÔ DE SUPERFÍCIE (VLT)	1	0,6
IMPLANTAR RAMPAS NAS RUAS	1	0,6
IMPLANTAR RESTAURANTE POPULAR	1	0,6

IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	1	0,6
INSTALAR CABINE DA PM NA ORLA	1	0,6
LIMPAR BUEIROS	1	0,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS	1	0,6
MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO NA AVENIDA AGENOR CALDAS	1	0,6
MÃO ÚNICA NA RUA ANTÔNIO COUTINHO	1	0,6
MELHORAR A COLETA DE LIXO	1	0,6
MELHORAR A HIGIENE NA RODOVIÁRIA	1	0,6
MELHORAR A SAÚDE CAPACITANDO OS FUNCIONÁRIOS	1	0,6
MELHORAR A SAÚDE FACILITANDO A MARCAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES	1	0,6
MELHORAR AS ESCOLAS	1	0,6
MELHORAR AS GALERIAS PLUVIAS NA TEIXEIRA DE GOUVEIA	1	0,6
MELHORAR INFRA-ESTRUTURA DO HOSPITAL CENTRAL	1	0,6
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,6
MELHORAR O HOSPITAL DA CRIANÇA	1	0,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,6
MELHORAR O PSF (MAIS ESTRUTURA)	1	0,6
MELHORAR O TRANSITO	1	0,6
MELHORAR QUADRA DE ESPORTE NA COMUNIDADE DA LINHA	1	0,6
MELHORAR SEGURANÇA NA RUA TEIXEIRA DE GOUVEIA	1	0,6
MELHORAR SEGURANÇA NO BAIRRO	1	0,6
ORGANIZAR O ESTACIONAMENTO DA RUA (OBSTRUI A ENTRADA DOS MORADORES DA LOCALIDADE)	1	0,6
ORGANIZAR O TRÂNSITO	1	0,6
PADRONIZAR AS CALÇADAS	1	0,6
REFORMAR AS CALÇADAS	1	0,6
ROTATIVO VARIEDADE DE TEMPO	1	0,6
SOLUCIONAR CRUZAMENTO DA RUA VISCONDE QUISSAMÃ COM EUZÉBIO QUEIROZ (ACIDENTE CONSTANTE)	1	0,6
TRABALHO DE SOCIALIZAÇÃO COM AS CRIANÇAS NA ESCOLA	1	0,6
URBANIZAÇÃO DA ORLA DA IMBETIBA COM MARINA PARA TURISMO	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 4 - Vermelho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	172	100,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	25	14,5
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	13	7,6
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	10	5,8
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	9	5,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	6	3,5
CONSTRUIR PRAÇA	5	2,9
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	2,9
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	4	2,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	3	1,7
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	3	1,7
LIMPAR BUEIROS	3	1,7
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	2	1,2
COMBATER O MOSQUITO DA DENGUE	2	1,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	2	1,2

IMPLANTAR CÂMERAS DE SEGURANÇA	2	1,2
LIMPAR/VARRER AS RUAS	2	1,2
MELHORAR A SAÚDE	2	1,2
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	2	1,2
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	2	1,2
PAVIMENTAR AS RUAS	2	1,2
REFORMAR AS CALÇADAS	2	1,2
SANEAMENTO BÁSICO	2	1,2
ACABAR COM A MÃO DUPLA NESTA RUA	1	0,6
ACABAR COM OS RATOS NAS RUAS	1	0,6
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	1	0,6
AMPLIAR O PSF	1	0,6
ARBORIZAÇÃO	1	0,6
ASFALTAR A RUA ANTÔNIO COUTINHO E A RUA DOS INDUSTRIARIOS	1	0,6
ATENDER NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS REFERENTE A FALTA DE ALGUNS MATERIAIS	1	0,6
AUMENTAR NÚMERO DE PROFESSORES	1	0,6
AUMENTAR O NÚMERO DE FISCAIS PARA FAZEREM CUMPRIR A LEI DO SILÊNCIO ENTRE 22:00H E 06:00H	1	0,6
COLOCAR A PEDIATRIA PARA FUNCIONAR NO HOSPITAL	1	0,6
COLOCAR BOX POLICIAL NO CALÇADÃO DA ORLA PARA MELHORAR SEGURANÇA	1	0,6
COLOCAR CABINE PARA PM	1	0,6
COLOCAR SINAL PARA PEDESTRE NO CRUZAMENTO IMBETIBA X ANTÔNIO COUTINHO X RUI BARBOSA	1	0,6
COLOCAR VIATURAS PELO BAIRRO PARA MELHORAR SEGURANÇA	1	0,6
COMBATER A VIOLÊNCIA E TRÁFICO DE DROGAS NA FAVELA DA LINHA, ATRAVÉS DE INVESTIMENTO NA POLÍCIA	1	0,6
CONSCIENTIZAR SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	0,6
CONSTRUIR CICLOVIA	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLAS	1	0,6
CONSTRUIR GUARITA COM GUARDA MUNICIPAL NO BAIRRO	1	0,6
CONSTRUIR LAN HOUSE DENTRO DA QUADRA	1	0,6
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	1	0,6
CONSTRUIR MAIS ESTACIONAMENTO PÚBLICO	1	0,6
CONSTRUIR NOVA COBERTURA DE PONTO DE ÔNIBUS PERTO DO EDIFÍCIO DOS 10 ANDARES	1	0,6
CONSTRUIR PRAÇA DE RECREAÇÃO PARA PRÁTICA DE ESPORTE	1	0,6
CONSTRUIR PRAÇA NA BURACA COM POLICIAMENTO OU GUARDA MUNICIPAL 24 H	1	0,6
CONSTRUIR CENTRO DE AJUDA A DEPENDENTES QUÍMICOS	1	0,6
CONSTRUIR HOSPITAL PARA MULHERES	1	0,6
COORDENAR O TRÂNSITO	1	0,6
CRIAR ALBERGUES E ABRIGOS TEMPORÁRIOS PARA APOIO AOS DESEMPREGADOS	1	0,6
ELIMINAR OS RATOS	1	0,6
ESTACIONAMENTO NA RUA ALICE LACERDA	1	0,6
FAZER MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	1	0,6
FAZER UNIFORMIZAÇÃO DAS CALÇADAS PARA MELHORAR ACESSIBILIDADE	1	0,6
IMPLANTAR ÁREA DE LAZER NOS CAJUEIROS	1	0,6
IMPLANTAR BIBLIOTECA, INFOTECA PÚBLICA	1	0,6
IMPLANTAR CÂMERA DE MONITORAMENTO EM PONTOS ESTRATÉGICOS DO BAIRRO	1	0,6
IMPLANTAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO EM PONTOS	1	0,6

ESTRATÉGICOS DO BAIRRO		
IMPLANTAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO NAS RUAS	1	0,6
IMPLANTAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA JOVENS, COMERCIANTES E DONA DE CASA	1	0,6
IMPLANTAR ELEVADOR NA FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	1	0,6
IMPLANTAR FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA TEIXEIRA DE GOLVEIA	1	0,6
IMPLANTAR MÃO ÚNICA NA TRAVESSA	1	0,6
IMPLANTAR PONTO DE ÔNIBUS	1	0,6
IMPLANTAR UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)	1	0,6
INSTALAR CÂMERAS DE MONITORAMENTO EM PONTO ESTRATÉGICOS DO BAIRRO	1	0,6
MELHORAR A LIMPEZA DE ESGOTO DO BAIRRO VALENTINA MIRANDA QUE POLUI AS ÁGUAS DA PRAIA DA IMBETIBA	1	0,6
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	1	0,6
MELHORAR CENTRO ESPORTIVO - MAIS OPÇÕES	1	0,6
MELHORAR O FLUXO DO TRÂNSITO COM AUXÍLIO DA GUARDA MUNICIPAL	1	0,6
MELHORAR O FUNCIONAMENTO DOS BANHEIROS PÚBLICOS	1	0,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,6
MELHORAR PSF	1	0,6
MELHORAR TRATAMENTO DE ESGOTO DO PARQUE VALENTINA MIRANDA DEVIDO A POLUIÇÃO DA PRAIA DA IMBETIBA	1	0,6
NIVELAR CALÇADÃO DA PRAIA DA IMBETIBA	1	0,6
ORGANIZAÇÃO DO TREVO DAS DUAS ALFREDO BACKER E DR. TELIO BARRETO PARA AUMENTAR A FLUIDEZ DO TRANSITO EM HORÁRIOS DE PICO	1	0,6
PADRONIZAR AS CALÇADAS	1	0,6
POLICIAMENTO OSTENSIVO 24H PRINCIPALMENTE NA ORLA DA PRAIA. A GUARDA MUNICIPAL PODERIA EXECUTAR ESSAS AÇÕES	1	0,6
REBAIXAR A TRAVESSIA DAS RUAS	1	0,6
RETIRAR A DELEGACIA DA IMBETIBA	1	0,6
RETIRAR FIAÇÃO DOS POSTES E COLOCAR NO SUBTERRÂNEO)	1	0,6
TRANSFORMAR ANTIGO ESTÁDIO EM ESCOLA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU	1	0,6
TRATAR INFESTAÇÃO DE RATOS	1	0,6
VIABILIZAR ÁREA DE LAZER NO ESTÁDIO EXPEDICIONÁRIO	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 2 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 4 - Vermelho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	164	100,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	12	7,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	11	6,7
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	7	4,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	7	4,3
CONSTRUIR PRAÇA	6	3,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	6	3,7
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	5	3,0
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	3,0
PAVIMENTAR AS RUAS	5	3,0
REFORMAR AS CALÇADAS	5	3,0
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	4	2,4

LIMPAR/VARRER AS RUAS	4	2,4
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	4	2,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	4	2,4
SANEAMENTO BÁSICO	3	1,8
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	2	1,2
CONTROLAR A PROLIFERAÇÃO DE RATOS	2	1,2
IMPLANTAR A ACESSIBILIDADE NA FUNDAÇÃO MACAÉ DE CULTURA	2	1,2
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	2	1,2
IMPLANTAR PSF	2	1,2
LIMPAR BUEIROS	2	1,2
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	1,2
ORGANIZAR O TRÂNSITO	2	1,2
AUMENTAR O NUMERO DE DELEGADOS POR LOCALIDADE	1	0,6
AUMENTAR O PATRULHAMENTO NAS REDONDEZAS DOS BANCOS E RETIRAR DE CIRCULAÇÃO, OS AGIOTAS COM SEUS SUPERVISIONADOS QUE NÃO DEIXAM OS PEDESTRES ANDAREM LIVREMENTE NAS CALÇADAS	1	0,6
COLOCAR CÂMERAS DE SEGURANÇA EM PONTOS ESTRATÉGICOS PARA MELHORAR SEGURANÇA NO BAIRRO	1	0,6
COLOCAR MAIS LIXEIRAS NOS PONTOS DE ÔNIBUS E NAS PRAÇAS	1	0,6
COLOCAR PESSOAS QUALIFICADAS PARA MEDIÇÃO DE NIVEL DE RUÍDO NAS RUAS	1	0,6
COLOCAR TRANSPORTE PÚBLICO 24 HORAS	1	0,6
CONCLUIR OBRAS DA RUA PRINCIPAL E ADJACÊNCIAS	1	0,6
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,6
CONSTRUIR BIBLIOTECA E LAN HOUSE	1	0,6
CONSTRUIR CAMPO DE FUTEBOL	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,6
CONSTRUIR PRAÇA NA BURACA	1	0,6
CONSTRUIR PRAÇA NA BURACA COM POLICIAMENTO	1	0,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,6
CONSTRUIR RODOVIARIA NO CONTORNO RODOVIARIO	1	0,6
CONSTRUIR SALA COM COMPUTADOR PARA COMUNIDADE (LAN HOUSE)	1	0,6
CONSTRUIR UMA SALA COM COMPUTADOR PARA AS CRIANÇAS	1	0,6
CRIAR ESTACIONAMENTO PARA TODOS	1	0,6
EMBELEZAMENTO DOS CANTEIROS E JARDINS	1	0,6
IMPLANTAR CÂMERAS DE SEGURANÇA EM PONTOS ESTRATÉGICOS	1	0,6
IMPLANTAR ENTREGA DE REMÉDIO COM MAIS RAPIDEZ A PACIENTES COM PROBLEMAS DE SAÚDE GRAVE	1	0,6
IMPLANTAR ESTACIONAMENTO PÚBLICO	1	0,6
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO NA BURACA	1	0,6
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO NA RUA VISCONDE QUISSAMÃ	1	0,6
IMPLANTAR LIXEIRAS GRANDES NAS RUAS	1	0,6
IMPLANTAR MAIS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,6
IMPLANTAR MÃO ÚNICA COM SINAL PRÓXIMO A HONDA COM 5 TEMPOS	1	0,6
IMPLANTAR O ROTATIVO MAIS EFICAZ	1	0,6
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO QUE CAI NA FRENTE DA PETROBRAS VINDO DO PARQUE VALENTINA MIRANDA	1	0,6
IMPLANTAR O VLT	1	0,6
IMPLANTAR PROGRAMA SOCIAL ATRAVÉS DA ASSISTENCIA SOCIAL JUNTO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CAJUEIROS PARA ACABAR COM A FOME E COLOCAR OS DESEMPREGADOS NO MERCADO DE TRABALHO	1	0,6
IMPLANTAR PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO CONTRA POLUIÇÃO DE RUAS E POLUIÇÃO SONORA	1	0,6

IMPLANTAR PROJETO PARA DIMINUIR O NÚMERO DE FAVELA E INVASÃO DE TERRA, DE FORMA A PROPORCIONAR RETORNO AO LOCAL DE ORIGEM DAS PESSOAS QUE NÃO CONSEGUEM EMPREGO	1	0,6
LAVAGEM DO PISO DA RODOVIÁRIA PERIODICAMENTE	1	0,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	1	0,6
MAIS ESTACIONAMENTO	1	0,6
MELHORAR A EDUCAÇÃO	1	0,6
MELHORAR A SAÚDE	1	0,6
MELHORAR ATENDIMENTO NO PSF	1	0,6
MELHORAR CALÇADA DA IMBETIBA (CORRIGIR/NIVELAR)	1	0,6
MELHORAR CALÇADA DA ORLA COM ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES	1	0,6
MELHORAR O ATENDIMENTO NO PSF	1	0,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,6
MELHORAR O PSF	1	0,6
MELHORAR ORGANIZAÇÃO DO TRANSITO NO BAIRRO	1	0,6
MELHORAR SANEAMENTO BÁSICO	1	0,6
MELHORAR TRÂNSITO	1	0,6
MELHORAR TRATAMENTO DE ESGOTO DO PARQUE VALENTINA MIRANDA	1	0,6
MELHORAR TRATAMENTO DE ESGOTO QUE CAI NA ENTRADA DA PETROBRAS, VINDO DO PARQUE VALENTINA MIRANDA	1	0,6
MELHORIA NO TRÂNSITO, PRINCIPALMENTE NA RUA DR. JOÃO CUPERTINO.	1	0,6
MELHORIA O ATENDIMENTO DO POSTO MÉDICO	1	0,6
PAVIMENTAR A RUA PRÓXIMA A CENTELHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	1	0,6
PODAR ARVÓRES	1	0,6
PROJETAR VIADUTO NA PASSAGEM DE NIVEL DA RUA DR. TELIO BARRETO	1	0,6
REFAZER FAIXA DE PEDRESTRE EM FRENTE A GARAGEM DO Nº512	1	0,6
REFORMA DO CALÇADÃO DA ORLA	1	0,6
REFORMAR ESTÁDIO EXPEDICIONÁRIO DE MACAÉ - ÁREA, COMO ARQUIBANCADA, CONTROLE ACESSO, VESTIÁRIO. MAIS OPÇÕES DE ESPORTE	1	0,6
RETORNAR AS ATIVIDADES FÍSICAS NA QUADRA PRINCESINHA	1	0,6
SUBSTITUIÇÃO DOS PARDAIS POR LOMBADAS ELETRÔNICAS, MAIS EFICIENTES QUANDO O OBJETIVO É A EDUCAÇÃO DO MOTORISTA E NÃO APENAS A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO	1	0,6
TRANSFORMAR A RUA MARIA BRAGA LIMA NUMA RUA OFICIAL PARA O ESCOAMENTO DO TRÂNSITO	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 8 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Vinho – 05 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 5 - Vinho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	703	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	205	29,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	45	6,4
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	36	5,1
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	33	4,7
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	30	4,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	27	3,8
CONSTRUIR PRAÇA	23	3,3

IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	21	3,0
IMPLANTAR AMBULÂNCIA 24 HORAS NO POSTO DO PSF	19	2,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	19	2,7
SANEAMENTO BÁSICO	19	2,7
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	14	2,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	13	1,8
MELHORAR A PRAÇA	12	1,7
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	12	1,7
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	11	1,6
COLOCAR PLACAS COM IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS	10	1,4
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	9	1,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	8	1,1
COLOCAR TELEFONES PÚBLICOS	5	0,7
IMPLANTAR PSF	5	0,7
COLOCAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	4	0,6
CONSTRUIR PASSARELA	4	0,6
IMPLANTAR RETORNO EM FRENTE AO LOTEAMENTO	4	0,6
COLOCAR AMBULÂNCIA NO POSTO DE SAÚDE	3	0,4
DUPLICAR A RODOVIA AMARAL PEIXOTO	3	0,4
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	3	0,4
AMPLIAR O SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,3
AMPLIAR POSTO ODONTOLÓGICO	2	0,3
ASFALTAR A RUA PRINCIPAL	2	0,3
COBRIR VALÃO	2	0,3
COLOCAR MAIS ÔNIBUS	2	0,3
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	2	0,3
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO DA ENTRADA DO ATERRADO ATÉ O TREVO	2	0,3
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	2	0,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,3
REFORMAR A PRAÇA DA FRONTEIRA	2	0,3
AMPLIAR A UPA	1	0,1
COBRIR OS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,1
COLOCAR ASFALTO COM QUEBRA-MOLAS	1	0,1
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	1	0,1
COLOCAR MAIS MÉDICOS NO PSF	1	0,1
COLOCAR MAIS PEDIATRAS NA UPA	1	0,1
COLOCAR PONTO DE ONIBUS PERTO DO ESTADIO	1	0,1
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	1	0,1
COLOCAR SINAL EM FRENTE AO BANCO	1	0,1
CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PARA C. M. WOLFANGO FERREIRA, PARA RESOLVER PROBLEMAS EM PERÍODOS DE CHUVA.SALAS PEQUENAS.PEDE ESPAÇO PARA DEIXAR SEUS FILHOS ENQUANTO ESTUDAM	1	0,1
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,1
CONSTRUIR ASFALTO COM QUEBRAS MOLAS	1	0,1
CONSTRUIR ASFALTO DA AJUDA ATÉ A BR 101	1	0,1
CONSTRUIR BOAS ESCOLAS	1	0,1
CONSTRUIR CASA LOTÉRICA NO BAIRRO	1	0,1
CONSTRUIR CENTRO MÉDICO ESPECIALIZADO	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA PROFISSIONALIZANTE, APROVEITANDO O ESPAÇO DO ANTIGO SASE	1	0,1

CONSTRUIR ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, PARA DESPOLUIÇÃO DO CANAL MACAÉ-CAMPOS	1	0,1
CONSTRUIR HOSPITAL DA MULHER	1	0,1
CONSTRUIR PASSARELA EM CIMA DA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,1
CONSTRUIR PONTE DE ACESSO A ILHA LEOCÁDIA (DA RUA F)	1	0,1
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE COM AMBULÂNCIA 24 HORAS	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM BRINQUEDOS	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM CAMPO FUTEBOL E PARQUINHO	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUINHO, SALA PARA CURSOS E QUADRA DE ESPORTES	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA E CAMPO (LAZER)	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA DE RECREAÇÃO E ESPORTES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1	0,1
CONSTRUIR PRÉDIO NOVO PARA O C. M. WOLFANGO FERREIRA, PARA RESOLVER O PROBLEMA QUE A ESCOLA SOFRE EM PERÍODOS DE CHUVA E PEDE TAMBÉM UM AUDITÓRIO	1	0,1
CONSTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA	1	0,1
CONSTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA SAMUEL BRUST	1	0,1
CONSTRUIR UM PARQUE "DECENTE" PARA AS CRIANÇAS	1	0,1
CONSTRUIR UM POSTO DE SAÚDE NA BARRA	1	0,1
CONSTRUIR UMA ÁREA DE LAZER COM QUADRA POLIESPORTIVA, LAN HOUSE, PARQUINHO	1	0,1
CONSTRUIR UMA GUARITA COM VIATURA POLICIAL, COM TURNO DE 12 HORAS	1	0,1
CONSTRUIR UPA - UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO	1	0,1
CONSTRUIR CENTRO DE AJUDA A DEPENDENTES QUÍMICOS	1	0,1
CRIAR ÁREA DE LAZER PARA AS CRIANÇAS	1	0,1
CRIAR MAIS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES	1	0,1
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	1	0,1
DESAPROPRIAR A ÁREA DA PRAÇA	1	0,1
DESPOLUIR O RIO MACAÉ	1	0,1
DESPOLUIR O RIO MACAÉ, CONSEQUENTEMENTE FARÁ A LIMPEZA DA PRAIA DA BARRA	1	0,1
DESVIAR ESGOTO DO RIO	1	0,1
DRENAR O RIO MACAÉ DESDE A ILHA ATÉ A BARRA/NOVA HOLANDA	1	0,1
FAZER DRAGAGEM DO RIO MACAÉ	1	0,1
FAZER MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	1	0,1
FAZER RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA ESTRADA DO IMBURO ATÉ A BR 101	1	0,1
IMPLANTAR ÁREA DE LAZER COM BRINQUEDOS, CONTROLE DE ESPAÇO PARA CADA FAIXA ETÁRIA, COM QUADRA E CAMPO	1	0,1
IMPLANTAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO MUNICIPAL	1	0,1
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,1
IMPLANTAR LINHA TELEFONICA	1	0,1
IMPLANTAR O EJA (EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS)	1	0,1
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	1	0,1
IMPLANTAR POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,1
IMPLANTAR PROGRAMAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS DE 12 A 14 ANOS	1	0,1
IMPLANTAR TURNO DA NOITE NAS ESCOLAS	1	0,1
LEGALIZAR FORNECIMENTO DE ÁGUA	1	0,1
LIMPAR BUEIROS	1	0,1
LIMPAR OS CANAIS DE ESGOTO PARA EVITAR ALAGAMENTOS E VALVULA DE RETENÇÃO PARA EVITAR O RETORNO DA AGUA DO RIO EM ÉPOCA DE MARE ALTA	1	0,1

LIMPAR/VARRER AS RUAS	1	0,1
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DA RUA MANOEL PAPEL A LUZIA ROSA	1	0,1
MELHORAR A PRAÇA (PRÓXIMA A PONTE DA NOVA HOLANDA)	1	0,1
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	1	0,1
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAS PRÓXIMO A CRECHE	1	0,1
MELHORAR MANUTENÇÃO DA PRAÇA E DO PARQUE (PRAÇA DOS PESCADORES)	1	0,1
MELHORAR O ATENDIMENTO DO PSF	1	0,1
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	1	0,1
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,1
MELHORAR O TRÂNSITO	1	0,1
MELHORAR OS SERVIÇOS PUBLICOS	1	0,1
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA RUA PRINCIPAL DA BARRA, SENTIDO NOVA HOLANDA	1	0,1
MELHORAR SEGURANÇA NOS PONTOS DE ÔNIBUS COM A CONSTRUÇÃO DE GUARITAS DA GUARDA MUNICIPAL	1	0,1
RECAPEAR A ESTRADA DO IMBURO ATÉ A BR 101	1	0,1
REFORMAR A ÁREA DE ESPORTE E LAZER DA NOVA HOLANDA	1	0,1
REFORMAR A ESCOLA WOLFANGO FERREIRA	1	0,1
REFORMAR A PRAÇA DA IGREJA	1	0,1
REFORMAR A PRAÇA PRINCIPAL DA NOVA HOLANDA	1	0,1
REFORMAR AS ESCOLAS	1	0,1
REFORMAR O BAIRRO NOVA ESPERANÇA	1	0,1
REFORMAR PRAÇA BEIRA RIO	1	0,1
TRAZER DE VOLTA O POSTO DE SAÚDE DA BARRA/BRASÍLIA (PRONTO ATENDIMENTO)	1	0,1
URBANIZAR PRAÇAS	1	0,1

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 5 - Vinho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	667	100,0
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	76	11,4
PAVIMENTAR AS RUAS	65	9,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	43	6,4
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	42	6,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	39	5,8
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	35	5,2
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	29	4,3
CONSTRUIR PRAÇA	26	3,9
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	25	3,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	19	2,8
COLOCAR AMBULÂNCIA 24 HORAS NO POSTO DE SAÚDE	16	2,4
MELHORAR A PRAÇA	15	2,2
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	15	2,2
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	11	1,6
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	8	1,2
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	7	1,0
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	7	1,0
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	7	1,0
IMPLANTAR PSF	6	0,9
SANEAMENTO BÁSICO	6	0,9

AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	0,6
CONSTRUIR RETORNO PRÓXIMO AO LOTEAMENTO NA LINHA AZUL	4	0,6
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	4	0,6
IMPLANTAR RETORNO EM FRENTE DA ENTRADA DO LOTEAMENTO (LINHA AZUL)	4	0,6
LIMPAR BUEIROS	4	0,6
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	4	0,6
CONSTRUIR PASSARELA SOBRE O CANAL CAMPOS MACAÉ	3	0,4
LIMPAR/VARRER AS RUAS	3	0,4
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	3	0,4
AMPLIAR O SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,3
CONSERTAR A ANTIGA ESTRADA AMARAL PEIXOTO	2	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	2	0,3
IDENTIFICAR AS RUAS	2	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	2	0,3
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS DE 1 EM 1 HORA	2	0,3
IMPLANTAR MAIS LINHAS DE ÔNIBUS	2	0,3
IMPLANTAR TELEFONE PÚBLICO	2	0,3
LEGALIZAR ÁREAS INVADIDAS	2	0,3
MELHORAR A COLETA DE LIXO	2	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,3
MELHORAR O PSF	2	0,3
MELHORAR REDE DE TELEFONIA	2	0,3
RETORNAR O CAMINHÃO DE LIXO	2	0,3
AÇÃO PARA CONTENÇÃO DO MAR	1	0,1
AMPLIAR O ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE PARA 24 HORAS	1	0,1
AMPLIAR O COMBATE AO MOSQUITO DA DENGUE	1	0,1
AMPLIAR POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,1
AMPLIAR PSF	1	0,1
ASFALTAR A RUA PRINCIPAL E A SUBIDA PARA O PLANALTO	1	0,1
ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA DAS CRIANÇAS NA ESCOLA EM HORÁRIO INTEGRAL	1	0,1
AÇÃO PARA CONTENÇÃO DO MAR	1	0,1
AMPLIAR O ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE PARA 24 HORAS	1	0,1
AMPLIAR O COMBATE AO MOSQUITO DA DENGUE	1	0,1
AMPLIAR POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,1
AMPLIAR PSF	1	0,1
ASFALTAR A RUA PRINCIPAL E A SUBIDA PARA O PLANALTO	1	0,1
ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA DAS CRIANÇAS NA ESCOLA EM HORÁRIO INTEGRAL	1	0,1
COBRIR OS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,1
COLOCAR BRINQUEDO NA PRAÇA	1	0,1
COLOCAR ILUMINAÇÃO NAS RUAS	1	0,1
COLOCAR LINHA TELEFÔNICA RESIDENCIAL	1	0,1
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	1	0,1
COLOCAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	1	0,1
COLOCAR MAIS ÔNIBUS	1	0,1
COLOCAR PONTO DE ÔNIBUS PRÓXIMO AO ESTÁDIO CLÁUDIO MOACIR	1	0,1
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	1	0,1
COLOCAR TELEFONE RESIDENCIAL	1	0,1
COLOCAR TELEFONES PÚBLICOS	1	0,1
CONSTRUIR 1KM DE ESTRADA LIGANDO OS BAIRROS IMBURO E ATERRADO DO IMBURO	1	0,1
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,1
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER NA ENTRADA COM PARQUE DE DIVERSÃO	1	0,1

CONSTRUIR AVENIDA BEIRA MAR COM CALÇAMENTO	1	0,1
CONSTRUIR CICLOVIA	1	0,1
CONSTRUIR CRECHE NOTURNA PARA OS ESTUDANTES JOVENS E ADULTOS DEIXAREM SEUS FILHOS ENQUANTO ESTUDAM	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,1
CONSTRUIR ESCOLA PROFISSIONALIZANTE	1	0,1
CONSTRUIR LAN HOUSE PÚBLICA	1	0,1
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM BRINQUEDO PARA CRIANÇAS	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM BRINQUEDOS E QUADRA COBERTA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUINHO	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUINHO E SALAS PARA CURSO	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,1
CONSTRUIR PRAÇA PÚBLICA COM PARQUINHO, QUADRA E SALAS PARA CURSOS	1	0,1
CONSTRUIR UMA CASA LOTÉRICA	1	0,1
CONSTRUIR UMA CICLOVIA E UMA ORLA NA BARRA	1	0,1
CONSTRUIR UMA ORLA COM CICLOVIA QUE ABRANGERÁ OS BAIRROS BARRA, FRONETIRA E AEROPORTO	1	0,1
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA COBERTA	1	0,1
CRECHE 12 HORAS PARA MENORES DE 5 ANOS	1	0,1
CRIAR CAPELA MORTUÁRIA	1	0,1
CRIAR CURSOS DE SALVATAGENS GRATUITOS NO BAIRRO DA BARRA	1	0,1
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	1	0,1
DISPONIBILIZAR MÉDICOS PEDIÁTRICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,1
DISPONIBILIZAR PSICÓLOGO PARA AS CRIANÇAS NO PARQUE DA PRAÇA DOS PESCADORES	1	0,1
DISTRIBUIR CESTA BÁSICA	1	0,1
DUPLICAR A VIA AMARAL PEIXOTO	1	0,1
FACILITAR PAGAMENTO DE IPTU	1	0,1
FAZER A DESPOLUIÇÃO DO RIO	1	0,1
FAZER PROTEÇÃO DA BEIRA MAR	1	0,1
FISCALIZAR SERVIÇOS QUE JÁ EXISTEM	1	0,1
IMPLANTAR AULAS NO TURNO DA NOITE NA NOVA HOLANDA	1	0,1
IMPLANTAR CENTRO DE CURSOS GRATUITOS	1	0,1
IMPLANTAR CURSO GRATUITO DE INFORMÁTICA	1	0,1
IMPLANTAR DENTISTA DOMICILIAR	1	0,1
IMPLANTAR E MANTER ORELHÕES PUBLICOS	1	0,1
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO DA RUA MANOEL PAPEL ATÉ LUZIA ROSA	1	0,1
IMPLANTAR LINHA TELEFONIA	1	0,1
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	1	0,1
IMPLANTAR MICROÔNIBUS PÚBLICO NA NOVA BRASÍLIA	1	0,1
IMPLANTAR O EJA (EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS)	1	0,1
IMPLANTAR ORELHÃO OU LINHA DE TELEFONE FIXO	1	0,1
IMPLANTAR PROJETOS PARA AS CRIANÇAS	1	0,1
IMPLANTAR SERVIÇO DE GUARDA PARA PASSAR NA RUA	1	0,1
LEGALIZAR O BAIRRO	1	0,1
LEGALIZAR O NOME E O ENDEREÇO DOS MORADORES	1	0,1
LIMPAR FIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA	1	0,1
LIMPAR O CANAL MACAÉ	1	0,1
LIMPAR O RIO MACAÉ	1	0,1

LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	1	0,1
MAIS MÉDICOS NO PSF	1	0,1
MANILHAR AS RUAS, ESGOTO VAZANDO	1	0,1
MELHORAR A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA DA PRAIA DA BARRA	1	0,1
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	1	0,1
MELHORAR ILUMINAÇÃO NA ENTRADA DO BAIRRO	1	0,1
MELHORAR LIMPEZA PÚBLICA	1	0,1
MELHORAR MANUTENÇÃO DOS POSTES	1	0,1
MELHORAR O ASFALTAMENTO DAS RUAS DA LOCALIDADE FRONTEIRA	1	0,1
MELHORAR O ATENDIMENTO DO MÉDICO	1	0,1
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	1	0,1
MELHORAR O SANEAMENTO BÁSICO	1	0,1
MELHORAR O SERVIÇO DENTÁRIO	1	0,1
MELHORAR O TRANSPORTE ESCOLAR	1	0,1
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	1	0,1
MELHORAR OPÇÕES DE LAZER PARA AS CRIANÇAS EM ÉPOCA DE FÉRIAS ESCOLARES	1	0,1
MELHORAR OS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,1
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA BEIRA DO RIO	1	0,1
PAVIMENTAR 1 KM DE ESTRADA LIGANDO O IMBURO AO ATERRADO PARA ENCURTAR O PERCURSO	1	0,1
QUEBRA-MAR	1	0,1
REFORMAR A PRAÇA BEIRA RIO	1	0,1
REFORMAR A PRAÇA DO POSTO	1	0,1
REFORMAR AS CALÇADAS	1	0,1
REFORMAR DA PRAÇA COM VIGIA	1	0,1
REFORMAR PRÉDIO DO COLÉGIO WOLFANGO FERREIRA	1	0,1
REORGANIZAR O TRÂNSITO NO BAIRRO	1	0,1
REVITALIZAR O ANTIGO SASE	1	0,1
SEGURANÇA NAS ESCOLAS ESTAO ARROMBANDO MUITAS ESCOLA	1	0,1
TAPAR BURACOS DAS RUAS	1	0,1
TAPAR OS BUEIROS	1	0,1
VOLTAR A FUNCIONAR O POSTO DE SAÚDE DA PRAÇA BEIRA RIO	1	0,1

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 36 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 5 - Vinho - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	632	100,0
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	47	7,4
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	43	6,8
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	40	6,3
PAVIMENTAR AS RUAS	38	6,0
CONSTRUIR PRAÇA	32	5,1
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	26	4,1
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	26	4,1
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	25	4,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	25	4,0
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	24	3,8
IMPLANTAR AMBULANCIA 24 H NO POSTO DE SAUDE	22	3,5
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	11	1,7
IMPLANTAR PSF	11	1,7

CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	10	1,6
IMPLANTAR TELEFONES PÚBLICOS	10	1,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	10	1,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS	8	1,3
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	8	1,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	8	1,3
IMPLANTAR AULAS NOTURNAS NAS ESCOLAS	7	1,1
IMPLANTAR LINHAS TELEFÔNICAS	7	1,1
COLOCAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	5	0,8
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS DE 1 EM 1 HORA	5	0,8
MELHORAR A PRAÇA	5	0,8
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	5	0,8
SANEAMENTO BÁSICO	5	0,8
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	4	0,6
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	4	0,6
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	4	0,6
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	4	0,6
CONSTRUIR PASSARELA	3	0,5
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	3	0,5
CONSTRUIR SEDE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	3	0,5
IMPLANTAR RETORNO EM FRENTE DA ENTRADA DO LOTEAMENTO (LINHA AZUL)	3	0,5
LIMPAR BUEIROS	3	0,5
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	2	0,3
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,3
CONSTRUIR POSTO DE CORREIOS	2	0,3
CONSTRUIR RETORNO PRÓXIMO A ENTRADA DO LOTEAMENTO NA LINHA AZUL	2	0,3
IMPLANTAR BRINQUEDOS NA PRAÇA	2	0,3
IMPLANTAR O EJA (EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS)	2	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE AMBULÂNCIA	2	0,3
IMPLANTAR TRANSPORTE ESCOLAR	2	0,3
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	2	0,3
MELHORAR A COLETA DE LIXO	2	0,3
MELHORAR LIMPEZA PÚBLICA	2	0,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,3
REFORMAR AS CALÇADAS	2	0,3
AJUDAR NAS OBRAS DAS CASAS E ATERROS PARA OS TERRENOS	1	0,2
AMPLIAR A AVENIDA BEIRA MAR	1	0,2
AMPLIAR A ESCOLA	1	0,2
AMPLIAR CENTRO DE OPORTUNIDADE	1	0,2
AMPLIAR E CONSTRUIR UMA QUADRA COBERTA NA ESCOLA MUNICIPAL ATERRADO DO IMBURO	1	0,2
AMPLIAR O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	1	0,2
AMPLIAR O SERVIÇO DE ESGOTO	1	0,2
AMPLIAR POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,2
COLOCAR BRINQUEDO NA PRAÇA	1	0,2
COLOCAR LIXEIRA NOS POSTES	1	0,2
COLOCAR MAIS MEDICOS NO PSF	1	0,2
COLOCAR MAIS ÔNIBUS	1	0,2
CONFORTAR OS MORADORES	1	0,2
CONsertar 1 KM DE ESTRADA PARA ENCURTAR A DISTÂNCIA ENTRE AS LOCALIDADES ATERRADO E IMBURO	1	0,2
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	1	0,2
CONSTRUIR CAPELA	1	0,2

CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA	1	0,2
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,2
CONSTRUIR CENTRO ODONTOLÓGICO	1	0,2
CONSTRUIR CRECHE MAIS PRÓXIMA	1	0,2
CONSTRUIR CRECHE NOTURNA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,2
CONSTRUIR PARQUE	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA COM SINALIZAÇÃO	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA LIGANDO O BAIRRO AO PARQUE AEROPORTO PELO CANAL MACAÉ/CAMPOS	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA PARA ACESSO AO AEROPORTO	1	0,2
CONSTRUIR PONTE (PASSARELA) SOBRE O CANAL MACAÉ CAMPOS	1	0,2
CONSTRUIR PONTO DE ÔNIBUS	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA DE LAZER	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM PLAYGROUND	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM SEDE DA ASSOCIAÇÃO	1	0,2
CONSTRUIR PRONTO SOCORRO	1	0,2
CONSTRUIR UM CIEP	1	0,2
CONSTRUIR UMA LAN HOUSE PÚBLICA PARA TODA A FRONTEIRA	1	0,2
CONSTRUIR UMA PONTE	1	0,2
CONSTRUIR UMA PONTE SOBRE O RIO OU VALÃO QUE DÊ ACESSO AO BAIRRO MAIS PRÓXIMO, PARA FACILITAR O ACESSO AO POSTO DE SAÚDE E COMÉRCIO	1	0,2
CONSTRUIR UNIDADE DE SAÚDE NO SASE	1	0,2
CRIAR APOIO AO PRODUTOR RURAL	1	0,2
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	1	0,2
CRIAR POSTO DE SAÚDE PARECIDO DO JORGE CALDAS, QUE É CONHECIDO NA BARRA COMO SASE	1	0,2
DEFINIR COMO MÃO ÚNICA A AVENIDA LUIZ LÍRIO	1	0,2
DESPOLUIR O RIO MACAÉ	1	0,2
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	1	0,2
FAZER COBERTURA NOS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,2
FAZER MANUTENÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS	1	0,2
IDENTIFICAR A ENTRADA DO BAIRRO COM O NOME VILLAGE PARK	1	0,2
IDENTIFICAR AS RUAS	1	0,2
IMPLANTAR A VISITAÇÃO DOS AGENTES DE ZOONOSES	1	0,2
IMPLANTAR ATIVIDADES SOCIAMBIENTAIS PARA A COMUNIDADE DO COMPLEXOS DA AJUDA	1	0,2
IMPLANTAR COOPERATIVA PARA AS MULHERES DOS PESCADORES E OS FILHOS E DEMAIS MULHERES DA NOVA HOLANDA E NOVA ESPERANÇA	1	0,2
IMPLANTAR CURSO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE	1	0,2
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,2
IMPLANTAR ENSINO MÉDIO À NOITE NO BRISOLÃO	1	0,2
IMPLANTAR ESPORTE PARA AS CRIANÇAS E ÁREA DE LAZER	1	0,2
IMPLANTAR LINHA TELEFONICA (RESIDENCIAL)	1	0,2
IMPLANTAR MAIS ATIVIDADES NAS ESCOLAS	1	0,2
IMPLANTAR MAIS CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1	0,2
IMPLANTAR MAIS DENTISTAS	1	0,2
IMPLANTAR ORELHÃO OU LINHA DE TELEFONE FIXO	1	0,2
IMPLANTAR PASSARELA NO CANAL MACAÉ	1	0,2
IMPLANTAR PONTO DE ÔNIBUS	1	0,2
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	1	0,2

IMPLANTAR PROJETO MAIS ESPECÍFICO PARA A NOVA HOLANDA	1	0,2
IMPLANTAR QUEBRA MAR	1	0,2
IMPLANTAR RESTAURANTE POPULAR	1	0,2
IMPLANTAR SEMÁFORO NA ALAMEDA DA CAMPISTA COM A PRINCIPAL	1	0,2
IMPLANTAR SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,2
IMPLANTAR SINAL EM FRENTE AO BANCO ITAÚ	1	0,2
IMPLANTAR TRANSPORTE ESCOLAR PARA TURNO DA NOITE	1	0,2
INSTALAR BOMBAS DE SUÇÃO NA REDE DE ESGOTO	1	0,2
LIMPAR AREA DA PRAIA	1	0,2
LIMPAR E RESTAURAR OS BUEIROS	1	0,2
LIMPAR O RIO MACAÉ	1	0,2
LIMPAR REGULARMENTE O CANAL PARA MELHORIA DO ESCOAMENTO DAS ÁGUAS DA CHUVA	1	0,2
LIMPAR/VARRER AS RUAS DIARIAMENTE	1	0,2
LIMPEZA DA PRAIA	1	0,2
MAIS ESCOLAS	1	0,2
MANTER A PRAÇA DOS NAVEGANTES	1	0,2
MELHORAR A EDUCAÇÃO	1	0,2
MELHORAR A LIMPEZA PÚBLICA	1	0,2
MELHORAR A PRAIA DA BARRA	1	0,2
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PRINCIPALMENTE DE MADRUGADA	1	0,2
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO DO PSF	1	0,2
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,2
MELHORAR OS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	1	0,2
MELHORAR OS PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,2
MELHORAR OS TRATAMENTOS MÉDICOS, DANDO MAIS CONDIÇÕES DE ADQUIRIR REMÉDIOS	1	0,2
MELHORAR SANEAMENTO BÁSICO	1	0,2
MODERNIZAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	1	0,2
ORGANIZAR O TRÂNSITO	1	0,2
PADRONIZAR AS CALÇADAS	1	0,2
PADRONIZAR AS CALÇADAS DA BARRA DE MACAÉ	1	0,2
PODAR ARVÓRES	1	0,2
PROVIDENCIAR ENDEREÇO POSTAL DAS RUAS (CEP)	1	0,2
RECOLHER ANIMAIS	1	0,2
RECUPERAR A PRAÇA DA NOVA BRASÍLIA	1	0,2
REFORMAR A ESCOLA SAMUEL BRUST	1	0,2
REFORMAR A PRAÇA EM FRENTE A IGREJA	1	0,2
REFORMAR O HOSPITAL DO SASE	1	0,2
REFORMAR PORTARIA E GUARITAS DE ACESSO (PINTURA)	1	0,2
RETORNAR OS SERVIÇOS DO POSTO DE SAÚDE DA PRAÇA BEIRA-RIO	1	0,2
REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO SASE	1	0,2
REFORMAR AS ÁREAS DE ESPORTE DA NOVA HOLANDA E NOVA ESPERANÇA	1	0,2
TAMPAR OS BUEIROS	1	0,2
TROCAR OS FUNCIONÁRIOS DO "POSTINHO" (POSTO DE SAÚDE)	1	0,2
TROCAR OS POSTES DO BAIRRO, ALGUNS POSTES AINDA SÃO DE MADEIRA QUE PODE CAUSAR RISCO DE ACIDENTES	1	0,2
URBANIZAR	1	0,2
URBANIZAR O BAIRRO	1	0,2
UTILIZAR OS ESPAÇOS DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E/OU PRAÇAS PÚBLICAS PARA IMPLANTAR PROJETOS PARA CRIANÇAS E JOVENS EM ÁREAS DE RISCO	1	0,2

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 35 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Marrom – 06 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 6 - Marrom - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	539	100,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	57	10,6
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	38	7,1
CONSTRUIR PRAÇA	36	6,7
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	35	6,5
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	34	6,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	26	4,8
PAVIMENTAR AS RUAS	21	3,9
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 2º SEGMENTO	20	3,7
COBRIR OS VALÕES DAS RUAS 2 E 4	17	3,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	15	2,8
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	14	2,6
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA DE LAZER	12	2,2
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	10	1,9
SANEAMENTO BÁSICO	10	1,9
IMPLANTAR PSF	9	1,7
MELHORAR A PRAÇA	9	1,7
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	8	1,5
IMPLANTAR AGÊNCIAS BANCÁRIAS	8	1,5
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	6	1,1
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	5	0,9
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	4	0,7
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	4	0,7
CRIAR PROJETOS PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	4	0,7
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	4	0,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	4	0,7
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	4	0,7
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	4	0,7
CONSTRUIR UPA 24 HORAS	3	0,6
LIMPAR/VARRER AS RUAS	3	0,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	3	0,6
CONCLUIR AS OBRAS DA ESCOLA	2	0,4
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA COBERTA	2	0,4
CONSTRUIR SEDE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2	0,4
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM ÁREA DE LAZER	2	0,4
CONSTRUIR UPA	2	0,4
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	2	0,4
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	0,4
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	2	0,4
MELHORAR A COLETA DE LIXO	2	0,4
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,4

REFORMAR AS CALÇADAS	2	0,4
ACABAR COM A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO QUE FUNCIONAVA E ESTÁ DESATIVADA, POIS É FOCO DE MOSQUITO	1	0,2
ACABAR COM O LIXÃO	1	0,2
ACABAR COM OS POMBOS	1	0,2
AMPLIAÇÃO DO BAIRRO, CONCLUIR AS RUAS, POIS ALGUMAS SÓ EXISTEM NA PLANTA DO BAIRRO	1	0,2
AMPLIAR O AEROPORTO	1	0,2
AMPLIAR OFERTA DE CULTURA (TEATRO, SHOWS, ETC)	1	0,2
AUMENTAR NÚMERO DE ÔNIBUS AOS DOMINGOS	1	0,2
AUMENTAR O HORÁRIO DOS MONITORES DO PARQUE INFANTIL	1	0,2
AUMENTAR O NÚMERO DE ÔNIBUS	1	0,2
CANALIZAR OS VALÕES	1	0,2
COLOCAR AMBULÂNCIA NO POSTO DE SAÚDE	1	0,2
COLOCAR GUARDA MUNICIPAL NAS ESCOLAS DO BAIRRO	1	0,2
COLOCAR ILUMINAÇÃO NA CICLOVIA DA RUA PRINCIPAL	1	0,2
COLOCAR MAIS TELEFONES PÚBLICOS	1	0,2
COLOCAR PLACAS INDICATIVAS PARA CAMINHÕES E ÔNIBUS	1	0,2
COLOCAR SEMÁFORO NA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,2
COLOCAR SEMÁFOROS PERTO DAS ESCOLAS E VIAS PRINCIPAIS	1	0,2
COLOCAR TELA NA QUADRA	1	0,2
CONCLUIR A OBRA DA ESCOLA DE 2º SENGMENTO	1	0,2
CONCLUIR OBRAS DO COLÉGIO DE ENSINO MÉDIO DE 2º SEGMENTO	1	0,2
CONSTRUÇÃO DO MURO DO CIEP 058 OSCAR CORDEIRO	1	0,2
CONSTRUIR CALÇADA NA AVENIDA 2 PRÓXIMO A RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,2
CONSTRUIR CENTRO COMUNITÁRIO	1	0,2
CONSTRUIR CICLOVIA	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	1	0,2
CONSTRUIR HOSPITAL PSIQUIATRICO	1	0,2
CONSTRUIR HOSPITAL/UPA	1	0,2
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE 24H COM AMBULÂNCIA	1	0,2
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA DE ESPORTE E LAZER	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM BRINQUEDOS E UMA QUADRA COBERTA	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM DESTAQUE À NATUREZA	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (AMPRA)	1	0,2
CONSTRUIR PRONTO DE SOCORRO PSIQUIATRICO NA COMUNIDADE	1	0,2
CONSTRUIR QUADRA COBERTA	1	0,2
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,2
CONSTRUIR UM COMPLEXO EDUCACIONAL	1	0,2
CONSTRUIR UMA CRECHE NA ANTIGA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,2
CONSTRUIR UMA ESCOLA DE MEIO PERÍODO COM OPÇÃO DE LAZER PARA AS CRIANÇAS	1	0,2
CONSTRUIR UMA PONTE DA NOVA ESPERANÇA ATÉ O AEROPORTO	1	0,2
CONTER A INFESTAÇÃO DE POMBOS, RATOS E BARATAS	1	0,2
CONTROLAR PRAGAS DE POMBOS E RATOS	1	0,2
DESATIVAR A CRECHE DO PARQUE AEROPORTO	1	0,2

DISPONIBILIZAR MAIS ESPORTE PARA A POPULAÇÃO	1	0,2
ENCANAMENTO DE ÁGUA JARDIM CARIOCA 11, RUA L Nº 70	1	0,2
FAZER CONTROLE DA INFESTAÇÃO DE RATOS E ANIMAIS PEÇONHENTOS	1	0,2
FAZER DRENAGEM E DESPOLUIÇÃO DO CANAL CAMPOS-MACAÉ	1	0,2
FAZER LIMPEZA DO VALÃO	1	0,2
FAZER MANUTENÇÃO DA ENERGIA DA ESCOLA FRANCISCO LAPA	1	0,2
IMPLANTAR A VISITAÇÃO DOS AGENTES DE ZOOSE	1	0,2
IMPLANTAR ÁREA DE LAZER NA ESCOLA	1	0,2
IMPLANTAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES COM TRANSPORTE GRÁTIS NA ÁREAS OFFSHORE	1	0,2
IMPLANTAR ESCOAMENTO SANITÁRIO	1	0,2
IMPLANTAR ODONTOLOGIA, PEDIATRIA, NEUROLOGIA E DERMATOLOGIA	1	0,2
IMPLANTAR PROJETOS SOCIAIS PARA ADOLESCENTES E CRIANÇAS	1	0,2
IMPLANTAR UMA ESCOLA MAIS EQUIPADA PARA AS CRIANÇAS	1	0,2
INVESTIMENTO PARA OS TRABALHADORES AUTÔNOMOS (ARTESANATO)	1	0,2
INVESTIR NA SAÚDE	1	0,2
LIMPAR BUEIROS	1	0,2
LIMPAR E TAPAR OS VALÕES IGUAL AO DA RUA PRINCIPAL DO BAIRRO	1	0,2
LIMPAR O CANAL	1	0,2
LIMPAR VALÕES	1	0,2
MAIS MÉDICOS (CLÍNICO GERAL) NOS POSTOS DE SAÚDE	1	0,2
MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS DORALICE DE FREITAS	1	0,2
MELHORAR A SEGURANÇA EM TRANSPORTES URBANOS	1	0,2
MELHORAR INFRA-ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO MÉDICO NO POSTO DE SAÚDE	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO NOS HOSPITAIS	1	0,2
MELHORAR O ENSINO FUNDAMENTAL	1	0,2
MELHORAR O PREÇO DA PASSAGEM DOS ONIBUS	1	0,2
MELHORAR O TRÂNSITO	1	0,2
OCUPAR TERRENO BALDIO	1	0,2
PAVIMENTAR A TRAVESSA UNIÃO	1	0,2
PODAR ARVÓRES	1	0,2
PRAÇA COM ÁREA DE LAZER	1	0,2
RECUPERAR RIO ANEXO AO AEROPORTO	1	0,2
REFORMAR A PRAÇA DONALICE DE FREITAS	1	0,2
REFORMAR A PRAÇA ZELITA ROCHA	1	0,2
REFORMAR OS PARQUES	1	0,2
REFORMAR PRAÇA ATRÁS DO COLÉGIO ZELITA ROCHA	1	0,2
RETIRAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,2
RETIRAR O TRATAMENTO DE ESGOTO E PASSAR A SER UM CENTRO DE ENSINAMENTO PARA JOVENS E ADULTOS	1	0,2
TERMINAR A OBRA DO COLÉGIO	1	0,2
TERMINAR OBRAS DO COLÉGIO DE 5º A 8º	1	0,2
TIRAR O TRATAMENTO DE ESGOTO, QUE ESTÁ DESATIVADO, POIS CAUSA MAL CHEIRO E MUITOS INSETOS	1	0,2

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 6 - Marrom - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	524	100,0
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	54	10,3
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	33	6,3

CONSTRUIR PRAÇA	31	5,9
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	29	5,5
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	25	4,8
IMPLANTAR PSF	23	4,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	23	4,4
PAVIMENTAR AS RUAS	21	4,0
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	20	3,8
COBRIR OS VALÕES DAS RUAS 2 E 4	13	2,5
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	11	2,1
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	11	2,1
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	9	1,7
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	9	1,7
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	8	1,5
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	6	1,1
CONSTRUIR SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	6	1,1
MELHORAR A PRAÇA	6	1,1
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	6	1,1
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	1,0
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 2º SEGMENTO	4	0,8
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	4	0,8
IMPLANTAR AGÊNCIAS BANCÁRIAS	4	0,8
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	4	0,8
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	4	0,8
LIMPAR/VARRER AS RUAS	4	0,8
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	4	0,8
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	4	0,8
SANEAMENTO BÁSICO	4	0,8
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	3	0,6
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	3	0,6
IMPLANTAR CURSO GRATUITO DE INFORMÁTICA	3	0,6
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO	3	0,6
REFORMAR AS CALÇADAS	3	0,6
AMPLIAR ESPAÇO FÍSICO DAS ESCOLAS	2	0,4
AMPLIAR O SERVIÇO DE ESGOTO	2	0,4
AUMENTAR O NÚMERO DE ÔNIBUS	2	0,4
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,4
COLOCAR SEMÁFORO NA RODOVIA AMARAL PEIXOTO	2	0,4
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	2	0,4
CRIAR MAIS PROJETOS PARA JOVENS EM ÁREA DE RISCO SOCIAL (FAVELAS)	2	0,4
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE COM AMBULÂNCIA 24H	2	0,4
LIMPAR O VALÃO	2	0,4
LIMPEZA DOS VALÕES DAS RUAS PRINCIPAIS	2	0,4
MELHORAR A COLETA DE LIXO	2	0,4
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	2	0,4
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,4
MELHORAR O TRÂNSITO	2	0,4
PAVIMENTAR A RUA L	2	0,4
AMPLIAR O PSF	1	0,2
AMPLIAR OFERTA DE CULTURA (TEATRO, SHOWS, ETC)	1	0,2
APROVEITAR O ESPAÇO PARA A ESCOLA TÉCNICA	1	0,2
ARRUMAR OS COLEGIOS CONSERTAR AS CADEIRAS E AS ESCOLAS	1	0,2
ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR	1	0,2
AUMENTAR A OFERTA DE MEDICAMENTOS NA FARMÁCIA POPULAR	1	0,2
AUMENTAR AS LINHAS DE ÔNIBUS	1	0,2
CALÇAR AS RUAS QUE AINDA FALTAM	1	0,2
COBRIR O VALÃO DA RUA PRINCIPAL	1	0,2
COLOCAR ILUMINAÇÃO NA PRAÇA (RUA PRINCIPAL)	1	0,2
COLOCAR ILUMINAÇÃO NAS RUAS	1	0,2
COLOCAR LIXEIRAS NO CALÇADÃO	1	0,2
COLOCAR MAIS MEDICAMENTOS NA FARMACIA POPULAR	1	0,2
COLOCAR MAIS PROFESSORES NAS ESCOLAS	1	0,2
COLOCAR PONTO DE ÔNIBUS POIS É DISTANTE	1	0,2
COLOCAR PROFESSOR QUALIFICADO NA ESCOLA ZELITA ROCHA DE AZEVEDO	1	0,2
COLOCAR UM GUARDA MUNICIPAL	1	0,2
CONCLUIR A OBRA DA UNIDADE PSIQUIÁTRICA	1	0,2
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE COLETA DE LIXO	1	0,2

CONSTRUIR BIBLIOTECA PÚBLICA	1	0,2
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,2
CONSTRUIR CLÍNICA PEDIÁTRICA	1	0,2
CONSTRUIR DELEGACIA NO BAIRRO	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	1	0,2
CONSTRUIR ESTACIONAMENTO PARA CARROS DOS MORADORES	1	0,2
CONSTRUIR MAIS HOSPITAIS	1	0,2
CONSTRUIR OUTRA CASA LOTERICA	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA	1	0,2
CONSTRUIR PASSARELA NO PONTO DE ÔNIBUS EM FRENTE A EMPRESA BAKER	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE CORREIOS	1	0,2
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA COM ACADEMIA	1	0,2
CONSTRUIR PRONTO SOCORRO 24 HORAS	1	0,2
CONSTRUIR QUADRA COM GRAMA SINTÉTICA	1	0,2
CONSTRUIR UM VESTIÁRIO COM BANHEIRO QUÍMICO NA QUADRA	1	0,2
CONSTRUIR UMA ESCOLA MELHOR	1	0,2
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM ESCOLINHA DE FUTEBOL	1	0,2
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA DE FUTEBOL	1	0,2
CONSTRUIR UMA U.P.A	1	0,2
CONTINUAR ARBORIZAÇÃO NA RUA PARALELA A RODOVIA AMARAL PEIXOTO	1	0,2
DISPONIBILIZAR SEGURANÇA NA PRAÇA	1	0,2
DUPPLICAR A VIA DE ACESSO AO CENTRO, PRINCIPALMENTE NA BARRA	1	0,2
EXPANDIR O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO COM ÁREA DE LAZER	1	0,2
FAZER LIMPEZA DO TERRENO ATRÁS DA RUA 02	1	0,2
FISCALIZAÇÃO DOS CARROS DE SOM	1	0,2
IMPLANTAR CASAS LOTÉRICAS	1	0,2
IMPLANTAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	1	0,2
IMPLANTAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES	1	0,2
IMPLANTAR ENCANAMENTO DE ÁGUA	1	0,2
IMPLANTAR NOVOS CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS	1	0,2
IMPLANTAR PONTOS DE ÔNIBUS	1	0,2
IMPLANTAR PROJETO PARA DIMINUIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS	1	0,2
IMPLANTAR SEGURANÇA NA PRAÇA	1	0,2
IMPLANTAR SERVIÇO BANCÁRIO	1	0,2
IMPLANTAR SERVIÇO DE FISIOTERAPIA PERMANENTE	1	0,2
IMPLANTAR UM PARQUINHO COM QUADRA DE ESPORTE	1	0,2
LIMPAR O CANAL E URBANIZAR	1	0,2
LIMPAR TUBULAÇÃO DE ESGOTO	1	0,2
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,2
MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO BAIRRO	1	0,2
MELHOR INVESTIMENTO NAS ESCOLAS DO BAIRRO	1	0,2
MELHORAR A QUALIDADE DO POSTO DE SAÚDE EM EQUIPAMENTOS MAIS MODERNOS E MELHORES	1	0,2
MELHORAR A SAÚDE	1	0,2
MELHORAR AS PONTES DOS VALÕES	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO DO PSF (RECLAMA DO TRATAMENTO COM AS PESSOAS)	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO NOS HOSPITAIS	1	0,2
MELHORAR O CIEP OSCAR CORDEIRO	1	0,2
MELHORAR O ONIBUS DO BAIRRO	1	0,2
MELHORAR O SANEAMENTO	1	0,2
MELHORAR SANEAMENTO BÁSICO	1	0,2
MELHORAR SAÚDE	1	0,2
OCUPAR TERRENO BALDIO COM PRAÇA E QUADRA	1	0,2
PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS, PRINCIPALMENTE NA ORLA DA PRAIA	1	0,2
PAVIMENTAR A RUA L, TRAVESSA 2	1	0,2
PAVIMENTAR AS RUAS TRAVESSIAS	1	0,2
POSTO POLICIAL	1	0,2
PRONTO SOCORRO PSIQUIÁTRICO DO PSF AEROPORTO	1	0,2
PROVIDENCIAR CEP DA TRAVESSA UNIÃO	1	0,2
QUALQUER OUTRA COISA QUE POSSA SER ÚTIL AOS MORADORES	1	0,2
REFORMAR A PRAÇA PRINCIPAL	1	0,2
REFORMAR AS ESCOLAS	1	0,2
REFORMAR CIEP OSCAR CORDEIRO	1	0,2
REFORMAR DA PRAÇA DA AMPRA	1	0,2

REFORMAR TODAS AS ESCOLAS	1	0,2
RESOLVER PROBLEMA DO VALÃO	1	0,2
RETIRAR CAMELÔS DAS CALÇADAS	1	0,2
SEGURANÇA NOS PATRIMÔNIOS PÚBLICOS	1	0,2
SINALIZAÇÃO NO TRÁNSITO NO CRUZAMENTO DA ESTRADA DA RUA 4	1	0,2
TERMINAR A OBRA DA PRAÇA	1	0,2
TÉRMINO DAS OBRAS DO PRONTO SOCORRO PSQUIÁTRICO DO PAM AEROPORTO	1	0,2
TRATAMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADA PARA IDOSOS	1	0,2
UMA QUADRA AONDE NOSSOS FILHOS POSSÃO SE DIVERTIR COM BRINCADEIRAS	1	0,2
UMA QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,2
VALORIZAR OS PROFESSORES	1	0,2

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 15 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 6 - Marrom - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	504	100,0
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	56	11,1
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	47	9,3
PAVIMENTAR AS RUAS	26	5,2
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	19	3,8
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	18	3,6
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	15	3,0
CONSTRUIR PRAÇA	14	2,8
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	13	2,6
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	11	2,2
IMPLANTAR PSF	9	1,8
SANEAMENTO BÁSICO	9	1,8
COBRIR OS VALÕES DAS RUAS 2 E 4	8	1,6
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	8	1,6
MELHORAR A PRAÇA	8	1,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	8	1,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	8	1,6
CONSTRUIR POSTO POLICIAL	7	1,4
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	7	1,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	7	1,4
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	6	1,2
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	6	1,2
IMPLANTAR AGÊNCIAS BANCÁRIAS	6	1,2
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	6	1,2
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	6	1,2
LIMPAR/VARRER AS RUAS	5	1,0
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	5	1,0
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	4	0,8
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	4	0,8
SEMÁFORO PARA AS RUAS 04 ESQUINA COM A 62 NO PARQUE AEROPORTO	4	0,8
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	3	0,6
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	3	0,6
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	0,6
MELHORAR A SINALIZAÇÃO DO TRÁNSITO	3	0,6

MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	0,6
PAVIMENTAR A RUA L	3	0,6
COLOCAR PONTO DE ÔNIBUS NA ENTRADA DA LOCALIDADE	2	0,4
CONSTRUIR SEDE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2	0,4
CRIAR ÁREAS DE LAZER PARA IDOSOS	2	0,4
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS COM AMBULÂNCIA	2	0,4
LIMPAR BUEIROS	2	0,4
MELHORAR A SAÚDE	2	0,4
MELHORIA NO TRÂNSITO	2	0,4
ACABAR COM O VALÃO DAS RUA 2 E 4	1	0,2
AGILIZAR RESULTADOS DE EXAMES LABORATÓRIAS	1	0,2
AMBULÂNCIA A DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE	1	0,2
AMPLIAR A CRECHE DO BAIRRO	1	0,2
AMPLIAR O PSF	1	0,2
AMPLIAR VAGAS NAS ESCOLAS	1	0,2
ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR	1	0,2
AUMENTAR A FREQUÊNCIA DA COLETA DE LIXO	1	0,2
AUMENTAR RESERVA DE INSULINA NO BAIRRO	1	0,2
BAGUNÇA DOS CARROS DE SOM	1	0,2
CEMEAES	1	0,2
COBRIR E DRENAR VALÃO	1	0,2
COLOCAR GUARDA MUNICIPAL NA PRAÇA	1	0,2
COLOCAR ILUMINAÇÃO NAS PRAÇAS DO BAIRRO	1	0,2
COLOCAR MAIS RADARES NO TRÂNSITO	1	0,2
COLOCAR PONTO DE ÔNIBUS COBERTO NA ENTRADA DA LOCALIDADE	1	0,2
COLOCAR POSTO POLICIAL	1	0,2
COLOCAR RAMPA PARA DEFICIENTES FÍSICOS	1	0,2
COLOCAR UM GUARDA MUNICIPAL EM FRENTE AO COLÉGIO CLÁUDIO MOACYR	1	0,2
COMEÇAR OBRA NA RUA SERVIDÃO Z	1	0,2
CONCLUIR AS OBRAS DO COLÉGIO DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 2º SEGMENTO	1	0,2
CONCLUIR OBRAS DA UNIDADE DE SAÚDE MENTAL	1	0,2
CONSERTO DO ASFALTO DA RUA 62	1	0,2
CONSERVAÇÃO DAS NOSSAS ESCOLAS	1	0,2
CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO	1	0,2
CONSTRUIR ABRIGO PARA OS MORADORES DE RUA	1	0,2
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,2
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,2
CONSTRUIR CINEMA	1	0,2
CONSTRUIR COLÉGIO	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 2º SEGMENTO	1	0,2
CONSTRUIR ESCOLA OCUPACIONAL	1	0,2
CONSTRUIR GUARITAS POLICIAIS 24H NAS PRAÇAS	1	0,2
CONSTRUIR LAN HOUSE PÚBLICA	1	0,2
CONSTRUIR MAIS ASILOS	1	0,2
CONSTRUIR MAIS CASAS LOTÉRICAS	1	0,2
CONSTRUIR MAIS COLÉGIOS NO BAIRRO	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE CORREIOS	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE FISCALIZAÇÃO COM CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE COM AMBULÂNCIA	1	0,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE PEDIÁTRICO	1	0,2
CONSTRUIR PRAÇA ARBORIZADA	1	0,2

CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,2
CONSTRUIR PRONTO SOCORRO PARA DEFICIENTES MENTAIS	1	0,2
CONSTRUIR SALÃO DE JOGOS NA QUADRA	1	0,2
CONSTRUIR SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,2
CONSTRUIR SEDE PARA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES	1	0,2
CONSTRUIR UM POSTO ODONTOLÓGICO	1	0,2
CONSTRUIR UMA ESCOLA NO FINAL DO BAIRRO	1	0,2
CONSTRUIR UMA FARMÁCIA POPULAR	1	0,2
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA DE FUTEBOL	1	0,2
CRIAR MAIS OPORTUNIDADES NA ÁREA DE ESPORTE PARA AS CRIANÇAS E ADLOSCENTES	1	0,2
CRIAR PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA AS DROGAS	1	0,2
CRIAR UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA MUNICIPAL	1	0,2
FAZER A LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS	1	0,2
FAZER A MANUTENÇÃO DA PRAÇA DA AMPRA	1	0,2
FAZER A MANUTENÇÃO NAS PRAÇAS	1	0,2
FAZER DRAGAGEM DO CANAL MACAÉ-CAMPOS	1	0,2
FAZER LIMPEZA DO CANAL	1	0,2
FAZER UMA GRANDE CRECHE NA ÁREA DO TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,2
FISCALIZAR SE HÁ RESTO DE MATERIL DE CONSTRUÇÃO SOBRE CALÇADA	1	0,2
ILUMINAÇÃO DA ORLA	1	0,2
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	1	0,2
IMPLANTAR AGÊNCIA DOS CORREIOS	1	0,2
IMPLANTAR ESCOLA TÉCNICA NO BAIRRO	1	0,2
IMPLANTAR ILUMINAÇÃO NA RUA PRINCIPAL	1	0,2
IMPLANTAR MAIS VAGAS NAS ESCOLAS DO BAIRRO	1	0,2
IMPLANTAR MELHORIAS NO BAIRRO	1	0,2
IMPLANTAR NOVOS CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS	1	0,2
IMPLANTAR OPORTUNIDADES PARA COMPRA DE CASA PRÓPRIA	1	0,2
IMPLANTAR OS CURSOS DO CETEP NO BAIRRO	1	0,2
IMPLANTAR PROGRAMA EDUCACIONAL PARA ADULTOS E INCLUSÃO DIGITAL	1	0,2
IMPLANTAR PROJETO DE ATIVIDADE FÍSICA PARA AS CRIANÇAS (CEMEAES)	1	0,2
IMPLANTAR PROJETOS SOCIAIS PARA JOVENS APRENDIZES	1	0,2
IMPLANTAR SERVIÇO BANCÁRIO	1	0,2
IMPLANTAR SUSPENSOR ÁEREO NO CALÇADÃO DO AEROPORTO, POIS O GÁS QUE EXALA É PREJUDICIAL À SAÚDE	1	0,2
IMPLANTAR TELEFONES PÚBLICOS	1	0,2
IMPLANTAR UMA UPB NO PARQUE AEROPORTO	1	0,2
INVESTIR NO TREINAMENTO DE DOCENTES	1	0,2
LIMPAR REDES DE ESGOTO	1	0,2
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOS LOCAIS PÚBLICOS	1	0,2
LIMPEZA PERIÓDICA DO VALÃO	1	0,2
MAIS APOIO PARA AS ESCOLAS	1	0,2
MAIS ATENÇÃO COM A COMUNIDADE	1	0,2
MAIS ESCOLAS MUNICIPAIS	1	0,2
MAIS GUARDA PARA ZELAR PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1	0,2
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,2
MELHORAR A SEGURANÇA EM TRANSPORTES URBANOS	1	0,2
MELHORAR ILUMINAÇÃO NA PRAÇA	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO DOS MÉDICOS E NA EDIFICAÇÃO DO PRÉDIO	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO NA SAÚDE	1	0,2
MELHORAR O ATENDIMENTO NO POSTO DE SAUDE, ATENDIMENTO E A FALTA DE REMÉDIOS E MÉDICOS	1	0,2
MELHORAR O CIEP OSCAR CORDEIRO	1	0,2

MELHORAR O PSF	1	0,2
MELHORAR PAVIMENTAÇÃO DA PISTA ANTÔNIO GUIMARÃES MOSQUEIRA	1	0,2
MELHORAR PISTA DA ORLA	1	0,2
MELHORAR SANEAMENTO BÁSICO	1	0,2
MELHORAR SAÚDE	1	0,2
MELHORIA NOS CURSOS OFERECIDOS	1	0,2
OFERECER MAIS ÔNIBUS PARA A LOCALIDADE	1	0,2
ÔNIBUS NAS RUAS: QUISSAMÃ E AV. JOSÉ FERREIRA MACHADO	1	0,2
ORGANIZAÇÃO FEIRINHA (MAIS ESTRUTURA)	1	0,2
PASSAR O CARRO DO FUMACÊ PERIODICAMENTE	1	0,2
POSTO POLICIAL	1	0,2
PRECISA DE MUITAS MELHORIAS NO BAIRRO	1	0,2
RAMPA PARA DEFICIENTES	1	0,2
REFORMA NAS AREAS DE LAZER	1	0,2
REFORMAR A PRAÇA	1	0,2
REFORMAR AS CALÇADAS	1	0,2
REFORMAS NO COLÉGIO CIEP OSCAR CORDEIRO	1	0,2
RESTAURAÇÃO DO VESTIÁRIO DO CIEP	1	0,2
RETIRAR OS CAMINHÕES DA RUA PRINCIPAL	1	0,2
RETOMAR OBRA DO HOSPITAL DA MULHER	1	0,2
REVITALIZAR A PRAÇA ZELITA ROCHA	1	0,2
RONDAS POLICIAIS DURANTE O DIA E INTENSIFICADAS A NOITE.	1	0,2
SEGURANÇA - MÓDULO POLICIAL	1	0,2
TERMINAR A OBRA DA UNIDADE DE TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	1	0,2
TRANSFORMAR LOCAL EM CONDOMÍNIO, DEVIDO A FALTA DE SEGURANÇA	1	0,2
TRANSPORTE ALTERNATIVO	1	0,2
TREINAR DOS FUNCIONÁRIOS DO ATENDIMENTO A SAÚDE	1	0,2
URBANIZAÇÃO	1	0,2

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 20 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Bege – 07 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 7 - Bege - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	322	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	54	16,8
COLOCAR AMBULÂNCIAS 24H NO POSTO DE SAÚDE	52	16,1
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	14	4,3
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	12	3,7
IMPLANTAR A TORRE DE TELEFONIA MÓVEL	11	3,4
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	10	3,1
TERRAPLANAR ESTRADA	10	3,1
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	9	2,8
CALÇAR A RUA PRINCIPAL	9	2,8
MELHORAR AS ESTRADAS	9	2,8
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA MÓVEL	7	2,2
CONSTRUIR ESCOLAS	6	1,9
MELHORAR A SAÚDE	6	1,9

CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	4	1,2
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	4	1,2
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	4	1,2
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	4	1,2
ASFALTAR DO FRADE A BARRA DO SANA	3	0,9
CONSTRUIR PRAÇA	3	0,9
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	3	0,9
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	3	0,9
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	3	0,9
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	3	0,9
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,6
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUE	2	0,6
CONSTRUIR QUADRA COBERTA	2	0,6
ILUMINAR A ESTRADA BOA VISTA EM DIANTE	2	0,6
IMPLANTAR PSF	2	0,6
IMPLANTAR TRANSPORTE PARA A FACULDADE	2	0,6
MELHORAR A ESTRADA DO SÃO BENTO	2	0,6
AJUDAR AS FAMÍLIAS CARENTES	1	0,3
AMPLIAR CENTRO DE OPORTUNIDADE	1	0,3
AMPLIAR POSTO DE SAÚDE	1	0,3
ASFALTAR DE RIO DOURADO A BICUDA	1	0,3
BANHEIRO E COBERTURA NO PONTO FINAL DA BICUDA PEQUENA	1	0,3
CALÇAR DA BARRA DO SANA (DO PORTAL ATÉ O HORTO)	1	0,3
COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE	1	0,3
COBRIR QUADRA POLIPOLISPORTIVA	1	0,3
COLOCAR AMBULÂNCIA COM TÉCNICO DE ENFERMAGEM (PLANTÃO), COM SEGURANÇA	1	0,3
COLOCAR TELEFONES PÚBLICOS	1	0,3
CONCLUIR ASFALTO (BAIÃO ATÉ BICUDA PEQUENA)	1	0,3
CONCLUSÃO DO ASFALTAMENTO QUE LIGA BICUDA GRANDE E BICUDA PEQUENA E CONCLUSÃO DOS TRECHOS QUE FICARAM INACABADOS ENTRE AREIA BRANCA E BICUDA GRANDE	1	0,3
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DA BICUDA GRANDE	1	0,3
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,3
CONSTRUIR COBERTURA DA QUADRA DO COLÉGIO	1	0,3
CONSTRUIR DE ETE PARA TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,3
CONSTRUIR ESPAÇO COBERTO PARA REALIZAÇÃO DE EVETOS COMUNITÁRIOS	1	0,3
CONSTRUIR PISTA DE MALHA URGENTE	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA ESPORTIVA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM ÁREA ESPORTIVAS PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E PARQUE DE DIVERSÃO	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA POLIESPORTIVA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA DE FUTEBOL(COBERTA)	1	0,3
CONSTRUIR UMA PRAÇA COM BRINQUEDOS E ÁREA DE LAZER PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
CONTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COM UMA ÁREA ESPORTIVA COBERTA	1	0,3
CONTRUIR ESCOLA NA BICUDA GRANDE	1	0,3
CONTRUIR ESTRADAS	1	0,3
DISPONIBILIZAR AMBULÂNCIA 24 HORAS E ATENDIMENTO MÉDICO NAS ÁREAS PEDIÁTRICA E GERIÁTRICA	1	0,3
FAZER COBERTURA DA QUADRA DO COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA	1	0,3

FAZER MELHORIAS NA ESTRADA SERRO FRIO	1	0,3
FAZER PAVIMENTAÇÃO NA RUA PRINCIPAL	1	0,3
IMPLANTAR ÁGUA ENCANADA E TRATADA PARA O CONDOMÍNIO	1	0,3
IMPLANTAR ANTENA DE INTERNET	1	0,3
IMPLANTAR CEMEAES	1	0,3
IMPLANTAR COBERTURA DA QUADRA DO COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA	1	0,3
IMPLANTAR CONSULTORIO DENTÁRIO QUE FUNCIONE	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET PÚBLICA	1	0,3
IMPLANTAR MAIS EMPREGOS	1	0,3
IMPLANTAR O PAISAGISMO DA PRAÇA (ORNAMENTAÇÃO)	1	0,3
IMPLANTAR ÔNIBUS OU OUTRO MEIO DE TRANSPORTE PARA LEVAR OS ALUNOS À FACULDADE EM MACAÉ	1	0,3
IMPLANTAR PROJETO PAISAGÍSTICO PARA O SANA	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	1	0,3
INCLUIR OS JOVENS NOS PROJETOS DA PREFEITURA DE MACAÉ	1	0,3
MELHORAR A EDUCAÇÃO	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	1	0,3
MELHORAR A UNIDADE DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR LINHAS TELEFÔNICAS	1	0,3
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	1	0,3
MELHORAR O CALÇAMENTO DA CABECEIRA DO SANA NO TRECHO DA IGREJA CATÓLICA (SÃO JOSÉ) E A ESTRADA DA BOA ALEGRIA	1	0,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	1	0,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,3
MELHORAR PONTE DA BICUDA PEQUENA	1	0,3
MELHORAR TODAS AS ÁREAS DE SAÚDE	1	0,3
PAISAGISMO DA PRAÇA DA IGREJA DO SANA	1	0,3
PAVIMENTAR RUAS DA VILA MAZINHO X ESCOLA	1	0,3
PRAÇA COM ÁREA ESPORTIVA COBERTA	1	0,3
PRAÇA COM PARQUINHO, ÁREA DE SKATE, BICICLETA E DEMAIS ATRATIVOS	1	0,3
REFORMAR A ESCOLA	1	0,3
RESOLVER PROBLEMA DE POLUIÇÃO DEVIDO AO TRANSBORDAMENTO DE ESGOTO DA ETE	1	0,3
SANEAMENTO BÁSICO	1	0,3
SUBSTITUIR MANILHAS DAS ESTRADAS POR MAIORES	1	0,3
TERMINAR O ASFALTO	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 7 - Bege - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	317	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	29	9,1
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	19	6,0
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	18	5,7
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	16	5,0
COLOCAR AMBULÂNCIAS 24H NO POSTO DE SAÚDE	15	4,7
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	13	4,1
IMPLANTAR TORRE PARA TELEFONIA MÓVEL	13	4,1
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	12	3,8

COLOCAR ÔNIBUS COLETIVO ATÉ O ARRAIAL (JURANDIR)	10	3,2
CONSTRUIR PRAÇA	9	2,8
CONSTRUIR MAIS ESCOLAS	8	2,5
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	7	2,2
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	7	2,2
IMPLANTAR ANTENA PARA SINAL DE INTERNET	6	1,9
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	6	1,9
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	6	1,9
CONSTRUIR DPO	5	1,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	5	1,6
COLOCAR TRANSPORTE PARA JURANDI COM VÁRIOS HORÁRIOS	4	1,3
MELHORAR A EDUCAÇÃO	4	1,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	4	1,3
PAVIMENTAR RUA DA IGREJA CATÓLICA AO JEQUITIBÁ	4	1,3
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	3	0,9
CONSTRUIR FOSSA COMUNITÁRIA	3	0,9
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	3	0,9
IMPLANTAR PRÉ-VESTIBULAR	3	0,9
IMPLANTAR REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	3	0,9
MELHORAR ILUMINAÇÃO EM FRENTE A IGREJA CATÓLICA E PRESBITERIANA NA CABECEIRA DO SANA	3	0,9
REFORMAR A ESCOLA	3	0,9
COLOCAR MÉDICO 24 HORAS	2	0,6
COLOCAR PEDIATRA 24 HORAS	2	0,6
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	2	0,6
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	2	0,6
IMPLANTAR PSF	2	0,6
MELHORAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTRADA DA BOA VISTA	2	0,6
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	2	0,6
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	2	0,6
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2	0,6
REFORMAR A ESCOLA ZÉLIA DE SOUZA AGUIAR	2	0,6
TERMINAR O ASFALTO	2	0,6
AMPLIAR O POSTO DE SAÚDE	1	0,3
ASFALTAR AS RUAS ATÉ A BICUDA PEQUENA	1	0,3
ASFALTAR AS RUAS PARA TER MELHOR CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	1	0,3
ASFALTAR ESTRADA EXTENSÃO DO POSTO DE SAÚDE	1	0,3
AUMENTAR O NÚMERO DE MÉDICOS E AMBULÂNCIA	1	0,3
CALÇAR COM PARALELEPIPEDO PARA MANTER A NATUREZA	1	0,3
CALÇAR O BAR JEQUITIBÁ A IGREJA SÃO JOÃO (CATÓLICA)	1	0,3
COBRIR A QUADRA DO COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA	1	0,3
COLOCAR MAIS HORÁRIOS DOS ÔNIBUS	1	0,3
COLOCAR TORRE PARA SINAIS DE CELULAR E INTERNET	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO PÚBLICO	1	0,3
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER EM ÁREA ADQUIRIDA PELA PREFEITURA	1	0,3
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER EM SERRA ESCURA	1	0,3
CONSTRUIR CAPELA DO CEMITÉRIO	1	0,3
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL NO CRIA SANA	1	0,3

CONSTRUIR PARQUE PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
CONSTRUIR PARQUINHO INFANTIL NA ÁREA QUE JÁ PERTENCE A PREFEITURA	1	0,3
CONSTRUIR PARQUINHO INFANTIL NA PRAÇA	1	0,3
CONSTRUIR PONTE DE CIMENTO	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COBERTA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUE PARA AS CRIANÇAS	1	0,3
CONTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,3
EXPLODIR O PINICÃO	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET BANDA LARGA	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET PÚBLICA	1	0,3
IMPLANTAR MAIS HORÁRIOS DE ÔNIBUS	1	0,3
IMPLANTAR PRÉ-VESTIBULAR	1	0,3
IMPLANTAR PROJETOS SOCIAIS PARA OS JOVENS E COMUNIDADE EM GERAL	1	0,3
IMPLANTAR SALA DE AULA PARA JOVENS, ADULTOS E CRIANÇAS MENORES DE 6 ANOS	1	0,3
IMPLANTAR TELEFONES PÚBLICOS NA BARRA DO SANA	1	0,3
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL	1	0,3
IMPLANTAR TRANSPORTE PARA DUAS BARRAS	1	0,3
IMPLANTAR TRANSPORTE PARA FACULDADE	1	0,3
INCLUIR JOVENS E ADOLESCENTES NOS PROJETOS DA PREFEITURA	1	0,3
MAIS ÔNIBUS PARA A SERRA, COM NOVOS HORÁRIOS	1	0,3
MAIS OPÇÕES DE TRABALHO	1	0,3
MELHORAR A ESTRADA	1	0,3
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	1	0,3
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	1	0,3
MELHORAR O ATENDIMENTO NOS HOSPITAIS	1	0,3
MELHORAR O TRANSPORTE COLOCANDO MAIS HORÁRIOS	1	0,3
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,3
PAVIMENTAR ESTRADA DO SANA AO FRADE	1	0,3
POSTO DE SAÚDE NA ESCOLA	1	0,3
QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	1	0,3
REFORMAR A ESTRADA PRINCIPAL	1	0,3
REFORMAR A PONTE PRINCIPAL	1	0,3
REFORMAR GERAL DA UNIDADE ESCOLAR	1	0,3
SANEAMENTO BÁSICO	1	0,3
TERMINAR DE ASFALTAR A ESTRADA PRINCIPAL DA BICUDA	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 5 moradores indicaram somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 7 - Bege - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	307	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	24	7,8
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	21	6,8
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	18	5,9
CONSTRUIR PRAÇA	16	5,2
IMPLANTAR TORRE PARA TELEFONIA MÓVEL	16	5,2
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	14	4,6
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	13	4,2
AUMENTAR FREQUÊNCIA DE ÔNIBUS	10	3,3

COLOCAR TELEFONES PÚBLICOS	7	2,3
CONSTRUIR ESCOLA	6	2,0
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	6	2,0
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	6	2,0
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	5	1,6
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	5	1,6
COBRIR A QUADRA DO COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA	4	1,3
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	4	1,3
CONSTRUIR PRAÇA COM TELEFONE PÚBLICO	4	1,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	4	1,3
CONSTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA NA CABECEIRA	4	1,3
MELHORAR ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA IGREJA CATÓLICA ATÉ AO JEQUITIBÁ	4	1,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	4	1,3
SANEAMENTO BÁSICO	4	1,3
CONSTRUIR DPO	3	1,0
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	3	1,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	3	1,0
SANEAMENTO BÁSICO	3	1,0
AMPLIAR O POSTO DE SAÚDE	2	0,7
COLOCAR QUEBRA-MOLAS	2	0,7
CONSTRUIR FOSSA COMUNITÁRIA	2	0,7
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUE INFANTIL	2	0,7
CRIAR ÁREA DE LAZER	2	0,7
IMPLANTAR INTERNET	2	0,7
IMPLANTAR O EJA (EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS)	2	0,7
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	2	0,7
IMPLANTAR PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À PESSOAS CARENTES	2	0,7
MAIS MÉDICOS NO PSF	2	0,7
MELHORAR A EDUCAÇÃO	2	0,7
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,7
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2	0,7
TORRE PARA SINAIS DE CELULAR E INTERNET	2	0,7
AMPLIAR O SUBPOSTO	1	0,3
ASFALTAR DO FRADE A BARRA DO SANA	1	0,3
ASSISTÊNCIA SOCIAL ATENDIMENTO A COMUNIDADE DE PESSOAS MAIS IDOSAS	1	0,3
AUMENTAR A POTÊNCIA DA REDE ELÉTRICA (DE BIFÁSICO PARA TRIFÁSICO)	1	0,3
CALÇAR O TRECHO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A ESTRADA DA BOA VISTA NO CABECEIRA DO SANA	1	0,3
CHEGADA DE ÔNIBUS ATÉ A SERRA ESCURA	1	0,3
COBRIR A QUADRA DE ESPORTE DO COLÉGIO MUNICIPAL DO SANA	1	0,3
COLOCAR AMBULÂNCIAS 24H NO POSTO DE SAÚDE	1	0,3
COLOCAR GUARDA MUNICIPAL NA CACHOEIRA	1	0,3
COLOCAR MAIS HORÁRIOS DOS ÔNIBUS	1	0,3
COLOCAR MÉDICOS PLANTONISTAS NOS FERIADOS	1	0,3
COLOCAR UMA TORRE DISTRIBUIDORA DE SINAL CELULAR E INTERNET	1	0,3
CONCLUIR A OBRA INACABADA DA PRAÇA DA IGREJA	1	0,3
CONSERTAR A ESTRADA	1	0,3
CONSERTAR ETE QUE NÃO FUNCIONA POIS TRANSBORDA PARA O RIO, POLUINDO	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE E IMPLANTAÇÃO DE PLANTÃO MÉDICO NOS FINAIS DE SEMANA	1	0,3
CONSTRUÇÃO DE UMA LAN HOUSE PÚBLICA	1	0,3

CONSTRUIR ÁREA DE LAZER EM SERRA ESCURA, POIS O TERRENO JÁ EXISTE	1	0,3
CONSTRUIR CAMPO DE FUTEBOL	1	0,3
CONSTRUIR CAPELA NO CEMITÉRIO	1	0,3
CONSTRUIR CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1	0,3
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	1	0,3
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM COBERTURA PARA FESTAS	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUE INFANTIL E QUADRA COBERTA E FECHADA	1	0,3
CONSTRUIR PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E PARQUE DE DIVERSÃO	1	0,3
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTE FECHADA	1	0,3
CONSTRUIR SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES	1	0,3
CONSTRUIR UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM QUALIDADE	1	0,3
CONTRATAR PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1	0,3
DISPONIBILIZAR MAIS MÉDICOS NOS FERIADOS	1	0,3
DUPLICAR PONTE EM BICUDA PEQUENA	1	0,3
EXPLODIR CAPELA MORTUARIA DA PRAÇA	1	0,3
EXTENSÃO DO POSTO DE SAÚDE	1	0,3
FAZER REFORMAS NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOCAL (AMPRET-CS)	1	0,3
IMPLANTAR ÁGUA ENCANADA PARA O CONDOMÍNIO	1	0,3
IMPLANTAR AMBULÂNCIA NOS POSTOS DE SAÚDE	1	0,3
IMPLANTAR ÁREA DE LAZER	1	0,3
IMPLANTAR AULAS NOTURNAS PARA ADULTOS NA AREIA BRANCA	1	0,3
IMPLANTAR CAPELA MORTUÁRIA	1	0,3
IMPLANTAR CURSO PRÉ VESTIBULAR	1	0,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	1	0,3
IMPLANTAR ESCOLA TÉCNICA RURAL	1	0,3
IMPLANTAR INTERNET BANDA LARGA	1	0,3
IMPLANTAR PSF	1	0,3
IMPLANTAR SERVIÇO DE AMBULÂNCIA	1	0,3
IMPLANTAR TRANSPORTE EM DUAS BARRAS	1	0,3
INCLUSÃO DOS JOVENS NOS PROJETOS DA PREFEITURA DE MACAÉ	1	0,3
INSTALAR TELEFONE PÚBLICO E RESIDENCIAL	1	0,3
INSTALAR TELEFONIA LOCAL	1	0,3
INVESTIR NO ESPORTE	1	0,3
MELHORAR A ASSISTÊNCIA A SAÚDE NOS FERIADOS	1	0,3
MELHORAR A ESCOLA A MARIA AUGUSTA DE AGUIAR FRANCO	1	0,3
MELHORAR A ESCOLA JOAQUIM AUGUSTO BORGES	1	0,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO NAS IGREJAS CATÓLICA E PRESBITERIANA	1	0,3
MELHORAR A ILUMINAÇÃO NAS RESIDÊNCIAS	1	0,3
MELHORAR A PONTE DO PONTO FINAL DO ÔNIBUS	1	0,3
MELHORAR A PRAÇA	1	0,3
MELHORAR AS ESTRADAS DE ACESSO A ESCOLA	1	0,3
PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTE, ÁREA DE LAZER, TELEFONE PÚBLICO E LAN HOUSE	1	0,3
PRESENÇA DE GUARDA MUNICIPAL NAS DUAS BARRAS	1	0,3
REFLORESTAMENTO À MARGEM DO RIO (CÓRREGO DANTAS)	1	0,3
REFORMAR A ESCOLA	1	0,3
REFORMAR A ESCOLA ZÉLIA DE SOUZA AGUIAR	1	0,3
TRAZER O ACESSO DE ÔNIBUS ATÉ A SERRA ESCURA	1	0,3

TURISMO E COMÉRCIO. CRIAR UM CENTRO PARA CAPACITAR A POPULAÇÃO PARA RECEBER BEM OS TURISTAS E PARA QUE OS NOSSOS JOVENS NÃO VENHAM A PRECISAR SAIR PARA OUTROS LUGARES EM BUSCA DE TRABALHO	1	0,3
URBANIZAÇÃO	1	0,3
VOLTAR COM A FESTA DA BICUDA GRANDE	1	0,3

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 6 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Laranja – 08 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, Setor Administrativo 8 - Laranja - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	224	100,0
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	25	11,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22	9,8
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	19	8,5
CONSTRUIR UM NOVO CEMITÉRIO	15	6,7
INSTALAR INTERNET BANDA LARGA	8	3,6
PAVIMENTAR AS RUAS	8	3,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	7	3,1
MELHORAR O TRATAMENTO DE ÁGUA	7	3,1
URBANIZAR ÁREA DESAPROPRIADA	7	3,1
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	5	2,2
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	5	2,2
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	5	2,2
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	4	1,8
ASFALTAR ESTRADA SERRA DA CRUZ COM TRAPICHE	4	1,8
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	4	1,8
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	4	1,8
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	4	1,8
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	4	1,8
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	3	1,3
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	3	1,3
MELHORAR O CEMITÉRIO	3	1,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	3	1,3
COLOCAR QUEBRA-MOLAS DA CHEGADA DE GLICÉRIO (PERTO DA Pousada Avilã)	2	0,9
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º E 2º SEGMENTOS	2	0,9
CONSTRUIR ESPAÇO MULTIUSO, COMO: POSTO DE SAÚDE, QUADRA DE ESPORTE E LAZER, E QUIOSQUE FIXO PARA O FESTIVAL DO AIPIM	2	0,9
CONSTRUIR UMA FARMÁCIA POPULAR	2	0,9
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	2	0,9
PODAR AS ÁRVORES	2	0,9
AMPLIAR O SERVIÇO DE ESGOTO	1	0,4
CALÇAR A ESTRADA QUE VAI PARA USINA NOVA, ATÉ DENTRO DA COMUNIDADE EXISTENTE LÁ	1	0,4
CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL	1	0,4
CONSTRUIR ABRIGOS NOS PONTOS DE ONIBUS	1	0,4
CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA	1	0,4

CONSTRUIR EM ÁREA DESAPROPRIADA POSTO DE SAÚDE E QUIOSQUES FIXOS PARA O FESTIVAL DO AIPIM	1	0,4
CONSTRUIR ESPAÇO MULTIUSO, COMO: POSTO DE SAÚDE, QUADRA DE ESPORTE E LAZER, PRAÇA COM BRINQUEDOS INFANTIS, E QUIOSQUES FIXOS PARA O FESTIVAL DO AIPIM	1	0,4
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE NA ÁREA DESAPROPRIADA	1	0,4
CONSTRUIR PRAÇA	1	0,4
CONSTRUIR PRAÇA COM PARQUE E QUADRA DE ESPORTES	1	0,4
CONSTRUIR PRAÇA COM QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,4
CONSTRUIR PRAÇA POLIESPORTIVA COM PARQUE ECOLÓGICO	1	0,4
CRIAR UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA MUNICIPAL	1	0,4
CUIDAR DOS RIOS	1	0,4
DESAPROPRIAR CASAS RIBEIRINHAS LOCALIZADAS ENTRE O ÓLEO E GLICÉRIO, PARA MELHORAR O TURISMO RECEPTIVO	1	0,4
DESPOLUIÇÃO DO RIO MACABU/SÃO PEDRO	1	0,4
DESPOLUIR OS RIOS	1	0,4
IMPLANTAR ÁREA DE LAZER INCLUINDO: ESPORTE, CULTURA E TURISMO	1	0,4
IMPLANTAR CAIXA ELETRÔNICO	1	0,4
IMPLANTAR CENTRO POLIESPORTIVO	1	0,4
IMPLANTAR COLETA DE LIXO NA RUA CIRIACA	1	0,4
IMPLANTAR CONSELHO TUTELAR	1	0,4
IMPLANTAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO	1	0,4
IMPLANTAR INTERNET VELOX	1	0,4
IMPLANTAR MAIS AMBULÂNCIAS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,4
IMPLANTAR O CONSELHO TUTELAR	1	0,4
IMPLANTAR POSTO 24 HORAS COM AMBULÂNCIA	1	0,4
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA OU TORRE DE CELULAR	1	0,4
IMPLANTAR TORRE PARA TELEFONIA	1	0,4
IMPLANTAR TRATAMENTO DE ÁGUA	1	0,4
IMPLANTAR UMA ANTENA DE SINAL DE CELULAR	1	0,4
LIMPAR O RIO SÃO PEDRO	1	0,4
MAIS OPÇÕES DE TRABALHO	1	0,4
MELHORAR A COLETA DE LIXO	1	0,4
MELHORAR A REDE DE SAÚDE, IMPLANTANDO AMBULÂNCIAS	1	0,4
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	1	0,4
MELHORAR O ESPORTE E LAZER	1	0,4
MELHORAR O PARQUE PARA AS CRIANÇAS	1	0,4
MINI HOSPITAL	1	0,4
PAVIMENTAR A ESTRADA FRADE - SANA	1	0,4
PODAR ARVÓRES	1	0,4
REFORMAR E AMPLIAR O PRÉDIO ONDE FUNCIONA A UNIDADE DE SAÚDE DE GLICÉRIO	1	0,4
REVISAR SISTEMA DE ESGOTO DA RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO	1	0,4

Fonte: Orçamento Participativo.

Indicações de Prioridade II, Setor Administrativo 8 - Laranja - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	223	100,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	21	9,4
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	13	5,8
IMPLANTAR INTERNET BANDA LARGA	10	4,5

IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	9	4,0
IMPLANTAR TORRE DE SINAL DE TELEFONE MÓVEL	9	4,0
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	9	4,0
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	9	4,0
IMPLANTAR TORRE PARA TELEFONIA	8	3,6
MELHORAR O SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA E CELULAR	8	3,6
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	6	2,7
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	6	2,7
CONSTRUIR UM NOVO CEMITERIO	5	2,2
IMPLANTAR INTERNET BANDA LARGA GRATUITA	5	2,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	5	2,2
URBANIZAR ÁREA DESAPROPRIADA	5	2,2
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	4	1,8
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	4	1,8
PAVIMENTAR AS RUAS	4	1,8
SANEAMENTO BÁSICO	4	1,8
CONSTRUIR CAPELA MORTUÁRIA	3	1,3
CONSTRUIR PRAÇA	3	1,3
CONSTRUIR QUIOSQUES PARA ATENDER AO FESTIVAL DO AIPIM	3	1,3
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	3	1,3
IMPLANTAR REDE TELEFÔNICA	3	1,3
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA OU TORRE DE CELULAR	3	1,3
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	3	1,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	2	0,9
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	2	0,9
IMPLANTAR COBERTURAS NOS PONTOS DE ONIBUS	2	0,9
IMPLANTAR TORRE DE SINAL DE CELULAR (CLARO)	2	0,9
IMPLANTAR TRATAMENTO DE ÁGUA	2	0,9
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	2	0,9
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR O TRATAMENTO DE ÁGUA	2	0,9
AMPLIAR A ESCOLA IVETE SANTANA D. DE AGUIAR, COM IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	1	0,4
AMPLIAR ESCOLAS	1	0,4
AUMENTAR O NÚMERO DE AMBULÂNCIAS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,4
COLOCAR AMBULÂNCIA NO POSTO DE SAUDE	1	0,4
COLOCAR ANTENA DE INTERNET	1	0,4
COLOCAR LIXEIRAS NAS RUAS	1	0,4
CONCLUIR OBRA DO POSTO DE SAÚDE	1	0,4
CONSTRUIR ABRIGO NOS PONTOS DE ONIBUS	1	0,4
CONSTRUIR AGÊNCIA BACÁRIA	1	0,4
CONSTRUIR ÁREA DE LAZER NO ÓLEO E GLICÉRIO	1	0,4
CONSTRUIR FOSSAS SEPTICAS	1	0,4
CONSTRUIR QUADRA COBERTA	1	0,4
CONSTRUIR QUADRA POLIESPORTIVA	1	0,4
CONSTRUIR UM MINI HOSPITAL	1	0,4

CONSTRUIR UMA PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTE E QUIOSQUES	1	0,4
DESENVOLVER O TURISMO NA REGIÃO SERRANA	1	0,4
FAZER COBERTURA NOS PONTOS DE ÔNIBUS (GUARITA)	1	0,4
FAZER O TRATAMENTO DAS AGUAS	1	0,4
IMPLANTAÇÃO DE INTERNET BANDA LARGA	1	0,4
IMPLANTAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA JOVENS	1	0,4
IMPLANTAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA JOVENS	1	0,4
IMPLANTAR MAIOR ASSISTÊNCIA MÉDICA	1	0,4
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	1	0,4
IMPLANTAR PROJETO DE GERAÇÃO DE EMPREGO	1	0,4
IMPLANTAR PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA	1	0,4
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA E TORRE DE CELULAR	1	0,4
IMPLANTAR TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	1	0,4
IMPLANTAR UMA REDE DE ESGOTO NA RUA PRINCIPAL DE TRAPICHE	1	0,4
IMPLANTAR UNIDADE DE SAÚDE 24H COM AMBULÂNCIA E MAIS MÉDICOS	1	0,4
INSTALAR TORRE DE CELULAR (CLARO)	1	0,4
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	1	0,4
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,4
MELHORAR CALÇAMENTO EM FRENTE AOS CORREIOS	1	0,4
MELHORAR O CEMITÉRIO	1	0,4
MELHORAR O TRANSPORTE PARA A SERRA	1	0,4
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	1	0,4
REABERTURA DO PLAY GROUND DA ILHA DA CANOA	1	0,4
REFORMAR O PARQUE DA CRECHE	1	0,4

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 1 morador indicou somente 1 prioridade.

Indicações de Prioridade III, Setor Administrativo 8 - Laranja - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	216	100,0
PAVIMENTAR AS RUAS	24	11,1
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	21	9,7
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	9	4,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	4,2
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	6	2,8
CONSTRUIR ACADEMIA POPULAR	6	2,8
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	6	2,8
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	6	2,8
CONSTRUIR PRAÇA	5	2,3
CONSTRUIR UM NOVO CEMITÉRIO	5	2,3
IMPLANTAR INTERNET BANDA LARGA	5	2,3
CONSTRUIR ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	4	1,9
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	4	1,9

INSTALAR REDE TELEFÔNICA	4	1,9
MELHORAR O TRATAMENTO DA ÁGUA	4	1,9
COLOCAR MAIS AMBULÂNCIAS NO POSTO DE SAÚDE	3	1,4
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	1,4
IMPLANTAR POSTO DE SAÚDE 24 HORAS	3	1,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	3	1,4
COLOCAR TELEFONES PÚBLICOS	2	0,9
CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL	2	0,9
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	2	0,9
DESPOLUIR O RIO	2	0,9
FAZER MELHORIAS NO CEMITÉRIO	2	0,9
IMPLANTAR TORRE DE SINAL DE CELULAR	2	0,9
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	2	0,9
MELHORAR A SAÚDE	2	0,9
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	2	0,9
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	0,9
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	2	0,9
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	2	0,9
AMPLIAR O SINAL DA INTERNET	1	0,5
ARBORIZAÇÃO	1	0,5
ASFALTAR EXTENSÃO DE 20 KM	1	0,5
CALÇAMENTO PERTO DA ESCOLA	1	0,5
COLOCAR AMBULÂNCIA NO POSTO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA	1	0,5
COLOCAR LÂMPADAS NOS POSTES	1	0,5
CONSTRUIR ÁREAS DE ESPORTE	1	0,5
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,5
CONSTRUIR CEMITÉRIO	1	0,5
CONSTRUIR FÁBRICA DE DOCES	1	0,5
CONSTRUIR FARMÁCIA	1	0,5
CONSTRUIR PARQUE	1	0,5
CONSTRUIR PARQUE COM QUADRA, QUIOSQUE E BANHEIRO NA CIRIACA	1	0,5
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,5
CONSTRUIR PRAÇA NO ÓLEO	1	0,5
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES COBERTA	1	0,5
CONSTRUIR SEDE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	1	0,5
CONSTRUIR UM LOCAL PARA PAGAMENTO DAS CONTAS (CASA LOTÉRICA, BANCOS..ETC)	1	0,5
CONSTRUIR UM PARQUE	1	0,5
CONSTRUIR UM PARQUINHO MELHOR	1	0,5
CONSTRUIR UMA FARMACIA POPULAR	1	0,5

CRIAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA A POPULAÇÃO	1	0,5
CUIDAR MAIS DA ÁGUA	1	0,5
DAR EMPREGO PARA A COMUNIDADE	1	0,5
FAZER MANUTENÇÃO DA AMBULÂNCIA	1	0,5
IMPLANTAR A COLETA SELETIVA DE LIXO	1	0,5
IMPLANTAR A LIMPEZA NO RIO	1	0,5
IMPLANTAR A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	1	0,5
IMPLANTAR ATENDIMENTO DE SAÚDE 24H COM AMBULÂNCIAS E MAIS MÉDICOS	1	0,5
IMPLANTAR CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA OS JOVENS	1	0,5
IMPLANTAR CURSO GRATUITO DE INGLÊS	1	0,5
IMPLANTAR CURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	0,5
IMPLANTAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA JOVENS	1	0,5
IMPLANTAR EMPRESA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL VINCULADA COM A PREFEITURA E SEDE NA REGIÃO SERRANA (INIBIR CAÇADORES)	1	0,5
IMPLANTAR GUARDA NA CACHOEIRA DA CIRIACA	1	0,5
IMPLANTAR NOVOS CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS	1	0,5
IMPLANTAR PADRÃO DE QUALIDADE PARA ACESSIBILIDADE	1	0,5
IMPLANTAR PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA	1	0,5
IMPLANTAR REDE DE INTERNET	1	0,5
IMPLANTAR SERVIÇO BANCÁRIO	1	0,5
IMPLANTAR TORRE DE TRANSMISSÃO DE TV	1	0,5
IMPLANTAR TORRE PARA TELEFONIA	1	0,5
IMPLANTAR TRATAMENTO DE ÁGUA	1	0,5
IMPLANTAR TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	1	0,5
INSTALAR REDE ELÉTRICA	1	0,5
LIMPAR/VARRER AS RUAS	1	0,5
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,5
MELHORAR CEMITÉRIO	1	0,5
MELHORAR ILUMINAÇÃO NA CIRIACA	1	0,5
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	1	0,5
PODAR ARVÓRES	1	0,5
REALIZAR EVENTOS NOS FINAIS DE SEMANA	1	0,5
REFORMAR A PRAÇA	1	0,5
REFORMAR DA ESTAÇÃO	1	0,5
REFORMAR ELEFANTE BRANCO	1	0,5
REFORMAR ESCOLAS	1	0,5
TERMINAR OBRAS DA ESTRADA	1	0,5
URBANIZAR ÁREA DESAPROPRIADA	1	0,5

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: 7 moradores indicaram somente 2 prioridades.

Indicações do Setor Administrativo Cinza – 09 – Prioridades I, II e III:

Indicações de Prioridade I, localidade Córrego do Ouro (sede e parte rural) pertencente ao Distrito Córrego do Ouro do Setor Administrativo 9 - Cinza - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	167	100,0
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	23	13,8
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	19	11,4
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	18	10,8
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	13	7,8
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	10	6,0
SANEAMENTO BÁSICO	10	6,0
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	8	4,8
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	6	3,6
MELHORAR A SAÚDE	5	3,0
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	4	2,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	4	2,4
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	4	2,4
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	4	2,4
APROVEITAR A POPULAÇÃO LOCAL PARA TRABALHAR NAS UNIDADES MUNICIPAIS (ESCOLAS, CRECHE, POSTO DE SAÚDE)	3	1,8
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	3	1,8
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	3	1,8
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	3	1,8
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	2	1,2
CONSTRUIR CASA LOTÉRICA	2	1,2
CONSTRUIR CASAS POPULARES	2	1,2
CONSTRUIR HOSPITAL	2	1,2
COLOCAR TORRE DE INTERNET VIA RÁDIO	1	0,6
CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA E UMA PRAÇA NO BAIRRO RECANTO DA SERRA NO TERRENO AO LADO DA PONTE	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA INFANTIL	1	0,6
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,6
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	1	0,6
CONSTRUIR UMA NOVA CRECHE	1	0,6
CRIAR UMA ESCOLA TÉCNICA PÚBLICA MUNICIPAL	1	0,6
DISPONIBILIZAR AMBULÂNCIAS	1	0,6
ESCOLA COM ESTRUTURA PARA MATERNAL	1	0,6
IMPLANTAR CURSO DE QUALIFICAÇÃO PARA OS JOVENS	1	0,6
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	1	0,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,6
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	1	0,6
PAVIMENTAR AS RUAS	1	0,6
REFORMAR AS AREAS DE LAZER	1	0,6
REFORMAR O CAMPO	1	0,6
RETORNAR ESCOLA NA FAZENDA PAU FERRO	1	0,6
VOLTA DO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA DO POSTO DE SAÚDE	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Nota: O setor Administrativo 9 é composto apenas pelo Distrito Córrego do Ouro, que por sua vez é composto apenas da localidade Córrego do Ouro (sede e parte rural).

Indicações de Prioridade II, localidade Córrego do Ouro (sede e parte rural) pertencente ao Distrito Córrego do Ouro do Setor Administrativo 9 - Cinza - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	165	100,0
IMPLANTAR PSF	27	16,4
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	16	9,7
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	12	7,3
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	10	6,1
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	7	4,2
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	7	4,2
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	5	3,0
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	5	3,0
SANEAMENTO BÁSICO	5	3,0
MELHORAR O ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE	4	2,4
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	4	2,4
COLOCAR TORRE DA VIVO	3	1,8
CONSTRUIR CASAS POPULARES	3	1,8
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	3	1,8
IMPLANTAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	3	1,8
IMPLANTAR SERVIÇO DE ESGOTO	3	1,8
AUMENTAR CRECHE MUNICIPAL	2	1,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	2	1,2
IMPLANTAR TRANSPORTE ESCOLAR	2	1,2
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	2	1,2
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	2	1,2
MELHORAR O TRATAMENTO DE ESGOTO	2	1,2
AMBULÂNCIA HÁ DOIS MESES FALTANDO MÉDICO	1	0,6
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ESPORTES PARA TODAS AS IDADES	1	0,6
COLOCAR MAIS PROFESSORES	1	0,6
COLOCAR TORRE DE INTERNET VIA RÁDIO	1	0,6
CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL NA ENTRADA DE CÓRREGO DO OURO	1	0,6
CONSTRUIR CASA LOTÉRICA	1	0,6
CONSTRUIR CORREIOS	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	1	0,6
CONSTRUIR ESCOLA VOLTADA PARA PRÁTICA DE ESPORTE PARA TODAS AS IDADES	1	0,6
CONSTRUIR HOSPITAL	1	0,6
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	1	0,6
CONSTRUIR UM PARQUE NA PRAÇA	1	0,6
CONSTRUIR UMA CRECHE MAIOR COM ÁREA DE LAZER	1	0,6
CONTRATAR DIRETORA PARA A ESCOLA	1	0,6
CRIAR FÁBRICA DE BLOCOS PARA CONSTRUÇÃO	1	0,6
DIMINUIÇÃO NO PRAZO DAS CONSULTAS. AUMENTANDO O NUMERO DE MEDICOS. MARCA-SE UMA COSULTA HOJE PARA SER ATENDIDO EM NO MINIMO 20 DIAS	1	0,6
EDUCAÇÃO	1	0,6
IMPLANTAR CASA LOTÉRICA	1	0,6
IMPLANTAR LOTERIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1	0,6
IMPLANTAR NOVOS CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS	1	0,6
IMPLANTAR TORRE DE TELEFONIA DA VIVO E DA CLARO	1	0,6
IMPLANTAR TORRES DE TV	1	0,6
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	1	0,6
MELHORAR A PRAÇA	1	0,6
MELHORAR AS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1	0,6
MELHORAR CRECHE PÚBLICA	1	0,6

MELHORAR O ASFALTO RJ 162, (SEI QUE A PREFEITURA NÃO TEM O PODER EXECUTIVO PARA INTERVIR, MAS, PODERIA AGILIZAR O PROCESSO DO MESMO)	1	0,6
MELHORAR O COLÉGIO QUE ESTÁ SEM DIRETORA	1	0,6
MELHORAR O ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA	1	0,6
MELHORAR O PONTO DE ÔNIBUS	1	0,6
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	1	0,6
MELHORAR O TRANSPORTE NA LINHA MACAE-FRADE	1	0,6
RETORNAR A ANTENA DE TELEVISÃO QUE TIRARAM DEPOIS DA COPA	1	0,6
RETORNAR ESCOLA NA FAZENDA PAU FERRO	1	0,6
SAÚDE (AMBULÂNCIA)	1	0,6
TIRAR OS CACHORROS DAS RUAS	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Notas: 1 - 2 moradores indicaram somente 1 prioridade;

2 - O setor Administrativo 9 é composto apenas pelo Distrito Córrego do Ouro, que por sua vez é composto apenas da localidade

Indicações de Prioridade III, localidade Córrego do Ouro (sede e parte rural) pertencente ao Distrito Córrego do Ouro do Setor Administrativo 9 - Cinza - 2010

Prioridades	Indicações	%
Total	161	100,0
AMPLIAR AS OPÇÕES DE ÁREA DE LAZER	14	8,7
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO PARA A SERRA	14	8,7
IMPLANTAR A COBERTURA DA QUADRA DO COLEGIO MUNICIPAL PEDRO ADAMI	10	6,2
MELHORAR O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9	5,6
COBRIR A QUADRA DO COLEGIO MUNICIPAL PEDRO ADAMI	7	4,3
MELHORAR O SERVIÇO DE ESGOTO	7	4,3
MELHORAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE	6	3,7
MELHORAR A SEGURANÇA PÚBLICA	5	3,1
MELHORAR O POSTO DE SAÚDE	5	3,1
MELHORAR O TRANSPORTE URBANO	5	3,1
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	4	2,5
IMPLANTAR COBERTURA DA QUADRA DO COLEGIO MUNICIPAL PEDRO ADAMI	4	2,5
MELHORAR O ENSINO NAS ESCOLAS	4	2,5
MELHORAR O PSF	4	2,5
SANEAMENTO BÁSICO	4	2,5
COLOCAR COBERTURA NA QUADRA DO COLEGIO MUNICIPAL PEDRO ADAMI	3	1,9
COLOCAR OUTRA TORRE DA VIVO	3	1,9
COLOCAR TORRE DE INTERNET VIA RÁDIO	3	1,9
MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	3	1,9
SANEAMENTO BÁSICO	3	1,9
CONSTRUIR ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	2	1,2
CONSTRUIR PARQUE INFANTIL	2	1,2
CONSTRUIR POSTO DE SAÚDE	2	1,2
CONSTRUIR QUADRA DE ESPORTES	2	1,2
CONSTRUIR UMA CASA LOTÉRICA	2	1,2
IMPLANTAR CURSOS GRATUITOS DE QUALIFICAÇÃO DE PEQUENA DURAÇÃO	2	1,2
MELHORAR A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	2	1,2
MELHORAR A SAÚDE	2	1,2
APROVEITAR MÃO DE OBRA LOCAL PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE	1	0,6
ÁREA DE LAZER	1	0,6
AULAS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS	1	0,6
AUMENTAR O NÚMERO DE PEDIATRAS	1	0,6
CENTRO DE ATENDIMENTO AO IDOSO NA SERRA	1	0,6
COLOCAR MAIS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE	1	0,6
CONSTRUIR CASAS POPULARES	1	0,6
CONSTRUIR PARQUE PARA AS CRIANÇAS	1	0,6
CONSTRUIR POÇO ARTEZIANO NA ESCOLA	1	0,6

CRIAR PROJETOS PARA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	1	0,6
CRIAR UM CENTRO DE QUALIFICAÇÃO PARA MORADORES	1	0,6
IMPLANTAR COBERTURA DA QUADRA DO COLEGIO PEDRO ADAMI	1	0,6
IMPLANTAR MÉDICOS PLANTONISTAS	1	0,6
IMPLANTAR PSF	1	0,6
INSTALAR DELEGACIA	1	0,6
MAIOR QUANTIDADE DE POLICIAIS NA RUA	1	0,6
MAIS EMPREGO	1	0,6
MAIS MÉDICOS NO PSF	1	0,6
MAIS OPÇÕES DE TRABALHO	1	0,6
MÉDICOS PLANTONISTA NO PSF	1	0,6
MELHORAR A ILUMINAÇÃO DAS RUAS	1	0,6
MELHORAR CONDIÇÕES DE SAÚDE	1	0,6
MELHORAR O ATENDIMENTO DO POSTO DE SAÚDE	1	0,6
MELHORAR O PSF, MAIS MÉDICOS	1	0,6
MUDAR ADMINISTRAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE, ATENDIMENTO MUITO RUIM E FALTA DE ORGANIZAÇÃO	1	0,6
OFICINAS DE COSTURA	1	0,6
PAVIMENTAR AS RUAS	1	0,6
TORRE DE ANTENA PARA SINAL DE TELEVISÃO	1	0,6

Fonte: Orçamento Participativo.

Notas: 1 - 4 moradores indicaram somente 2 prioridades;

2 - O setor Administrativo 9 é composto apenas pelo Distrito Córrego do Ouro, que por sua vez é composto apenas da localidade Córrego do Ouro (sede e parte rural).

ANEXO VI

DEMONSTRATIVO DE DESPESA - 2011

Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Macaé

Demonstrativo da Despesa por Categoria

Dezembro de 2011

Folha: 89

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Total Creditos	Saldo Disponivel
	Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar
	Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagos a Efetuar
Total Geral	302.598.281,90	130.688.895,66	219.408.476,01	213.878.701,55	59.183.592,29
	25.265.286,73	17.650.894,85	15.231.295,92	16.806.019,68	13.985.939,99
	154.695.109,26	99.539.543,72	73.392.840,69	85.553.603,73	69.141.505,53

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1508 Const. de Escola Inf. EMEI Rec Lagoa/Sao Marcos SA Azul Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.508000	Const. de Escola Inf. EMEI Rec Lagoa/Sao Marcos SA Azul Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1592	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.080.049,46	0,00	1.080.043,07	6,39
			0,00	0,00	1.080.043,07
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1593	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	118.849,00	0,00	0,00	118.849,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.198.898,46	0,00	1.080.043,07	118.855,39
Total do Orgao		1.198.898,46	0,00	1.080.043,07	1.080.043,07
Total Geral		1.198.898,46	0,00	1.080.043,07	118.855,39
			0,00	0,00	1.080.043,07

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.198.898,46	0,00 0,00	1.080.043,07 0,00	118.855,39 1.080.043,07
Total Geral		1.198.898,46	0,00 0,00	1.080.043,07 0,00	118.855,39 1.080.043,07

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1509 Construcao de Escola Inf. EMEI - Novo Horizonte - SA Amarelo - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.509000	Construcao de Escola Inf. EMEI - Novo Horizonte - SA Amarelo - Orcamento Partici				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1594	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.111.572,16	0,00	1.111.572,16	0,00
			0,00	147.944,23	963.627,93
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1595	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	118.849,00	0,00	0,00	118.849,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.230.421,16	0,00	1.111.572,16	118.849,00
Total do Orgao		1.230.421,16	0,00	147.944,23	963.627,93
Total Geral		1.230.421,16	0,00	1.111.572,16	118.849,00
			0,00	147.944,23	963.627,93

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Mes		
	CAMARA PERMANENTE DE GESTAO	1.230.421,16	0,00	0,00	1.111.572,16	118.849,00
					147.944,23	963.627,93
Total Geral		1.230.421,16	0,00	0,00	1.111.572,16	118.849,00
					147.944,23	963.627,93

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1510 Ampliacao da Escola Fazenda Santa Maria - Horto SA Verde Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.510000	Ampliacao da Escola Fazenda Santa Maria - Horto SA Verde Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1596	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.010.830,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	0,00 1.010.830,22
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1597	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	31.364,00	0,00 0,00	0,00 0,00	31.364,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.042.194,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	31.364,00 1.010.830,22
Total do Orgao		1.042.194,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	31.364,00 1.010.830,22
Total Geral		1.042.194,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	31.364,00 1.010.830,22

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.042.194,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	31.364,00 1.010.830,22
Total Geral		1.042.194,22	1.010.830,22 0,00	1.010.830,22 0,00	31.364,00 1.010.830,22

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1511 Reforma da Praca Antonio Bechara Filho - Botafogo SA Verde - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
154510030.1.511000	Reforma da Praca Antonio Bechara Filho - Botafogo SA Verde - Orcamento Participa				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1604	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1605	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21
Total do Orgao		150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21
Total Geral		150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no		Saldo Disponivel
			Mes	Ano	
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21
Total Geral		150.000,00	148.351,21 0,00	148.351,21 0,00	1.648,79 148.351,21

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1512 Implantacao dos Cursos Profiss Ass Mor do Morro de S Jorge SA Verde Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123630104.1.512000	Implantacao dos Cursos Profiss Ass Mor do Morro de S Jorge SA Verde Orcamento Pa				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1590	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
			0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1591	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Total do Orgao			0,00	0,00	0,00
		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Total Geral			0,00	0,00	0,00
		50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Mes	Pago no Ano	Pago no Ano	Saldo a Pagar
	CAMARA PERMANENTE DE GESTAO	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
			0,00		0,00	0,00	
Total Geral		50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
			0,00		0,00	0,00	

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1513 Construcao de Escola Inf. EMEI - Cajueiros SA Vermelho - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.513000	Construcao de Escola Inf. EMEI - Cajueiros SA Vermelho - Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1598	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.053.612,12	0,00	1.053.612,12	0,00
			0,00	114.026,25	939.585,87
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1599	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	118.849,00	0,00	0,00	118.849,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.172.461,12	0,00	1.053.612,12	118.849,00
Total do Orgao			0,00	114.026,25	939.585,87
		1.172.461,12	0,00	1.053.612,12	118.849,00
Total Geral			0,00	114.026,25	939.585,87
		1.172.461,12	0,00	1.053.612,12	118.849,00
			0,00	114.026,25	939.585,87

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.172.461,12	0,00	1.053.612,12	118.849,00
			0,00	114.026,25	939.585,87
Total Geral		1.172.461,12	0,00	1.053.612,12	118.849,00
			0,00	114.026,25	939.585,87

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1514 Construcao do Posto para Guarda Municipal Imbetiba SA Vermelho Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
061830115.1.514000	Construcao do Posto para Guarda Municipal Imbetiba SA Vermelho Orcamento Partic				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1580	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1581	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Orgao			0,00	0,00	0,00
Total Geral		0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
	CAMARA PERMANENTE DE GESTAO	0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Geral		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1515 Construcao do Posto de Saude - Imbuuro - SA Vinho - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
103020085.1.515000	Construcao do Posto de Saude - Imbuuro - SA Vinho - Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1588	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	623.352,10	0,00	623.352,10	0,00
			0,00	0,00	623.352,10
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1589	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		623.352,10	0,00	623.352,10	0,00
Total do Orgao			0,00	0,00	623.352,10
		623.352,10	0,00	623.352,10	0,00
			0,00	0,00	623.352,10
Total Geral		623.352,10	0,00	623.352,10	0,00
			0,00	0,00	623.352,10

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes	Pago no Mes	Pago no Ano	Pago no Ano	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar
	CAMARA PERMANENTE DE GESTAO	623.352,10	0,00	0,00	623.352,10	0,00	0,00	623.352,10
	Total Geral	623.352,10	0,00	0,00	623.352,10	0,00	0,00	623.352,10

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1516 Construcao da Escola Inf. EMEI - Vila Badejo SA Marrom - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.516000	Construcao da Escola Inf. EMEI - Vila Badejo SA Marrom - Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1600	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.148.583,59	0,00	1.148.583,59	0,00
			0,00	0,00	1.148.583,59
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1601	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	118.849,00	0,00	0,00	118.849,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.267.432,59	0,00	1.148.583,59	118.849,00
Total do Orgao		1.267.432,59	0,00	1.148.583,59	1.148.583,59
Total Geral		1.267.432,59	0,00	1.148.583,59	1.148.583,59

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Mes		
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.267.432,59	0,00	0,00	1.148.583,59	118.849,00
			0,00	0,00	0,00	1.148.583,59
Total Geral		1.267.432,59	0,00	0,00	1.148.583,59	118.849,00
			0,00	0,00	0,00	1.148.583,59

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1517 Infra est de Telecom - Bicuda Peq e Cabeceira do Sana SA Bege Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
241310018.1.517000	Infra est de Telecom - Bicuda Peq e Cabeceira do Sana SA Bege Orcamento Particip				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1612	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	1.199.927,01	0,00	0,00	1.199.927,01
			0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1613	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.199.927,01	0,00	0,00	1.199.927,01
			0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		1.199.927,01	0,00	0,00	1.199.927,01
			0,00	0,00	0,00
Total Geral		1.199.927,01	0,00	0,00	1.199.927,01
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes	Pago no Mes	Pago no Ano	Pago no Ano	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar
	CAMARA PERMANENTE DE GESTAO	1.199.927,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.199.927,01	0,00
	Total Geral	1.199.927,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.199.927,01	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1518 Construcao de Quadra Poliesportiva - Oleo - SA Laranja - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
278120060.1.518000	Construcao de Quadra Poliesportiva - Oleo - SA Laranja - Orcamento Participativo				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1614	Fonte.....: 0004 ROYALTIES				
		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1615	Fonte.....: 0004 ROYALTIES				
		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23
Total do Orgao		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23
Total Geral		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23
Total Geral		1.210.830,23	1.210.830,23 0,00	1.210.830,23 0,00	0,00 1.210.830,23

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Projeto = 1519 Construcao de Escola Inf. EMEI - Corrego do Ouro SA Cinza - Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123650042.1.519000	Construcao de Escola Inf. EMEI - Corrego do Ouro SA Cinza - Orcamento Participat				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1602	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	995.826,32	0,00	995.826,32	0,00
			0,00	0,00	995.826,32
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1603	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	145.301,00	0,00	0,00	145.301,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		1.141.127,32	0,00	995.826,32	145.301,00
Total do Orgao		1.141.127,32	0,00	995.826,32	145.301,00
Total Geral		1.141.127,32	0,00	995.826,32	145.301,00
			0,00	0,00	995.826,32

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes		Pago no Ano		Saldo a Pagar	
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		1.141.127,32	0,00		995.826,32		145.301,00	
			0,00		0,00		995.826,32	
Total Geral		1.141.127,32	0,00		995.826,32		145.301,00	
			0,00		0,00		995.826,32	

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 34 GABINETE DO VICE PREFEITO
 Unidade Orcamentaria: 34.01 Gabinete do Vice Prefeito
 Atividade= 2876 Capacitacao de Profissionais para o Orcamento Participativo

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
082440137.2.876000	Capacitacao de Profissionais para o Orcamento Participativo				
3.3.90.30.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS				
1485	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS				
1486	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS				
1487	Fonte.....: 0004 ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
GABINETE DO VICE PREFEITO		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Geral		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

ANEXO VII

DEMONSTRATIVO DE DESPESA - 2012

Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Macae

Demonstrativo da Despesa por Categoria

Dezembro de 2012

Folha: 76

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Total Creditos	Saldo Disponivel
	Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar
	Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagos a Efetuar
Total Geral	321.831.989,29	139.428.693,05	263.904.120,32	197.356.562,02	61.083.118,48
	-41.973.266,55	-16.837.316,77	47.669.114,48	19.955.076,99	580.126,64
	136.273.443,54	127.279.240,84	100.351.466,39	126.699.114,20	9.574.329,34

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
04	Administracao					
04122	Administracao Geral					
041220017	Macae Cidadao					
041220017.1.957000	Diagnostico Social e Planos de Metas					
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1923	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1924	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1925	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	2.000,00	0,00	606,42	0,00	1.393,58	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.393,58	1.393,58	0,00	1.393,58	0,00
4.4.90.52.00.0000	Equipamentos e Material Permanente					
1926	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
041220017.2.259000	Capacitacao, Qualificacao e Formacao do Cidadao					
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1927	Fonte.....: 0000 ORDINARIOS					
	15.682,00	0,00	15.682,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1928	Fonte.....: 0000 ORDINARIOS					
	5.488,00	0,00	5.488,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1929	Fonte.....: 0000 ORDINARIOS					
	26.447,00	0,00	26.447,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
041220017.2.260000	Manutencao e Operacionalizacao do Programa Macae Cidadao					
3.3.90.14.00.0000	Diarias - Civil					
1930	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.620,00	0,00	1.620,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1931	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	24.981,00	8.000,00	981,00	0,00	32.000,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		32.000,00	32.000,00	0,00	32.000,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1932	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	2.819,00	0,00	2.819,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1933	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	83.589,00	0,00	61.050,00	0,00	22.539,00	16.539,00
		-7.935,00	0,00	7.935,00	0,00	0,00
		6.000,00	6.000,00	7.935,00	6.000,00	0,00

4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
1934 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	17.445,00	0,00 0,00 0,00	17.445,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
041220019 Gestao Administrativa e Modernizacao						
041220019.2.924000 Manutencao e Operac. das Atividades de Gerencia do EGP						
3.1.90.11.99.0000 OUTRAS DESPESAS FIXAS - PESSOAL CIVIL						
1935 Fonte.....: 0000 ORDINARIOS	1.000.000,00	1.875.194,67 0,00 2.351.659,57	523.535,10 0,00 2.351.659,57	0,00 0,00 0,00	2.351.659,57 0,00 2.351.659,57	0,00 0,00 0,00
3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil						
1936 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	2.255,00	0,00 0,00 2.255,00	0,00 0,00 2.255,00	0,00 0,00 0,00	2.255,00 0,00 2.255,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS						
1937 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.880,00	59.049,95 0,00 58.692,50	1.880,00 15.049,95 58.692,50	0,00 0,00 0,00	59.049,95 58.692,50 58.692,50	357,45 0,00 0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS						
1938 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.504,00	0,00 0,00 0,00	1.504,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1939 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	11.277,00	14.920,00 0,00 25.437,00	760,00 0,00 25.437,00	0,00 0,00 0,00	25.437,00 0,00 25.437,00	0,00 0,00 0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1940 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	3.091,00	0,00 0,00 0,00	3.091,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
041220019.2.925000 Manutencao e Operac. das Atividades da Gerencia do PAC						
3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil						
1941 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	4.511,00	0,00 0,00 4.511,00	0,00 0,00 4.511,00	0,00 0,00 0,00	4.511,00 0,00 4.511,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS						
1942 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	53.759,00	0,00 0,00 53.750,00	9,00 0,00 53.750,00	0,00 0,00 0,00	53.750,00 0,00 53.750,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS						
1943 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	6.766,00	0,00 0,00 0,00	6.766,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1944 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	7.894,00	0,00 -4.882,00 0,00	3.012,00 0,00 0,00	0,00 4.882,00 4.882,00	4.882,00 0,00 0,00	4.882,00 0,00 0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1945 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	9.273,00	0,00 0,00	9.273,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
041220019.2.926000	Manutencao e Operac. das Atividades da Coordenadoria do OP					
3.3.90.14.00.0000	Diarias - Civil					
1946	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	6.766,00	0,00	4.742,66	0,00	2.023,34	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		2.023,34	2.023,34	0,00	2.023,34	0,00
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1947	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	6.766,00	0,00	6.766,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1948	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.383,00	0,00	3.383,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1949	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.692,00	0,00	1.692,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.0000	Obras e Instalacoes					
1950	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	12.000.000,00	0,00	9.072.000,00	0,00	2.928.000,00	2.385.038,88
		-1.174.400,30	0,00	1.174.400,30	359.623,58	0,00
		542.961,12	542.961,12	1.174.400,30	542.961,12	0,00
4.4.90.52.00.0000	Equipamentos e Material Permanente					
1951	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.020.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	1.020.000,00	408.293,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		611.707,00	611.707,00	0,00	611.707,00	0,00
041220019.2.948000	Manutencao e Operac. das Atividades de Gerencia de Politicas Sociais					
3.3.90.14.00.0000	Diarias - Civil					
1952	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.759,00	0,00	3.759,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1953	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.759,00	0,00	2.703,70	0,00	1.055,30	177,30
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		878,00	878,00	0,00	878,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1954	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.759,00	0,00	3.759,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1955	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	4.323,00	0,00	4.323,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000	Equipamentos e Material Permanente					
1956	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	3.349,00	0,00	3.349,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

041220019.2.949000 Manutencao e Operac. das Atividades da Gerencia de Urb. e Sanaemanto

3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil
 1957 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
	2.819,00	0,00 0,00 0,00	2.819,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS 1958 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	2.819,00	0,00 0,00 0,00	2.819,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS 1959 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.880,00	0,00 0,00 0,00	1.880,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS 1960 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.504,00	0,00 0,00 0,00	1.504,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente 1961 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	2.061,00	0,00 0,00 0,00	2.061,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
041220019.2.951000 Manutencao e Operac. das Atividades da Gerencia de Seguranca 3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil 1962 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	7.518,00	0,00 0,00 0,00	7.518,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS 1963 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	4.135,00	0,00 0,00 0,00	4.135,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS 1964 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.504,00	0,00 0,00 0,00	1.504,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS 1965 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	7.518,00	0,00 0,00 0,00	7.518,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente 1966 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	6.440,00	0,00 0,00 0,00	6.440,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
041220019.2.952000 Manutencao e Operac. das Atividades da Gerencia do Plano Diretor 3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil 1967 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	9.398,00	0,00 0,00 0,00	9.398,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS 1968 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	9.398,00	0,00 0,00 7.977,58	1.420,42 0,00 7.977,58	0,00 0,00 0,00	7.977,58 0,00 7.977,58	0,00 0,00 0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS						

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
1969	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.504,00	0,00	1.504,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1970	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	15.037,00	0,00	15.037,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000	Equipamentos e Material Permanente					
1971	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	7.728,00	0,00	7.728,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
041220019.2.953000	Manutencao e Operac. das Atividades da Gerencia de Obras Publicas					
3.3.90.14.00.0000	Diarias - Civil					
1972	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1973	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1974	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.880,00	0,00	1.880,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1975	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	2.819,00	0,00	2.819,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000	Equipamentos e Material Permanente					
1976	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.288,00	0,00	1.288,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
041220019.2.955000	Manutencao e Operac. das Atividades da Coord. Cidade Limpa					
3.3.90.14.00.0000	Diarias - Civil					
1977	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	7.518,00	0,00	7.518,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS					
1978	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	4.135,00	0,00	4.135,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS					
1979	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	1.504,00	0,00	1.504,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS					
1980	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89					
	7.518,00	0,00	7.518,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1981 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	5.152,00	0,00	5.152,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
041220019.2.956000 Manutencao e Operac. das Atividades da Coord. Cidade Digital						
3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil						
1982 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	7.518,00	0,00	7.518,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS						
1983 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	3.759,00	0,00	3.759,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS						
1984 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.504,00	0,00	1.504,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1985 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	9.398,00	0,00	9.398,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1986 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	5.152,00	0,00	5.152,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Assistencia Social						
08244 Assistencia Comunitaria						
082440101 Restaurante Popular Federal						
082440101.1.507000 Construcao do Restaurante Popular da Aroeira						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1987 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	5.639,00	0,00	5.639,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1988 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	15.456,00	0,00	15.456,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Educacao						
12365 Educacao Infantil						
123650147 Execuciao de PAC 2						
123650147.1.942000 Construcao de Pre Escola na Ajuda						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1989 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123650147.1.943000 Construcao de Pre Escola na Vila Badejo						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1990 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Urbanismo						
15451 Infra-Estrutura Urbana						
154510147 Execuciao de PAC 2						

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel
		Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
154510147.1.332000 Apoio Habitabilidade Assentamentos Precarios - Nova Esperanca						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1991 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	37.591,00	0,00	37.591,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1992 Fonte.....: 0011 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	3.800.000,00	3.800.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154510147.1.940000 Urbanizacao do Complexo da Ajuda						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1993 Fonte.....: 0012 CONVENIOS	2.795.000,00	0,00	2.141.456,53	0,00	653.543,47	653.543,47
		-653.543,47	-26.793,47	653.543,47	0,00	0,00
		0,00	0,00	653.543,47	0,00	0,00
17 Saneamento						
17512 Saneamento Basico Urbano						
175120031 Saneamento Basico						
175120031.1.524000 Elaboracao de Estudos e Projetos de Urb. Integrada e Saneamento Basico						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1994 Fonte.....: 0012 CONVENIOS	1.500.000,00	0,00	414.330,00	0,00	1.085.670,00	1.085.670,00
		-1.085.670,00	-20.968,01	1.085.670,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	1.085.670,00	0,00	0,00
18 Gestao Ambiental						
18541 Preservacao e Conservacao Ambiental						
185410019 Gestao Administrativa e Modernizacao						
185410019.2.840000 Contribuicao Agenda 21						
3.3.90.14.00.0000 Diarias - Civil						
1995 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	3.947,00	0,00	3.947,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.99.0000 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS						
1996 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.692,00	0,00	1.692,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS						
1997 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	7.518,00	0,00	7.518,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
1998 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	11.277,00	0,00	11.277,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente						
1999 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	18.426,00	0,00	18.426,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 Desporto e Lazer						
27813 Lazer						
278130147 Execucao de PAC 2						
278130147.1.529000 Construcao da Praca do PAC						
3.3.90.39.99.0000 OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS						
2000 Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	9.398,00	0,00	9.398,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes		Reducoes		Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel											
		Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Liquidado no Mes	Liquidado no Ano				Anulado no Mes	Anulado no Ano	Pago no Mes	Pago no Ano	Empenhos a Pagar	Pagtos a Efetuar					
278130147.1.941000	Construcao de Quadra Pol. no Col. C. M. Prof. Elza Ibrahim																		
3.3.90.39.99.0000	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS																		
2001	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89																		
		3.759,00	0,00	0,00	0,00	3.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Unidade Orcamentaria		24.695.948,00	1.957.164,62	-2.926.430,77	3.701.245,69	14.597.365,83	0,00	12.055.746,79	418.316,08	3.701.245,69	0,00	8.354.501,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total do Orgao		24.695.948,00	1.957.164,62	-2.926.430,77	3.701.245,69	14.597.365,83	0,00	12.055.746,79	418.316,08	3.701.245,69	0,00	8.354.501,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Atividade= 2926 Manutencao e Operac. das Atividades da Coordenadoria do OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
041220019.2.926000	Manutencao e Operac. das Atividades da Coordenadoria do OP				
3.3.90.14.00	Diarias - Civil				
1946	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	2.023,34	0,00	2.023,34	0,00
			0,00	2.023,34	0,00
3.3.90.30.99	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS				
1947	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99	OUTROS SERV. TERC. P.FISICA - DIVERSOS				
1948	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99	OUTROS SERV. TERC. P.JURIDICA - DIVERSOS				
1949	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1950	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	2.928.000,00	-1.174.400,30	542.961,12	2.385.038,88
			359.623,58	542.961,12	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1951	Fonte.....: 0004 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	1.020.000,00	0,00	611.707,00	408.293,00
			0,00	611.707,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		3.950.023,34	-1.174.400,30	1.156.691,46	2.793.331,88
			359.623,58	1.156.691,46	0,00
Total do Orgao		3.950.023,34	-1.174.400,30	1.156.691,46	2.793.331,88
			359.623,58	1.156.691,46	0,00
Total Geral		3.950.023,34	-1.174.400,30	1.156.691,46	2.793.331,88
			359.623,58	1.156.691,46	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Codigo	Especificacao	Resumo Final			Saldo Disponivel Saldo a Pagar
		Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		3.950.023,34	-1.174.400,30 359.623,58	1.156.691,46 1.156.691,46	2.793.331,88 0,00
Total Geral		3.950.023,34	-1.174.400,30 359.623,58	1.156.691,46 1.156.691,46	2.793.331,88 0,00

ANEXO VIII

DEMONSTRATIVO DE DESPESA - 2013

Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Macae

Demonstrativo da Despesa por Natureza

Dezembro de 2013

Folha: 81

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Total Creditos	Saldo Disponivel
	Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar
	Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
Total Geral	319.960.766,93	113.294.577,64	312.044.310,28	121.211.034,29	59.801.983,64
	-34.195.067,88	19.474.741,53	48.325.772,28	16.547.724,92	4.583.807,07
	61.409.050,65	59.450.584,97	121.604.028,79	54.866.777,90	6.542.272,75

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1988 CONSTRUCAO DE ESCOLA NO NOVO HORIZONTE - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.988000	CONSTRUCAO DE ESCOLA NO NOVO HORIZONTE - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1965	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		461.897,03	-169.673,02 42.126,99	292.223,31 292.223,31	169.673,72 0,00
Total Unidade Orcamentaria		461.897,03	-169.673,02 42.126,99	292.223,31 292.223,31	169.673,72 0,00
Total do Orgao		461.897,03	-169.673,02 42.126,99	292.223,31 292.223,31	169.673,72 0,00
Total Geral		461.897,03	-169.673,02 42.126,99	292.223,31 292.223,31	169.673,72 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes		Pago no Ano		Saldo a Pagar	
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		461.897,03	-169.673,02	42.126,99	292.223,31	292.223,31	169.673,72	0,00
Total Geral		461.897,03	-169.673,02	42.126,99	292.223,31	292.223,31	169.673,72	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1989 CONSTRUCAO DA QUADRA NA EST. MACAE - GLICERIO - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
278130059.1.989000	CONSTRUCAO DA QUADRA NA EST. MACAE - GLICERIO - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
2033	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
	SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Geral		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1990 CONSTRUCAO DA ESCOLA RECANTO DA LAGOA - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.990000	CONSTRUCAO DA ESCOLA RECANTO DA LAGOA - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1966	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		463.538,66	-344.181,54 119.357,12	119.357,12 119.357,12	344.181,54 0,00
Total Unidade Orcamentaria		463.538,66	-344.181,54 119.357,12	119.357,12 119.357,12	344.181,54 0,00
Total do Orgao		463.538,66	-344.181,54 119.357,12	119.357,12 119.357,12	344.181,54 0,00
Total Geral		463.538,66	-344.181,54 119.357,12	119.357,12 119.357,12	344.181,54 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes		Pago no Ano		Saldo a Pagar	
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		463.538,66	-344.181,54		119.357,12		344.181,54	
			119.357,12		119.357,12		0,00	
Total Geral		463.538,66	-344.181,54		119.357,12		344.181,54	
			119.357,12		119.357,12		0,00	

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1991 CONSTRUCAO DA ESCOLA CAJUEIROS - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.991000	CONSTRUCAO DA ESCOLA CAJUEIROS - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1967	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		353.534,01	-61.336,84 0,00	353.534,01 353.534,01	0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		353.534,01	-61.336,84 0,00	353.534,01 353.534,01	0,00 0,00
Total do Orgao		353.534,01	-61.336,84 0,00	353.534,01 353.534,01	0,00 0,00
Total Geral		353.534,01	-61.336,84 0,00	353.534,01 353.534,01	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes		Pago no Ano		Saldo a Pagar	
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		353.534,01	-61.336,84	0,00	353.534,01	353.534,01	0,00	0,00
Total Geral		353.534,01	-61.336,84	0,00	353.534,01	353.534,01	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1992 CONSTRUCAO DA ESCOLA DO MORRO GRANDE - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.992000	CONSTRUCAO DA ESCOLA DO MORRO GRANDE - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1968	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		143.135,28	-730.668,05 0,00	143.135,28 143.135,28	0,00 0,00
Total Unidade Orcamentaria		143.135,28	-730.668,05 0,00	143.135,28 143.135,28	0,00 0,00
Total do Orgao		143.135,28	-730.668,05 0,00	143.135,28 143.135,28	0,00 0,00
Total Geral		143.135,28	-730.668,05 0,00	143.135,28 143.135,28	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes	0,00	Pago no Ano	143.135,28	Saldo a Pagar	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		143.135,28	-730.668,05	0,00	143.135,28	143.135,28	0,00	0,00
Total Geral		143.135,28	-730.668,05	0,00	143.135,28	143.135,28	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1993 CONSTRUCAO DA ESCOLA DA VILA BADEJO - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.993000	CONSTRUCAO DA ESCOLA DA VILA BADEJO - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1969	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		357.252,44	0,00	357.252,44	0,00
			0,00	357.252,44	0,00
Total Unidade Orcamentaria		357.252,44	0,00	357.252,44	0,00
			0,00	357.252,44	0,00
Total do Orgao		357.252,44	0,00	357.252,44	0,00
			0,00	357.252,44	0,00
Total Geral		357.252,44	0,00	357.252,44	0,00
			0,00	357.252,44	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes		Pago no Ano		Saldo a Pagar	
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		357.252,44	0,00		357.252,44		0,00	
			0,00		357.252,44		0,00	
Total Geral		357.252,44	0,00		357.252,44		0,00	
			0,00		357.252,44		0,00	

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1994 CONSTRUCAO DE ESCOLA EM CORREGO DO OURO - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
123610042.1.994000	CONSTRUCAO DE ESCOLA EM CORREGO DO OURO - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1970	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		635.221,64	-214.972,42 190.300,77	575.522,41 575.522,41	59.699,23 0,00
Total Unidade Orcamentaria		635.221,64	-214.972,42 190.300,77	575.522,41 575.522,41	59.699,23 0,00
Total do Orgao		635.221,64	-214.972,42 190.300,77	575.522,41 575.522,41	59.699,23 0,00
Total Geral		635.221,64	-214.972,42 190.300,77	575.522,41 575.522,41	59.699,23 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no		Saldo Disponivel
			Mes	Ano	
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		635.221,64	-214.972,42	575.522,41	59.699,23
			190.300,77	575.522,41	0,00
Total Geral		635.221,64	-214.972,42	575.522,41	59.699,23
			190.300,77	575.522,41	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1995 CONSTRUCAO DO POSTO DE SAUDE DO IMBURO - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
103020085.1.995000	CONSTRUCAO DO POSTO DE SAUDE DO IMBURO - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1962	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
Total Geral		0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1996 URB. DE PRACA NA SERRA ESCURA - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
278130059.1.996000	URB. DE PRACA NA SERRA ESCURA - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
2034	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		14.250,00	0,00	0,00	14.250,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		14.250,00	0,00	0,00	14.250,00
			0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		14.250,00	0,00	0,00	14.250,00
			0,00	0,00	0,00
Total Geral		14.250,00	0,00	0,00	14.250,00
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes		Empenhado no Ano		Saldo Disponivel	
			Pago no Mes	Pago no Mes	Pago no Ano	Pago no Ano	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		14.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.250,00	0,00
Total Geral		14.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.250,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1997 COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
278130059.1.997000	COB. DE QUAD. NA CAB. DO SANA - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
2035	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00
Total Unidade Orcamentaria					
		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00
Total do Orgao					
		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00
Total Geral					
		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00
Total Geral		66.400,00	0,00	65.903,49	496,51
			65.903,49	65.903,49	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 44 SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO
 Unidade Orcamentaria: 44.01 Secretaria Munic. de Obras e Urbanismo
 Projeto = 1998 COB. DE QUAD. NO SANA - OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
278130059.1.998000	COB. DE QUAD. NO SANA - OP				
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
2036	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89				
		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00
Total do Orgao		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00
Total Geral		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Saldo Disponivel
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E URBANISMO		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00
Total Geral		16.320,00	0,00	0,00	16.320,00
			0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE
 Orgao.....: 36 CAMARA PERMANENTE DE GESTAO
 Unidade Orcamentaria: 36.01 Camara Permanente de Gestao
 Atividade= 2926 Manutencao e Operac. das Atividades da Coordenadoria do OP

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no Mes Pago no Mes	Empenhado no Ano Pago no Ano	Saldo Disponivel Saldo a Pagar
041220019.2.926000	Manutencao e Operac. das Atividades da Coordenadoria do OP				
3.3.90.14.00	Diarias - Civil				
1793	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo				
1794	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00
			0,00	8.000,00	0,00
3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros -P.Fisica				
1795	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	3.780,00	0,00	0,00	3.780,00
			0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros -P.Juridica				
1796	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalacoes				
1797	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	115.689,53	-4.223,17	115.689,53	0,00
			115.689,53	115.689,53	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				
1798	Fonte.....: 4 ROYALTIES 5% - LEI 7990/89	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria		127.469,53	-4.223,17	123.689,53	3.780,00
			115.689,53	123.689,53	0,00
Total do Orgao		127.469,53	-4.223,17	123.689,53	3.780,00
			115.689,53	123.689,53	0,00
Total Geral		127.469,53	-4.223,17	123.689,53	3.780,00
			115.689,53	123.689,53	0,00

Unidade Gestora.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE

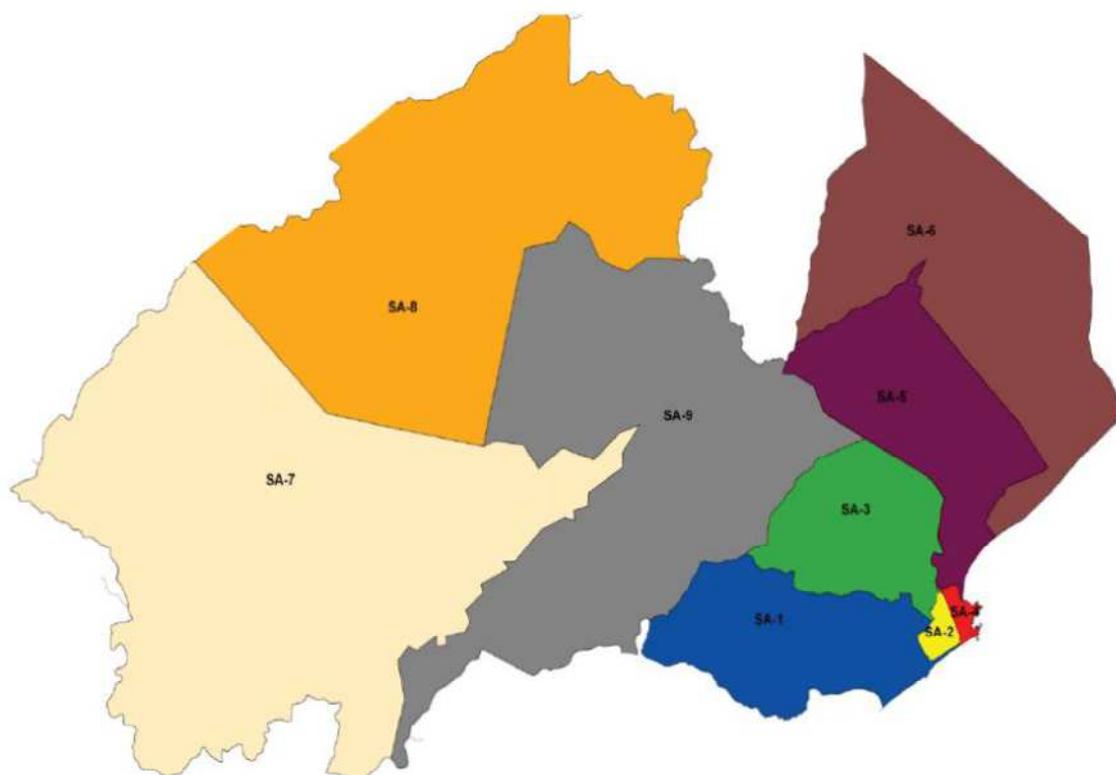
Resumo Final

Codigo	Especificacao	Creditos	Empenhado no		Saldo Disponivel
			Mes	Ano	
			Pago no Mes	Pago no Ano	Saldo a Pagar
CAMARA PERMANENTE DE GESTAO		127.469,53	-4.223,17	123.689,53	3.780,00
			115.689,53	123.689,53	0,00
Total Geral		127.469,53	-4.223,17	123.689,53	3.780,00
			115.689,53	123.689,53	0,00

ANEXO IX

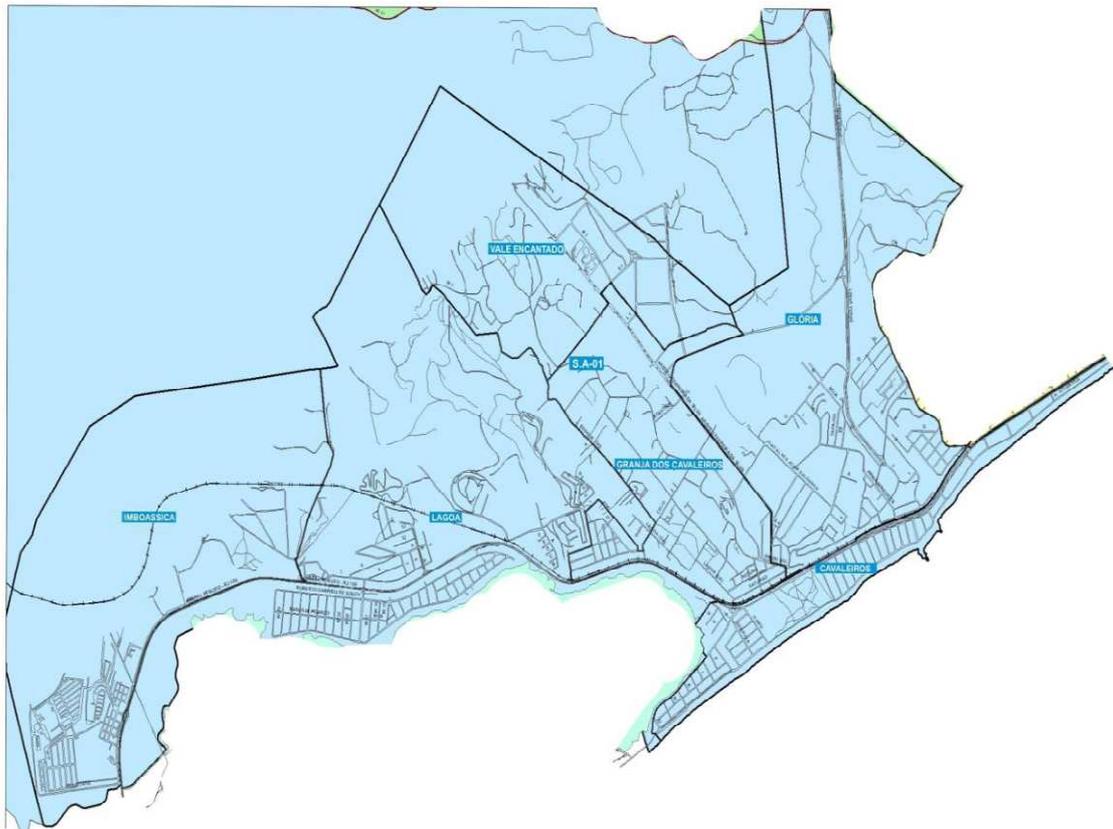
MAPAS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

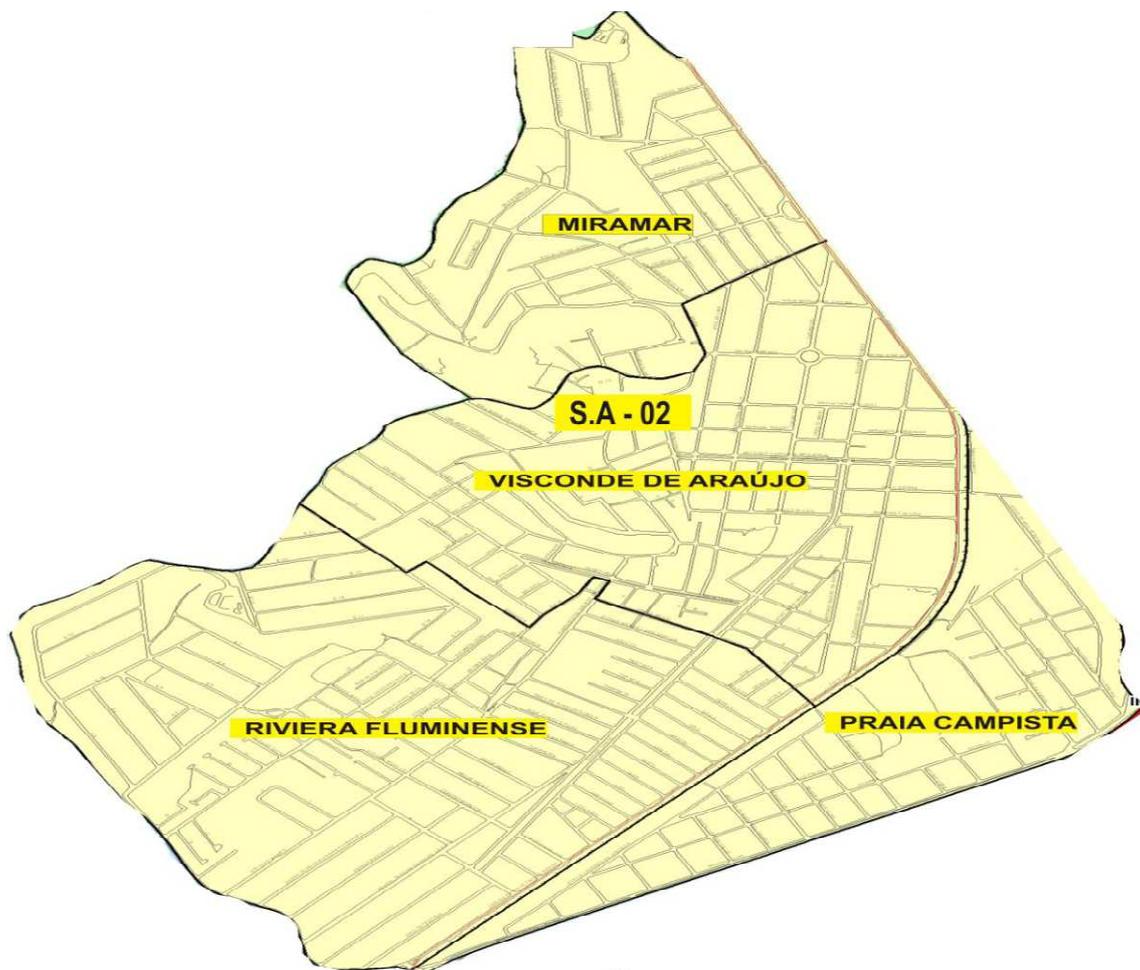


- I – Setor Administrativo Azul – 01**
- II – Setor Administrativo Amarelo – 02**
- III – Setor Administrativo Verde – 03**
- IV – Setor Administrativo Vermelho – 04**
- V – Setor Administrativo Vinho – 05**
- VI – Setor Administrativo Marrom – 06**
- VII - Setor Administrativo Bege - 07**
- VIII - Setor Administrativo Laranja - 08**
- IX - Setor Administrativo Cinza - 09**

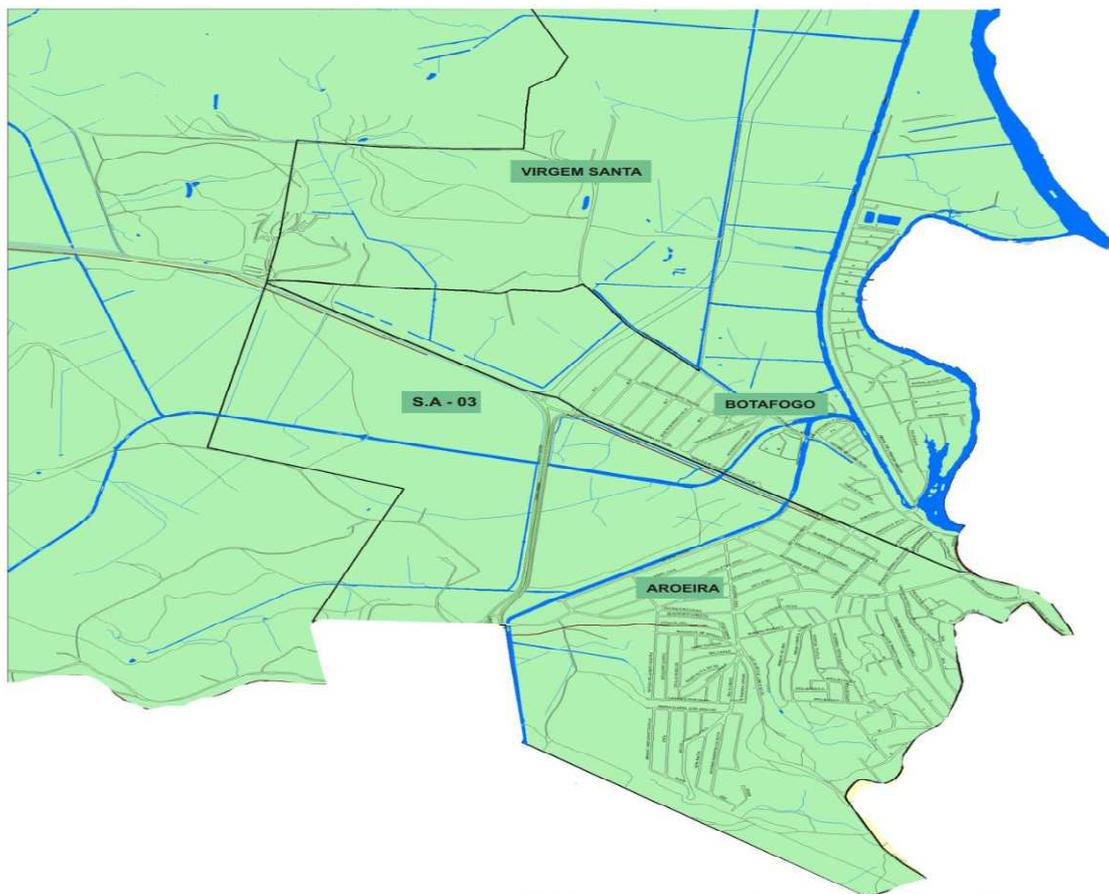
Setor Administrativo I



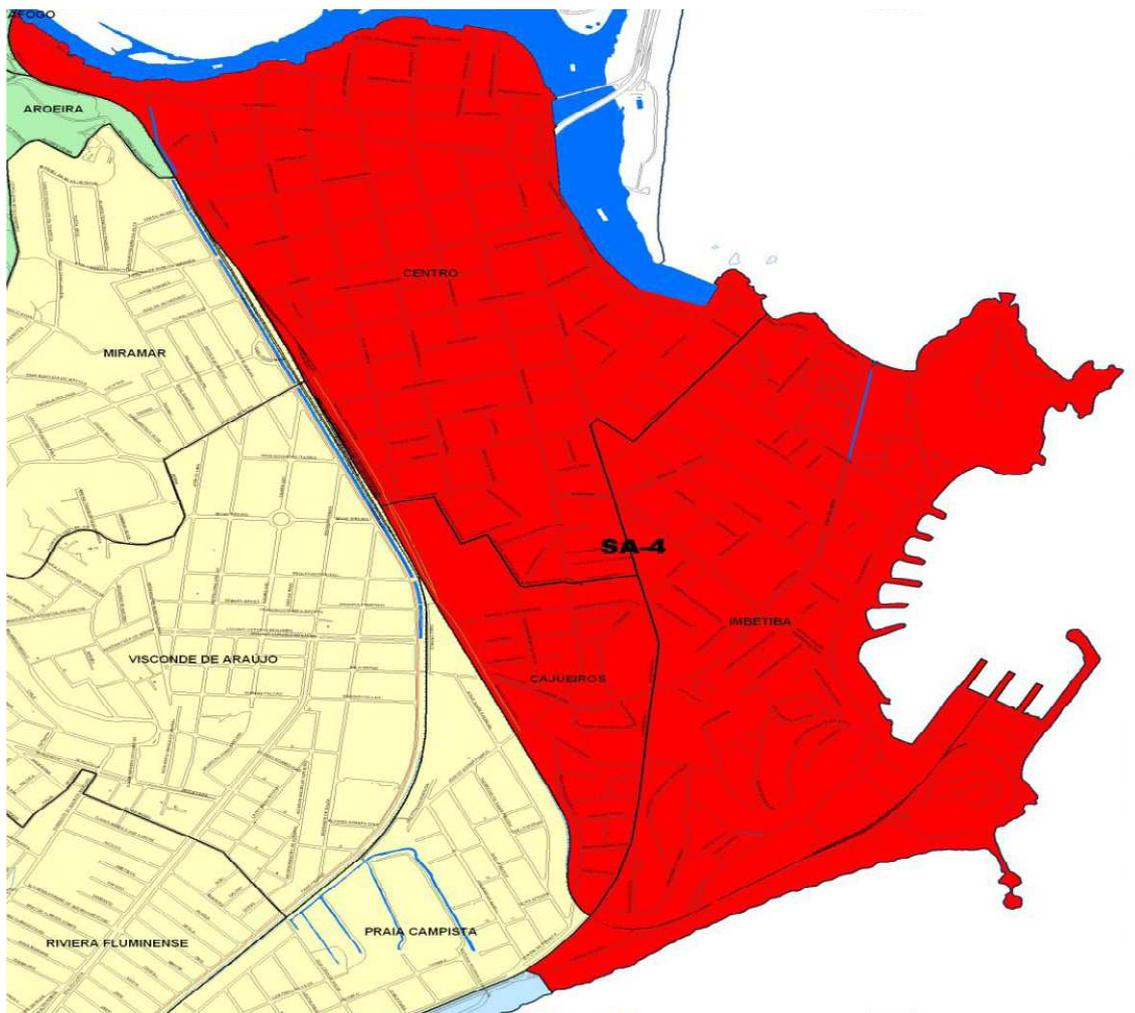
Setor Administrativo II



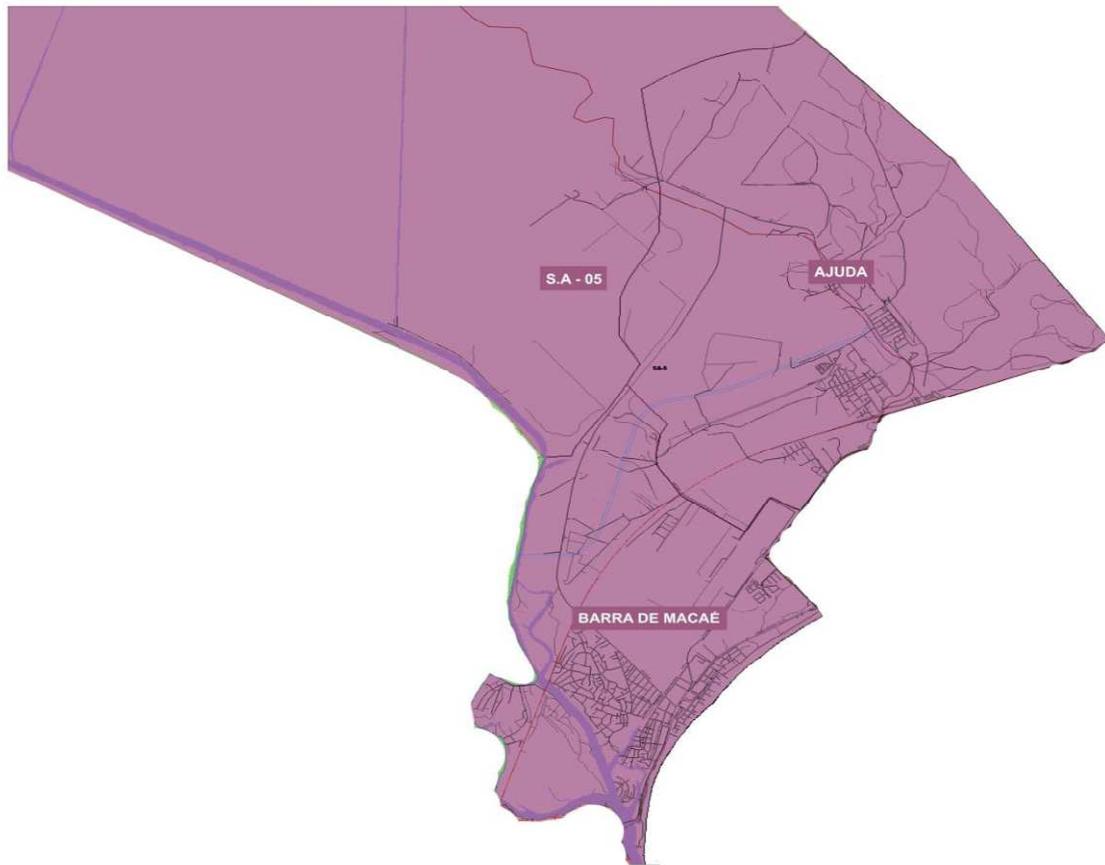
Setor Administrativo III



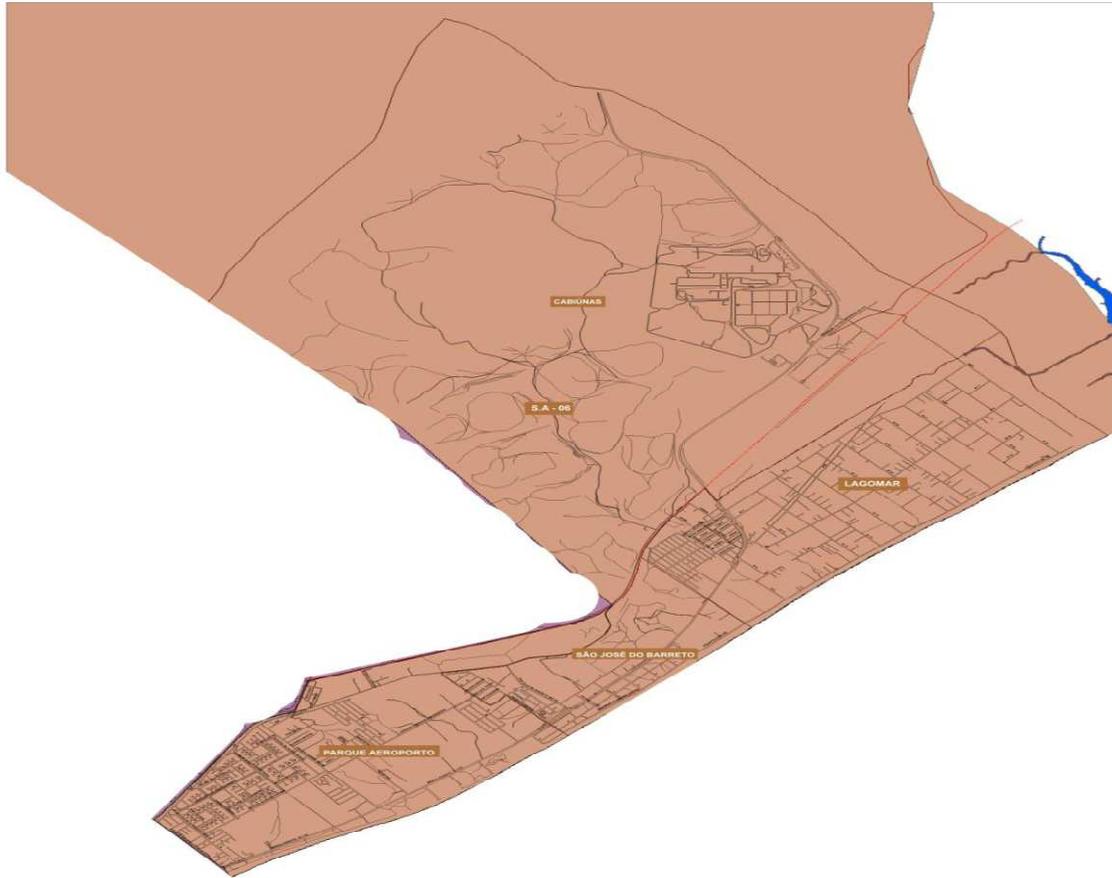
Setor Administrativo IV



Setor Administrativo V



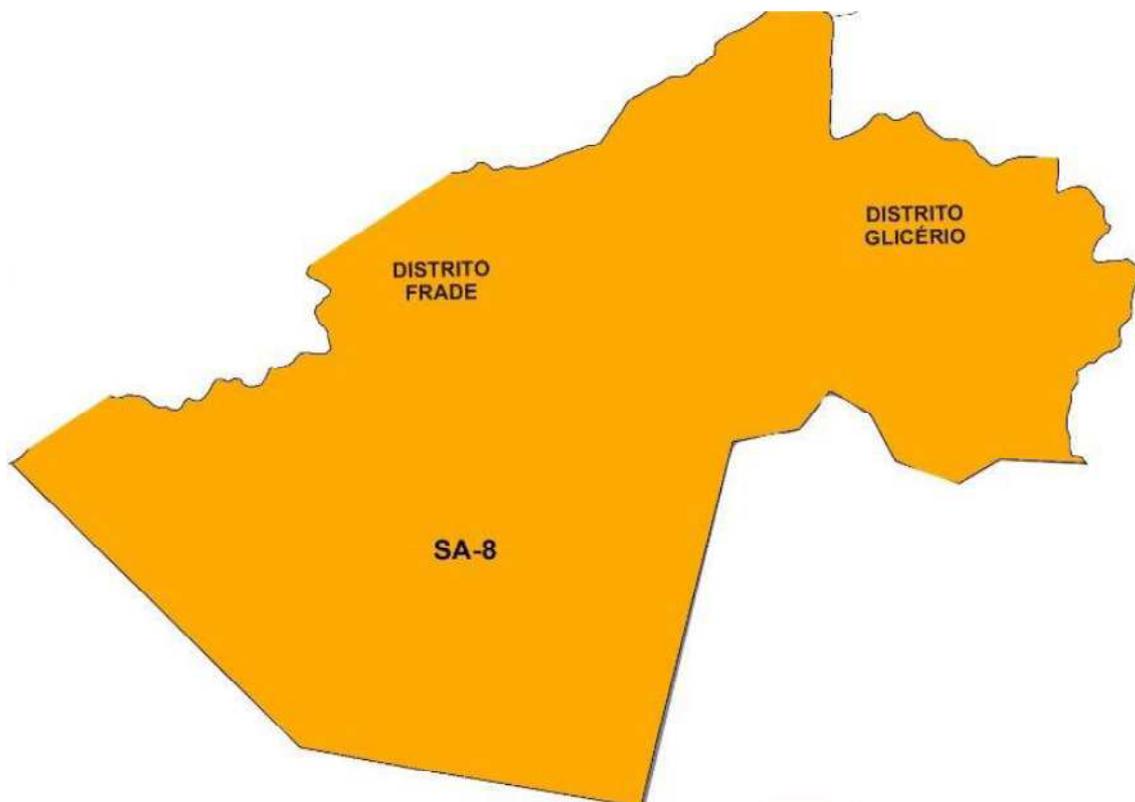
Setor Administrativo VI



Setor Administrativo VII



Setor Administrativo VIII



Setor Administrativo IX

